An aerial photograph of a landscape. On the left, a large, dark green, forested hillside slopes down towards a body of water. The water is a mix of dark and light green, with some white areas that could be sandbars or small islands. To the right of the water, a city grid is visible, with streets and buildings in a regular pattern. The city extends towards the bottom right of the image. The overall tone is somewhat muted, with a lot of green and brown. The text is overlaid on the image in white, bold, sans-serif font.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FÁBIO DE MACEDO TRISTÃO BARBOSA

**IMPERIALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A INDÚSTRIA
DO AMIANTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE MINAÇU – GO**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo (SP)

2013

FÁBIO DE MACEDO TRISTÃO BARBOSA

**IMPERIALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A INDÚSTRIA DO
AMIANTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE MINAÇU – GO**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia Humana da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Doutor em Geografia.**

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof.^a Dra. Odette Carvalho de
Lima Seabra

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo (SP)

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

FÁBIO DE MACEDO TRISTÃO BARBOSA

IMPERIALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A INDÚSTRIA DO AMIANTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE MINAÇÚ – GO

Aprovado em: 13/12/2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Prof. **Dr. Gilmar Alves de Avelar**

Instituição: Universidade Federal de Goiás Assinatura: _____

Prof. **Dr. Márcio Piñon de Oliveira**

Instituição: Universidade Federal Fluminense Assinatura: _____

Prof. **Dr. Heinz Dieter Heidemann**

Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Prof. **Dr. Manoel Fernandes de Souza Neto**

Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Prof.^a. Dr.^a. **Odette Carvalho de Lima Seabra (orientadora)**

Instituição: Universidade de São Paulo Assinatura: _____

***A todos os trabalhadores e trabalhadoras que morreram e aos que ainda morrerão por
doenças provocadas pelo amianto, e aqueles que lutam para o banimento deste
mineral, dedico este trabalho.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a professora Odette Carvalho de Lima Seabra por ter aceitado o desafio de minha orientação. Foi um orgulho muito grande ter como orientadora desta pesquisa uma das mais importantes referências do pensamento geográfico brasileiro, de uma sensibilidade afiada para enxergar os problemas centrais na construção da tese, e os desafios que esta pesquisa enfrentou. Suas orientações foram fundamentais para chegar à conclusão da tese, aprendi muito com você. Agradeço também pelas suas idas à USP para resolver algum problema burocrático que me envolvia, como bolsa, matrícula, prorrogação de prazo, etc. Neste sentido, os problemas e equívocos que porventura possam ser identificados na tese, são de minha inteira responsabilidade, agradeço pela paciência que teve comigo.

Agradeço ao professor Nelson da Nóbrega Fernandes que tem feito parte desta história de estudo e pesquisa desde sua atenciosa e fundamental orientação no mestrado no Rio de Janeiro até minha entrada no doutorado na Universidade de São Paulo, agradeço imensamente, pois permitiu reorientar os caminhos de minha própria vida. Às incansáveis e proveitosas conversas de sofá de uma amizade sincera que brotou nos bancos da sala de geografia nos tempos da graduação, ao meu amigo e ex-professor Gilmar Alves de Avelar disposto sempre de uma boa ideia a nos inquietar, os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Agradeço aos professores e professoras das disciplinas do Doutorado Ana Fanni Alessandri Carlos, Amélia Luísa Damiani, e Anselmo Alfredo, agradeço a todos pela qualidade das aulas eivadas sempre de muita reflexão crítica; foram momentos riquíssimos e de grande aprendizado.

Também agradeço à Banca de Qualificação formada pelos professores Nelson da Nóbrega Fernandes e Manoel Fernandes pelas provocações, críticas e sugestões sempre respeitadas e que permitiram direcionar o caminho da pesquisa para portos mais seguros.

Agradeço ao velho amigo-irmão Paulo Rogério Correia Mota pela sua presteza ao interceder junto à sua tia Terezinha que prontamente me cedeu um quarto na garagem de sua casa, que ela alugava, era sua fonte complementar de renda. Isso me permitiu morar em São Paulo para cursar as disciplinas obrigatórias do doutorado. A todos de sua família – sua avó dona Teresa, sua mãe Marlene,

suas irmãs Ana Cláudia e Kátia, a seu pai Severino, seus primos Fábio e Fernando, Marcelo, Eduardo sempre prontos a ajudar, os meus agradecimentos carregados de estima e consideração pela calorosa e solidária recepção e estadia que me deram em tempos difíceis.

No afã de agradecer as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa corre-se sempre o risco de ser traído pela memória e esquecer-se desta ou daquela pessoa que a seu modo auxiliou no desenvolvimento deste trabalho. Alguém que indicou uma bibliografia, um livro, um artigo, sugeriu uma ideia, dialogou sobre os caminhos que poderíamos seguir, ou a indicação de boas fontes para entrevistas, etc. Ou então, deixamos passar ao largo a pessoa que preparou a refeição, lavou nossas roupas, limpou a casa, enfim, cuidou das coisas que chamamos triviais para que pudéssemos dedicar nosso tempo à reflexão, ao estudo, e a pesquisa que resultou nesta tese. Não podemos desconsiderar o papel destas pessoas, em especial a Neusa, minha companheira, que no dia-dia cuidava das “trivialidades”, agradeço o dispêndio do seu tempo e das suas forças sempre com carinho e dedicação, isso o dinheiro não paga.

Agradeço aqueles ex-trabalhadores da SAMA que tiveram a coragem de expor suas experiências dramáticas de vida nas entrevistas, o que permitiu alcançar os níveis mais elementares de atuação do imperialismo. Ou seja, o de perceber como estes sujeitos vivenciaram e vivenciam suas relações com a empresa SAMA. A todos eles, meu muito obrigado.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq. pela concessão de bolsa de pesquisa que foi de fundamental importância para realização da pesquisa.

De modo muito especial quero agradecer minha mãe Divina Maria de Macedo Barbosa, que um dia me disse: estude. Muito obrigado por esse conselho, no entanto, jamais imaginei que o seguiria a ponto de alcançar este momento.

Dedico esta tese de doutorado para você, minha mãe.

RESUMO

A pesquisa que ora se apresenta ocupou-se do debate sobre o imperialismo como modo de ser do capitalismo contemporâneo e sua relação com o espaço urbano olhado a partir da indústria do amianto e, conseqüentemente, perpassando por temas como trabalho, saúde dos trabalhadores expostos ao amianto e movimentos sociais que defendem o banimento deste mineral. A forma genérica/universal do imperialismo expressa-se concretamente sob formas diversas nos diferentes lugares/partes do mundo. Cada parte anuncia o mundo no lugar e compõe o mosaico de lugares que forma a totalidade social imperialista. Portanto, do ponto de vista do método de interpretação, adota-se a dialética *universal-particular* refletida no modo pelo qual o imperialismo efetivamente se realiza. Este procedimento analítico coloca o desafio de fazer as reflexões necessárias relacionando teorias e fatos, de modo a identificar e compreender como os processos de ordem geral realizam-se em âmbito particular. E, em contrapartida as teorias e os conceitos, enquanto instrumentos de análise, permitiram que esse particular elucidado iluminasse a generalidade dos processos estudados relativos a exploração do amianto em Minaçu-Goiás. O recorte empírico da pesquisa é a *indústria do amianto* – no que ela tem de mais *universal* – e a *cidade de Minaçu* em Goiás – no que ela tem de *particular*. A primeira relação entre estes dois fenômenos é justamente o fato de a cidade de Minaçu-GO abrigar a terceira maior mina de amianto do mundo e única da América Latina e do Brasil em atividade. Portanto, a indústria do amianto no Brasil tem sua base nesta pequena cidade do interior do Estado de Goiás à que pouca importância é dada nos mapas. No entanto, a cidade de Minaçu está no centro dos debates sobre os malefícios causados pelo amianto à saúde humana. A pergunta que se faz é: que espaço urbano é esse instituído pela indústria do amianto que domina e controla várias dimensões do viver na cidade de Minaçu-GO? Para tentar responder a esta pergunta propõe-se a tese da *urbanização autoritária*.

Palavras-chave: Imperialismo. Urbanização. Cidade. Urbano. Saúde.

ABSTRACT

This research starts with the analysis of the Imperialism as a stage of the today's capitalism and goes on to establish its relation with urban space and asbestos mining industry. Other topics connected to the asbestos industry are put together in this study such as: labor, worker's health condition exposed to asbestos and social movements that defend a ban on asbestos mining and commercial activity. The generic/universal form of the Imperialism expresses itself concretely in many diverse ways in different places/portions of the World. Every single portion reveals the World in that place and compounds the mosaic of places which forms the imperialist social totality. This analytical procedure puts the challenge of making the necessary reflexions with theories and facts in order to identify and understand how general processes are translated to particular contexts. By doing so, theories and concepts as analytical tools helped that from a particular case study in light of Minaçu, a more general process regarding asbestos was better apprehended. This research empirical context is the asbestos mining industry in general – and the city of Minaçu in Goiás State (Brazil) – a particular site. The linkage between particular and general is the fact that Minaçu town (GO) has in its site the third largest asbestos mining ore in the World and the only in activity in Latin America and Brazil. Therefore, the mining industry in Brazil has its base in this small town in Goiás countryside. This city is almost unseen in national maps. That's why, Minaçu Town is the center of many debates concerning the risks asbestos causes to human health care. The main question cast here is: what kind of urban space completely dominated by this mining industry was created in Minaçu-GO? In order to address this question this study proposes the theory of authoritarian urbanization.

Key words: Imperialism, Urbanization, city, urban, health

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Negócios da família Schmidheiny no mundo -----	42
FIGURA 1 – Croqui da Jazida Maranhão elaborado pelos técnicos da SAMA durante sua primeira visita ao local em abril de 1962 -----	51
GRÁFICO 1- Estrutura acionária da Eternit – 2008 -----	56
MAPA 1 – Venda da fibra de amianto produzido em Minaçu para as indústrias de transformação. (Por Tonelada – 2010)-----	60
MAPA 2 – Estados e cidades no Brasil que possuem leis proibindo o uso do amianto -----	62
MAPA 3 – Localização do município de Minaçu (GO) -----	81
FOTOGRAFIA 1 – Vista aérea da cidade de Minaçu-GO, em destaque as cavas de amianto da SAMA. Ao fundo, o Lago de Cana Brava -----	82
FOTOGRAFIA 2 – Vista aérea da cidade de Minaçu-GO, emoldurada pela atividade de mineração de amianto e pelo Lago da Usina de Cana Brava -----	82
FIGURA 2 – Planta baixa da Vila Operária da SAMA -----	88
FOTOGRAFIA 3 – Outdoor estrategicamente posicionado na entrada/saída do aeroporto municipal de Minaçu-GO-----	90
FOTOGRAFIA 4 – Outdoor posicionado em importante via de acesso ao ponto turístico da cidade de Minaçu (GO), a Praia do Sol -----	91
FOTOGRAFIA 5 – Outdoor na portaria da SAMA -----	91
FOTOGRAFIA 6 – Outdoor localizado em área periférica da cidade de Minaçu (GO) -----	91
FOTOGRAFIA 7 – Vista panorâmica de Minaçu-GO: em primeiro plano a banca de rejeitos, as instalações da SAMA e vista parcial de uma das cavas. Ao fundo, avista-se parte da cidade -----	94
FOTOGRAFIA 8 - Bancada de rejeitos de serpentinito vista a partir da Praia do Sol, ponto turístico da cidade -----	94
FOTOGRAFIA 9 - Estande da SAMA durante a XIII Expoagro de Minaçu – 2.013-----	103
GRÁFICO 2 – Doações financeiras da SAMA Minerações Associadas nas eleições de 2004 – 2012-----	125
GRÁFICO 3 – Municípios que mais receberam doações financeiras da SAMA	

entre as eleições de 2004 a 2012-----	124
GRÁFICO 4 - Doações financeiras da SAMA para partidos políticos em Goiás nas eleições de 2010-----	126
FIGURA 3 - Cartaz da campanha de mobilização da população de Minaçu (GO) para participação de manifestação a favor da continuidade do uso do amianto.-----	128
FOTOGRAFIA 10 - Avenida Maranhão no dia 26 de março de 2012 às 12:30hs. Em dias “normais” o tráfego de pessoas e automóveis é intenso-----	129
FOTOGRAFIA 11 - Ponto inicial da concentração da população, na portaria da SAMA. Um verdadeiro cordão humano se estendeu deste ponto inicial até abarcar toda a empresa -----	130
FOTOGRAFIA 12 - Mostra o tamanho da manifestação pró-amianto iniciada em frente a SAMA.-----	130
FOTOGRAFIA 13 - Presença da SAMA na assistência social em Minaçu-GO-----	132
QUADRO 2 - Países em que há proibição do amianto e ano dessa proibição.-----	138
MAPA 4 - Proibição do uso do amianto no mundo -----	139
MAPA 5 - Exportação brasileira de fibras de crisotila por país, em toneladas (1.995 a 2.010) -----	140
FOTOGRAFIA 14 - Rejeitos espalhados de forma aleatória na Caatinga baiana -----	147
FOTOGRAFIA 15 - Lago formado na cava de amianto de Bom Jesus da Serra – BA -----	148
FOTOGRAFIA 16 - Cavas A e B resultado da extração do amianto. Ao fundo, bancada de rejeitos de serpentinito -----	150
FOTOGRAFIA 17 - Montanha de rejeitos de serpentinito com camada superior ainda descoberta -----	154

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da produção brasileira de amianto – 1967-2011 -----	54
TABELA 2 – Número de trabalhadores na lavra x produção de serpentinito: 1995 – 2007-----	96
TABELA 3 – Número de trabalhadores no beneficiamento x produção da fibra: 1995 – 2007-----	96
TABELA 4 – Postos de trabalho gerados pela SAMA entre 2008-2011 -----	98
TABELA 5 – Participação dos setores econômicos na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minaçu- GO: 2007-2012 (mil R\$) -----	99
TABELA 6 – <i>Royaltys</i> gerados pela exploração do amianto – 1996-2011 ----	100
TABELA 7 – Quantidade e valor da comercialização de amianto – 1.996- 2011 -----	102
TABELA 8 – Consumo de água no processo de exploração de amianto pela SAMA – 2008-2.011 (m³) -----	150
TABELA 9 – Consumo de energia elétrica em Minaçu-GO – 2005-2011 (Mwh) -----	153

LISTA DE SIGLAS

ABEA - Associação Baiana dos Expostos ao Amianto/Simões Filho - BA

ABEA - Associação Baiana dos Expostos ao Amianto/Poções - BA

ABREA – Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGEA – Associação Goiana dos Expostos ao Amianto/Minaçu - GO

AMEA – Associação Mineira dos Expostos ao Amianto/Contagem - MG

AMIGO – Associação Amigo do Amianto de Goiás

ANDEVA – Associação Nacional de Defesa das Vitimas do Amianto

APEA – Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto/Recife - PE

APREA – Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto/São José dos Pinhais -
PR

BM – Banco Mundial

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CEA – Comitê de Estudos do Amianto

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CENTRUS – Fundo de Pensão do Banco Central (Previdência Privada)

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CMI – Centro de Mídia Independente

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CPIB – Companhia Progresso Industrial do Brasil

DEM - Democratas

DÍNAMO – Fundo de Investimentos em Ações

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EPM – Escola Paulista de Medicina

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

FMI – Fundo Monetário Internacional

IARC – Agência Internacional para Pesquisa do Câncer

IBC – Instituto Brasileiro Crisotila

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCOR – Instituto do Coração

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUM – Imposto Único sobre Minerais

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

METAGO – Metais de Goiás

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MME – Ministério de Minas e Energia

MPT – Ministério Público do Trabalho

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

OSCIP – Organização Social de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMDB – Partido Mobilização Democrático Brasileira

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

SAMA – Minerações Associadas

SANEAGO – Saneamento de Goiás

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

SESI – Serviço Social da Indústria

SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIC – Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás

SUS – Sistema Único de Saúde

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2 – IMPERIALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO -	21
2.1 Uma breve reflexão histórico-estrutural sobre o imperialismo	21
2.2 A cidade e o urbano nas tramas do imperialismo	34
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO DO AMIANTO	40
3.1 A trajetória da família Schmidheiny e o negócio do amianto	40
3.2 O capital-amianto no Brasil e a política mineral brasileira	46
3.3 As reações às leis estaduais que proíbem o amianto em alguns estados brasileiros: As ações Diretas de Inconstitucionalidade.....	59
CAPÍTULO 4 – “URBANIZAÇÃO AUTORITÁRIA”: A CONDIÇÃO DO URBANO EM MINAÇU-GO	64
4.1 A política da “Marcha para o Oeste” e sua influência na urbanização em Goiás	64
4.2 A emancipação política de Minaçu-GO	68
4.3 Modelos de urbanização autoritária	72
4.4 Alguns exemplos de “urbanização autoritária” no Brasil	75
4.5 Cidade de Minaçu-GO, produto do império do amianto	80
CAPÍTULO 5 – A GEOGRAFIA DA SAÚDE E A FORÇA DESTRUTIVA DO CAPITAL	107
5.1 Pesquisas médico-científicas e Constatação das doenças causadas pelo amianto	113
5.2 O capital-amianto e o Estado: aliados na produção do silêncio das vítimas e na defesa do uso controlado do amianto	121
5.3 Os movimentos sociais e a luta pelo banimento do amianto	133
5.4 A força destrutiva do capital-amianto	144

CAPÍTULO 6 – O TRABALHO E A VIDA-----	157
6.1 Como os malefícios do amianto foi percebido pelos trabalhadores-----	158
6.2 Acordo e indenizações-----	161
6.3 Os exames e a ocultação da verdade sobre a saúde dos ex-trabalhadores-----	165
6.4 Como os ex-trabalhadores percebem o sindicato-----	170
6.5 Como os ex-trabalhadores percebem a empresa-----	173
6.6 O amianto na legislação brasileira e em outros países-----	177
6.7 A discussão sobre o amianto chega ao Supremo Tribunal Federal-----	184
 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	 191
 REFERÊNCIAS -----	 196
 APÊNDICES-----	 207
 APÊNDICE A – Transcrição da entrevista realizada com Lúcia de Souza e Silva e sua irmã Cláudia, filhas do Sr. Manoel de Souza e Silva (ex-trabalhador da SAMA falecido por câncer provocado pelo amianto) -----	 208
 APÊNDICE B – Transcrição da entrevista com o Sr. Gerson Flauzino trabalhador aposentado da SAMA doente com asbestose-----	 215
 APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com o Sr. Antônio Flauzino Filho ex-trabalhador da Sama, irmão do Sr. Gerson Flauzino, e também doente de asbestose e placa pleural-----	 220
 APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, ex-trabalhador da SAMA, com nódulos calcificados nos pulmões-----	 224
 ANEXOS-----	 230
 ANEXO A - A judicialização da questão do amianto no Brasil: leis federais, estaduais e municipais. -----	 231

INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora se apresenta ocupou-se do debate sobre o imperialismo como modo de ser do capitalismo contemporâneo e sua relação com o espaço urbano visto a partir da indústria do amianto e, conseqüentemente, é perpassada por temas como trabalho, saúde dos trabalhadores expostos ao amianto e movimentos sociais que defendem o banimento deste mineral. A forma genérica/universal do imperialismo expressa-se concretamente sob formas diversas nos diferentes lugares/partes do mundo. Cada parte, anunciando o mundo no lugar, compõe o mosaico de lugares que formam a totalidade social imperialista. Do ponto de vista do método de interpretação, isto impõe pensar a partir da dialética do *universal-particular* refletida no modo pelo qual o imperialismo efetivamente se realiza. Este procedimento analítico coloca o desafio de fazer as reflexões necessárias relacionando teorias e fatos, de modo a identificar e compreender como os processos de ordem geral realizam-se em âmbito particular. E, em contrapartida as teorias e os conceitos, enquanto instrumentos de análise, permitiram que esse particular elucidado iluminasse a generalidade dos processos estudados relativos a exploração do amianto em Minaçu-Goiás.

O objeto da pesquisa é, pois, a *indústria do amianto* no contexto do imperialismo – no que ela tem de mais *universal* – e a *cidade de Minaçu* em Goiás – no que ela tem de *particular*. A primeira relação entre estes dois fenômenos é justamente o fato de a cidade de Minaçu-GO abrigar a terceira maior mina de amianto do mundo e única da América Latina e do Brasil em atividade. Portanto, a indústria do amianto no Brasil tem sua base nesta pequena cidade do interior do Estado de Goiás a que pouca importância é dada nos mapas. A cidade de Minaçu está no centro dos debates sobre os malefícios causados pelo amianto à saúde humana.

Pressupõe-se que a indústria do amianto é uma forma imperialista particular no interior do imperialismo, pois é um ramo do conjunto do capital. Para nomear esta forma particular de imperialismo cria-se, nesta pesquisa, a noção de *império do amianto*. A sua história que é parte constituinte da história do imperialismo, ambas são narradas no decorrer do texto. As práticas política, econômica, cultural e social que caracterizam o império do amianto são analisadas a partir da realidade de

Minaçu-GO. O objetivo desta pesquisa é explicar alguns aspectos da trama do império do amianto na produção de uma cidade para si. Uma cidade que foi produzida *pela e para* a indústria do amianto e que tem servido como condição geral de produção e reprodução de toda a cadeia produtiva do capital-amianto. Esta cidade é Minaçu-GO, que surgiu em função da mineração de amianto, foi obra da empresa SAMA Minerações Associadas, que compõe a estrutura organizacional do império do amianto e é controlada pela Eternit.

Ao chegar a Minaçu-GO pela primeira vez, a primeira coisa que vi, foi uma enorme montanha de rejeitos de rochas de amianto, produzidos pela indústria de mineração, perfeitamente sobrepostos em camadas horizontais. Só depois avistei a cidade. Da cidade vê-se, de vários pontos, aquela formação. Perguntei-me: o que esconde e o que revela esta geomorfologia criada pelas máquinas? E pensei que fosse preciso remover camada por camada, analisando-as, para tentar enxergar o que há nelas e além delas. Esta é uma metáfora de método de interpretação que tentar-se-á utilizar nas páginas que seguem nesta pesquisa.

A perspectiva adotada nesta investigação é a dialética-materialista, porque a problemática a ser estudada relativamente ao amianto em Minaçu, exige compreender as bases materiais de todo o processo e de seus desdobramentos ao nível da sociedade como um todo. Trato, portanto da construção da cidade e da produção do urbano pelo capital-amianto em um processo denominado aqui de “urbanização autoritária”. Neste sentido, inicialmente é preciso estabelecer as relações entre a teoria do imperialismo e a geografia concreta do lugar, impregnada pelas relações de classes postas pelo movimento geral do capitalismo-imperialismo e pelo movimento mais específico do império do amianto na relação com Minaçu-GO.

Há, como se sabe, uma vasta literatura sobre o imperialismo. O clássico trabalho de Lênin, “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”, escrito em 1917, no qual ele destaca os fundamentos imperialistas que levaram à Primeira Grande Guerra tais como “a conquista, a pilhagem, a rapina”, a tentativa de reordenamento do espaço mundial em benefício do capital financeiro e a fusão entre o capital industrial e o capital bancário que originou o capital financeiro e o monopólio. Há as reflexões de Rosa Luxemburgo polemizando com Lênin, referencial importante para aqueles que se aventuram discutir esta temática. Há o trabalho de David Harvey, retomando as ideias de Luxemburgo.

Genericamente o imperialismo pode ser entendido como o domínio dos grandes monopólios industriais e financeiros sobre todo o mundo associado às burguesias nacionais e locais. Neste sentido, é preciso não perder de vista o sentido de totalidade, ou seja, é preciso saber conceber o *mundo no lugar* e o *lugar no mundo*, e o sentido de parte, o particular, como expressão sintética do encontro do universal com o singular. Isto consubstancia-se no método de interpretação aqui assumido. Estabelecer as correlações possíveis e necessárias da teoria e da prática do imperialismo com o processo de produção do espaço urbano é o objetivo do **segundo capítulo**.

Não é suficiente para esta pesquisa estudar o imperialismo pelo lado de fora, ou seja, compreender sua forma geral de existência histórico-estrutural; é preciso compreendê-lo a partir de dentro, ou seja, de dentro para fora, demonstrando assim os seus níveis de atuação, dos mais abrangentes até a escala do lugar.

A criação da cidade de Minaçu-GO significou inicialmente para a empresa SAMA enorme imobilização de capital, na forma de capital fixo. Além disso, por um tempo considerável a empresa tomou o papel do Estado na implementação da infraestrutura urbana, abertura de ruas, geração de energia, serviços médico-hospitalares, odontológicos, de assistência social e de lazer, entre outros. A produção e manutenção de tudo isso, evidentemente, implicou no aumento dos custos de produção da empresa que, para compensá-los, explorará ao máximo o trabalho e todas as forças produtivas e estenderá seu poder para todos os espaços de reprodução da sociedade. Depois devolverá ao Estado algumas responsabilidades, mas mantendo-o ao seu serviço. Tratou-se, enfim, da implantação de uma unidade produtiva destinada à exploração da ocorrência em jazidas de amianto/asbesto, e do seu beneficiamento. Foi em função de tais necessidades que se foi estruturando uma cidade; uma cidade-fábrica.

Tudo veio de fora, aliás, veio de longe, como se verá.

Pretende-se aqui remontar os aspectos mais essenciais de uma história escusa, repleta de lacunas e polêmicas que buscar-se-á apreender da forma mais inteligível possível. Objetiva-se encontrar as raízes históricas sobre as quais se ergueu um verdadeiro império, o império do amianto. É na esteira da expansão geográfica do capitalismo imperialista cujo centro de irradiação é a Europa, que o capital amiantífero se difunde e instala-se em diversos países de economia avançada e, sobretudo, nos de economias menos desenvolvidas na periferia

capitalista, principalmente na América Latina. No Brasil, a centralidade da discussão é a SAMA Minerações Associadas, por ela ser o ponto germinal de toda a cadeia produtiva deste mineral. Observar-se-á acuradamente sua relação com a cidade Goiana de Minaçu, onde esta empresa mineradora está instalada. Objeto de análise e discussão do **capítulo terceiro**.

À primeira vista a necessidade de transferir estes custos de implantação da empresa, não diretamente relacionados à extração de amianto, mas ligados à criação de condições gerais, sociais para a produção (arruamento, fornecimento de água, abastecimento em gêneros de primeira necessidade, eletricidade,) e distribuí-los para o conjunto da sociedade incita o surgimento de um discurso e uma ação para a emancipação administrativa e política de Minaçu. Os protagonistas dessa empreitada formarão uma classe política local com estreitos laços com a empresa, que passa, assim a responder no plano político pelos interesses econômicos da empresa. A empresa se apodera econômica e politicamente da cidade, produz um “urbano autoritário”, no qual dominam as concepções e regras do funcionamento da empresa. Assunto que será tratado no **capítulo quarto**.

No **quinto capítulo** da tese consta a discussão sobre a lógica destrutiva do capital, especificamente é uma análise da força destrutiva do capital-amianto que tem devastado tanto a natureza quanto trabalhadores que lidam com este mineral. A revisão bibliográfica das pesquisas médicas demonstrou que a associação entre o amianto e algumas doenças graves é conhecida na literatura médica desde o início do século XX. Apresenta-se também neste capítulo a reação dos trabalhadores expostos ao amianto, que se organizaram em movimentos sociais de luta pelo banimento desta substância perigosa à saúde humana. A relevância do tema da saúde e suas correlações com o ambiente – não só físico-natural, mas também social – se impõe de tal forma que abriu mesmo uma vertente no seio do pensamento geográfico que passou a abordá-la. Os fundamentos teóricos da Geografia da Saúde permitem avançar no debate acerca da relação do processo de produção do espaço urbano de Minaçu-GO e o risco de adoecimento da população exposta à poeira de amianto. Respirar as fibras de amianto em suspensão no ar pode provocar diversos tipos de doenças do aparelho respiratório, a fibrose pulmonar (asbestose), câncer de pulmão, mesotelioma, e doenças da pleura (espessamento difuso da pleura) e placas pleurais.

No **sexto capítulo**, “*O trabalho e a vida*” teve o intuito de dar voz aos próprios sujeitos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns ex-trabalhadores da SAMA. Percebemos o drama vivido por eles, acometidos por doenças provocadas pela inalação de fibras de amianto devido à exposição a substância ao longo de sua vida de trabalho na empresa. O império do amianto alcança, assim, o nível mais elementar de atuação, qual seja o cotidiano vivido por estes trabalhadores, o fio de esperança que eles mantêm no tratamento de uma doença incurável, como é a asbestose, adquirida no ambiente de trabalho. Será demonstrado como os trabalhadores enxergam a empresa e como percebem a atuação do sindicato. O que eles têm a dizer sobre o acordo firmado entre os trabalhadores doentes e a SAMA, o valor das indenizações pagas pela empresa.

Estes são alguns dos temas tratados neste capítulo. Ainda, neste mesmo capítulo será retomada a discussão iniciada no capítulo 3, e apresentamos como o Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema do país, tem se posicionado sobre o tema. Ver-se-á que há entendimentos diferentes sobre controlar e ou banir o uso do amianto. Já existem leis estaduais que procuram disciplinar a matéria e objetivam a proibição do amianto em algumas unidades da federação. Mas, existe também uma reação muito viva de setores da sociedade que são pró-amianto; chegam até questionar a constitucionalidade destas leis estaduais.

A metodologia da pesquisa baseou-se em ampla revisão do referencial bibliográfico sobre a temática enfocada. Buscou-se realizar também levantamento de dados, o maior possível, dos aspectos econômicos, sociais e políticos, que envolvem a indústria de mineração de amianto e a cidade de Minaçu-GO. Destaca-se aqui o Anuário Mineral Brasileiro publicado todos os anos pelo DNPM, e os Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados pela SAMA anualmente. Foi possível a utilização de farto material sobre o amianto veiculado pela imprensa nacional e até mesmo internacional, graças ao acesso à internet; esta que foi, também, fundamental para penetrar nos meandros da polêmica sobre o amianto. Fizemos também uso de material fotográfico na tentativa de retratar determinados aspectos do quadro paisagístico da cidade de Minaçu, bem como, tentar captar o discurso da empresa através de *outdoors* espalhados em pontos estratégicos do espaço urbano. Foram aplicados questionário em uma universidade local sobre a temática do amianto e também utilizamos o recurso de entrevistas com os diversos sujeitos

sociais envolvidos na trama. Os vários elementos metodológicos da pesquisa nos aproximaram do real permitindo a construção do nosso objeto de pesquisa.

O capitalismo avança e se desenvolve disforme e desigualmente no tempo e no espaço, imprimindo-lhes sua feição perturbadora da “ordem”. A configuração da geografia do capitalismo contemporâneo permite tal afirmação, na medida em que vivencia-se temporalidades e espacialidades comandadas por forças produtivas extremamente desenvolvidas num lugar, enquanto noutros lugares o desenvolvimento capitalista ainda requer a criação de condições gerais de produção. Diante dessas considerações, está implícita a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, classicamente desenvolvida no seio do marxismo por Lênin e Trotsky, entre outros, e a leitura geográfica desta teoria feita por David Harvey. Tenta-se, assim, chegar a uma explicação satisfatoriamente inteligível sobre o tema proposto.

A implantação da SAMA em Minaçu data do final da década de 1.960, momento em que o fordismo enquanto regime de acumulação e controle social apresenta sinais de esgotamento nos países de economia avançada e o capitalismo precisa, então, impor uma reestruturação produtiva para a continuidade da reprodução e acumulação de capital. A esperança e a euforia do “progresso” e do “desenvolvimento” são implantadas pela empresa nos rincões do Cerrado de Goiás. Nesse sentido observa-se o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que penetra tardiamente nas regiões de fronteira do capital em relação às formações socioeconômicas capitalistas já há muito tempo consolidadas.

Com a agravante de que também é desigual a legislação relativamente a extração e ao uso do amianto nos diferentes países. De modo que o capital amiantífero migra pelo mundo até encontrar também condições jurídicas mais convenientes, mais vantajosas de exploração.

Este estudo se debruça na história de uma empresa mineradora: a SAMA Minerações Associadas, que se territorializa entre serras e morros recortados pelo Rio Tocantins – lá ainda conhecido como Rio Maranhão – para ali explorar o amianto, para ali construir uma cidade. Condição sem a qual seria impossível operacionalizar a reprodução do seu capital.

A força do desenvolvimento do capitalismo como lógica geral de progresso ao se implantar gera necessariamente as contradições que lhe são inerentes e que o acompanham, cujos aspectos mais salientes são a destruição da natureza e a desarticulação dos modos de vida ali presentes.

CAPÍTULO 2

IMPERIALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

2.1 Uma breve reflexão histórico-estrutural sobre o imperialismo

Neste capítulo pretende-se proceder, primeiramente, a uma reflexão histórico-estrutural sobre o imperialismo, entendido sinteticamente, como “a expansão e o domínio dos grandes monopólios industriais e financeiros sobre o mundo”, (GONÇALVES e AZEVEDO, 1982, p. 26) valendo-se da associação com as burguesias nacionais e locais. Para isso é pertinente um diálogo com autores que se dedicaram a pensar a história a partir desta categoria de análise. Depois, atentar-se-á às relações entre o imperialismo e a produção do espaço urbano.

O imperialismo contemporâneo, que pôde contar com o determinismo geográfico para legitimar e impulsionar sua expansão até que alcançasse todo o mundo, tem sido denominado por muitos estudiosos de “globalização” ou de “mundo globalizado”. No entanto, chamar este processo de generalização do capitalismo a partir da unificação do mercado mundial de globalização ou mundialização, é não ater-se ao caráter naturalizante e despolitizante que estes termos carregam. Para Santos (2003, p. 07) a “categoria ‘Imperialismo’ [é] a mais abrangente, direta e contundente para a identificação do capitalismo [...] categorias como globalização, mundialização e congêneres não passam de eufemismos.” Por essa razão, corroborando com o autor, elege-se neste trabalho o termo imperialismo por considerar-se inadequados e insuficientes para o estudo do tema em questão, os termos globalização ou mundialização.

Magdoff (1978, p. 22) respondendo a estudantes que o questionavam se realmente o imperialismo é necessário, disse que: “o imperialismo não é questão de escolha para uma sociedade capitalista: *é seu modo de vida*”, que se realiza e se expressa no espaço-tempo mundial. O imperialismo dotado da capacidade de instituir um espaço e um tempo adequado a si próprio a partir da destruição e/ou da subjugação de espacialidades e temporalidades pré-capitalistas ou não-capitalistas, impõe relações sociais de produção cuja lógica, é a de produzir cada vez mais mercadorias para a acumulação do capital. A reprodução desta lógica da

acumulação, permite que as relações sociais de produção que a engendraram se repita de forma cada vez mais ampliada e expansiva.

O capitalismo dispõe na vida cotidiana uma quantidade incomensurável de objetos “que tendem a ditar aos homens o que devem fazer e como devem agir e reger o que lhes sobra de relações humanas” (GRANOU, 1975, p. 13). A diversidade de formas e conteúdos sociais que estes objetos contêm conforma o arranjo espacial do imperialismo, do qual uma das formas, é o espaço urbano que faz mais bem sentir o peso do turbilhão da vida social moderna, como observou Berman (1986).

As transformações do capitalismo no final do século XIX e no início do século XX, como o surgimento de grandes empresas e bancos, a concentração e centralização da produção através do processo de formação de *trustes*, *cartéis*, *oligopólios* e *monopólios*, foram tomadas como uma fase superior do desenvolvimento do capitalismo, por muitos chamada de imperialismo. Este momento da história foi objeto de reflexão e interpretação de vários teóricos da época, como: Hobson, Hilferding, Lênin, Kautsky, Luxemburgo, Bukarin.

Duas obras que marcaram a reflexão sobre o imperialismo no início do século XX foram a do economista inglês John Atkinson Hobson, *O Imperialismo*, publicado em Londres e em Nova Iorque em 1902, e a do marxista austríaco Rudolf Hilferding, *O capital financeiro* que, segundo Lênin (2010, p. 15) “constitui uma análise teórica extremamente valiosa da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”. Estas obras foram referências fundamentais na interpretação que Lênin faria, em 1916 no seu livro: *O Imperialismo: Fase superior do capitalismo*. A interpretação de Lênin indicava que o capitalismo estava penetrando numa nova etapa, o velho capitalismo concorrencial da época de Marx caducava e emergia uma fase particular do seu desenvolvimento: o imperialismo.

Lênin (2010, p. 21) parte das interpretações de Marx de que a livre concorrência “gera a concentração da produção e que essa concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora, o monopólio é um fato”. Na perspectiva leninista, o imperialismo possui data de nascimento, ou seja, surge em determinado momento histórico: quando a livre concorrência – lei natural para os analistas burgueses de até então – dá lugar aos monopólios. Ainda de acordo com Lênin (2010, p. 21) “o verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos

encontramo-lo, no máximo, na década de 1860”. Ele resume da seguinte forma a história dos monopólios:

- 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis;
- 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda um fenômeno passageiro;
- 3) Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNIN, 2010, p.23).

Nesta fase não é que a concorrência desapareça, mas ela passa a ocorrer cada vez mais entre um pequeno grupo de capitalistas que dominam setores econômicos estratégicos da sociedade, na medida em que a fusão entre capitais permite a poderosos grupos econômicos absorverem ou subjugar os capitais de menor porte. Para Lênin (2010, p. 87 – 88),

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, deveria-se dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por uma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

A dominação do grande capital na vida econômica da sociedade apresenta cinco aspectos fundamentais. Segundo Lênin (2010, p. 88) são eles:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância relativamente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

A expansão do mercado capitalista para todo o globo tornada possível na era do monopólio, levou à divisão internacional do trabalho entre países opressores (colonizadores) e oprimidos (colonizados), sustentada pelo capital financeiro na exportação, não mais de mercadorias, mas, de capital e na política colonial. As grandes empresas passam a investir nos países dominados e exportam para estes países seus capitais, pois, assim, a taxa de lucro é muito mais elevada. Conforme argumenta Lênin (2010, p. 62), “nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários são relativamente baixos, e as matérias-primas baratas”. A tendência à monopolização de todas as fontes de matérias-primas busca eliminar toda a possibilidade de concorrência quando retira do adversário o controle sobre elas. Nesse sentido, Lênin (2010, p. 82) afirma que:

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que tem importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível e as terras hoje não-aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos [...] se forem investidos grandes capitais. [...] Daí a tendência inevitável do capital financeiro de ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. [...] o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de territórios, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

Lênin enfatizou muito bem o interesse do capital financeiro pelo controle e monopólio das fontes de matérias-primas. Do mesmo modo, Magdoff (1978) analisou a história da luta pelo controle do minério de ferro e do carvão coque no continente europeu, mas, segundo ele, “mais importante ainda foi a ânsia de obter o controle de territórios distantes, cujo valor assumia nova relevância” (MAGDOFF, 1978, p. 29). Nesta fase de desenvolvimento capitalista, que para Lênin configurou-se numa etapa superior do modo de produção capitalista, as indústrias buscavam em toda parte os elementos básicos indispensáveis para sua existência, ou seja, os mercados locais de matérias-primas tornaram-se insuficientes para suprir a voracidade do capital. Bernardo (2004, p. 42), sobre as alterações na divisão internacional do trabalho, pelo capitalismo monopolista, afirma:

[...] com o desenvolvimento monopolista a expansão europeia mudou completamente de características, em vez de ter como função única a penetração comercial, passou a ser orientada em primeiro lugar pela exportação de capital e em segundo pela importação de matérias-primas.

A exportação de capital pode ser entendida como propagação do sistema de trabalho assalariado, na medida em que entende-se capital como relação social, assim como demonstrou Marx. A demarcação de uma data histórica específica – final do século XIX – para o surgimento do imperialismo tem sofrido frequentemente objeções de teóricos e comentadores do livro de Lênin. Para Magdoff (1978, p. 23) o motivo principal da polêmica,

[...] é o fato de muitos traços considerados característicos do imperialismo serem encontrados desde os primórdios do processo e ao longo de toda a história do capitalismo: a urgência de desenvolver o mercado mundial, a luta pelo controle das fontes de matérias-primas, a caça competitiva às colônias e a tendência à concentração do capital.

Neste sentido, o modo de produção capitalista teria sido mundial desde seu princípio e a expansão imperialista deste sistema ser-lhe-ia imanente, o que não quer dizer que ele não poderia conhecer diversas fases. Magdoff (1978, p. 23) é enfático: “existem boas e suficientes razões para demarcar claramente um novo período nos negócios do imperialismo mundial”, entre os quais ele destaca duas,

A Inglaterra não é mais, como potência industrial, líder indiscutível. Surgem em cena, fortes rivais industrializados – os Estados Unidos, a Alemanha, a França e o Japão. Segundo, dentro de cada uma das nações industrializadas, o poder econômico desloca-se para um número relativamente pequeno de grandes firmas financeiras e industriais integradas. (MAGDOFF, 1978, p. 23-24).

Rosa Luxemburgo atesta que a expansão capitalista é imanente ao capital, mas diferentemente de Lênin não concorda que o imperialismo é apenas uma etapa do desenvolvimento capitalista. Para Luxemburgo (1985, p. 245-246), o imperialismo é uma característica intrínseca do capitalismo, porque

Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social.

Singer (1985, p. 41, grifos nossos), na apresentação do livro *Acumulação do capital*, de Rosa Luxemburgo, ressalta que:

[...] além de condicionar e explorar o entorno não capitalista, o capital na verdade o destrói, para tomar seu lugar, tendendo assim a expandir incessantemente o modo de produção capitalista, até moldar todo o mundo à sua imagem. *Esta é a base econômica do imperialismo, que não é uma fase específica da história do capitalismo, mas o acompanha, como força expansiva desde a origem.*

Luxemburgo (1985) contesta a ideia de Marx sobre a reprodução e acumulação do capital causando polêmica entre marxistas. Para ela, Marx “procura descrever o processo de acumulação partindo do pressuposto de que os capitalistas e operários são os únicos representantes do consumo social” (LUXEMBURGO, 1985, p. 239). Por isso, considerando, no processo de acumulação, entre outras coisas, a realização da *mais-valia*, primordial para a acumulação do capital, Luxemburgo propõe a tese de que “prescindindo-se do fundo de consumo dos capitalistas, por uma questão de simplicidade, a realização da *mais-valia* exige, como primeira condição, um círculo de compradores fora da sociedade capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 239). Neste sentido, ela diz que “o aspecto decisivo é que a *mais-valia* não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais e sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Na medida em que o sistema capitalista avança por todo o globo terrestre subjugando e absorvendo formas de produção e sociedades não-capitalistas, como fica, então o esquema da acumulação defendido por Rosa Luxemburgo, sabendo-se que, para ela, é imprescindível para a acumulação do capital as formações sociais não-capitalistas. No entanto, deve-se atentar para o fato de que sua teoria da acumulação ter sido produzida e divulgada num momento histórico – início do século XX – em que era realidade em várias partes do mundo formações sociais ausentes de relações sociais de produção tipicamente capitalistas.

Outra passagem fundamental que destacamos de Luxemburgo (1985, p. 250-251, grifos nossos) é que:

[...] o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável, e da *mais valia* às formas de

produção não-capitalistas. Essas formas constituem o meio histórico que assiste ao desenrolar desse processo. Verdade é que, por si só, a hipótese do domínio geral e exclusivo do capital não basta para que a acumulação do capital se configure como tal, uma vez que sem o meio não-capitalista ela se torna inconcebível sob todos os pontos de vista. [...] *Existe uma diferença entre as condições de realização [da mais-valia] e as condições de ampliação dos capitais constante e variável* no condizente a sua forma material. [...] Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram ligadas às formas de reprodução pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital –, daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades.

A autora destaca a diferença entre as condições de realização da mais-valia e as condições da reprodução ampliada do capital constante (objetos e meios de produção) e do capital variável (força de trabalho). Sobre a realização da mais-valia ela enfatiza que o caso é diferente, pois:

[...] esta se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não-capitalistas. A existência de compradores não-capitalistas de mais-valia é, portanto, a condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital. (LUXEMBURGO, 1985, p. 251).

Portanto, a tese central de Luxemburgo (1985, p. 251) é a de que: “de uma forma ou de outra, enquanto processo histórico, a acumulação de capital, depende, sob todos os aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas”. Ela coloca acento no plano da realização da mais-valia, ou seja, sua teoria da acumulação está relacionada ao consumo social do excedente, que segundo ela no esquema da acumulação de Marx, fica restrito a capitalistas e operários. Conforme Luxemburgo (1985, p. 238), a acumulação capitalista “periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para ampliação constante do mercado”.

Assim, para Luxemburgo, as crises periódicas do capitalismo, não são apenas resultado da superprodução gerada pela falta de controle social, são também crises de subconsumo, relacionadas à “uma falta geral de suficiente demanda efetiva [nas sociedades capitalistas] para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz” (HARVEY, 2005, p.116), porque, a acumulação, logo a capacidade de produção, é sempre maior que a capacidade de consumo. Dessa forma,

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho em toda parte; para o

desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. (LUXEMBURGO, 1985, p. 251).

Conforme Harvey (2005, p. 116) “se essas formações sociais ou territórios relutarem em comerciar têm de ser compelidos a fazê-lo pela força das armas”. Rosa Luxemburgo considera este o aspecto essencial do imperialismo.

Harvey (2005, p. 117), concordando com a teoria do imperialismo de Luxemburgo, afirma que a “expansão geográfica do capitalismo, que está na base de boa parte da atividade imperialista é bastante útil para a estabilização do sistema precisamente por criar demanda tanto de bens de investimento como de bens de consumo alhures”. Para expandir-se é preciso antes passar a existir as mesmas condições de acumulação original ou primitiva que proporcionaram a existência do capitalismo numa dada área geográfica, as grandes potências capitalistas, conforme descritas por Marx, segundo Harvey (2005) proporcionaram a expansão geográfica do capitalismo,

Propõe Harvey (2005, p. 119) que “se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira”. O autor denomina os processos atuais de acumulação no novo imperialismo de *acumulação por espoliação*. Para ele, a acumulação por espoliação configura-se em uma tentativa de dar uma resposta ao problema da sobreacumulação, ou seja, ao montante de capital ocioso com dificuldade de realizar o valor. Segundo Harvey (2005, p.124),

[...] o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apoderar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo.

A financeirização da economia aprofunda-se na década de 1970. O ano de 1973 é emblemático, sobretudo pela Crise do Petróleo, pelo colapso do regime fordista, pelo fim do Estado de Bem Estar Social, pela crise do acordo de Breton Woods. Tudo indica que transformações histórico-estruturais estão ocorrendo no interior do modo de produção capitalista e exigem uma resposta rápida. O projeto neoliberal é a resposta política para tentar resolver a crise, sobretudo, através do seu vasto programa de privatizações (veja-se o caso da privatização da água na

Bolívia). O Brasil talvez tenha sido na América Latina – ao lado do Chile – o país onde o projeto neoliberal mais avançou em seu programa de privatização, um extraordinário ativo de capital foi transferido do Estado para a burguesia nacional e internacional, que passaram a controlar setores estratégicos da economia brasileira.

Nesse sentido, Harvey (2005) enfatiza que para além daqueles mecanismos de acumulação primitiva descritos por Marx, foram criados, no novo imperialismo instrumentos novos de *acumulação por espoliação*. Este fato o distingue do imperialismo do começo do século XX. Segundo Harvey (2005, p. 123), tem sido prática do imperialismo atual:

A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma e de sementes de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cuja práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água, e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de 'expropriação das terras comuns'. [...] A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem estar-social, a um sistema nacional de cuidados médicos), ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal.

Estas são algumas maneiras pelas quais a acumulação por espoliação pode ocorrer. Estes aspectos demarcam, segundo David Harvey, a especificidade do novo imperialismo. Neste sentido, pode-se dizer que Harvey faz uma importante releitura das questões aventadas por Rosa Luxemburgo no começo do século XX acerca dos problemas históricos da acumulação do capital. Ele parece enxergar no programa de reformas neoliberais a tentativa do capitalismo de produzir algo externo

a si mesmo para procurar contornar os problemas de sobreacumulação, que leva inexoravelmente às crises do sistema produtor de mercadorias.

Em obra recente, Fontes (2010) trava um diálogo interessante com Harvey. Ela o critica, contrapondo-se à ideia de que existe um *lado de fora do capital* e, mais ainda, que o próprio capital passou a produzir externalidades para garantir sua expansão avassaladora. As fronteiras do capital se reduziram bastante no decorrer do século XX, no entanto, ainda há “situações sociais nas quais preservam-se modalidades de existência distintas daquelas promovidas pelo capital” (FONTES, 2010, p. 66). O fato de serem praticadas outras formas de existência que não só a capitalista não quer dizer que estas outras formas estejam alheias à dinâmica do capital. Camponeses, indígenas, quilombolas, de uma ou de outra forma, constituem “não externalidades ou resquícios, mas lutas plenamente internas, que incluem a capacidade renovada de contrapor tradições diversas à forma aniquiladora da imposição generalizada do capital” (FONTES, 2010, p. 73). Neste sentido, para essa autora, os argumentos de Harvey parecem pouco convincentes, “exatamente num período em que a tendência mais dramática é a subordinação de todas as formas de existência ao capital” (FONTES, 2010, p. 73).

O conceito de imperialismo, como reinventado no século XXI pelos ideólogos neoconservadores, busca dissociá-lo de sua dimensão econômica. Reduzido à dimensão político-militar, esse conceito é retrabalhado no sentido de evitar qualquer vinculação com o capitalismo e, portanto, com a ideia de exploração. Esta forma de olhar o imperialismo remete, para John Bellamy Foster, a uma ideia positivada do conceito de “imperialismo como grande missão civilizadora”. As analogias entre o Estado Norte-Americano e os Impérios Romano e Britânico são comuns na mídia. De acordo com Foster (2006, p. 432) “tudo que se necessita para fazer deste conceito algo completamente útil é despojá-lo de suas velhas associações marxistas com a hierarquia econômica e a exploração, para não mencionar o racismo”.

Com o surgimento desta forma de tratamento do conceito de imperialismo, sumariamente desligado do aspecto econômico e atrelado apenas ao poder político, ao poderio bélico-militar do Estado-Nação, ele passa a ser visto não só como positivo, mas como indispensável para a imposição de parâmetros de justiça global sob a batuta dos Estados Unidos e seus aliados. A abstração dos motivos econômicos estadunidenses nas operações militares no Oriente Médio e Ásia, sobretudo os relacionados ao controle de mercados e matérias-primas como o

petróleo, é pouco explorada pela grande mídia, comprometida com os interesses norte-americanos. E também há o fato de que a indústria da guerra é um ramo importante de acumulação de capital, por isso, é preciso realizar a *mais valia* do setor de armamentos, que passa por vender armas, matar pessoas: homens, mulheres, crianças e velhos.

No discurso oficial as operações bélicas norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, a construção de bases militares na Ásia Central, o combate ao terrorismo após os ataques de 11 de Setembro ao World Trade Center possuem um claro conteúdo de garantir a liberdade e levar a democracia aos povos que vivem sob regimes políticos não-democráticos e não-livres. O imperialismo é tido como benévolo e fundamental para garantir a paz mundial e a libertação dos povos oprimidos. Assim, torna-se explícita a carga ideológico-cultural do conceito de imperialismo e sua completa dissociação do caráter de exploração econômica capitalista.

Conforme argumenta Foster (2006, p. 431) “durante quase todo o século XX, o conceito de ‘imperialismo’ foi excluído dos discursos políticos aceitáveis para os círculos dominantes do mundo capitalista”. De repente, dar-se-á a redescoberta deste conceito pela elite política norte-americana e por intelectuais comprometidos com a manutenção da ordem burguesa que bradam eloquentemente sobre a missão civilizatória do imperialismo. No entanto, “se o imperialismo está sendo redescoberto, isso só é feito dentro de certos limites ideológicos circunscritos” (FOSTER, 2006, p. 443).

Na mesma linha de raciocínio de Foster, Boron (2006, p. 461), apresenta a discussão em torno da ressignificação do conceito de imperialismo. Segundo esse autor “o imperialismo assoma com um novo rosto, envelhecido e rejuvenescido: se antes a expressão era considerada ofensiva, os novos desenvolvimentos históricos teriam de ressignificá-la, dotando-a de uma carga fortemente positiva”. Uma ressignificação a partir de princípios éticos, morais e políticos que impõe a necessidade de uma nação protetora, guardiã da democracia e da liberdade. Conforme Boron (2006, p. 461), o império passa a ter uma “obrigação humanitária”. São suas as palavras:

[...] os Estados Unidos aparecem como um benévolo império cuja função messiânica e redentora o impulsiona a deflagrar ‘guerras humanitárias’ para derrotar os malvados, levar a chama da

democracia aos mais apartados rincões do mundo e para consagrar a liberdade de comércio como a condição indispensável para a conquista e o desfrute de todas as liberdades e para o fortalecimento da democracia.

O fato é que a reformulação e a ressignificação do conceito de imperialismo tornou-o bem diferente e distinto da matriz marxista clássica – na qual Lênin e Rosa Luxemburgo, entre outros tecem severas críticas ao sistema capitalista. O que se nota, sobretudo a partir das formulações de Hardt e Negri em *O império*, é justamente a ausência do tom crítico e denunciativo da exploração e dominação de classe. Para Boron (2006, p. 470) “a proposta de Hardt e Negri é completamente inofensiva e em nada lesa os interesses do bloco imperial dominante”. Muito pelo contrário, sua argumentação serve muito bem aos interesses do *establishment*. Para estes autores o império existe sem uma prática imperialista, é o *império sem imperialismo*. Conforme Boron (2006, p. 472) “um império ‘pós-moderno e virtual’ que, por uma alquimia do conceito, pode sê-lo sem ser imperialista”.

Assim, para Hardt e Negri (2002, p. 308 apud BORON, 2006, p. 474) “a decadência do estado-nação é um processo estrutural e irreversível”, e em tempos de globalização são as empresas globais que governam o mundo. Este raciocínio minimiza em demasia o papel do Estado como ator fundamental da economia mundial; é uma análise próxima da dos ideólogos neoliberais. Neste aspecto, a crítica de Boron (2006, p. 474) ao pensamento de Hardt e Negri em *O império* coloca-se nos seguintes termos:

O raciocínio que propõem é o seguinte: dado que a globalização da produção e da circulação de mercadorias ocasionou a progressiva perda de eficácia e efetividade das estruturas políticas e jurídicas nacionais, impotentes para controlar atores, processos e mecanismos que excediam em grande medida suas possibilidades e que lançavam seus jogos em tabuleiro alheio às fronteiras nacionais, não teria sentido algum tentar ressuscitar o morto estado-nação. No entanto, toda a evidência que aportam os estudos sobre o capitalismo contemporâneo desmente taxativamente esta interpretação.

A tese neoliberal da redução do Estado como ator preponderante da economia mundial é negada, sobretudo, em momentos de crise econômico-financeira, quando o Estado é chamado a salvar bancos e empresas de crédito da bancarrota, como aconteceu na crise de 2008 nos Estados Unidos. O Estado aí está

para criar as condições para o capital se reproduzir e acumular, intervir quando necessário para dinamizar tal processo, “harmonizar” os ânimos entre o capital e o trabalho. Neste sentido, pode-se dizer que o Estado continua como ator fundamental da economia capitalista mundial.

Se o funcionamento do capitalismo contemporâneo produziu novidades, como a extrema financeirização e especulação da economia mundial; o capital financeiro assumindo a dianteira dos processos de acumulação, os Estados Unidos como potência imperialista guardiã dos valores democráticos e da liberdade e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como os agentes financeiros controladores da economia mundial. Conforme Boron (2006, p. 468), é que “o imperialismo hoje se reforça como um imperialismo cultural”, a partir da imposição de determinados valores e ideias, da circulação de imagens e símbolos que formatam comportamentos e modos de pensar tipicamente burgueses.

Contudo, em que pese as novidades trazidas pela história recente do capitalismo, os atores estratégicos continuam a ser os mesmos do imperialismo do início do século XX: os grandes monopólios industriais e financeiros que dominam o mundo com o apoio do Estado. Qual é a possibilidade de existir uma democracia plena e não apenas formal num mundo dominado pelos monopólios imperiais? Ao analisar a relação entre democracia e capitalismo, Wood (2006, p. 382) é enfática:

[...] o capitalismo é incompatível com a democracia, se por ‘democracia’ entendemos tal como indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e no qual os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida.

Fica evidente que para Wood (2006) a democracia burguesa não passa de uma grande farsa, de uma democracia restritiva que, na melhor das hipóteses aponta para a garantia de alguns direitos individuais e apela para um tipo de cidadania meramente passiva do cidadão transformado em consumidor. Em sua acepção o “capitalismo é estruturalmente antitético em relação à democracia [...] não existiu nunca uma sociedade capitalista na qual não tenha sido atribuído à riqueza o acesso ao poder” (WOOD, 2006, p. 382).

Este breve esboço histórico-teórico serviu para tentar compreender o imperialismo a partir do movimento do capital na história. Os cartéis, as fusões e

incorporações fizeram emergir corporações gigantescas que não eliminaram, mas, sim, elevaram a um nível superior a concorrência entre os monopólios, que passam a dominar e controlar setores estratégicos da sociedade e do mercado, deixando cada vez mais a vida em sociedade, em todas as suas dimensões, ser guiada pelos interesses e desejos do dinheiro e do lucro das grandes firmas, dos grandes bancos e do Estado, configurando um arranjo estrutural da geografia do capitalismo monopolista, melhor expresso no espaço urbano.

Esta expressão do capitalismo monopolista no espaço urbano é apresentada aos nossos sentidos pela paisagem urbana, que por ser também produto do capitalismo revela apenas a aparência dos processos sociais produtores deste espaço. A paisagem urbana, regida por um espaço-tempo fluido, parece pouco dizer sobre as relações sociais engendradas nas tramas da produção social do espaço urbano. Se é improvável para quem visita pela primeira vez a cidade de Minaçu em Goiás não se espantar diante da dimensão colossal das montanhas produzidas artificialmente pela mineração de amianto, que se sobressaem na composição da paisagem da cidade, para os moradores da cidade, imersos no cotidiano este quadro parece indiferente, eles se acostumam a ele.

No entanto, esta paisagem, fantasticamente assustadora quando “olhada de perto” pode, sim revelar as tessituras sociais envolvidas em sua construção, a partir de uma verdadeira “*geomorfologia do capital*”. Se revela, por exemplo, a doença, o sofrimento, a dor e a exploração do trabalho, o domínio econômico, político e social que a empresa mineradora SAMA exerce sobre a cidade, o que lhe permitiu a elaboração do consenso brutal junto à população, colocando sérios limites ao exercício da democracia, mesmo no plano burguês do termo, é porque os sentidos humanos são enganados diariamente. Como num truque de ilusionismo, o modo de vida capitalista imposto faz as pessoas verem o que ele quer que elas vejam – e ainda é aplaudido.

2.2 A cidade e o urbano nas tramas do imperialismo

Esboçar o funcionamento da sociedade capitalista numa escala abrangente é importante para se situar em problema específico neste movimento histórico maior, geral. No entanto, restringir-se a este procedimento é insuficiente para se

compreender as realidades concretas dos lugares, que é onde efetivamente a vida acontece e que formam a totalidade-mundo. Diante disso, é preciso passar a uma escala o mais próximo possível do real, para poder se pensar a cidade e o urbano nas tramas do imperialismo, ou seja, sob o domínio do capital monopolista.

Se a cidade é obra histórica, criação do homem anterior ao advento do capitalismo, o urbano é produto da fábrica. Por isso Lefebvre (2008, p. 84) admite que o urbano seja distinto de cidade, porque “ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade”. A implosão-explosão da cidade tradicional faz generalizar a realidade urbana, “a sociedade inteira se torna urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 84). Segundo Corrêa (1989, p. 66), a explosão-implosão da cidade, pode-se dizer, transforma-a em “lugar de trabalho, fábricas e escritórios, constitui-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais, constituem-se no local de reprodução”. A cidade, assim, é a manifestação do urbano, ainda que este, não se restrinja a ela.

Carlos (1994), em sua análise sobre o processo de reprodução do espaço urbano de Cotia-SP apresenta-o, sob dupla perspectiva. De um lado observa-o do ponto de vista do capitalista, que enxerga o espaço como capital fixo, destinado à reprodução do próprio capital; de outro, como meio de produção da vida, como valor de uso e consumo indispensável à reprodução da sociedade como um todo. Pensamos que o espaço deve ser apropriado para o *uso* coletivo, de acordo com o *uso* que o conjunto da sociedade pode fazer dele. Para Carlos (1994, p. 111), essa produção de um espaço dual é “para atender, de um lado, as necessidades da produção e da circulação de mercadorias, [...] e, de outro, à reprodução humana”. É a própria manifestação das contradições: o espaço transformado em mercadoria traz embutido em si duplo sentido: *valor de uso e valor de troca*.

Sobre o apoderamento da cidade pelo capital, Lefebvre (1973, p. 21) compreende que:

É neste espaço dialectizado [sic] (conflitual) que se consoma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico. Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser a fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa. O resultado disto foi uma vasta deslocação das contradições, cuja análise comparada e pormenorizada terá que ser prosseguida.

Nesta perspectiva, o espaço urbano engendra relações sociais de produção tipicamente capitalistas que vão estruturando a paisagem da cidade. O urbano, segundo Carlos, (1994, p. 84),

[...] é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social.

O espaço urbano é produto histórico-social da formação social capitalista, mas é também condição para o desenrolar da própria história material dos homens. Nesse sentido, é a expressão da história da vida dos homens no ambiente, mas não só no ambiente das cidades porque também o campo é alcançado pela expansão do *tecido urbano*. A cidade seria a forma, a base prático-sensível, uma estrutura morfológica em que a sociedade urbana acontece. Dessa forma, a cidade precede o urbano, que pode ser lido e interpretado a partir dela. A cidade expressa o trabalho humano objetivado espacialmente por uma determinada formação social e, por isso, reúne a soma de temporalidades do passado e do presente na permanente dialética entre o velho e o novo, daquilo que foi e daquilo que está sendo. O urbano é o processo, a dinâmica, o movimento que acelera a vida na cidade a partir de um momento histórico determinado. Conforme Santos (1996, p. 71), “a história de uma cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar”.

Assim, o urbano aparece como condição e produto histórico e social. A cidade é primeiramente a “projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 156). Se a formação social que determina a cidade é capitalista, o espaço urbano apresenta as contradições características desse sistema. O urbano é lugar do encontro, de todos os encontros e dos desencontros, da concentração da população, do capital e do trabalho, por isso lugar também do confronto, das alegrias e das tristezas, das necessidades materiais e espirituais. É o lugar do movimento, onde a vida acontece recheada de todas as relações possíveis.

A cidade é esse ambiente construído: casas, ruas, avenidas, estradas, prédios e praças e o ambiente da natureza posto em movimento a partir dos fluxos

dos homens e das mercadorias. Esse ambiente construído é, para Carlos (1994), a dimensão humana da paisagem, pois é trabalho que se materializa e imprime no espaço a marca humana, que adjetiva o espaço para “espaço geográfico”. Nesse sentido, “o espaço geográfico não é humano porque o homem o habita, mas porque, a cada momento histórico, o reproduz de acordo com os objetivos e necessidades da sociedade” (CARLOS, 1994, p. 57).

Para se tentar descortinar as relações do urbano com as tramas do imperialismo, ou as determinações do imperialismo no urbano, é imperativo tentar encontrar aquilo que efetivamente é a articulação entre os termos. Inicialmente pode-se considerar que o aumento exponencial do processo de urbanização, induzido inicialmente pela industrialização tende a generalizar a *forma valor*. Da Revolução Industrial advém um imperialismo que altera o conteúdo das exportações da Europa que, de exportadora de mercadorias passa a exportadora de capital e acaba por difundir no mundo todo relações capitalistas de trabalho, um determinado modo de consumir, formas de comportamento social, hábitos e valores. As grandes corporações capitalistas, o Estado, a propaganda passam a impor um determinado padrão de vida social – adjetivada de moderna –, em todas as suas dimensões.

A compreensão da produção do espaço urbano no seio do imperialismo também pode se dar considerando-se o urbano como condição geral de produção. Como observou Lojkine (1997, p. 16) é crucial “o papel [...] dos serviços urbanos no crescimento da produtividade global”. Não que as condições gerais de produção estejam sempre diretamente ligadas ao espaço urbano para a produção de *mais valor*, mas que a ausência destas condições gerais de produção pode inviabilizar a realização do valor ou diminuí-la. Neste sentido, os serviços urbanos tornam-se imprescindíveis para a valorização do capital. “Estas condições (meios de transporte e meios de consumo coletivos) quando não existem precisam ser produzidas” (LOJKINE, 1997, p.15).

A transformação da natureza em produto humano é a tese que, para Carlos (2011), sustenta a produção do espaço. Por isso, este processo é histórico-social. Assim, na construção de uma cidade “[...] a natureza adquire a condição de matéria-prima, condição inicial sobre a qual recai o trabalho humano” (CARLOS, 2011, p. 98). Sendo, então, a cidade um espaço construído histórico-socialmente a partir da transformação da natureza, nela o processo de criação de condições gerais de

produção será dirigido por quem tiver mais poder sobre a produção, portanto, os proprietários dos meios de produção.

Neste sentido, a criação das condições gerais de produção segue o descompasso do desenvolvimento do capitalismo no espaço-tempo, ou seja, não são produzidas em todos os lugares ao mesmo tempo e da mesma forma, obedecendo, assim, à lei do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. A produção destas condições, em espaços ainda não totalmente ocupados por formas capitalistas de produção, implica numa determinada forma de urbanização, sobretudo, quando é o próprio capital – e não o Estado – que precisa criar as condições para que o processo produtivo se efetive. É o caso que esta pesquisa analisou: a construção da cidade de Minaçu-GO para e pelo capital-amianto no contexto do imperialismo.

Para a SAMA desenvolver a extração e beneficiamento do amianto numa porção do espaço goiano ausente de qualquer infraestrutura colocava-se como imperativo a construção de meios de consumo coletivos e meio de transportes, tais como estradas, aeroporto, hospital, escolas, assistência social, clubes recreativos, centro comercial, casas para abrigar os trabalhadores com suas famílias e fonte de energia, entre outros. Os circuitos monetários começaram a configurar uma economia local, inicialmente calcada em bens de salário. Portanto uma pequena economia inclusive porque o consumo das categorias administrativas tendia a ser realizado alhures. Mas, as condições gerais de produção criadas pela empresa através das quais circulavam bens e pessoas, fez deflagrar o urbano. Este que é o social se constituindo, no qual cada indivíduo é logicamente, parte do todo que se perde no horizonte propriamente individual porque se torna abstrato, embora a consciência do mundo não perceba nem assimile imediatamente essa condição. Neste sentido, o urbano na sua dimensão teórica e abstrata, porém real, se coloca como a própria condição geral de produção e reprodução da sociedade, sob o primado do capital no seu movimento.

A literatura demonstra que não se trata de caso isolado, há uma diversidade de casos que se assemelham, embora guardem também suas especificidades. Acredita-se que o estudo e a pesquisa de processos de urbanização que tenham esta característica de uma relação direta com grandes empreendimentos industriais dos mais diversos ramos, que ou se instalam em cidades já existentes ou criam cidades pode guiar o estabelecimento de relações a partir do conhecimento dos

fatos e da aplicação de teorias que possam levar à compreensão, de forma mais clara, da relação do imperialismo com a produção do espaço urbano contemporâneo.

CAPÍTULO 3 A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO DO AMIANTO

3.1 A trajetória da família Schmidheiny e o negócio do amianto

Roselli (2010) relata que, desde a infância, Jacob Schmidheiny sonhava tornar-se um industrial de sucesso. Ainda criança, surpreendeu sua família colocando sobre a mesa 200 francos, resultado de um ano e meio de economia que fizera do seu parco salário de 1 franco por dia. Já na mocidade, recebeu uma proposta de emprego para trabalhar como diretor de uma fábrica mecanizada de sedas. Depois, decidiu abandonar a direção desta fábrica e adquiriu uma falida fábrica de cerâmica em Weiersegg na Suíça instalando ali alguns teares. A fábrica produzia telas de seda e lã que vendia na Baviera, na Alemanha. Porém, é com a aquisição de uma fábrica de ladrilhos que começa a construção do seu império industrial. Schmidheiny, além de dedicar-se a indústria possuía atividades no campo religioso como membro importante da igreja protestante na Suíça e, no terreno político, foi conselheiro comunal e posteriormente deputado. Morreu em 1905 aos 67 anos.

Com a morte do pai, os irmãos Ernst (1871-1935) e Jacob Júnior (1875-1955) assumiram o controle das empresas e implantaram o modelo de *sociedade schmidheiniana* – *sociedade anônima* – como nova forma organizacional dos negócios e das empresas da família concatenada com os novos tempos característicos do capitalismo monopolista e do capital financeiro. De acordo com Hobsbawm (2010), a sociedade anônima substituiu o proprietário individual, na medida em que executivos, engenheiros, contadores assumiram as funções gerenciais que antes eram executadas pelos administradores-proprietários. Além do processo de concentração do capital, este período foi marcado pela racionalização da administração, sobretudo, das grandes empresas, nos moldes do taylorismo. Para Hilferding (1985, p. 111), “a sociedade anônima industrial [promoveu] a liberação do capitalista industrial de suas funções de empresário industrial”.

Os irmãos Schmidheiny seguiram fazendo fortunas ampliando e diversificando suas atividades. Enquanto Jacob se manteve nos negócios do ladrilho, seu irmão Ernst se dedicou ao ramo do cimento. No começo do século XX “criou junto a outros grandes produtores um cartel do cimento: ‘Eingetragene Genossenschaft Portland’”

(ROSELLI, 2010, p. 82). A fábrica de cimento de Schmidheiny uniu-se a outro gigante do setor, a Holderbank e Schmidheiny se tornou, em 1921 o presidente do conglomerado, o que mostra que ele detinha a maior parte do capital, na medida em que o poder de decisão se concentra nas mãos do acionista majoritário. Segundo Hilferding (1985, p.121), “a sociedade anônima é uma sociedade de capitalistas. Ela é sempre constituída por meio de inversão de capital em ações”. O que define o grau de intervenção/participação dos acionistas na administração de empresas deste tipo é o tamanho do investimento em ações que cada investidor realiza. Assim, como diz Hilferding (1985) os capitalistas se diferenciam no interior de uma sociedade anônima somente em termos quantitativos.

Holderbank era o nome do grupo de capitalistas comandado por esta família que, como consta em Roselli (2010, p. 83), aumentou seus negócios para “fábricas de azeite, fabricação de máquinas Escher Wyss, participação em fábricas de automóveis Safir em Rheineck, fundou centrais elétricas, incorporou também a companhia de Motor Columbus”. Ainda, conforme as informações de Roselli (2010, p.83) “o grupo Holderbank empreendeu atividades no estrangeiro: Alemanha, Áustria, França, Bélgica, Holanda [...] penetraram também no ramo madeireiro, imobiliário, e venda de terras”.

Jacob Schmidheiny, seguiu os passos do pai na política sendo membro do conselho nacional, o que certamente favorecia e muito a formação de *lobbies* em favor das demandas de suas empresas junto ao Estado.

Até aqui, resumidamente, esta é a história da família Schmidheiny antes de sua entrada no ramo de negócios de amianto. Suas atividades econômicas diretamente ligadas à exploração desse mineral, conforme Roselli (2010), iniciam-se quando Ernst Schmidheiny compra em 1920 de Jean Baer, a fábrica de amianto-cimento de Niederurnen na Suíça e cria, junto com o antigo proprietário, a *Amiantus* S.A. que viria a se transformar em uma gigantesca rede de empresas que chegou a incluir dezenas de nomes de estabelecimentos industriais que se multiplicaram velozmente mundo afora na época gloriosa do amianto. O quadro 1 ilustra a expansão geográfica dos negócios da família Schmidheiny por diversos países do mundo.

Quadro 1 – Negócios da família Schmidheiny no mundo

Grupo Suíço	Grupo Belga
Eternit AG Niederurnen	Eternit S.A. Bélgica
Eternit Verkaufs AG Zürich	Eternit B.V. Holanda
Eternit AG Berlin	Eternit Building Prod. GB
Everite Ltda. Johannesburg	S.A. Financeira Eternit França
Durisol Villmergen AG	Eternit Du Zaire
Eternit Spa Genua	Eternit Burundi
APC Costa Rica	Eternit Argentina
PPC Costa Rica	Eternit Peruana
Tubovinil Guatemala	Eternit Urugauia
Tecno Plásticos El Salvador	S.I. Pizarreno Chile
Bobicasa Honduras	Eternit Corp. Filipinas
Saudi Arabian Amiantit Co. Ltda. Damman	Lupral-Lusalite, Angola
Eternit S.A. Brasil	Eternit Nigéria
Eternit Colômbia	Fadernac S.A. Brasil
Eternit Venezuela	Eternit indústrias Paraguais S.A.
Eureka México	
Eternit Ecoatoriana	
Ricalit Costa Rica	
Hondulit Honduras	
Duralit Bolívia	
Duralit Guatemala	
Eureka El Salvador	
Nicalit Nicarágua	

Fonte: ROSELLI 2010, p. 85.

Para garantir o monopólio da exploração nos diversos territórios nacionais onde implanta negócios, o grupo da família Schmidheiny, dividido em um grupo suíço e um belga, segundo Roselli (2010, p. 86) tecia “uma opaca urdidura de participações paralelas, de alianças comerciais e de acordos informais”.

Conforme pode se observar no quadro 1, no processo de expansão de mercados da indústria do amianto, os Schmidheiny tinham participações nas fábricas de cimento-amianto em mais de trinta países na Europa, na América Latina, na África, no Oriente Médio e nas Filipinas (Ásia). O alargamento do mercado implica, evidentemente, incorporação de novas áreas ou regiões do planeta à dinâmica econômica mundial.

O capital, permanentemente expansivo, segue seu ritmo voraz na periferia do capitalismo na busca de recursos e matérias-primas. Conforme Magdoff (1978, p. 30), “à medida que crescia a necessidade de matérias-primas, aumentava o ritmo de descoberta e exploração de recursos”. O alargamento do mercado de fibrocimento implicava, portanto, aumento da produção, pela intensificação dos processos de trabalho e/ou pela incorporação de novas jazidas. O amianto é matéria-prima básica para a fabricação de diversos produtos, dentre os mais conhecidos estão telhas

onduladas e caixas d'água, comuns em casas e edifícios no mundo todo. É utilizado também pela indústria automotiva na confecção de pastilhas e lonas de freio para automóveis e caminhões. Portanto, trata-se de um produto popular presente na vida das pessoas há bastante tempo.

Roselli (2010) observa ainda que, durante décadas, foi impossível saber quem dentre os dois grupos, o suíço e o belga, detinha a direção e a responsabilidade por suas filiais. Parece, segundo a autora, que os “suíços estavam no comando das filiais alemãs, no Oriente Médio e em boa parte da América do Sul; enquanto os belgas controlavam filiais nos estados de Benelux¹, na África Negra e no Oriente Médio” (ROSELLI, 2010, p. 86).

Ernst Schmidheiny, seguindo a onda de anexações e fusões de capitais, característica comum da fase monopolista do capitalismo nas primeiras décadas do século XX, fundou, em 1929, juntamente com as principais fábricas da Eternit na Europa, o Cartel do Amianto, a SAIAC: *Internacional do Asbesto-Cimento*². Como consta em Roselli (2010), a SAIAC reunia empresas da Áustria, Inglaterra, Espanha, França, Bélgica, Itália e Suíça. Objetivava-se, assim, a monopolização do mercado e a fixação do preço internacional do mineral. Ainda conforme aponta Roselli (2010, p.82), “os acordos de preços e os carteis se converteram nos pontos fortes da estratégia empresarial dos Schmidheiny, que chegaram a controlar, em 1985, um quarto do mercado mundial de fibrocimento”.

Outra faceta obscura da história da exploração do amianto pela família Schmidheiny através da empresa Eternit, que não cabe aprofundar, mas é preciso notar, é sua relação com o regime nazista alemão. Os alemães elegeram o amianto como material estratégico de guerra³, devido às suas características de suportar bem o calor como isolante térmico. É provável também, como nos alerta Roselli (2010), que a Eternit alemã tenha usado em sua fábrica em Berlim, trabalho forçado de presos de campos de concentração nazista. Há inclusive relatos de ex-prisioneiros, como o da senhora Nadja Ofsjannikova sobre os dramas vividos por ela no trabalho na empresa Eternit durante o regime nazista.

Se o capital amianto da família Schmidheiny lucrou muito com a economia da Segunda Guerra Mundial, não deve ter lucrado menos com a reconstrução das

¹ Bloco econômico formado por três países: Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

² Em 1985, a SAIAC mudou seu nome para Amiantus. (ROSELLI, 2010).

³ A DAZAG – Eternit alemã aparece inscrita no registro de empresas do Reich como uma empresa importante para a economia de guerra (BREMBERGER, 2008, apud ROSELLI, 2010).

idades europeias destruídas por ela, tanto que em 1980, o Senado de Berlim concedeu uma honraria a Max Schmidheiny “por suas valentes inversões na Alemanha do pós-guerra” (ROSELLI, 2010, p. 113). Max Schmidheiny desfez-se de suas ações, que foram adquiridas pelo grupo belga Etex, em 1990, e, no ano de 2003, fechou a fábrica em Berlim.

A história vai se repetindo, seja como tragédia ou como farsa – como nos alerta Marx no *Dezoito de Brumário* –, nas diferentes paisagens do globo terrestre. Tragédia como na exploração do regime apartheid na África do Sul, onde, desde 1942 “trabalharam umas 55.000 pessoas para diversas empresas dos Schmidheiny; a maioria destas pessoas eram negros desprovidos de direitos” (ROSELLI, 2010, p. 117). A Everite Ltda., empresa do grupo, adquiriu várias minas e fábricas de amianto, se colocando como uma das principais empresas da África do Sul durante o apartheid. De acordo com dados da Everite, “508 de seus trabalhadores vão padecer de alguma enfermidade provocada pelo amianto” (ROSELLI, 2010, p. 121).

Desde meados dos anos 1970 Stephan Schmidheiny, que sucedeu seu pai Max Schmidheiny, em 1975, esteve no comando de todas as fábricas Eternit que sua família possuía em 35 países do mundo. No final dos anos oitenta, se desfez das funestas minas de amianto. Tal atitude “benevolente” sensibilizou até mesmo os representantes da Cúpula da Terra Rio-92, que o agraciou por defender um capitalismo sustentável, em que o desenvolvimento econômico anda de “*mãos dadas*”, em “plena harmonia” com a preservação ambiental. As preocupações de Stephan com um capitalismo verde e sustentável é, segundo Puche (2011, p. 1):

La mayor infamia de todo el asunto es que el suizo Stephan Schmidheiny pretende presentarse al mundo como su benefactor. Con la fortuna amasado ha puesto en pie una fundación filantrópica denominada AVINA. Con ella pretende extender por los movimientos sociales y ONGs de España y Latinoamérica sus dádivas, hacer socios-líderes que lleven la buena nueva del capitalismo verde incluso a los pobres y, de camino, seguir haciendo más negocios desde la filosofía neoliberal.

A família Schmidheiny na América Latina e no Brasil, desde seus primeiros investimentos, seguiu fazendo fortuna, vítimas e degradação ambiental. Esteve presente em sete fábricas e minas durante muito tempo, até que, em 1989, o grupo Eternit suíço separou-se do grupo Belga e, então, Stephan Schmidheiny vendeu suas participações à multinacional francesa Saint-Gobain. Em meados da década de

1990, Stephan deixa o grupo suíço para se dedicar, entre outras coisas, à restauração de florestas tropicais e a atividades culturais e de caridade na América Latina.

Tal ato tem sido suficiente até hoje para eximi-lo de todas as responsabilidades sobre os prejuízos socioambientais causadas pela extração e beneficiamento do amianto. Talvez antevendo as consequências de sua indústria devoradora de *gente* e depredadora da natureza, Stephan Schmidheny procurou preservar seu dinheiro e distanciar-se do iminente desastre provocado pela indústria do amianto, dando outro destino para seus bilhões de dólares e se vestindo de *pele de cordeiro* e posando de “*bom burguês*”.

Os bilhões de dólares provenientes da venda de suas ações para a Saint-Gobain foi, segundo Berman (2012), usados na aquisição de 120.000 hectares de terras de florestas no sul do Chile – terras que o povo Mapuche denuncia que foram roubadas deles durante a ditadura Pinochet. Stephan Schmidheny tornou-se, assim, um dos maiores proprietários de áreas florestais do Chile. Consta ainda que as propriedades chilenas de Schmidheny são controladas por sua afiliada *Terra Nova* que por sua vez, é controlada pela *Nueva*, empresa de holding sediada na Suíça. Ele também usou sua participação “filantrópica” na América Latina para criar a impressão de ter inventado um novo paradigma ambiental baseado no slogan “ecoeficiência”, que seria a solução a longo prazo tanto para a devastação ambiental quanto para a diminuição dos lucros. Com base neste conceito, ele fundou e financiou o Conselho Comercial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que teve forte influência na participação industrial e comercial na Rio-92⁴.

No Brasil, a maior fábrica de cimento-amianto da família Schmidheny encontrava-se em Osasco no Estado de São Paulo, onde Stephan esteve no início da década de 1970. Consta que nesta visita, chegou a trabalhar no chão da fábrica junto com cerca de oito mil operários, dos quais, posteriormente, 1.200 formaram uma associação das vítimas de amianto, a Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (ABREA). Deste ponto em diante interessa-nos esboçar o panorama geral das atividades desenvolvidas por este grupo empresarial no Brasil, mais detidamente no que se refere à extração do amianto.

⁴ BERMAN (2012, p. 25-26).

3.2 O capital-amianto no Brasil e a política mineral brasileira

Os primeiros anos da década de 1920 marcam o início da extração de amianto no Brasil nas minas do município baiano de Itaberaba. As diminutas dimensões da mina e a baixa produtividade da lavra intermitente determinaram o pouco êxito econômico, sendo, portanto, de curta duração. Somente no final da década de 1930, conforme nos informa Scliar (2005), que a produção e o emprego dos produtos de cimento amianto se generaliza em escala industrial com a chegada da Brasilit (grupo francês Compagnie Pont-à-Mousson), em 1939, e da Eternit (grupo belga Compagnie Financière Eternit), em 1940.

Conforme Giannasi (2012) a S.A. Mineração de Amianto (SAMA) foi fundada no Brasil em 1939, obtendo autorização do governo para desenvolver a mina de amianto de São Felix no município de Poções, atualmente Bom Jesus da Serra, na Bahia. No mesmo dia que a autorização para desenvolver a mina foi obtida, a SAMA foi comprada pela Brasilit, pertencente ao grupo francês Compagnie Pont-à-Mousson, que depois mudou seu nome para Saint-Gobain. Em 30 de Janeiro de 1940, a Eternit do Brasil Cimento Amianto S.A. foi constituída como uma parceira entre os proprietários da Eternit suíça e da Eternit belga. Na década de 1940, duas fábricas de fibrocimento foram inauguradas no Brasil, uma em Osasco – SP, em 1941 e, no fim da década, em 1949, outra no Rio de Janeiro.

Em 1936, o professor Hipólito Pujol, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, especula as possibilidades do mercado de fibrocimento no Brasil e inicia suas pesquisas em busca de jazidas de amianto no território brasileiro. Nesta década, em 1937, conforme consta em Pamplona (2003, p. 60), “Zacarias Pimentel descobre a ocorrência de amianto crisotila em São Félix, situado no distrito de Bom Jesus, Município de Poções (BA)”, também se descobre as minas de Dois Irmãos em Pontalina em Goiás. Scliar (2005, p. 66) observa que “para o desenvolvimento e a lavra dessas jazidas, a Brasilit constituiu a S.A. Mineração de Amianto (SAMA)”. Foram ainda realizadas pela Eternit suíça pesquisas de prospecção nos estados da Bahia e Minas Gerais, descobrindo ocorrências de amianto em Itaberaba - BA e em Nova Lima - MG.

Data desta época a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a promulgação do primeiro Código de Minas do país, em 10 de julho de 1934, no contexto de reconfiguração e modernização das estruturas políticas,

econômicas, sociais, do Estado Nacional, projeto capitaneado por Getúlio Vargas. O interesse direto do Estado era criar políticas públicas para dinamizar a produção mineral, considerada importante no desenvolvimento do setor produtivo nacional. No entanto, somente no “final da década de [19]60 a mineração tomava um grande impulso no Brasil” (MACHADO, 1989, p. 88).

Até esta década (1960), jazidas de amianto de capacidade de extração reduzida foram sendo descobertas em diversos municípios brasileiros. Contudo, a inviabilidade econômica de suas jazidas restringia sobremaneira os investimentos de grupos econômicos estrangeiros interessados na exploração do amianto; exceto a mina de São Felix, em Poções na Bahia. Em 1941 a SAMA iniciou sua exploração, produziu neste mesmo ano 94 toneladas de amianto do tipo crisotila⁵. Durante vinte e sete anos de operação ininterrupta, foram extraídas 25.775 toneladas de fibras de amianto desta mina, suprimindo 10% do mercado interno. O exaurimento do mineral levou a SAMA a encerrar as atividades da mina em agosto de 1967.

A mineração de amianto em Minaçu-GO demarca historicamente a retomada da atividade mineradora no estado de Goiás que, desde a decadência do ouro, ainda no período colonial brasileiro do século XVIII estava estagnada. Para Carvalho (1988), é somente na década de 1960 que o setor mineral goiano é “redescoberto”, a partir de dois fatores fundamentais: a criação da METAGO – Metais de Goiás S.A., em 1961, e a descoberta da jazida de amianto de Minaçu-GO em 1963. Há aqui uma discordância de datas em relação ao descobrimento da jazida, Pamplona (2003) diz que os técnicos da SAMA chegaram à jazida em abril de 1962, não em 1963, como afirma Carvalho (1988).

Desde então a história da mineração de amianto no Brasil situa-se geograficamente no território goiano com a descoberta de uma mina de classificação internacional na porção sul do complexo máfico-ultramáfico Cana Brava no então município de Uruaçu - GO. As pesquisas e prospecções na região começaram nos primeiros anos da década de 1960. A primeira descoberta da SAMA estava a 5 km do município de Niquelândia, a segunda entre Santo Antônio da Laguna e Niquelândia; a terceira a 30 km ao norte da Serra de Niquelândia, no Morro Cabeçuda, descoberta pelo prospector da SAMA, Zacarias Pimentel.

⁵ A crisotila (silicato hidratado de magnésio) conhecida como amianto branco, se apresenta em forma de fibras flexíveis, finas e sedosas, com comprimento variando de menos de 1 a 40 milímetros (SCLAR, 2005, p. 21-22).

No prosseguimento da pesquisa, em abril de 1962, os geólogos da SAMA chegam à jazida de Cana Brava, informados da descoberta de uma estranha pedra “cabeluda” que atraía a atenção de garimpeiros da região. O enredo da descoberta da jazida de Cana Brava consta no relatório do engenheiro da SAMA Joseph Paul Milewski escrito no dia 09 de maio de 1962, dias após ele ter localizado a ocorrência de amianto. Esse relatório pode ser observado em Pamplona (2003). Neste documento, os caminhos da mina e os momentos que antecederam sua descoberta são descritos em detalhes, A seguir sintetiza-se os momentos mais importantes desse episódio.

Consta que em janeiro de 1962, Eliseu Soares, de Niquelândia, relatou ter conhecimento de uma jazida de amianto ao norte do rio Bagagem, mas sem determinar sua localização. Considerando essa informação, o engenheiro polonês Joseph Paul Milewski levantou a hipótese de que a ocorrência se localizasse no município de Uruaçu. Outro sujeito, chamado Emílio Rocha, o intermediário que negociava com Milewski em Niquelândia, propôs mostrar outra ocorrência mediante uma gratificação. A ocorrência se encontrava na margem esquerda do Rio Tocantins, mas não era possível atravessar o rio.

No relatório, Joseph Paul Milewski narra que, procurando outro meio de acesso, outro sujeito, de nome João Pans, partiu para outra pista de avião, conhecida como Aterrão, aproximadamente 30 km mais ao norte sendo informado, então, que a ocorrência ficava ainda mais longe. Decidiu então retornar a Goiânia. O Milewski concedeu a Emílio Rocha um prazo de três dias para que ele obtivesse a localização exata da ocorrência e meios de alcançá-la por via terrestre. Emílio Rocha nunca mais reapareceu, mas existem informações de que ele estabeleceu contato com a Eternit.

Alguns dias mais tarde e antes que ele pudesse partir sozinho à procura da ocorrência, o Sr. João Pans entrou em contato com o Sr. Pedro Pereira Evangelista (conhecido como Pedro Paraná) por intermédio de seu amigo Gualberto de Paula e de uma terceira pessoa, Sr. Alexandre Alves Pacheco. Pedro Paraná, proprietário de um comércio em Trombas (município de Amaro Leite) e comerciante de minerais, que comprava dos garimpeiros, era um homem simples, mas de influência entre os moradores do rio Maranhão-Tocantins, em parte dos municípios de Uruaçu, Amaro Leite e Peixe.

Segundo consta no relatório, Pedro Paraná ajudou, durante muitos anos, o líder dessa região, Sr. José Porfírio de Souza, na defesa dos posseiros (habitantes das terras pertencentes ao Estado, mas sem títulos de propriedade) contra os grileiros (invasores de terras com fins especulativos, dotados de documentos adulterados ou falsificados). Pedro Paraná, que mantinha constantemente contato com os garimpeiros da região, soube que muitos deles se instalaram sobre uma ocorrência de amianto próxima ao rio Tocantins, na esperança de vender amianto e serpentinito, que eles acreditavam ter valor. Pedro Paraná, sem jamais ter visto a ocorrência, assinou com João Pans um contrato de fornecimento de duas toneladas de amianto em fibra ao preço de Cr\$ 200.000,00, posto em Trombas.

No dia 25 de abril, Joseph Paul Milewski relata que foi informado por Pedro Paraná que, de Trombas até a ocorrência, que ele não conhecia pessoalmente, havia uma distância de 120 km possível de ser percorrida apenas a cavalo através da Serra Dourada. Conforme o relatório do engenheiro, no dia 27 de abril partiram de Campinaçu a cavalo. A viagem até a ocorrência durou 15 horas. A montanha que margeava a ocorrência era localmente conhecida como serra de Cana Brava e havia quatro cabanas sobre a jazida: três ocupadas pelos garimpeiros que vieram explorar o amianto e uma ocupada por Alexandre Alves Pacheco, sócio de Pedro Paraná⁶.

O relatório do Sr. Milewski destaca alguns pontos que merecem atenção. O primeiro ponto a observar é a constituição de relações interpessoais entre a empresa, via seu representante, e diversos sujeitos envolvidos na descoberta da mina de Cana Brava, uma verdadeira “garimpagem” dos conhecedores do lugar. Deduz-se que as sondagens e prospecções não são apenas mineralógicas, geológicas, são também sondagens sociais, daqueles sujeitos habitantes do lugar que conhecem pela *sola do pé* o terreno. O segundo ponto diz respeito aos percalços das longas distâncias a percorrer. Caminhos muitas vezes construídos no próprio caminhar, adentrando ora o Cerrado ralo dos campos-cerrados, ora as matas densas e fechadas. Obstáculos naturais a serem transpostos no lombo de mulas e/ou cavalos, subindo e descendo serras, sob chuva ou sol escaldante, atravessando córregos e riachos, sob a severidade do ambiente da natureza quase intocada dos “*gerais goianos*”.

Joseph Paul Milewski é o arquétipo do que Machado (1989) chamou de “geólogo exploracionista.” Aquele que financiado por empresas “*põe o pé no barro*”,

⁶ Pamplona (2003).

organiza viagens e expedições científicas de exploração do território, promove campanhas de prospecção, um verdadeiro caçador de jazidas⁷. Entretanto, Machado (1989) alerta que, em geral, as jazidas que permitiram às grandes empresas mineradoras emergirem de uma posição de principiantes não foram descobertas por seu quadro técnico, mas foram negociadas com terceiros. Este parece ser o caso da mina Cana Brava em Minaçu-GO.

O capital verdadeiramente move montanhas, a fim de transformar a natureza em mercadoria. A metamorfose da natureza-natural, ou primeira natureza, para a segunda natureza, carregada de artificialidade, fruto da materialização do trabalho humano, é bastante evidente no caso em questão. O relatório do Sr. Milewski descreve os acontecimentos iniciais desta transformação. A figura 01, a seguir, é a primeira representação cartográfica dos caminhos percorridos na procura e descoberta do amianto em Goiás.

⁷ Fazendo lembrar a “saga” bandeirante como nos conta Cassiano Ricardo (1970).

Figura 1 – Croqui da Jazida Maranhão elaborado pelos técnicos da SAMA durante sua primeira visita ao local, em abril de 1962

Fonte: PAMPLONA, 2003, p. 45

A descoberta do amianto na Serra de Cana Brava chama a atenção do Governo de Goiás, que também passou a ter interesse na exploração da mina. Conforme Scliar (2005), em julho de 1963, o Governo Estadual contestou junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) os pedidos de pesquisa da SAMA, requerendo alvará para a mesma área. Para se compreender a atitude do Governo goiano, é necessário esclarecer-se que o Código de Minas da época “determinava a prioridade ao dono da terra na obtenção dos títulos minerários” (SCLIAR, 2005, p. 67).

Mauro Borges Teixeira, Governador do Estado de Goiás nessa época, assina o decreto nº 101 em setembro de 1962, declarando de utilidade pública, para efeito de expropriação, o terreno da S.A. Mineração de Amianto, adquirido, segundo

consta em Pamplona (2003) da Brasil Companhia de Seguros Gerais em 28 de junho de 1962. O conflito de interesses entre a Metais de Goiás (METAGO), órgão estatal criado em 1961 para pesquisa e exploração de ocorrências minerais em Goiás, e a SAMA, paralisa o processo de concessão dos alvarás de autorização da lavra até o final do Governo João Goulart. Com fortes interesses econômicos do capital internacional envolvido, a situação se resolve somente após o Golpe Militar de 1964, com a instalação de um governo autoritário que privilegiava os grandes grupos econômicos internacionais.

Político de espírito nacionalista, Mauro Borges Teixeira buscou implantar em Goiás uma experiência de gestão planejada, para o que criou diversos órgãos responsáveis pelo planejamento e direcionamento da administração pública nos diferentes setores da economia e da sociedade.

As divergências de interesses entre SAMA e a METAGO foram resolvidas em julho de 1965, segundo Pamplona (2003), de forma amigável e harmônica. Mas, o autor esquece-se de mencionar que a “maneira amigável” colaborou, provavelmente, para a deposição do Governador de Goiás. Acredita-se – conforme entrevista realizada com Mauro Borges Teixeira Júnior, filho do ex-governador – que Mauro Borges foi deposto por causa de suas divergências com os representantes do capital estrangeiro com interesse em Goiás, entre eles a SAMA.

Em março de 1967, o DNPM concede à SAMA o direito de lavra da mina de Cana Brava, resolvendo, dessa forma o litígio. Conforme Scliar (2005, p. 68) “a produção na Mina de Canabrava começou em julho de 1967, quando o controle acionário passou a ser repartido entre a Eternit e a Brasilit”. Nesta parceria, a Eternit participava com 49% do capital social da SAMA.

A primazia dada à iniciativa privada na exploração das jazidas minerais em solo brasileiro fica clara quando o Departamento Nacional de Produção Mineral elabora, em 1964, o I Plano Mestre Decenal para Avaliação de Recursos Minerais do Brasil (1965-1974). Entre os objetivos fixados pelo então Ministro das Minas e Energia João Agripino, conforme Machado (1989, p. 91), conta que “o governo restringir-se-á ao desenvolvimento das empresas estatais de mineração já existentes, e somente tomará a seu cargo novos empreendimentos quando a iniciativa privada não se interessar pela sua execução”. Fica evidente o favorecimento do Estado brasileiro, governado pelos militares, ao imperialismo que para se realizar, tem que subjugar o Estado. Segundo Ianni (1981, p. 8) “o Estado foi

posto a serviço de uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura”.

No I Plano Mestre Decenal Para a Avaliação de Recursos Minerais no Brasil, fica claro que o “governo dará apoio e incentivo aos projetos de extração mineral cuja produção reduza ou elimine importações” (MACHADO, 1989, p. 91). Do plano constavam projetos básicos e projetos específicos de pesquisa mineral, os quais deveriam considerar aqueles minerais que tivessem “importância direta para as condições socioeconômicas regionais [...] os bens de importação forçada, que implicassem evasão de divisas como o cobre, o estanho, o zinco” (MACHADO, 1989, p. 93).

Conforme Machado (1989, p. 94), “as necessidades minerais brasileiras atingiam quarenta itens, que exigiriam no ano de 1963, um dispêndio de divisas da ordem de US\$ 200 milhões”. O amianto-crisotila figurava entre estes minerais de necessária importação, pois a produção nacional ainda era insuficiente para o abastecimento do mercado interno brasileiro. Este quadro começa a mudar a partir da segunda metade da década de 1960. Entre 1967 e 1985, as importações de amianto-crisotila caíram sensivelmente, de 29,8 milhões de dólares, em 1967, para 10,9 milhões, em 1985 (MACHADO, 1989), uma progressão bastante importante, demonstrando o impacto da política de substituição de importações e o incentivo à produção interna.

Sem dúvida isto se deve à descoberta da jazida de Cana Brava – considerada pelos geólogos e engenheiros de classificação internacional – e, sobretudo, à intensificação da extração/beneficiamento do amianto. Conforme pode-se observar nos relatórios de produção da mina na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da produção brasileira de amianto – 1967-2012

Ano	Produção da Fibra (t)
1967	992
1972	31.242
1977	91.736
1982	144.521
1987	230.244
1992	170.451
1997	208.447
2002	194.732
2003	231.117
2007	254.204
2008	287.673
2009	288.500
2010	295.000
2011	306.000
2012	304.000

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro, 1997-2012.

Os dados da tabela 1 demonstram o importante crescimento da produção nacional de amianto, claramente correlacionado com a operação das jazidas de Cana Brava em Minaçu, Goiás. No entanto, verifica-se que entre os anos de 1997 e 2002, houve queda da produção possivelmente em virtude de retraimento do mercado de construção e do surgimento de diversas leis proibindo o uso de amianto em alguns estados e cidades no Brasil, além de leis mais rígidas proibindo o amianto em vários países europeus. Fatos que ressoaram negativamente para as empresas do setor, como foi o caso da francesa Saint-Gobain, que com a interrupção do uso do amianto na França no final da década de 1990, abandonou suas atividades com este mineral e vendeu suas ações na Eternit.

Desde o fim da década de 1990, “a Brasilit e a Eternit, no empreendimento conjunto ETERBRAS, mantendo suas respectivas marcas comerciais, controlaram 55% do mercado de telhados no Brasil por uma década”. (GIANNASI, 2012, p. 67). Com o fim da sociedade em 2004 tornaram-se concorrentes e como salienta Giannasi (2012, p. 67) “estiveram envolvidas em uma violenta disputa pela liderança do mercado de telhados de cimento de amianto, chegando a trocar acusações comerciais e insultos na mídia”.

O final da década de 1990 marcou a nacionalização da empresa Eternit, como consta em Giannasi (2012, p. 67):

Naquele ponto a Eternit estava nacionalizada e imediatamente tornou-se estatal, posto que suas ações preferenciais foram mantidas pelo fundo de pensão de empregados do Banco Central (CENTRUS) e pelo fundo de participação social do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Social). Conforme o tempo passou a empresa foi revitalizada, estes fundos foram retirados e, desde então, a Eternit tornou-se líder absoluta do mercado de telhados, com suas ações vendidas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Esta é mais uma constatação da relação de proximidade entre capital e Estado, prova de que a ideologia liberal e neoliberal de não intervenção do Estado na economia só é praticada quando convém ao capital. Não é de hoje que o Estado, quando necessário, é convocado para salvar o capital da bancarrota. Em entrevista do presidente do grupo Eternit, o Sr. Élio Martins, ao Comitê Especial da Câmara dos Deputados Federais, em maio de 2001, a estrutura acionária da empresa é apresentada da seguinte forma:

A Eternit é uma empresa brasileira controlada publicamente [...] os principais acionistas são: DÍNAMO – Fundo de Investimentos em Ações: 25,17%; Fundo de Pensão do Banco Central – Previdência Privada – CENTRUS (controlado por empregados do banco): 17,49%; Saint-Gobain (Brasilit): 9,11%; Fundo de Participação Social do BNDS: 8,41%; AMINDUS HOLDING AG: 6,81%; Empreendimentos e Participações HOLPAR: 4,31%. (GIANNASI, 2012, p. 66).

Somadas, as ações da CENTRUS e as do Fundo de Participação Social do BNDS, alcançam 25,9% das ações do grupo, ou seja, mais de um quarto do total, o que permite aos dois amplo poder de intervenção no grupo, como também da DÍNAMO, com 25,17% das ações. Neste sentido, concorda-se com Giannasi (2012) que afirma que a Eternit foi nacionalizada e revitalizada com grande contribuição do dinheiro dos trabalhadores, para, em seguida ser entregue novamente à iniciativa privada, dotada de liquidez, e como uma empresa economicamente “saudável”.

Destacamos na estrutura acionária da Eternit, a participação da AMINDUS HOLDING AG com 6,81% das ações, o que indica ligações da Eternit brasileira com os negócios do magnata suíço do amianto Stephan Schmidheiny, isso passados mais de vinte anos do anúncio de que ele abandonaria os negócios com amianto. Condenado pela justiça italiana em junho de 2013 pela morte de quase três mil trabalhadores e por dano ambiental em Casale Monferrato. Nos autos da

condenação aparecem também algumas empresas de sua propriedade, uma delas sendo a Amindus Holding AG. Conforme matéria publicada num portal da internet,

Pero si vemos la sentencia del tribunal de Apelaciones de Turín, en la vista de 3 de junio, se resuelve que se “condena al imputado S. Schmidheiny y a los responsables civiles Anova Holding AG, Becon AG y **Amindus Holding AG**, *in solidum* entre sí, al resarcimiento de los daños patrimoniales y no patrimoniales derivados del delito.” (PUCHE, 2013, p. 2)

As ações do grupo vendidas na Bolsa de Valores de São Paulo foram compradas por um grande número de investidores individuais que, somados, alcançaram em 2008, o número de 7.478 acionistas, outros 94 são pessoas jurídicas e 46 são acionistas residentes no exterior. O restante das ações é controlado por clubes, fundos e participações⁸ (ver gráfico 8). O capital social da Eternit, composto em abril 2013, é de 89.500.000 ações ordinárias. Os maiores acionistas individuais são: Luiz Barsi Filho, com 13,56%, e Vitor Adler com 6,70%. A Geração L. Par Fundo de Investimento em Ações, com 15,5%,⁹ está entre os 114 clubes, fundos e fundações acionistas.

Gráfico 1 – Estrutura acionária da Eternit - 2008

Fonte: Dossiê Amianto Brasil (2010)

⁸ Dossiê Amianto Brasil (2010, p. 82).

⁹ (ECOINFO, 2013)

A partir de 2003, verifica-se a retomada ininterrupta do crescimento da produção, refletindo o reaquecimento do mercado da construção civil no Brasil, no qual produtos como telhas e caixas d'água de fibrocimento são largamente utilizados, sobretudo pela população de baixa renda.

A expansão da construção civil e a crise financeira internacional de 2008, com a desvalorização do dólar, favoreceu a queda das exportações e, o conseqüentemente, o aumento do consumo interno de amianto. O Brasil exportou 68% de sua produção de amianto em 2007; 32% foram consumidos pelo mercado nacional. Em 2008, o consumo interno saltou para 41%, enquanto as exportações caíram para 59% do total comercializado. (FILHO & LINHARES, 2009). O consumo de amianto no mercado interno continuou crescendo nos anos subsequentes, em 2010 este aumento alcançou expressivos 21,81% (SUMÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2011). Em 2011 quase 60% do amianto foram destinados ao abastecimento do mercado nacional, o que tem levado a intensificação da produção da mina de Cana Brava,

A produção brasileira teve um crescimento em 2011 de 1,4% em relação ao ano de 2010, o que resultou numa quantidade produzida de 306.321 t de fibras de crisotila, correspondendo a 15% do total produzido mundialmente em 2011. Do total da produção nacional, 296.664 t foram destinadas para vendas, o que equivale a 96,8%, sendo que o restante foi alocado para compor os estoques. Do total das vendas, 58,9% foi destinado ao mercado interno (sendo que os principais estados compradores foram Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, São Paulo e Santa Catarina) e o restante, 43,1%, ao mercado externo. (SUMÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2012, p. 57).

Outro fato que merece destaque e têm contribuído para o crescimento do mercado nacional de produtos de fibrocimento é a política pública do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado no Governo Lula em 2007, e do Programa de moradia “Minha Casa Minha Vida”, de 2009.

Em meio a todo o debate pró-banimento do amianto no Brasil e no mundo todo, a SAMA comemora recordes. O ano de 2008 marcou a história da SAMA Minerações Associadas, pois a mineradora bateu todos os recordes de produção e vendas das fibras de amianto-crisotila. A mina de Cana Brava está operando em três turnos diários, próximo da capacidade nominal de produção, de 295 mil toneladas por ano (FILHO & LINHARES, 2009).

A mineradora projetou um novo aumento da capacidade instalada para 350 mil toneladas, mas ainda sem prazo determinado para implementação, pois se aguarda definição sobre as questões relacionadas a leis sobre a utilização de amianto no país. Em 2010, a SAMA alcançou um faturamento bruto de 348,9 milhões de reais, fato que a elevou ao título de empresa de grande porte, de acordo com a Lei 11.638/07, que considera nesse nível as empresas com receita bruta anual acima de 300 milhões de reais. Como vimos o amianto figura entre as substâncias minerais que tem apresentado constantemente crescimento de produção e de consumo. Nesse ritmo, a mineradora projeta investimentos futuros.

Em 2011, foram realizados investimentos da ordem de três milhões de reais no projeto, principalmente em infraestrutura, meio ambiente e geologia/pesquisa mineral. Para os próximos três anos (2013-15) estão previstos investimentos de 32 milhões de reais, sendo que a maior parte deste será destinada à aquisição/reforma de equipamentos. (DNPM, 2012, p. 58).

A receita líquida da Eternit – controladora da SAMA – cresceu 16% de outubro a dezembro de 2012, na comparação com igual período de 2011, passando de R\$ 220 milhões para R\$ 255,3 milhões. Em 12 meses, a receita subiu 10% na comparação anual, para R\$ 906,3 milhões, conforme matéria veiculada no Jornal Valor Econômico de 15/03/2012¹⁰. Chama a atenção o fato de a matéria do jornal não fazer referência alguma da atuação da Eternit no mercado de cimento-amianto, destacando apenas sua participação nos segmentos de cobertura, louças e metais sanitários, nos quais a Eternit entrou apenas bem recentemente, em fevereiro de 2012, conforme anunciado pelo presidente do grupo Élio Martins.

A diversificação da produção da empresa Eternit, adentrando novos mercados para além de produtos com amianto, demonstra com clareza meridiana que a empresa está se readequando ou antecipando-se à possível proibição do amianto no Brasil. Apesar de apresentar forte crescimento em 2012, a Eternit sofreu uma queda nos lucros de 10% nos três últimos meses deste mesmo ano. Suas ações caíram na Bolsa de Valores de São Paulo no dia 31 de agosto de 2012 devido à expectativa do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade do banimento do amianto no Brasil, o que acabou não ocorrendo.

¹⁰ (JORNAL VALOR ECONÔMICO, 2013).

Ao aventar tal possibilidade, requer, “obrigatoriamente”, que se fale sobre a mina de Cana Brava, localizada no norte goiano, na cidade de Minaçu. Este município é uma referência geográfica importante na produção do amianto e sempre é lembrado no debate sobre os benefícios econômicos e os malefícios do amianto à saúde humana e ao meio ambiente. Vez ou outra Minaçu aparece nos meios de comunicação, através da classe política, de entidades de defesa dos trabalhadores que lidam com o mineral, de entidades que defendem seu uso controlado e de cientistas e pesquisadores, entre outros. Assim, quando essa discussão vem à tona, Minaçu-GO passa a existir como a “*cidade do amianto*”.

3.3 Reação às leis estaduais que proíbem o amianto em alguns estados brasileiros: As ações Diretas de Inconstitucionalidade.

O mapa 1 expressa a espacialização da comercialização do amianto-crisotila no Brasil em 2010. Observa-se que os maiores compradores, em 2010, foram o estado de São Paulo e o estado do Paraná. A comercialização é expressiva também em Goiás, Santa Catarina e Rio de Janeiro. No restante dos estados que compraram amianto em 2010, a quantidade não alcançou dez mil toneladas. Outro aspecto a destacar é que aqueles estados da federação que elaboraram legislação própria proibindo a comercialização de amianto em seu território estão entre os principais consumidores do produto, como é o caso do estado de Mato Grosso do Sul, que aprovou a Lei n.º 2.210/01, que proíbe o uso de produtos à base de amianto destinados à construção civil.

A reação do Governo de Goiás à proibição do amianto em Mato Grosso do Sul levou-o a impetrar a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n.º 2.396 no Supremo Tribunal Federal questionando lei estadual que atrapalhava a venda do produto produzido em Goiás, no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Carvalho (2009, p. 57), “o Tribunal decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da proibição do uso de amianto naquele estado”, revogando, portanto, a lei que proibia o amianto em Mato Grosso do Sul.

Mapa 1 – Venda da fibra de amianto produzido em Minaçu para as indústrias de transformação. (Por Tonelada – 2010)

Elaborado por: SOUZA, J. C. de (2013)

Organizado por: BARBOSA, F. de M. T. (2013)

Nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul a ação foi impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e ainda está pendente de julgamento. Em São Paulo, a Lei 10.813/01, que proibia o uso de produtos à base de amianto no estado, foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal no dia 08 de maio de 2003, quando a Corte Suprema do país julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.656 impetrada pelo governo do estado de Goiás, o que tornou nula a lei paulista que impedia o uso do amianto em São Paulo.

No entanto, a Assembleia Legislativa de São Paulo criou uma nova lei, sancionada pelo governo em julho de 2007. A Lei n.º 12.684/07 proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou

asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição no estado de São Paulo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) entrou com uma ADI, a de n.º 3.937, em desfavor da nova lei que impedia o uso de materiais que contenham amianto em São Paulo. Conforme Carvalho (2009), no dia 04/06/08, o Tribunal retomou as discussões e adotou postura diferente. Desta vez, o Supremo Tribunal Federal posicionou-se pela constitucionalidade da Lei Estadual n.º 12.684/07 de proibição do uso e comercialização do amianto em São Paulo, derrubando uma liminar que a impedia de vigorar. Em seu voto, o Ministro Joaquim Barbosa, “descreveu os efeitos nocivos do amianto sobre a saúde humana. Considerando ser de competência comum legislar sobre o direito à saúde, reconheceu o direito de os estados regulamentarem a matéria” (CARVALHO, 2009, p. 57).

Em 2012, foi realizada de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal, nos dias 24 e 31 de agosto, que contou com ampla participação da sociedade civil organizada, contra e a favor do uso do amianto no Brasil. Pouco depois, a matéria sobre o amianto foi novamente levada à apreciação e votação pelos ministros. Desta vez a votação se referia à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.357 contra a lei do Rio Grande do Sul e à Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.937 contra a lei de São Paulo, ambas propostas pela CNTI, pedindo a revogação das leis que proibiam o amianto nestes estados.

Nesta ocasião, os ministros relatores dos dois processos votaram de uma forma diferente. O voto do ministro relator Ayres Brito foi favorável à manutenção da Lei gaúcha n.º 11.643/01, que proíbe a produção e comercialização de produtos à base de amianto, julgando improcedente a ADI n.º 3.357. O outro ministro relator Marcos Aurélio de Melo, da ADI n.º 3.937, que questionava a constitucionalidade da Lei paulista n.º 12.648/07 que proíbe o uso de produtos com amianto no estado, votou pela inconstitucionalidade da Lei n.º 12.684/07, julgando procedente a ADI n.º 3.937, proposta pela CNTI e, portanto, permitindo o uso de materiais contendo amianto em São Paulo. No entanto, os outros ministros ainda não votaram estas matérias (primeiro semestre de 2013), portanto, a posição oficial do Supremo sobre o tema continua indefinida. As disputas judiciais se avolumam e parece não ter fim. (Esta Discussão será retomada e complementada no capítulo 6.) O mapa 2 apresenta a geografia da proibição do uso do amianto no Brasil.

Mapa 2 – Estados e cidades no Brasil que possuem leis proibindo o uso do amianto

Elaborado por: SOUZA, J. C. de. (2013)

Organizado por: BARBOSA, F. de M. T. (2013)

As diversas ações diretas de inconstitucionalidade impetradas no Supremo Tribunal Federal pelos diferentes atores sociais envolvidos na “polêmica” do uso do amianto no Brasil indicam a judicialização¹¹ dos conflitos e da decisão em torno desta questão no território nacional. Portanto, a judicialização¹² deste processo, faz com que a decisão saia da arena política – executivo e legislativo – e vá para a instância jurídica, no caso brasileiro, a decisão está na Suprema Corte do país. Segundo Barroso (2012) uma das causas que leva o judiciário tomar a última decisão sobre temas polêmicos – como é o caso do amianto – é o fato de os atores

¹¹ Judicialização significa que questões relevantes do ponto de vista político, social ou moral estão sendo decididas, em caráter final, pelo Poder Judiciário. Trata-se, como intuitivo, de uma transferência de poder para as instituições judiciais, em detrimento das instâncias políticas tradicionais, que são o Legislativo e o Executivo. (BARROSO, 2012, p. 5).

¹² Ver anexo “A” - A judicialização da questão do amianto no Brasil: leis federais, estaduais e municipais.

políticos evitarem o próprio desgaste na deliberação de temas de grande visibilidade e repercussão que dividem a opinião da sociedade.

Sempre que surge o alarde de que processos envolvendo a temática do amianto podem entrar na pauta de votação no STF a preocupação povoa a cabeça dos moradores de Minaçu e burburinho toma conta das conversas de rua. Esta cidade está umbilicalmente ligada à indústria de mineração de amianto desde o seu surgimento. As pedras de amianto estão calçando as ruas pelas quais andam os seus moradores. E, o processo que levou à emancipação política de Minaçu foi o tempo todo sustentado política e financeiramente pela SAMA, que conseguiu reunir os desejos da elite política local em torno deste projeto.

Aos poucos a cidade foi tomando a forma que lhe deram o capital-amianto aliado aos mandatários do lugar, erigindo, o que denominamos de “urbanização autoritária”, à condição do urbano em Minaçu. É o que propomos apresentar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4

A “URBANIZAÇÃO AUTORITÁRIA”, A CONDIÇÃO DO URBANO EM MINAÇU-GOIÁS

4.1 A Marcha para o Oeste e sua influência na urbanização em Goiás

Antes do desmembramento territorial do Estado de Goiás para a criação do Estado de Tocantins, em 1988, a área onde se formou o município de Minaçu era oficialmente reconhecida como Médio Norte Goiano. Secularmente esta região foi habitada por diversas tribos indígenas: quirixas, xavantes e avá-canoeiro, que começaram a ser dispersadas e/ou dizimadas com a chegada dos primeiros bandeirantes ainda no século XVIII. Consta que os núcleos de mineração nesta porção do território goiano tiveram nesta época economia pujante, no entanto, a decadência da economia de base mineira levou a região à estagnação econômica no início do século XIX, como foi o caso de Pilar de Goiás, Crixás, Amaro Leite e Descoberto. As duas últimas se tornaram hoje os municípios de Mara Rosa e Porangatu, respectivamente.

A década de 1930 põe-se como marco transitório do desenvolvimento econômico brasileiro, momento em que o capital urbano-industrial – sobretudo paulista – assume a dianteira do processo de acumulação capitalista. Até então, o padrão de acumulação era fundamentalmente de base agroexportadora e o café o principal produto das exportações brasileiras. O arranjo espacial da economia nacional, paulatinamente, foi deixando de se expressar sob a forma de “arquipélagos econômicos” – como eram conhecidas as “regiões economicamente prósperas” que se ligavam diretamente ao mercado internacional – para insinuar-se, desde então, a formação de um mercado nacional unificado sob a égide de São Paulo.

Sob o lema da “Marcha para o Oeste” o Estado nacional, desde Getúlio Vargas, promoveu políticas públicas de incentivo à interiorização e ocupação territorial de áreas consideradas “vazios demográficos”. Segundo Estevam (1998, p. 104), “não se tratava simplesmente de uma vaga ideia de Marcha para o Oeste e sim da concreta ocupação do Planalto Central e, a partir deste, do desbravamento da Amazônia”. O discurso ufanista da obra de Cassiano Ricardo – *Marcha para o Oeste* – mostra, de forma cristalina o conteúdo geopolítico da ideia de vazio demográfico. Conforme as palavras do autor:

Os vazios demográficos não são apenas um problema de política interna, senão também, de uma política de elementar prudência. Para que não se diga mais que o Brasil é maior do que merece ser, ou dono de uma grandeza a que não tem direito. (RICARDO, 1970, p. 630).

A preocupação das elites era – dentre outras – também assegurar a integridade do território nacional, fato que legitimaria a ocupação dos vazios no interior do espaço brasileiro. É neste processo que podemos entender os incentivos do governo federal, como uma das fontes financiadoras, para a construção de Goiânia. A nova capital de Goiás simbolizava brilhantemente os significados da política de interiorização e ocupação de “vazios demográficos” do Planalto Central em sua etapa inicial. Conforme sintetizou Estevam (1998, p. 110), a construção de uma “nova capital no planalto traduzia o desejo do Presidente e alimentava a ‘expansão capitalista’ em seu processo de incorporação de novas frações do território nacional”. Para Ricardo (1970), tratava-se da retomada do espírito aventureiro bandeirante. Neste sentido, a construção de Goiânia cumpriu muito bem seu papel na Marcha para o Oeste, promovendo um intenso surto migratório para o centro-sul de Goiás, proveniente de diferentes regiões do Brasil.

Além da construção de Goiânia, inaugurada em 1942 com o *status* de capital do Estado de Goiás, outra frente de expansão e povoamento do Planalto Central Goiano foram as políticas governamentais de assentamento camponês que orientavam a ocupação e estimulavam a migração para o norte e o oeste Goianos. Trata-se da implantação na década de 1940 da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em Ceres. Segundo Estevam (1998, p. 122), “a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG – foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal”. Cabia ao Governo de Goiás a definição do local de implantação dos projetos. As glebas de terra eram repartidas de forma gratuita no interior da CANG, fato que atraiu camponeses de várias partes do Brasil para esta região de Goiás. Segundo Estevam (1998, p. 123), “neste aspecto a CANG teve o sentido de ‘terra prometida’ para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro”.

Ainda conforme o autor, “nas décadas de 1940 e 1950 a imigração para Goiás avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes” (ESTEVAM, 1998, p. 123).

Neste sentido, pode-se dizer que a instalação da CANG no então Meio-Norte Goiano foi importante na medida em que incorporou novas áreas do território. A partir da década de 1950, “a colônia entrou em sério processo de desarticulação dado que o esquema especulativo de comercialização prejudicava os pequenos proprietários” (ESTEVAM, 1998, p. 124). A penetração do capital mercantil na região subjugou os camponeses aos mecanismos do crédito, o que acabou por comprometer ainda mais os rendimentos das colheitas. Como relata Estevam (1998, p. 125):

Grande parte dos colonos em Ceres foi obrigada a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 1950. A partir de então a CANG passou a descaracterizar-se e cedeu espaço para grandes fazendas circunvizinhas. O capital mercantil, por sua vez, tinha ganhado fôlego, permitindo sua expansão por larga parcela do território.

Os planos geopolíticos de integração do território nacional prosseguiram nos anos subsequentes às décadas de 1940 e 1950. Alinhavados aos interesses expansivos do capital – sobretudo do capital estrangeiro – que, segundo Mendonça (1986, p. 69), tomou a dianteira “na promoção do desenvolvimento nacional”, as políticas do governo federal continuaram sendo “generosas” com o Estado de Goiás no campo da infraestrutura de transportes. A construção de Brasília e as políticas desenvolvimentistas do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek foram representativas da “prioridade dada à indústria automobilística e ao transporte rodoviário como eixos do desenvolvimento nacional” (MENDONÇA, 1986, p. 60), em detrimento ao transporte ferroviário. Para Moraes (2008), este momento é a expressão máxima das ideologias geográficas e políticas territoriais do Estado.

A abertura de novas rodovias federais permitiu a ligação dos vários pontos do país à nova capital e ao centro econômico do país, são exemplos a BR-050 que liga Brasília a São Paulo e a BR-040 Brasília - Rio de Janeiro. No entanto, a rodovia que possibilitou a “integração no seio do próprio Estado de Goiás foi a BR-153 – conhecida como Belém-Brasília – que acarretou grandes modificações no quadro setentrional do estado” (ESTEVAM, 1998, p. 130). O papel de agente urbanizador da BR-153 está na mesma ordem de importância para o Médio-Norte Goiano como esteve a ferrovia para o Sudeste do estado no início do século XX. Tornou-se um elemento dinamizador que engendrou o surgimento de novos núcleos urbanos às suas margens, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Norte, Colinas, entre outras.

Segundo Cataia (2006, p. 13), “em 1960 ao longo da rodovia Belém-Brasília existiam 10 cidades e povoados, em 1970 eles chegam a 120”. Contrariamente, as “cidades que não estavam localizadas às margens da rodovia perderam importância sofrendo decréscimo populacional ou diminuição da taxa de crescimento” (ESTEVAM, 1998, p. 130).

Portanto, todos estes projetos, planos e ações, estavam na ordem do dia na agenda política da Marcha para o Oeste e orientavam a ocupação territorial de áreas tidas como “vazios demográficos” para fazer avançar a fronteira do capital. Este conjunto de políticas territoriais do estado brasileiro: a construção de Goiânia, as Colônias Agrícolas, a edificação de Brasília, a implantação e o asfaltamento de estradas interligando o país foram algumas ações políticas desenvolvidas pelo Estado no sentido de promover a inserção na economia capitalista nacional e internacional de regiões menos povoadas e com fraco predomínio de atividades produtivas capitalistas, como era o caso da região Centro-Oeste. Percebe-se que além do aspecto econômico, a Marcha Para o Oeste possuía também uma clara conotação geopolítica.

O prosseguimento da Marcha Para o Oeste continuou no período da ditadura dos militares, que utilizaram a geopolítica das fronteiras internas, os municípios, como outro elemento do projeto de conquista do território do Planalto Central com a criação de novos municípios na região Centro-Oeste, a fim de inseri-la no circuito da economia nacional e mundial. Segundo Cataia (2006), no “período que vai do final dos anos 1960 ao final dos anos de 1970 [...] a criação de novos municípios concentra-se na região Centro-Oeste, objeto do projeto geopolítico” (CATAIA, 2006, p. 8).

Desse modo, pode ser que o surgimento do município de Minaçu esteja muito mais relacionado ao arranjo da geopolítica das fronteiras internas, a partir da criação de novos municípios no Brasil Central, do que aos processos anteriormente descritos, pois Minaçu encontrava-se fora da órbita de influência da rodovia BR-153.

De qualquer forma, considerando a “Marcha Para o Oeste”, o surgimento do município de Minaçu, em meados da década de 1970, não é alheio a esse processo de modernização do território a partir de políticas estatais de incentivo à interiorização do capitalismo. Para Moraes (2008, p. 97), “a proposta da ‘Marcha para o Oeste’ induzia a ideia de uma segunda conquista do território pátrio, animando uma nova onda expansionista agora impulsionada pelo ideal da

modernização.” A territorialização da atividade de mineração – principal motivo da fundação do município de Minaçu – é parte deste processo de modernização, que significou principalmente “reorganizar e ocupar o território dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação” (MORAES, 2008, p. 96-97), e era prioridade nos planos de desenvolvimento dos governos autoritários do regime militar, “dados os objetivos da política econômica do regime militar – o *Brasil Potência* –, o avanço da industrialização e a política de exportações exigiram rápida expansão do setor mineral e energético” (CANO, 2008, p. 55), neste sentido, pode-se dizer, Minaçu-Go está, de alguma forma inserida neste processo, pelo fato de abrigar em seu território a mineração de amianto.

4.2 Emancipação política de Minaçu-GO

Como a expansão da indústria mineral impõe pesados investimentos de capital fixo em infraestrutura, “nas regiões mineradoras, seus efeitos positivos eram, de alguma forma, ampliados, melhorando as condições econômicas locais” (CANO, 2008, p. 55), e acabavam “gerando ainda pequenos efeitos de empregos diretos e efeitos mais importantes na urbanização adjacente à mineração” (CANO, 2008, p. 55), como aconteceu em Minaçu-GO em que a mineração fez germinar um pequeno núcleo urbano nas adjacências da mina de amianto.

Foi no contexto da ditadura militar no país que a pujança econômica da atividade mineradora, gradativamente despertou o interesse de grupos políticos locais pela emancipação do distrito de Minaçu. Conforme destaca Cataia (2006, p. 7) “a Constituição de 1967 defere para Lei Complementar Federal a competência sobre os requisitos mínimos para a criação de novos municípios”.

A Lei de que trata Cataia (2006) é a de nº. 1/67 de 9 de novembro de 1967, na qual ficaram estabelecidos, em seu artigo 2º, quatro requisitos básicos para o desmembramento territorial e a constituição de novos municípios: I) população estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado; II) eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população; III) centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas); IV) arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos.

Assim, parece ter havido um endurecimento da legislação para a criação de novos municípios no Brasil durante o regime militar, fato que poderia pôr-se como obstáculo de difícil transposição para a emancipação política de Minaçu.

Consta em Pamplona (2003) que a campanha pela emancipação de Minaçu teve início em 1975 com a formação de uma comissão de líderes da comunidade e políticos do Estado. Uma dessas lideranças foi o Tabelião Sr. Arlindo Pereira de Oliveira que leva um requerimento assinado por mais de cem pessoas até à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que transforma-o no Processo Administrativo nº 181/75, assinado pelo Deputado Juracy Xavier Teixeira. Mas, este documento desaparece da Assembleia. Fato que foi atribuído à parte da classe política de Uruaçu-GO que era contrária ao desmembramento territorial.

O então Prefeito de Uruaçu-GO Roberto Isidoro de Almeida, e seu irmão, então deputado estadual, Domingos Venâncio de Almeida, se contrapunham veementemente à emancipação política de Minaçu.

Outro impedimento para a criação do novo município surgiu quando se propôs a sua delimitação territorial dela excluindo a área em que estava instalada a empresa mineradora SAMA que, dessa forma, ficaria pertencendo ainda ao município de Uruaçu-GO. A SAMA era a maior fonte de recursos deste município.

Outro documento foi redigido e uma cópia dele foi entregue ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, deputado Jesus Meirelles, e outra ao governador de Goiás, Irapuan Costa Junior. Em outubro de 1975, a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás expede a Certidão n.º 549/75, segundo a qual a arrecadação dos impostos estaduais no município que se pretendia criar seria inferior a cinco milésimos da receita estadual de impostos, o que contrariava um dos requisitos mínimos exigidos pela Lei Federal 1/67. A comissão de líderes locais capitaneada pelo Sr. Arlindo decide redigir um ofício com a ajuda de um advogado de Porangatu, o Sr. Raimundo de Alencar, ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, pedindo que considerasse o Imposto Único de Minerais (IUM) no cálculo da arrecadação de impostos estaduais, buscando resolver, desta forma esse impasse.

Durante a pesquisa de campo para a produção desta tese foi feita uma entrevista com o Sr. Arlindo Pereira de Oliveira, em seu cartório, ocasião em que ele declarou que a SAMA era a entusiasta e grande interessada na emancipação política de Minaçu. A empresa foi o agente financiador de todos os custos do processo emancipacionista. Viagens da comissão, para Goiânia e para o Rio de

Janeiro, eram custeadas pela SAMA e um avião ficava à disposição da comissão. No entanto, era, em nome do povo, da coletividade que apareciam as justificativas para a emancipação. Os verdadeiros motivos do envolvimento da SAMA neste processo nunca ficaram claros o bastante, mas pode-se afirmar que, possivelmente sem a sua atuação, ainda que nos bastidores, junto à classe política de Goiás, deputados e senadores, a comissão local que empreendeu o projeto emancipacionista dificilmente lograria êxito.

O grupo político local ligado à Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido da situação – contava com o Sr. Arlindo Pereira de Oliveira, com Jeová Seabra Campos, com Joaquim Moreira Pardini e com Dr. Guido Deodoro J. Penido, segundo homem de mando da SAMA, segundo o próprio Sr. Arlindo afirmou na entrevista. Esse grupo buscou apoio do Deputado Estadual Juracy Xavier Teixeira, de Siqueira Campos, então Deputado Federal por Goiás, e também do Senador por Goiás Osíris Teixeira.

Consta em Pamplona (2003) que o Sr. Arlindo Pereira, acompanhado pelo Senador Osíris Teixeira, entregou então o ofício que pedia a mudança no cálculo da arrecadação dos impostos ao Ministro da Justiça no final de 1975 com a exposição de motivos solicitando a emancipação de Minaçu. Em fevereiro de 1976, o Ministro respondeu favoravelmente ao pedido, ou seja, que os cálculos do IUM fossem considerados como comprovação de que a arrecadação local alcançava o percentual exigido pela Lei 1/67. Ainda em Dezembro de 1975, Minaçu foi alçado à categoria de Distrito de Uruaçu. Em 14 de maio de 1976 é oficialmente criado o Município de Minaçu em Goiás.

Conforme Carvalho (1988) no plano de mineração para Goiás do Governo Irapuan Costa Júnior, para o período de 1975 a 1979, denominado *Levantamento do setor mineral – Diagnóstico e programação* na elaboração do conceito de Polo Mineral como sendo a região com reservas minerais em condições de aproveitamento industrial, foram considerados os Municípios de Catalão, Barro Alto e Niquelândia e o distrito de Minaçu como polos minerais, recomendando-se a emancipação política deste último. Conforme reforça Carvalho (1988, p. 74, grifo meu):

[...] o plano em análise chamava a atenção para o enorme desnível de infraestrutura existente entre a vila habitacional da SAMA e Minaçu, núcleo populacional em suas imediações após o advento da mina, e previa a necessidade de investimentos governamentais no

sentido de superar tal situação, bem como *recomendava a emancipação de tal distrito*, tendo em vista seu elevado crescimento.

Enquanto isso, os engenheiros da METAGO realizavam a demarcação do que seria o centro da cidade de Minaçu. A SAMA coloca à disposição todo o seu maquinário na abertura e no calçamento das ruas, utilizando no seu encascalhamento pedras de amianto descartadas no processo de extração da fibra.

Esta história da emancipação político-administrativa de Minaçu-GO visa ilustrar, neste quarto capítulo, o que foi denominado de “urbanização autoritária”. As relações políticas que convergiram para o êxito do processo de emancipação servem para esclarecer a noção do que seja a “urbanização autoritária”, pois os políticos locais falavam e agiam em nome do povo, quando, em verdade, a lógica empresarial pressupunha que o Estado fosse responsável pela infraestrutura de funcionamento daquele lugar (estradas e caminhos, suprimento de água e energia...). No entanto o caso da emancipação de Minaçu não é um caso isolado. É isso sim, a demonstração de procedimentos comuns pelos quais comunidades territorializadas afirmam suas singularidades perante o Estado. O específico deste caso é o papel preponderante da SAMA na conquista da emancipação, fato que demonstra o quanto essa autonomia era de fundamental importância para realização dos seus negócios. A “urbanização autoritária” está presente em processos urbanos deflagrados por empresas capitalistas, que com a anuência do Estado, passam a disciplinar uma área, transformando-a em um espaço de controle social, de dominação econômica, política, ideológica e cultural. A anuência do Estado fica evidenciada pelo papel que as câmaras municipais acabam por desempenhar, ao serem transformadas em espaço político das empresas.

Este tipo de urbanização é imposto pelo modelo civilizatório cujo ideal a ser seguido e buscado é de um espaço urbano higienizado, limpo, ordenado de forma “perfeita”, cada coisa no seu devido lugar, com normas e regras de convivência social, bem característico da Vila Operária da SAMA, transformada em condomínio residencial. Do outro lado dos muros do condomínio, a cidade caótica, mas que também expressa o modelo de urbanização autoritária. A emancipação política de Minaçu-GO foi uma estratégia¹³ da empresa SAMA para repassar ao Estado a

¹³ “A estratégia é o resultado de um plano, de um projeto ou um programa [...] supõe o recurso a uma série de meios. Os meios, ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos”. (RAFFESTIN, 2011, p. 38).

competência de realizar as condições sociais gerais de produção, até então sob sua responsabilidade. A ação da grande empresa imperialista de colocar a seus pés desde o início a pequena cidade construindo um consenso enorme em torno das “benesses” trazidas por ela é a perfeita expressão não só, de uma urbanização autoritária, mas também de um modo de vida urbano eminentemente autoritário, que traduz muito bem o pensamento hegemônico sobre a cidade.

Em suma, o caso de Minaçu sugere pensar sobre a forma e o conteúdo. De fato de um ponto de vista formal (à primeira vista) cada coisa está no seu lugar. A disposição das casas, os caminhos, a variação dos padrões de moradia segundo as funções exercidas na hierarquia da empresa. Mas, essa lógica tende, genericamente, a não suportar o movimento do trabalho na sua reprodução. Nestas condições agravado pelo mal que assola os trabalhadores como são as doenças ligadas à manipulação do amianto, como se verá adiante.

A seguir são apresentados alguns exemplos de processos de implantação de cidades no Brasil e em outras partes do mundo que neste trabalho denominamos de “urbanização autoritária”. Nosso intuito é o de demonstrar a relevância do estudo de Minaçu-GO.

4.3 Modelos de urbanização autoritária

Entre os modelos de “urbanização autoritária” conta-se a cidade-empresa, que aparece primeiramente na Inglaterra da Era Vitoriana, no período da Segunda Revolução Industrial, e se difunde largamente nos Estados Unidos em fins do século XIX. Entretanto, o termo “cidade-empresa” acabou sendo usado para denominar uma diversidade de tipos de sistema de fábrica com Vila Operária. Correia (2001, p. 83) enfatiza que,

Nas referências internacionais, esses lugares surgem com várias designações, como *company town*, *industrial village*, *cit ouvrire* e *cottage system*. Em um estudo sobre a constituio e a forma de tais lugares nos Estados Unidos, a pesquisadora Margaret Crawford usa o termo *company town* como uma forma genrica, enfatizando, entretanto, como ao longo da trajetria da industrializao americana uma srie de mudanas na indstria e na geografia gerou uma sucesso de tipos de *company town*: a *mill village*, a *corporate city*, o *lumber camp*, a *mining town*, o *industrial suburb* e a *satellite city*.

Correia (2001) informa que, no Brasil, do mesmo modo, esses lugares têm sido nomeados de várias formas. Vila Operária, fazenda, usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade companhia, cidade-empresa e cidade nova são algumas das designações que essas aglomerações têm recebido, dependendo de suas características quanto a tamanho, forma, localização, condição político-administrativa, tipo de atividade produtiva à qual estão ligadas e do momento histórico em que surgem. Independentemente destas características e de suas combinações, estes processos urbanos podem ser lidos e interpretados à luz do que se denomina neste trabalho, de *urbanização autoritária*.

Correia (1998) também demonstra as mudanças ao longo da história nos termos usados para designar esses aglomerados e destaca o equívoco de se utilizar um mesmo termo para situações díspares. Para a autora, o uso generalizado de termo, como *company town*, na Europa e nos Estados Unidos, ou “vilas operárias”, no Brasil, impede a compreensão das diferentes iniciativas de construção de casas para trabalhadores. Assim, a generalização serve para encobrir as diferenças na gestão do trabalho nestes espaços. Para Correia (1998, p. 11) “entre vilas construídas por indústrias em cidades existentes e vilas isoladas no campo, há enormes diferenças na forma de gestão da força de trabalho”. No segundo caso, a fábrica possui um controle amplo sobre a vida dos trabalhadores, *dentro e fora* da fábrica; no primeiro caso, este controle seria mais restrito. Resguardadas as especificidades de cada caso, as relações humanas nestes espaços é em grande parte ordenada pelas empresas a que pertencem.

O termo *company town*, criado nos Estados Unidos no final do século XIX e aplicado primeiramente nas cidades mineiras norte-americanas, era visto de forma pejorativa devido ao aspecto de desordem e caos de vários desses lugares, porém, de meados do século passado em diante sob a influência da arquitetura e do urbanismo modernos, nesses lugares passaram a ser incorporados valores sanitários e de higiene. Juntamente com a habitação higienizada e limpa, são introduzidos também os serviços de saúde, educação e lazer, que “costumam estar associados a bem-estar, disciplina e progresso” (CORREIA, 1998, p. 54). Todos esses elementos importantes e inovadores no que tange à organização/gestão do

espaço de reprodução da força de trabalho estão presentes na Vila Operária da SAMA.

Em algumas cidades do Chile, onde a base da economia é a produção de minérios, principalmente do minério de cobre, que é explorado pelas multinacionais norte-americanas, é comum, na organização do seu espaço, as características do modelo cidade-empresa. Garcés (2003, p. 132) concorda com Correia (2001), sobre a generalização do termo *company town* na atualidade e se ocupa amplamente do assunto descrevendo “las ciudades industriales de distinto tipo que fueron surgiendo a partir de la Revolución Industrial: industrial villages, cités ouvrières, arbeiter siedlungen, colonias industriales, campamentos mineros”. No Chile, as grandes companhias mineradoras, cuja finalidade não é outra senão a máxima concentração e acumulação de capital, para alcançar essa finalidade, concentram também o trabalho, e criam um mercado cativo de força de trabalho nos arredores da fábrica, indispensável para a extração do cobre.

Conforme explica Dal Co (1975, apud GARCÉS, 2003, p. 132):

[...] un ideal que explicita la transformación de la base económica de la nación americana y un modelo que interpreta el mito del primer capitalismo al de una sociedad 'perfecta' al servicio de la manufactura [...] Como modelo urbanístico representa una alternativa completa a la ciudad histórica, no tanto a causa de las formas en las que se estructura, cuanto por el hecho de asumir una única y nueva función, la fábrica, sin otros fines que los de máxima eficiencia productiva, creando un sistema monocultural sin rupturas socioeconómicas.

A estrutura espacial desses núcleos fabris é sistematicamente planejada, organizada, a fim de buscar a mais profunda eficiência no processo produtivo e preservar a harmonia entre os agentes da produção. Não é o caso de se fazer um levantamento exaustivo desse modelo pelo mundo ou pelo Brasil, porém no final do século XIX e durante o século XX ocorreram alguns casos mais elucidativos, que merecem ser observados. Nos casos mais típicos, a disposição espacial dos objetos e sua arquitetura denotam a própria divisão e a hierarquia do trabalho. As casas dos chefes geralmente são mais adornadas, mais amplas, com maior número de cômodos, enquanto as residências dos demais trabalhadores são bem mais singelas e rústicas.

4.4 Alguns exemplos de “urbanização autoritária no Brasil”

Os exemplos brasileiros do modelo cidade-empresa foram criados em vários momentos da industrialização do país, desde o primeiro surto industrial, a partir da implementação das primeiras fábricas têxteis no final do século XIX e início do XX, passando pelo período de implantação das indústrias de base do Pós-1930 e também pela industrialização dos anos 1950 até os grandes projetos da década de 1970. Portanto, o modelo de cidade-empresa está presente nas diferentes fases do desenvolvimento industrial do país, resguardadas as respectivas peculiaridades de cada momento e modelo. Assim, ao se considerar as cidades-empresa há que se observar nelas as influências do momento histórico em que apareceram.

No primeiro surto da industrialização brasileira, a Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), mais conhecida por Fábrica Bangu, fundada no final do século XIX, instalada na zona rural do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, conheceu diferentes denominações conforme se rearranjava espacialmente: “fábrica-fazenda”, “cidade-fábrica”, “fábrica na cidade”.

Sua localização em área rural, o que fez com que primeiramente fosse chamada de “fábrica-fazenda”, justifica-se em parte pela proximidade de fontes de energia, nesse caso a água, e por fatores econômicos “pois a instalação de fábricas em zonas rurais aliviava seus proprietários do pagamento do imposto de ‘pena d’água’, taxa sanitária, lixo e esgoto, e o imposto predial era mais barato¹⁴”, mas também reflete uma particularidade do momento: a inexistência de um amplo mercado de força de trabalho – mercadoria indispensável na economia capitalista –, ainda que na maior cidade do Brasil, o que leva a empresa à estratégia de mobilizar e imobilizar mão-de-obra próximo à fábrica, criando praticamente um mercado cativo de mão-de-obra.

Conforme esclarece Oliveira (2006, p. 7) a Fábrica Bangu:

[...] teve de criar o seu próprio mercado de força de trabalho cativa, a nível local, significando, em outras palavras, imobilizar força de trabalho, não apenas através da moradia em vilas operárias, o que já era comum nas áreas urbanas, mas também através do controle dos meios de produção e reprodução como grandes proprietários que eram de terras, estimulando a fixação de população na terra através da produção agrária em sistema de parcerias e arrendamento.

¹⁴ A escravidão em Bangu. In: A Voz do Trabalhador, 15.11.1909, p. 02, apud, TURAZZI, 1989 p. 69.

Corrêa (1989), já tinha mostrado, tratando dos processos e formas espaciais que vão se materializando e conformam uma organização espacial urbana, que as indústrias têxteis de meados do século XIX no Rio de Janeiro vão localizar-se próximo às fontes de energia hidráulicas. Assim se expressa Corrêa (1989, p. 53), “isoladas da cidade, tais indústrias tinham junto a si uma força de trabalho cativa, residindo em vilas operárias: criou-se assim um espaço industrial constituído de lugar de produção e de residência”, o que pode chamar-se de “cidade-fábrica”.

A “cidade-fábrica”, que, para Oliveira (2006, p. 12), “vai se impor, gerando uma maior demanda por terra urbana”. O que chama a atenção é que a atividade fabril-urbana da Fábrica Bangu não significou o fim das atividades rurais nos arredores da fábrica; ao invés de declinar, a produção rural de alimentos que abastecia o mercado local aumentou e atingiu o auge nos anos 1930, com a cultura da laranja.

Com o decorrer do tempo e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, este aglomerado será parte constituinte do Bairro de Bangu, o qual ajudou a criar, chegando à forma urbana de “fábrica na cidade”.

As ideias dos dois pesquisadores (Corrêa, 1989, e Oliveira, 2006) não são divergentes e, sim, concordantes, embora Corrêa (1989) não observe que o fato de essas indústrias terem próxima de si uma mão-de-obra cativa é resultado da ação das próprias empresas que constroem residências para os seus empregados, daí o mercado cativo de força de trabalho que, na verdade, vem responder a uma demanda da empresa necessária à produção capitalista.

Se, neste caso, inicialmente os elementos preponderantes para a instalação da fábrica naquele lugar foram o aproveitamento das potenciais fontes de energia, no caso da Vila Operária da SAMA o fato que promoveu sua construção, neste e não em outro local foi a ocorrência da mina de amianto. De alguma forma, um aspecto natural se converteu, neste caso, em fator de localização do capital amiantífero. No entanto, a instalação do capital no lugar somente torna-se possível em virtude do progresso das técnicas, nesse sentido devem-se considerar as condições históricas e o avanço das forças produtivas que permitiram à SAMA implantar sua base produtiva neste local.

Vê-se que a própria evolução do arranjo espacial, de “fábrica-fazenda” a “cidade-fábrica” e desta para “fábrica na cidade”, impõe a flexibilidade do conceito de

company town que, com o avançar do tempo e com as mudanças da realidade empírica, faz com que o nome utilizado para designar o fato mude também ou, até mesmo, seja abandonado. No caso da Vila Operária da SAMA, opera-se em parte uma mudança do seu conteúdo social, na medida em que a vila vai aos poucos deixando de abrigar somente trabalhadores da empresa, permitindo que indivíduos sem qualquer ligação direta com a SAMA também possam adquirir uma casa na vila, imprimindo-lhe um formato muito mais parecido com um condomínio residencial, que transmite uma ideia de *status* social. Em Minaçu, morar na Vila da SAMA é sinônimo de “morar bem”.

Outro exemplo de urbanização autoritária é o da vila Operária de Paranapiacaba, distrito do município paulista de Santo André. Correia (1998) chama a atenção para a disposição espacial da vila, que expressa a hierarquização dos funcionários da empresa: Na Vila Inglesa, destinada aos mais graduados, as casas de madeira, construídas em bloco de duas, quatro ou seis, são todas dotadas de jardins e dispostas em ruas ortogonais; na Parte Alta, destinada aos demais empregados, casas estreitas, sem jardim, também de madeira, são agrupadas em longos blocos. Entre os dois núcleos foi construída a estação de trem que passou a ser o ponto principal da vida e lugar de encontro dos moradores, o relógio da torre da estação “testemunha e regula o tempo linear, que preside o mundo ferroviário e a rotina de seus operadores”. (PASSARELLI, 1990, pp. 5-16, apud CORREIA, 1998, p. 74). A vila conformava-se, assim, segundo um modelo de relação capitalista; o conjunto construído pela empresa, com o que concorda Minami (2004, p. 5), “formava um sistema disciplinarmente organizado através de uma técnica de aglomeração disposta hierarquicamente e conforme um arranjo que definia o desenho das habitações”.

A partir dos anos 1930 o país passou por um processo de industrialização, comandado abertamente pelo Estado, com investimentos principalmente nas chamadas indústrias de base, ou de bens de produção, como é o caso das siderúrgicas. Surge, assim, a Companhia Siderúrgica Nacional e, em simbiose, aparece a cidade de Volta Redonda, como símbolos que representavam uma nova fase do capitalismo brasileiro, agora sob a primazia da indústria, nova forma da acumulação capitalista. A empresa constrói, simultaneamente, a usina e a cidade, na qual a hierarquia da empresa é urbanamente reproduzida.

No Nordeste, também nesse momento, destaca-se a criação da Vila de Paulo Afonso em Pernambuco, onde foram edificadas duas mil casas de alto padrão pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), “empresa criada em 1948, que tem sua usina criada em 1955. A Vila de Paulo Afonso, PE, construída com 2.000 casas de alto padrão, pode ser considerada modelo de *company town*” (PIQUET, 1998, p. 26). Outro exemplo, agora no Sul do país, referente à instalação no Paraná da indústria de papel e celulose Klabin, mostra que também as empresas privadas seguiram o mesmo modelo. Esta empresa, que se instalou na década de 1940 no município paranaense de Telêmaco Borba, é pioneira na produção de papel no Brasil. Pelo fato de ter se instalado numa localidade bastante isolada, foram construídas três vilas operárias para seus empregados. No início dos anos 1960, a Klabin teve um papel importante na formação deste município. Atualmente a empresa mantém apenas um número reduzido de residências de alto padrão para a diretoria. Conforme ressalta Piquet (1998, p. 27):

[...] esse núcleo habitacional chegou a apresentar características de uma *company town*, uma vez que continha, além das moradias, todos os equipamentos ligados às atividades fabris, assumindo papel fundamental na criação desse município paranaense.

Em Minas Gerais, destaca-se a siderurgia com a Companhia Belgo Mineira que, em 1934, criou um concurso para projetar a futura cidade operária de Monlevade. O crescimento da cidade foi tão grande que estendeu-se para fora da área projetada e, em 1991, a vila original abrigava apenas 4,2% da população (MONTE-MÓR & COSTA, 1995). Outra grande empresa do setor siderúrgico que se instalou em Minas Gerais e também investiu em um projeto urbanístico, a futura cidade de Ipatinga, em 1956 é a Usiminas, em operação desde 1962. Porém, Ipatinga teve características diferentes em sua construção, como é possível constatar pela citação a seguir:

[...] a cidade planejada é fruto de um projeto urbanístico minucioso. A Usiminas arca com a construção inicial das unidades habitacionais e da infraestrutura básica, bem como de vários equipamentos sociais coletivos: escolas, clubes, supermercados, hospital, este de abrangência regional. (MONTE-MÓR & COSTA; 1995, p. 428).

Também em Minas, a Açominas construiu nos anos de 1985-88 sua usina e também uma cidade aberta para os funcionários e seus familiares que, somados, atingem aproximadamente 24.000 pessoas. O antigo Distrito de Ouro Branco, núcleo urbano histórico de Minas Gerais, foi totalmente descaracterizado pelas intervenções da empresa, que assumiu, por meio de empresas especializadas, o planejamento da cidade, construindo moradias para seus empregados e remodelando a infraestrutura urbana.

No extremo norte do país, no estado do Amapá, a Icomi – Indústria e Comércio de Minérios S.A, “constrói a Vila Amazonas e a Vila Serra do Navio, de alto padrão construtivo e previstas para abrigar 2.500 habitantes cada uma. São até hoje consideradas exemplos de ‘company towns’ construídas na década de 50” (RIBEIRO, 1992, s/p, apud PIQUET, 1998, p. 27). Nos anos (19)70 são marcantes os grandes projetos dos governos militares como padrão de ocupação territorial do país, cujas obras, iniciadas nessa década, só serão concluídas na década seguinte, devido à “[...] escassez crescente dos recursos financeiros exigidos” (PIQUET, 1998, p. 31). Dentre esses projetos, acha-se o Jarí Florestal e Agropecuária Ltda., em Monte Dourado na Região Norte do Brasil, no estado do Pará, “a população prevista para a vila era de 10.000 habitantes, mas em 1988 dava sustentação a cerca de 60.000 pessoas” (CARNEIRO, 1988, p. 67, apud PIQUET, 1998, p. 32).

Também no Pará foi edificada a vila que abrigou os trabalhadores que construíram a Hidrelétrica de Tucuruí. Em 1976, no começo das obras, a cidade possuía cerca de 3.000 habitantes; no pico das obras, chegou a somar mais de 100 mil habitantes, com a maioria residindo na cidade velha e o restante nas vilas da empresa. Ainda no Pará, a Companhia Vale do Rio Doce nos anos 1980, constrói uma cidade fechada na Serra dos Carajás, de alto padrão, distante a 200 km da cidade de Marabá. Pode-se citar ainda a Aracruz Celulose no Espírito Santo, que ergue uma vila residencial fechada, com todos os equipamentos urbanos de uso coletivo.

São muitos os exemplos de cidades Brasil afora que surgiram a partir da ação de grandes empresas, estatais e/ou privadas, que, assim, exerceram/exercem autoridade e influência no espaço urbano. No Pós-30 há participação importante do Estado, visto que muitos casos são de empresas estatais de grande porte no ramo da siderurgia ou de energia, setores fundamentais para o *devoir* das indústrias estrangeiras na década de 1950, demonstrando que essa intervenção estava

moldada pelos interesses do grande capital, cabendo à União concentrar, crescentemente, seus gastos na formação das condições gerais da produção (infraestrutura) indispensáveis à implantação de um moderno parque industrial.

Os diversos casos apresentados, situados em diferentes lugares da realidade urbana brasileira têm recebido pela literatura especializada as mais distintas denominações. No entanto, independentemente das denominações que estes processos de urbanização receberam, aqui eles são tidos como práticas de *urbanização autoritária*, na medida em que são impostos como modelos civilizatórios engendrando determinado modo de viver e pensar. Considera-se também que a urbanização autoritária extrapola os muros do sistema fábrica-vila operária e se generaliza, com o imperialismo, para a totalidade do espaço, sobretudo em núcleos urbanos de pequeno porte dominados por grandes empresas.

4.5 Cidade de Minaçu-GO, produto do império do amianto

Minaçu está localizada no extremo norte do Estado de Goiás – conforme mapa 3. Em 1976, emancipou-se politicamente do município de Uruaçu – GO, ao qual pertencia, num processo marcado por disputas políticas entre as elites de Uruaçu e do então povoado de Minaçu. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou uma população de 31.154 habitantes, revelando que houve redução do contingente populacional em relação ao censo de 2000, quando a população somava 33.608 habitantes. Menor também que a contada pelo censo de 1991, que era de 32.288. Em 1980, quatro anos após sua emancipação, o censo registrou 28.371 habitantes. Os números demonstram que houve uma modesta variação demográfica de 1980 a 2010 e uma maior oscilação no início da década de 1990 e no final do século XX e início de século XXI, os dois fatos estão relacionados à construção das Barragens de Serra da Mesa (década de 1990) e Cana Brava (inaugurada em 2002).

Empreendimentos de monta, como a construção de usinas hidrelétricas, atraem trabalhadores que se movimentam de lugares distantes em busca de meios de vida. A construção da hidrelétrica de Serra da Mesa – que formou um dos maiores lagos artificiais do mundo – mobilizou mão-de-obra para a cidade de Minaçu. A empresa empreendedora da obra, Furnas Centrais Elétricas, construiu

729 casas, 1 hotel e 5 anexos para abrigar os trabalhadores que chegavam de vários lugares do Brasil. A empresa construiu um bairro que ficou conhecido como Vila de Furnas, um dos maiores da cidade. Essa é uma das explicações para os picos de aumento de população em determinados momentos da história de Minaçu.

Mapa 3 – Localização do município de Minaçu (GO)

Fonte: IBGE/SIEG (GO)

Elaborado por: SOUZA, J. C. de (2012)

Os lagos formado pelo reservatório da Hidrelétrica de Serra da Mesa e o formado pelo reservatório da Hidrelétrica de Cana Brava margeiam parte do município e parte da cidade. Da mesma forma, a Serra de Cana Brava e a Serra da Mesa envolvem a cidade e compõem a paisagem do lugar. (Fotografias 1 e 2).

Fotografia 1 – Vista aérea da cidade de Minaçu, em destaque as cavas de amianto da SAMA. Ao fundo, o Lago de Cana Brava

Fonte: Google Earth (2011).

Fotografia 2 – Vista aérea da cidade de Minaçu, emoldurada pela atividade de mineração de amianto e pelo Lago de Cana Brava do outro lado

Fonte: Google Earth (2011)

O “nascimento” desta cidade foi obra da “mãe” SAMA. A primeira cidade, ou seja, a Vila Operária da mineradora foi concebida e gestada como condição geral de produção e reprodução do capital-amianto. Ergueu-se em meio a uma paisagem “natural” em que o Cerrado ainda estava praticamente “intocado”, salvo a presença de algumas famílias de migrantes maranhenses que praticavam criação extensiva

de gado e garimpo. As condições materiais e humanas para a instalação da maquinaria e dos instrumentos necessários para iniciar a exploração do mineral colocam para a empresa a necessidade de se criar, verdadeiramente, uma cidade às margens da mina.

Nos países de capitalismo avançado as condições gerais de produção já se encontravam há tempos consolidadas, fato que não impediu que as condições da própria reprodução do capital viessem a passar por um importante processo de reestruturação produtiva, nos primeiros anos da década de 1970 – sinal da crise do regime de acumulação fordista. No Brasil, nas zonas de fronteira do capital, prescindia-se ainda da instalação de tais condições para a produção, portanto, era imperativo criar essas condições para que, o sistema capitalista desafogasse e superasse a crise.

Na esteira da mobilidade geográfica do capital e do trabalho “las relaciones monetárias han penetrando hasta el último rincón del mundo, em casi cada aspecto de la vida social e incluso a vida privada” (HARVEY, 1990, p. 376) colocando, assim, todos os lugares a serviço do capital. O movimento do capital na história cria configurações espaciais novas (capitalistas) a partir da destruição das antigas. É próprio do capital, para a sua hegemonia, a necessidade de unificação espacial das relações de produção capitalista, conformando um espaço o mais homogêneo possível que, todavia, apresentar-se-á fragmentado porque é próprio do capitalismo o desenvolvimento desigual e combinado – na linguagem da geografia do capitalismo de Harvey: desenvolvimentos geográficos desiguais.

A urbanização autoritária, assim, seria, conforme Harvey (1990, p. 377) “un ‘momento activo’ dentro da dinâmica temporal global de la acumulación y de la reproducción social”, na medida em que permite converter um dado espaço no qual o valor de uso ainda, pode-se dizer, coexistia com o valor de troca em um espaço em que passa a predominar o valor de troca, a produção capitalista de mercadoria. O espaço toma nova forma e conteúdo social com a chegada do capital, que acelera o processo de expropriação de formas de existência não tipicamente capitalista.

Neste sentido, em Minaçu, a construção da vila operária pela empresa mineradora, condição fundamental para exploração mineral, impõe a urbanização e a hegemonia das relações sociais capitalistas. Nessa metamorfose do espaço prevalece o sujeito que tem maior poder econômico. As poucas famílias de migrantes maranhenses que tinham na pecuária extensiva seu principal meio e

modo de vida e os garimpeiros foram subjugados pelo capital. No relato do Sr. Milewski, que consta em Pamplona (2003, p. 39–40, grifos nossos), pode-se perceber nas entrelinhas este processo:

O acampamento dos garimpeiros sobre a jazida situava-se no sopé de uma montanha [Serra de Cana Brava] havia quatro cabanas sobre a jazida: três ocupadas por garimpeiros que vieram explorar amianto e uma ocupada por Alexandre Alves Pacheco, sócio de Pedro Paraná¹⁵. O primeiro garimpeiro a chegar foi Claudionor de Souza Barros, que morava com seu companheiro José Moreira da Silva [...] a segunda cabana era ocupada por Felipe Lima e seu ajudante preto, simples de espírito, do qual não anotei o nome; e a terceira cabana distante das outras na direção norte, era ocupada por José Martins e seu ajudante Francisco. Os garimpeiros, depois de um ou dois meses de atividade, já perceberam que a exploração manual de amianto era impraticável. *Continuaram residindo no local, esperando apenas seu poder de posse sobre a ocorrência.* [...] Nossa visita foi bem recebida pelos garimpeiros e eles nos ajudaram a examinar a ocorrência. A única oposição declarada vinha de Claudionor, que sob o efeito da cachaça, nos considerava *intrusos* que queriam apoderar-se da jazida.

Esses garimpeiros podem ser compreendidos como a encarnação das personagens *Filemo e Báucia* do “Fausto de Goethe”, brilhantemente abordados na obra de Marshall Berman. O simpático casal de velhos residentes há tempos numa pequena gleba de terras distante. Para Berman (1986, p. 66, grifo meu) eles “representam a primeira encarnação literária de uma categoria de pessoas de larga repercussão na história moderna: *pessoas que estão no caminho* – no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento”. Limpar a área, retirar os sujeitos obsoletos, atrasados, indesejados é o começo da tragédia do desenvolvimento. A história mostra que estes sujeitos ou são absorvidos de forma subalternizada pelo capital ou dizimados como ocorreu a muitas nações e etnias indígenas no Brasil. Conforme Hobsbawn (2010, p. 88), “a economia da Era dos Impérios foi aquela [...] em que teatros de ópera foram erguidos sobre os ossos de índios mortos em cidades nascidas do *boom* da borracha a 1.600 quilômetros acima da foz do Amazonas”.

A Vila Operária – *a primeira cidade* – é como um molde da “nova sociedade”, em vias de aparecer. A Vila Operária não seria, então, somente o lugar do descanso, da reposição das energias absorvidas no processo produtivo durante o

¹⁵ Conhecido comerciante de pedras preciosas na região.

dia de trabalho. Ela se coloca também como meio de produção, nela concentra-se o trabalho e os meios básicos de subsistência necessários à reprodução da classe operária em formação. É uma cidade do trabalho cativo para servir ao capital-amianto. É também investimento em capital fixo, já que todas as casas são de propriedade da empresa e o trabalhador que nela habita paga uma determinada soma na forma de aluguel que serve também à acumulação.

É esse ambiente não construído pelas pessoas que nele terão seu habitat, uma cidade intramuros, cercada, controlada e disciplinada pela SAMA que passa-se agora, a descrever e analisar. Espaço-escola importante para a formação da cultura do trabalho nos moldes capitalistas. Lugar de chegada de trabalhadores vindos de outros lugares, alguns distantes, que nestes lugares não tinham trabalho. Uma parcela destes operários já trabalhavam na própria SAMA, na mina de Poções, no Estado da Bahia, outros tantos migraram dos Estados do Maranhão e também do Piauí, como relatou em entrevista concedida a este pesquisador, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minerais Não-Metálicos de Minaçu o Sr. Adelman Araújo Filho no dia 29 de fevereiro de 2012.

Consta em Pamplona (2003) que diante da necessidade de força de trabalho, escassa na região, em 1967 um empreiteiro de mão-de-obra conhecido por Heleno Nunes foi a Pernambuco e trouxe uma centena de homens para trabalhar na SAMA, no entanto, desse contingente, poucos foram os que se estabeleceram por muito tempo na região. No que se refere aos profissionais especializados tais como: engenheiros, geólogos, administradores, entre outros, verifica-se que muitos deles são oriundos de outros países, como: França, Polônia, Suíça, ou então chegam de outros estados brasileiros como: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

Um verdadeiro exército industrial de reserva como observou Marx, precisa ser mobilizado para compor a força de trabalho no lugar em que o capital a requer, e quando a requer. No entanto, condições mínimas de existência, como moradias e infraestruturas básicas de reprodução da vida, são fundamentais à permanência da força de trabalho num determinado lugar. Assim, a construção desta “primeira cidade”, ainda que autoritária e como necessidade do capital, é de certa forma, resultado da ação dos trabalhadores, já que o capital não prescinde do fermento do trabalho vivo para sua produção e reprodução. Então, o simples ato de estarem ali impõe a criação de espaços de reprodução da força de trabalho.

Ortiz & Hue (1987, p. 103) atestam que, entre 1967 e 1974, quando abriu-se uma estrada, “15.000 pessoas chegaram à região, sendo que 6.000 se instalaram em torno da mina. Dessas, 1.300 dentro da Vila Operária, montada pela empresa.” Em meados da década de 1980 essa vila já abrigava aproximadamente 2400 pessoas. Era composta por edifícios comerciais, escolas, hospital, centro de saúde, clubes recreativos, 383 residências e 59 alojamentos para solteiros.

A organização espacial da Vila Operária da SAMA, repartida por setores, expressa claramente a hierarquia de poder dentro da empresa. No setor leste, reservado aos funcionários mais graduados, o alto escalão de comando da empresa, as casas “possuem três ou quatro dormitórios, sala, banheiro, lavabo, escritório, dependência para empregados, áreas destinadas à lavanderia, terraços e amplas áreas ajardinadas” (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Nos outros setores – sul, norte, oeste – residem os trabalhadores de baixa remuneração, nestes as casas são simples, com cerca de 60 m² apenas e “encontram-se mais próximas umas das outras, e alguns blocos de residência chegam a ser geminados” (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Assim, as condições oferecidas aos trabalhadores eram apenas as mínimas necessárias para que eles ali permanecessem.

Para além destas contradições, morar na Vila Operária da SAMA passou a ser objeto de desejo para a maioria dos trabalhadores da empresa. A Vila foi sendo dotada de toda a infraestrutura e conforto: energia, primeiro com a instalação de potentes geradores a diesel, posteriormente, a própria empresa financiou boa parte da linha de alta tensão; a instalação de redes de água e esgoto tratados numa estação própria de uso exclusivo dos moradores da Vila. Atendimento hospitalar para os trabalhadores, restaurante industrial, posto bancário, postos de atendimento e administração da Vila, uma espécie de delegacia e prefeitura, um posto de assistência social, além de clubes sociais e de recreação, campos de futebol e quadras de tênis e poliesportivas, escolas técnicas profissionais e de ensino normal, etc.

Chama também atenção o fato de a SAMA ter convidado dois militares de alta patente do exército brasileiro para assumir a gerência administrativa e a vila operária da empresa entre agosto de 1968 a outubro de 1970. O General de Brigada Álvaro de La Roque Couto e o Coronel Bertolucci, ambos de Brasília, assumem estes cargos, e segundo Pamplona (2003, p. 279) “com eles, é lançada a pedra

fundamental do primeiro Clube Social da SAMA, o *Palhão* e, principalmente, homologada a comunicação externa por meio de rádio”.

Formalmente as casas, de propriedade da empresa, eram alugadas para os trabalhadores. Na verdade, era um empréstimo, porque os trabalhadores pagavam um valor “irrisório” pelo aluguel. Na urbanização autoritária esse empréstimo possuiu tanto o objetivo de forçar a permanência do trabalhador quanto o de rebaixar os custos de reprodução do operário, diga-se o salário. É o que Blay (1985) chama de a casa como forma de salário não pago. O operário não paga pela casa em dinheiro, mas sob a forma de trabalho não pago, excedente de tempo de trabalho apropriado pela empresa. Blay (1985, p. 18) diz que “a casa de propriedade da indústria entra na composição do salário”. A SAMA também criou um sistema de auxílio para construções fora da Vila, com oferta de empréstimos que eram descontados em folha de pagamento, no máximo de 25% do salário e de financiamento da compra de materiais de construção como janelas, portas, telhas e tintas.

Segundo Ortiz e Hue (1987, p. 111), a SAMA:

[...] tenta passar para os funcionários a responsabilidade de fazer a manutenção de sua residência. No entanto, isso não acontece, já que esses se negam a investir em algo que não é seu: a casa é emprestada pela empresa e garantida aos seus funcionários através de um aluguel irrisório e simbólico que a maioria não sabe dizer quanto é.

Os objetos distribuídos racionalmente no espaço dão-lhe conteúdo e forma: Vila Operária da SAMA. Para além do espaço fabril, o espaço da produção e do trabalho, a disciplina do capital adentra o espaço-tempo da vida cotidiana para nele produzir relações, que, assim, é o espaço-tempo da reprodução no sentido marxiano, da reprodução ampliada de que fala Lefebvre (1973, p.11) “não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações; não há aqui um processo puramente repetitivo”. A figura 2 representa cartograficamente o arranjo espacial da Vila Operária da SAMA.

O que é expressamente proibido é trocar o telhado. Todas as casas e edificações devem manter o telhado original: telhas onduladas de fibrocimento. O preço pago ao mês por condômino é de trinta reais, é cobrada também uma taxa de segurança, que varia de vinte a trinta e cinco reais, de acordo com o padrão arquitetônico das casas. O fornecimento e tratamento de água e esgoto são realizados pela empresa a preço de custo para os moradores, cerca de R\$ 1,10 o metro cúbico de água, ao passo que a SANEAGO¹⁶ (Saneamento de Goiás) cobra cerca de R\$ 3,40, ou seja, três vezes mais caro.

O condomínio conta com: hospital, sistema Sesi/Senai, escolas, clínicas médicas, banco, UNIMED – plano de saúde, padaria, academias de ginástica, restaurante, dois clubes sociais com piscinas e quadras de esporte, salão de festas e espaços para realização de eventos e encontros culturais. Conta também com ampla área verde, área de Cerrado e um enorme lago que garantem uma temperatura bem mais agradável em meio ao forte calor do norte goiano. A entrada no condomínio é permitida, porém, a SAMA mantém uma portaria, vigiada por seguranças que podem solicitar identificação de quem adentra no condomínio. As normas de trânsito são rigorosamente observadas, os espaços para pedestres, ciclistas e automóveis são bem definidos e vigiados; há um projeto para instalação de 24 câmeras de vigilância a serem espalhadas no condomínio, o que certamente aumentará a sensação de segurança, mas também o disciplinamento e a vigilância deste espaço.

Esta Vila Operária, construída junto à mina de amianto, é considerada o germe da cidade goiana de Minaçu. É a cidade de dentro dos muros. Ao seu redor, do lado de fora dos muros, um processo de urbanização esgarçado e caótico vem ocorrendo. Neste processo de desdobramento do urbano, emerge uma centralidade urbana assentada no comércio varejista, lojas de departamentos, eletrodomésticos, informática, supermercados, juntamente com o setor de prestação de serviços tais como: escritórios de contabilidade e de advocacia, clínicas particulares, consultórios odontológicos, estabelecendo certa divisão social do espaço. A maior parte do comércio e dos serviços concentra-se na Avenida Maranhão, via principal da cidade, que representa bem esta centralidade, lugar de encontro e passagem.

¹⁶ Autarquia do Estado de Goiás responsável pela captação, tratamento e fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto na maioria das cidades goianas.

A presença do capital no espaço contribuiu para a valorização de algumas áreas da cidade, sobretudo a área central, próxima a qual fixaram residência as classes mais abastadas economicamente. Aos trabalhadores mal remunerados e pobres cabe ocupar as franjas da cidade, à beira de cursos d'água, do lago da Barragem Cana Brava e as encostas de morros, como no setor Serrinha.

Em Minaçu-GO as práticas espaciais de poder e domínio da empresa (SAMA) saltaram os muros da vila operária e se espalharam para toda a cidade no intuito de reafirmar cotidianamente a importância de sua presença na espacialidade urbana, alcançando corações e mentes de seus habitantes. Isso pode ser parcialmente revelado no discurso da empresa veiculado pelos *outdoors* distribuídos em alguns pontos da cidade (Fotografias 3, 4, 5 e 6).

Fotografia 3 – *Outdoor* estrategicamente posicionado na entrada/saída do aeroporto municipal de Minaçu (GO)

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2011)

Fotografia 4 – *Outdoor* posicionado em importante via de acesso ao ponto turístico da cidade de Minaçu (GO), a Praia do Sol

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2011)

Fotografia 5 – *Outdoor* na portaria da SAMA

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2011)

Fotografia 6 – *Outdoor* localizado em área periférica da cidade de Minaçu (GO)

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2011)

Mas, se a cidade de Minaçu-GO, em um contexto de urbanização autoritária, é produto do império do amianto, para melhor compreendê-la, vale a pena retomar alguns aspectos mais importantes da nebulosa história da constituição do império: o império do amianto que começou a ser erguido nas primeiras décadas do século XX sob a batuta da família Schmidheiny, cujos membros se tornaram os magnatas do negócio do amianto no mundo. O uso deste mineral teve seu *boom* durante a Segunda Grande Guerra e, depois, quando foi bastante utilizado também na reconstrução das cidades europeias.

Na expansão geográfica do imperialismo tendo como centro irradiador as nações de economia desenvolvida, sobretudo europeias, a indústria do amianto expande-se para muito além das fronteiras do continente europeu e ainda mais quando principiam os questionamentos sobre os malefícios do amianto à saúde. Desde então, dezenas de países da Europa começam a restringir a exploração mineral e uso do amianto.

A vigorosa presença do capital-amianto em praticamente todos os países da América Latina, sobretudo no Brasil, atesta o movimento do capital para a periferia do capitalismo mundial. Provavelmente em virtude das crises que assolavam a economia capitalista dos anos 1930-1940 que atingiu fortemente a Europa, os capitais migram para outras partes do mundo, a expansão espacial do capital é uma

tentativa de resolver as crises de acumulação do capital. O discurso do “desenvolvimento” e do “progresso” e uma legislação ambiental e de proteção social dos trabalhadores frouxa explicam, em parte, a migração deste tipo de capital para países como o Brasil. A presença em terras brasileiras data do final da década de 1930, com a exploração pela SAMA da mina de Poções, no Estado da Bahia. Após trinta anos de exploração, com o exaurimento da mina, a SAMA abandona o local deixando para trás um rastro de destruição ambiental – as *feridas na terra* – e muitos trabalhadores doentes com câncer no pulmão.

Com a descoberta da mina de Cana Brava a SAMA constrói a partir da uma vila operária e a seu serviço uma cidade que viria a se emancipar do município de Uruaçu tornando-se o município goiano de Minaçu. A história do amianto no Brasil passa a ter como um dos seus cenários, esta cidade. Em Minaçu, de qualquer ponto da cidade, pode-se visualizar, na paisagem urbana, a imponência da empresa.

Na produção do espaço urbano a banca de material sobranço do processo de extração da fibra acumula-se em camadas horizontais, perfeitamente sobrepostas, na forma de uma escadaria. Toda a cidade é fruto da SAMA porque ali seu poder é indiscutível, essa montanha de rejeitos comprova no cenário urbano, a “geomorfologia do capital”. É trabalho acumulado que “revela-esconde” os mecanismos de exploração e dominação do capital sobre o trabalho (Fotografias 7 e 8), convivendo entre morros e colinas naturais do complexo da Serra de Cana Brava e Serra da Mesa. O social e o natural, misturando-se dialeticamente, explicam a configuração espacial da cidade. A serra de rejeitos sempre visível funciona como panóptico foucaultiano, atento e vigilante a qualquer voz discordante que porventura se atreva produzir o contra discurso. O mineral-amianto, não é nem “mágico” nem “maldito” como observou Scliar (2005), é *santo*, e estas bancadas são o seu altar. Um altar onde se sacrifica vidas humanas para satisfazer os desejos de acumulação do deus capital.

Fotografia 7 – Vista panorâmica de Minaçu (GO): em primeiro plano a banca de rejeitos, as instalações da SAMA e vista parcial de uma das cavas. Ao fundo, avista-se parte da cidade.

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2012)

Fotografia 8 – Bancada de rejeitos de serpentinito vista a partir da Praia do Sol, ponto turístico da cidade de Minaçu (GO)

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2012)

As imagens são realmente impactantes. Toneladas de rocha de serpentinito que contém amianto são extraídas do solo, neste local, as escavações formam imensas crateras que chegam a alcançar duzentos metros de profundidade e dois

quilômetros de diâmetro. Após o processo de beneficiamento para extrair a fibra de amianto da rocha, os rejeitos vão sendo colocados em bancas, camadas superpostas ao lado das cavas. Quarenta e seis anos de extração da fibra fizeram “surgir” uma espécie de geomorfologia urbana produzida pelo capital. A cratera já atingiu o lençol freático, que pode estar contaminado, e armazena água da chuva. Além destes, outros possíveis danos ambientais podem ser atribuídos à mineração. Pois,

As escavações realizadas para a extração dos minérios, além de causarem danos ambientais e estéticos nos locais onde são feitas, o rejeito proveniente da exploração tem causado impactos ambientais negativos no local das jazidas, assim como o escoamento superficial transporta parte desse rejeito, o que caracteriza assoreamento e poluição de corpos líquidos, em áreas, até afastadas da área de mineração. (PEREIRA, 2013, 53).

A extração do minério, o seu traslado para a usina e o beneficiamento para retirar o amianto é realizado *a úmido*, como forma de evitar material particulado em suspensão. Há pulverizadores de água espalhados para umedecer os caminhos por onde passam os caminhões carregados de rocha com amianto, há pulverizadores na britagem deste material, todos os trabalhadores da mina são obrigados a lavarem as botas antes de adentrarem as áreas da empresa, os uniformes dos trabalhadores são diariamente lavados na própria SAMA. Todos esses procedimentos consomem diariamente *dois milhões de litros de água*. A captação desse enorme volume de água começou a causar o interrompimento do fluxo natural do curso d’água de onde essa água era retirada, o que levou a empresa a pensar noutra estratégia: passou a aproveitar a água do fundo da mina, proveniente do lençol freático, já atingido, e da água da chuva. É preciso ainda pesquisar se as queixas de moradores próximos às bancas de que rachaduras nas paredes de suas casas estão relacionadas ao peso exercido no relevo pelas bancas de rejeito e material estéril.

A partir de dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (1995-2007) pode-se estabelecer relação direta entre a quantidade de rocha de serpentinito e a fibras de amianto extraídas dela e assim, entender melhor a produção desta montanha artificial. Em doze anos, entre 1995 e 2007, a produção brasileira de fibra de amianto foi de 2.795.559 toneladas, para tal produção foram gerados 43.171.182 de toneladas de estéril e rejeito de rocha de serpentinito, ou

seja, para uma tonelada de fibra de amianto são gerados cerca de quinze toneladas de rejeito e estéril. De 100 caminhões de rocha que sai da mina, produz-se 7 caminhões de fibra, os outros 93 são descartados. O material depositado impressiona pela amplitude e grandeza, ele se impõe no espaço urbano. Outro dado que chama a atenção é a proporção entre a produção de serpentinito e fibra de amianto e cada trabalhador, por ano, conforme pode-se verificar nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Número de trabalhadores na lavra x produção de serpentinito: 1995 – 2007

Categorias	1995	1999	2003		2007	
	Anual		1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Engenheiro de minas	5	2	2	3	3	4
Geólogos	2	1	1	1	1	2
Téc. Nível superior	1	1	1	1	1	2
Téc. Nível Médio	15	9	6	6	1	1
Operários	136	83	118	116	152	139
Administrativos	21	5	4	4	4	4
Total	180	101	132	133	162	152
Produção de serpentinito (t)	3.701.551	2.486.416	3.685.396		3.528.022	
Ton./homem/ano (mina)	20.564	24.612	27.920		22.616	

Fonte: FILHO & LINHARES, 2009.

Tabela 3 – Número de trabalhadores no beneficiamento x produção da fibra: 1995 – 2007

Categorias	1995	1999	2003		2007	
	Anual		1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Engenheiro de minas	2	3	1	1	2	2
Geólogos	-	-	-	-	-	-
Téc. Nível superior	3	1	1	1	2	3
Téc. Nível Médio	25	26	23	21	17	17
Operários	257	198	199	188	179	182
Administrativos	11	7	2	2	3	3
Total	296	232	226	203	203	207
Produção de Fibra (t)	208.683	188.386	172.695		254.204	
Ton./homem/ano (usina)	705	812	1.066		1.210	

Fonte: FILHO & LINHARES, 2009.

A mudança na composição orgânica do capital da empresa a partir de investimentos em capital constante – máquinas e equipamentos – e dá adição de

novas técnicas e tecnologias de produção, fez aumentar sensivelmente a produtividade do trabalho como demonstrado nas tabelas 2 e 3. Segundo informações do engenheiro de minas, Bruno, “na usina de beneficiamento trabalhavam trinta e quatro operários, hoje trabalham apenas três” (informação verbal). Todo o processo é automatizado: transporte, ensacamento e embalagem das fibras etc. Também a terceirização levou inevitavelmente a cortes de postos de trabalho, o que indica queda da parte variável da composição do capital – a força de trabalho. Em entrevista no dia 29 de fevereiro de 2012 o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minerais Não-Metálicos de Minaçu-GO, Adelman Araújo Filho, destaca que, quando a SAMA iniciou a exploração das jazidas, o número de trabalhadores chegou a três mil; na atualidade, segundo ele, são seiscentos trabalhadores diretos.

Em relação a composição orgânica do capital, Marx (2006, p. 246) observa que:

Podem mudar as condições técnicas do processo de trabalho a tal ponto que, onde antes dez trabalhadores, com dez instrumentos de valor ínfimo, elaboravam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, hoje um trabalhador, com uma máquina cara, elabora cem vezes mais matérias-primas. Neste caso, ter-se-ia elevado enormemente o capital constante, isto é, o montante de valor dos meios de produção empregados, e teria caído muito a parte do capital gasto com a força de trabalho.

A partir dos dados das tabelas 2 e 3, pode-se notar intensificação da exploração da força de trabalho. Embora a produção de serpentinito tenha se mantido estável, entre 1995 e 2007, a produção da fibra por trabalhador ao ano quase que dobrou, indicando também que a taxa de mais valia quase dobra neste período. As bancas de rejeitos e de estéreis são o resultado material desse processo de trabalho; são montanhas criadas artificialmente pelas mãos dos trabalhadores e máquinas do capital.

Um dos pontos fundamentais do discurso veiculado pela mineradora SAMA, que atinge por capilaridade a população de Minaçu, é a geração de emprego e renda. A tabela 4 apresenta, de forma sucinta, os postos de trabalho abertos pela empresa entre os anos de 2008 e 2011, momento de extraordinário crescimento econômico-financeiro da empresa; basta dizer que em 2010, a SAMA foi classificada no mercado como empresa de grande porte, ou seja, está entre aquelas

corporações com receita bruta anual acima de 300 milhões de reais. Observa-se na tabela 4 que, mesmo com o *boom* da empresa, neste período a criação de novos postos de trabalho foi pequena. De 508 trabalhadores diretos em 2008 passou-se para 590 em 2011, ou seja, em quatro anos apenas 82 novos empregos foram criados pela mineradora em Minaçu, uma média de 20 empregos por ano.

Tabela 4 – Postos de trabalho gerados pela SAMA entre 2008 - 2011

Número de Trabalhadores	2008	2009	2010	2011
Minaçu	508	548	566	590
São Paulo	22	22	22	12
Total de trabalhadores contrato CLT	530	570	588	602
Terceirizados	369	462	403	487
Estágio	19	32	36	34
Total	918	1064	1027	1123
Demissões	64	51	57	82

Fonte: Relatório anual de sustentabilidade, 2008-2011.

Entre as empresas prestadoras de serviço para a SAMA – as “Terceiras” – foi um pouco melhor: 118 novos postos de empregos foram criados, uma média de 29 postos de trabalho por ano, passando de 369 trabalhadores terceirizados em 2008 para 487 em 2011. Mesmo assim, esses números estão bem distantes de contemplar a demanda por emprego existente na cidade. A frieza dos números indica haver uma estabilização deste processo. No entanto, comparando-se o número de trabalhadores da empresa nos seus primeiros anos com os de hoje (2013) certamente seria revelado que o que houve foi a extinção de postos de trabalho. As razões disso são conhecidas: o amplo processo de automação nos processos produtivos das empresas com a introdução de maquinaria moderna e racionalidade administrativa e, ao mesmo tempo, o processo de terceirização de atividades não diretamente relacionadas ao processo produtivo – como os setores de limpeza e segurança. Estes dois fenômenos “novos” que aparecem no mundo do trabalho são bem característicos daquilo que ficou denominado por reestruturação produtiva do capital.

A racionalidade fordista-taylorista apresentou seus limites como regime de acumulação desde a década de 1970. As respostas à crise de acumulação vêm com forte investimento em capital constante e redução considerável do capital variável, o resultado é a demissão em massa de trabalhadores. Se a racionalidade do fordismo

conseguiu responder às crises econômicas de seu tempo incorporando trabalhadores ao mercado, a racionalidade deste novo regime de acumulação faz justamente o inverso, elimina postos de trabalho a partir dos processos de automação da produção, gerando desemprego.

No entanto, se considerarmos que, em 2011, o número absoluto de empregos formais gerados em Minaçu-GO era de 3.562¹⁷, a mineradora SAMA contribuiu de forma direta e/ou indireta com 1.111 postos de trabalho com carteira assinada. Considerando-se os trabalhadores diretos, os terceirizados e os poucos estagiários, a SAMA foi sozinha responsável por 29,2% dos empregos formais existentes na cidade de Minaçu em 2011. Verifica-se também na tabela 4, que neste mesmo ano há ocorrência de um número considerável de demissões.

Outro fato sempre alardeado pela empresa SAMA diz respeito à sua participação no recolhimento de impostos, sobretudo, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Este imposto entra diretamente para os cofres do estado de Goiás e, posteriormente, retorna aos municípios, a partir de cálculos tributários complexos que não cabe apresentar aqui. A tabela 5, a seguir, mostra como os diversos setores da economia do Município de Minaçu participam na arrecadação de ICMS.

Tabela 5 – Participação dos setores econômicos na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minaçu: 2007 – 2012 (mil R\$)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Arrecadação do ICMS total	14.812	15.414	19.868	26.745	25.334	23.975
Comércio atacadista e distribuidor	48	57	60	52	42	58
Comércio varejista	1.270	1.611	2.127	2.642	3.233	3.801
Extrator mineral ou fóssil	8.173	10.811	13.915	20.644	18.041	16.505
Indústria	465	174	90	190	83	102
Prestação de serviço	1.681	1.717	2.179	2.607	2.891	2.863
Produção agropecuária	66	64	17	70	35	19
Combustível	11	12	16	17	13	10
Comunicação	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	3.085	954	1.434	198	204	554
Outros	12	13	28	324	791	64
Distribuição do ICMS - Repasse ao Município	13.784	18.585	17.656	-	-	-

Fonte: SEPLAN (2012)

¹⁷ SEPLAN (2012)

Observa-se que houve um crescimento do ICMS arrecado pelo estado de Goiás entre os anos de 2007 e 2012, saltando de 14 milhões para quase 24 milhões de reais, portanto, beirando os 10 milhões de reais em seis anos. Na comparação entre os setores da economia que mais contribuíram para este crescimento, fica evidente que o setor mineral é a maior fonte pagadora de ICMS, gerado em Minaçu ao Estado de Goiás. No ano de 2012, o ICMS recolhido pela mineração em Minaçu representou 68,8% do total arrecadado no Município. Dividindo-se o total de ICMS arrecadado no ano de 2012 por 12 – número de meses do ano –, a média mensal do ICMS arrecadado seria de R\$ 1.997.000,00; fazendo o mesmo cálculo da contribuição do setor mineral, chegamos a uma média mensal de pagamento de ICMS de R\$ 1.375.000,00.

A tabela 6, a seguir, mostra como tem sido a contribuição financeira pela Compensação Financeira da Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Diferentemente do ICMS, a parte deste imposto devida ao município entra diretamente nos cofres do município, conforme a tabela 6.

Tabela 6 – Royalties gerado pela exploração de amianto – 1996-2011
(em milhões R\$)

Ano	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais		
	Total (100%)	Goiás (23%)	Minaçu (65%)
1996	2.068.405,00	475.733,10	1.344.463,20
1997	2.276.490,65	523.592,80	1.479.718,80
1998	1.597.559,82	367.438,70	1.038.413,80
1999	1.385.407,52	318.643,72	900.514,88
2000	2.375.780,79	546.429,50	1.544.257,40
2001	2.092.659,08	481.311,50	1.360.228,30
2002	2.555.728,95	587.817,60	1.661.223,70
2003	3.258.941,50	749.556,50	2.117.921,90
2004	4.253.529,44	978.311,70	2.764.794,10
2005	3.226.574,19	742.112,00	2.097.273,10
2006	3.449.324,17	793.344,50	2.242.060,60
2007	4.207.774,86	967.788,20	2.735.053,60
2008	5.169.679,04	1.189.026,10	3.360.291,30
2009	6.096.829,63	1.402.270,80	3.962.939,20
2010	6.695.081,09	1.539.868,65	4.351.802,70
2011	6.681.889,97	1.536.693,93	4.343.228,48
TOTAL	56.006.248,18	14.212.316,02	37.304.185,06

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro 1996-2011 (DNPM, 1996-2011)

Os *royalties*, como é conhecida esta forma de tributação incide sobre o valor da comercialização do produto (Tabela 6). A CFEM foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada em dezembro de 1989 em substituição ao Imposto Único sobre Minerais (IUM), que tinha uma relação maior com a quantidade produzida e comercializada do minério do que com sua variação de preço¹⁸. A distribuição do antigo IUM entre os entes federativos dava-se da seguinte forma: 10% para a União, 70% para os Estados e 20% para os Municípios. Segundo Machado (1989), a Lei n.º 4.425 de outubro de 1964, que criou o IUM, obrigava Estados e Municípios a aplicar sua cota-parte do IUM nos setores rodoviários, de transporte, energia, educação, agricultura e indústria. Ainda conforme Machado (1989, p. 299), “ao longo de sua história, a legislação do IUM esteve prestes a ser alterada quanto à destinação, quando foi tentada uma participação mais substancial para os Municípios, em detrimento da cota-parte dos estados”. “A SAMA, sozinha já foi responsável por mais de 85% da arrecadação do IUM em Goiás. Atualmente [1988], tal índice é de cerca de 78%”. (CARVALHO, 1988, p. 34).

Com o fim do IUM e a instituição da CFEM, os recursos provenientes deste tipo de tributação foram readequados, e distribuídos da seguinte maneira entre os entes federativos: 65% ficam com o Município produtor, 23% vão para o Estado (no caso Goiás), 12% vão para a União (DNPM e IBAMA), portanto, a porcentagem destinada aos Municípios aumentou consideravelmente, porém, a referência do cálculo não é mais a produção, mas os preços de mercado, que podem variar bastante.

Os números da tabela 6 mostram que houve um salto importante no ano de 2007 em diante, o que representou uma média de 320 a 360 mil reais mensais que compõem a receita total do município de Minaçu que, mensalmente gira em torno de 5 a 6 milhões de reais. A partir dos dados que foram expressos em tabelas e gráficos, pode-se ter uma ideia do grau de intervenção que a empresa mineradora SAMA possui na vida da cidade, o que tem sido crucial na elaboração do consenso e do controle social, fundamentos da urbanização autoritária em Minaçu.

A tabela 7 é complementar à 6, pois mostra a produção e a comercialização de amianto que determina a tributação. Conforme os números, de 1996 a 2003 a produção de rocha oscila para baixo, a produção de fibra oscila para baixo de 1996 a 2001, a partir de 2002 cresce. A produção de aumenta sobe em 2004 e volta a

¹⁸ Relatório DNPM (2003).

diminuir em 2005, e em 2006 e em 2007, voltando a subir a partir de 2008. A produção de fibra cresce, com pequenas alterações desde 2002. A diminuição da produção de rocha e fibra, entre 1996 e 2001, coincide com o surgimento dos movimentos pró-banimento no Brasil, que impetram várias ações na justiça contra a produção-comercialização do mineral em diversos municípios e estados brasileiros. No entanto, de 2002 em diante, a produção de amianto voltou a crescer de forma acelerada mesmo com o aprofundamento dos debates e das críticas constantes que estes movimentos têm realizado.

Tabela 7 – Quantidade e valor da comercialização de amianto – 1996-2011

Ano	Quantidade produzida (t)		Valor da comercialização
	Bruta (t) (com a rocha)	Beneficiada (fibra)	
1996	4.008.163	213.293	127.915.058 em \$
1997	3.701.840	208.447	150.438.920 em \$
1998	3.035.212	198.332	135.914.141 em \$
1999	2.485.807	188.386	89.320.892 em \$
2000	2.666.416	209.332	95.703.975 em \$
2001	2.443.739	173.027	146.775.104 em R\$
2002	2.787.410	214.026	194.678.633 em R\$
2003	3.685.396	217.140	206.773.673 em R\$
2004	4.163.645	252.581	258.076.145 em R\$
2005	3.668.615	227.267	246.401.730 em R\$
2006	3.541.368	221.580	241.128.071 em R\$
2007	3.528.022	275.053	280.146.093 em R\$
2008	4.154.106	301.411	332.291.554 em R\$
2009	4.708.299	290.972	370.390.457 em R\$
2010	4.870.538	302.000	371.887.000 em R\$
2011	4.914.502	306.321	365.080.000 em R\$

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro 1996-2011 (DNPM, 1996-2011)

A SAMA faz questão de divulgar abertamente o seu papel de protagonista hegemônico na economia do município de Minaçu. A forte presença da empresa nos eventos culturais, esportivos e festivos que ocorrem na cidade é prova inconteste da constante veiculação do discurso de que o progresso e o desenvolvimento da cidade e da região devem-se à atividade de exploração do mineral amianto. Isto pôde ser observado nas comemorações do aniversário da cidade, momento festivo em que ocorre a exposição agropecuária de Minaçu. A SAMA montou um enorme estande no local da exposição para divulgar mais uma vez sua participação na vida econômica do município, conforme apresenta a fotografia 9.

Fotografia 9 – Estande da SAMA durante a XIII Expoagro de Minaçu (GO)

Autor: BARBOSA, F. de M. T. (2013)

A relação da SAMA e do seu grupo controlador, a Eternit, com a política em Goiás e no Brasil, com partidos de direita e com boa parte da esquerda, é das melhores. A classe política sempre aplaudiu a empresa, também pudera o Grupo Eternit, do qual a SAMA é subsidiária, fez doações político-eleitorais no valor de R\$ 1,03 milhões em 2002 e especificamente para a campanha eleitoral em Minaçu a SAMA doou 290 mil reais. Osasco-SP e Anápolis-GO, também receberam generosas contribuições financeiras do grupo Eternit, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Portal Transparência Brasil¹⁹.

O que evidencia fortemente não apenas o interesse, mas o envolvimento direto da empresa SAMA e do Grupo Eternit, no campo político-eleitoral no Estado de Goiás e fora dele, como as doações para campanhas políticas em Osasco-SP, que por “coincidência”, nesta cidade fica a sede da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA), braço nacional de uma organização internacionalmente reconhecida de luta e defesa dos trabalhadores vítimas da exposição à poeira do amianto. No entanto, os vultosos recursos se concentram em Minaçu; sendo também generosas as doações para a cidade de Goiânia. Quem seriam os políticos, candidatos agraciados pelo Grupo Eternit?

¹⁹ (UOL, 2009a)

Não há nenhuma ilegalidade em fazer doações para determinado grupo político, a lei permite isso. Mas, se eleitos, esta classe política pode intervir internamente nas estruturas do Estado para favorecer de diversas maneiras a empresa, facilitando ou dificultando a tramitação de projetos, aprovando leis que sirvam aos seus desejos imediatos.

Merece destaque algumas revelações feitas contra a SAMA por um advogado local, o Sr. Júlio Cavalcante Fortes, algumas delas publicadas no portal Centro de Mídia Independente (CMI). De 2008 em diante, o dia 16 de abril tornou-se data comemorativa e de mobilização para defesa do “uso controlado” do amianto-crisotila. Neste dia, os trabalhadores e a indústria do setor no mundo todo realizam manifestações em várias cidades. No Brasil, em 2009, a manifestação aconteceu em Brasília. Para congregar o maior número possível de participantes, o Prefeito de Minaçu-GO declarou, pressionado pelo grupo SAMA/ETERNIT, “feriado municipal, com o objetivo de que toda a população (cerca de 90 ônibus) fosse a Brasília, a fim de fazer pressão às autoridades públicas para o não banimento do amianto²⁰”.

Outra interposição jurídica feita por este mesmo advogado foi contra a Lei nº 14.529, de 12 de setembro de 2003, que autoriza o Chefe do Poder Executivo do Estado de Goiás – o então governador Alcides Rodrigues – a alienar, à empresa SAMA, imóvel de domínio público estadual, neste caso toda a área edificada da vila residencial da SAMA, conforme o artigo primeiro:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar à SAMA - Mineração de Amianto Ltda., empresa mineradora sediada no Município de Minaçu, área de domínio público estadual, na qual se encontra edificada a Vila Residencial da referida empresa, pelo preço da avaliação procedida pela Secretaria da Fazenda, estipulado em R\$ 190.344,00 (cento e noventa mil, trezentos e quarenta e quatro reais)²¹.

O advogado Júlio Cavalcante Fortes impetrou uma ação de Declaração de Nulidade contra a Lei feita pelo governo estadual, por entender que houve subvalorização do imóvel, como consta a seguir:

Objetiva-se a declaração de nulidade do ato/ação concreta (ilegal e imoral) praticado pelo ESTADO DE GOIAS, em alienar uma área de terra de DOMÍNIO PÚBLICO para uma empresa privada/SAMA, pelo ínfimo preço de R\$. 190.344,00(cento e noventa mil e trezentos e

²⁰ (MÍDIA INDEPENDENTE, 2009)

²¹ (MÍDIA INDEPENDENTE, 2009)

quarenta e quatro reais), quando tal propriedade tem seu valor estimado em R\$. 14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais)²².

Em entrevista concedida ao pesquisador pelo presidente do condomínio da SAMA, o Sr. Arquimedes no dia 18 de junho de 2011, sobre a questão da propriedade dos terrenos das casas. Ele disse que:

Esse terreno onde está edificado a vila hoje pertencia a METAGO, a SAMA pagou pelo terreno e está tudo legalizado, um advogado *um louco aí* alega que o preço que ela pagou é barato, mas tudo que tem aqui dentro foi ela que fez, foi a SAMA que fez, o cara entrou na justiça o promotor acatou a denúncia dele, então o processo tá rolando, mas as escrituras já estavam lavradas, tanto é que a gente compra, vende, transfere sem problema nenhum.²³

A regularização das escrituras de propriedade do terreno permitiu que a SAMA vendesse as casas aos funcionários-moradores, segundo o Sr. Arquimedes por um preço irrisório e subsidiado.

O Estado de Goiás ao alienar para o capital privado a propriedade do solo urbano, transferiu a este a possibilidade de extração de renda da terra urbana, o capitalista tornou-se também proprietário fundiário. Portanto, o lucro cuja origem está na atividade produtiva, foi acrescido também renda da terra, intensificando a acumulação do capital. Isto demonstra, mais uma vez, as imbricações e as relações íntimas entre Estado e capital.

Práticas como estas levam a se imaginar o poder que estas corporações possuem no interior das instituições públicas, seja na escala do município, na escala do estado, ou mesmo junto à União.

Após diversas denúncias junto ao Ministério Público contra a empresa SAMA e contra o Estado de Goiás, o advogado Júlio Cavalcante passou a ser visto com desconfiança, *persona não grata*, não só pela empresa e pelas instituições estatais, mas também pelos cidadãos comuns. Teve que se mudar de Minaçu, pois não conseguia causas para defender, o que comprometeu seu meio de vida e sua sobrevivência na cidade. Mudou-se para o estado do Acre, onde vive atualmente.

A mineração de amianto é responsável por 70% da arrecadação do município de Minaçu e, em 2008, a atividade gerou R\$ 247 milhões de receita e R\$ 71,5 milhões em impostos – dos quais cerca de R\$ 30 milhões ficaram em Minaçu,

²² (MÍDIA INDEPENDENTE, 2009)

²³ Entrevista com o Senhor Arquimedes, presidente do condomínio da SAMA em 18 de junho de 2011.

segundo a Prefeitura. No município, todos os nove vereadores, além do prefeito, apoiam a mineração. Goiás também é um grande beneficiário e defensor da exploração do amianto, que é o terceiro principal produto de exportação do estado. Na bancada goiana no Congresso Nacional dos 21 deputados federais, só um se manifestou contra a fibra. Todos os senadores do estado defendem o uso controlado do minério, regulamentado por uma Lei Federal de 1995, que determina limites de exposição a ele.²⁴

A bancada goiana defende veementemente a continuidade do uso do amianto crisotila, formada por políticos goianos reconhecidos no cenário nacional, suas campanhas eleitorais são financiadas, em parte, pelo dinheiro da SAMA, como consta em matéria veiculada pela Revista Época de 07 de abril de 2005. Segundo informações desta revista, o deputado Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO) teria recebido R\$ 300 mil reais, Maguito Vilela (PMDB-GO) R\$ 160 mil, Ronaldo Caiado (PFL-GO) R\$ 100 mil, Rubens Otoni (PT-GO) R\$ 70 mil, Vilmar Rocha (PFL-GO) 70 mil, Lúcia Vânia (PSDB-GO) 50 mil, Demóstenes Torres (PFL-GO) 30 mil, Jovair Arantes (PTB-GO) 25 mil reais²⁵.

Antes, porém, de tratar mais diretamente dos malefícios do amianto, recuperar-se-á o tema da saúde em Geografia. Ver-se-á como as questões relativas à saúde perpassam o conhecimento com muita força a ponto de ter sido definido um ramo da Geografia científica: a Geografia da Saúde.

²⁴ (UOL, 2009b).

²⁵ (REVISTA ÉPOCA, 2005)

CAPÍTULO 5

A GEOGRAFIA DA SAÚDE E A FORÇA DESTRUTIVA DO CAPITAL

Na evolução da história do pensamento geográfico desenvolveu-se uma importante vertente da Geografia que estabeleceu um diálogo profícuo com a Medicina, a Biologia, a Ecologia, e trouxe para a Geografia a discussão sobre o tema saúde, pondo em destaque, inicialmente, as relações entre o ambiente físico-natural – clima, relevo, vegetação – e os mais diversos tipos de doenças infecto-parasitárias, suas causas e vetores naturais. Este campo temático do pensamento geográfico, cujo desenvolvimento foi permitido pelo encontro de saberes de diferentes campos científicos, historicamente, intitulou-se de maneiras distintas: ora Geografia Médica, ora Geografia da Saúde, ou Saúde Urbana. De uma forma ou de outra, todas elas buscaram estabelecer relações causais entre ambiente e saúde; gradativamente, amplia-se sua escala de análise para além do ambiente estritamente físico-natural, incorporando também a dimensão social das doenças.

Guimarães (2001) diz que Max Sorre foi o geógrafo que mais aproximou a pesquisa geográfica da temática higienista nas primeiras décadas do século XX, tanto é verdade que “em 1949, Jacques May, Maximillien Sorre e Arthur Geddes, tinham fundado a Comissão da Geografia Médica, integrada na União Geográfica Internacional” (SANTANA, 2004, p.7). Para Moreira (2010, p. 88) “Sorre é o criador de uma forma original de pensamento geográfico, que denomina de Geografia Ecológica.” Há uma perspectiva integradora na geografia sorreana da relação homem-natureza, o que pode ser visto na seguinte passagem: “os elementos do complexo geográfico são tão interligados entre si que, ao separá-los, devemos prestar atenção para não isolá-los arbitrariamente” (SORRE, 1984, p. 92).

A sua obra fundamental “*Os fundamentos da geografia humana*”, “estuda o clima (sua relação com as funções orgânicas e os limites que esse impõe ao homem), a relação entre meio e a alimentação e o meio e as doenças” (MORAES, 2007, p. 90-91). É indissociável na geografia humana de Max Sorre a relação do homem e seu ambiente, por isso, Moraes (2007, p. 91) diz que “a geografia de Sorre pode ser entendida como um estudo da Ecologia do Homem”. É por esse motivo que o propósito central do primeiro volume de sua monumental obra foi estabelecer os fundamentos biológicos da geografia humana e constituir a ecologia do homem.

Conforme o próprio Sorre (1984, p. 89) escreve no seu livro *Fundamentos biológicos da geografia humana*:

[...] restringi deliberadamente minha pesquisa aos equilíbrios fisiológicos e, por assim dizer, limitei meu campo à história natural dos grupos humanos, tratados como variedade de uma espécie viva. Reação ao clima, condições de nutrição, luta pela vida em meio a complexos patogênicos.

Sorre teve como ponto de partida o conceito de “gêneros de vida” elaborado por Vidal de La Blache. Segundo Sorre (1984, p. 90) gênero de vida designa o “conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em um determinado meio”. A “associação de seres de diversos graus de organização, cujo centro é o homem, ao qual se liga pelo parasitismo e cuja atividade se traduz em doença para ele” (SORRE, 1961, p. 35 apud MOREIRA, 2010, p. 89) Sorre denominou de complexo patogênico para “explicar o perfil epidemiológico como resultado de condições específicas de vida em ambientes sociais, econômicos ou políticos” (GUIMARÃES, 2001, p. 161).

Para Lacaz et al. (1972, p. 5,) “Sorre individualizou a presença do homem e seu habitat, do agente etiológico e seu habitat, do reservatório extra-humano, do vetor biológico e do homem suscetível ou doente, existindo, portanto, vários complexos patogênicos.” Cada um destes complexos “implicaria uma Geografia Médica com seus tipos de doenças” (MOREIRA, 2010, p. 90). Mesmo que Sorre tenha destacado inicialmente a importância do meio físico-natural na história dos agrupamentos humanos distribuídos pelo planeta, posteriormente ele valorizou o meio social e a técnica. Conforme Sorre (1984, p. 89), “a saúde, a capacidade de reprodução de um grupo em dado momento dependem mais do ambiente humano, das representações e dos impulsos coletivos, que do clima e de outras condições físicas”.

Já Guimarães (2001 p. 161), avalia que essa iniciativa teórico-metodológica de Max Sorre não “se mostrou promissora para a discussão da saúde urbana, na perspectiva geográfica. Os pressupostos da Geografia Médica sorreana não se aplicavam ao mundo urbano em expansão”. No entanto, reconhece a contribuição de Max Sorre para o desenvolvimento da Geografia Médica ou da Saúde: “a obra de

Max Sorre permitiu a apreensão da doença em termos de um fenômeno localizável, passível de delimitação em termos de área” (GUIMARÃES, 2001, p. 161).

A variedade de complexos patogênicos estaria relacionada diretamente com os gêneros de vida, ou seja, o modo pelos quais os mais diferentes grupamentos humanos distribuídos pela face do planeta viviam cada um com seus costumes, suas tradições, seu regime alimentar, tipos de moradia, enfim, o modo de vida dos povos constituía o seu próprio mundo. Gêneros de vida locais que vão se desintegrando na medida em que o avanço técnico unifica o mundo ao integrar “o mundo nas suas relações e englobar em sua teia o próprio corpo do capital, a cidade-metrópole infunde nos povos nesta escala os hábitos e costumes que dela fazem o gênero de vida e a forma moderna da sociabilidade” (MOREIRA, 2010, p. 102).

O paradigma do qual Sorre é talvez o grande nome foi fortemente alimentador da tradicional Geografia Médica que se desenvolveu “em torno das questões da ecologia da doença e da difusão espacial das doenças” (SANTANA, 2004, p. 37). A Geografia posta nestes termos ficou bastante reduzida ao quadro da natureza numa perspectiva ambientalista. Uma obra clássica produzida e publicada no Brasil, muito marcada por esta concepção é a obra de Lacaz et al. (1972) intitulada: *Introdução à Geografia Médica no Brasil*. Nesta vertente o “estudo do enfermo é inseparável do seu ambiente, do biótopo onde se desenvolvem os fenômenos de ecologia associada com a comunidade a que ele pertence” (LACAZ et al., 1972, p. 1).

Trata-se de uma contribuição importante na tentativa de sistematização da Geografia Médica no Brasil, entretanto, demasiadamente restrita à dimensão ecológica do homem, apresenta o elenco de inumerável série de doenças e patologias sofridas pelo homem derivadas quase que exclusivamente do meio físico natural tropical. Esta era sua preocupação central, ainda que nos aspectos culturais e humanos apareçam a vertente que é predominantemente ambientalista e fragmentária, se aproximando mais de uma Medicina Geográfica do que de uma Geografia Médica. No entanto, contribuiu para aproximar a epidemiologia da geografia.

Santos (2003, p. 311) observou que a geografia clássica, ao abordar a “questão da saúde, como a da alimentação e a do bem-estar, foi no primeiro momento tratada segundo critérios deterministas”. Segundo ele foi “essa questão do determinismo que levou, por exemplo, à conceituação de doenças tropicais” e isto,

de certa forma, guarda uma aproximação com as formas racistas de pensamento europeu que estiveram muito presentes na intelectualidade brasileira no final do século XIX e nas décadas do século XX.

De acordo com Santana (2004), a partir da década de 1980 a temática investigada pela Geografia Médica e Geografia da Saúde ampliou o foco de sua abordagem, incorporando o problema da localização e do uso dos serviços de saúde. Para essa autora, a Geografia Médica ou da Saúde institucionalizou-se como disciplina em 1992 em Washington, nos Estados Unidos. Na década de 1990, passa a estudar os fenômenos relativos às iniquidades em saúde e à relação entre saúde e desenvolvimento. Atualmente, ainda

[...] trata, fundamentalmente, questões relativas a desigualdades em saúde e no acesso aos cuidados de saúde [...] à reemergência das doenças infecciosas, às políticas de saúde, ao envelhecimento e aumento da utilização dos serviços de saúde ou, às consequências da pobreza e da exclusão na saúde e as políticas de saúde pública consequentes. (SANTANA, 2004, p. 38).

Gradativamente as pesquisas em Geografia da Saúde passaram a incorporar em suas abordagens questões sociais e políticas. No Brasil:

Nos anos 1980, com o aumento de casos de doenças, ligados às grandes aglomerações urbanas, como a malária; cólera; dengue; leishmaniose, cujo ciclo de transmissão evoluiu do ambiente florestal para o ambiente periurbano e também peridomiciliar; a tuberculose associada a Aids e inúmeros casos de homicídios e acidentes de trânsito relacionados às questões de violência urbana, ocorreu uma revalorização dos estudos em Geografia Médica, ou seja, retomaram-se vários estudos de cunho geográfico direcionados às questões de Saúde Coletiva. (PEREHOUSKEI; BENADUCE, 2007, p. 36-37).

A constante reformulação teórico-metodológica e a ampliação do leque de análises em Geografia da Saúde permitiu colocar novas questões, como, por exemplo, a saúde urbana. Doenças advindas do mundo do trabalho urbano-industrial possuem um nexos causal muito mais próximo com o modelo de desenvolvimento das sociedades modernas, que extrapola os limites do paradigma ambientalista-naturalista.

Fato anunciado por Engels em meados do século XIX, que descreveu as péssimas condições de vida dos trabalhadores ingleses diante da insalubridade e

pestilência das cidades industriais europeias. As reformas urbanas de algumas cidades europeias no século XIX foram pautadas pelo discurso da medicina sanitaria e higienista que atrelaram a necessidade das reformas na cidade às necessidades de asseio, de limpeza e embelezamento das cidades. Procedimento que passou a ser sinônimo de modernidade nas cidades europeias, visto que a “deterioração da qualidade de vida de grande parte da população europeia, a partir da Revolução Industrial, veio reforçar bastante o pensamento higienista” (ABREU, 2008, p. 161).

Não se tratava mais de investigar apenas as implicações dos fatores geográficos no aparecimento de doenças, ou seja, a ecologia das doenças, como faz a Geografia Médica; ou então, a distribuição e oferta dos serviços de saúde no território, mais relacionada à Geografia da Saúde. Na última década do século XX:

[...] os geógrafos interessados na Geografia da Saúde desenvolveram diversas pesquisas relacionadas aos aspectos preventivos, acompanhando paralelamente a implantação do SUS, com a introdução de estratégias que objetivassem desenvolver ações em medicina preventiva, o que representa uma dificuldade na área de saúde até os dias atuais, pois, normalmente, o que se vê nas unidades básicas de saúde, hospitais e outros setores afins, ainda é a prática cotidiana da medicina curativa. (PEREHOUSKEI; BENADUCE, 2007, p. 37).

Diante deste breve esboço histórico de como a Geografia tem pensado o problema da saúde, verifica-se uma ausência nestes debates da reflexão sobre a dialética trabalho-saúde-doença no urbano que coloque em evidência a relação capital x trabalho. Neste sentido, necessário se faz buscar alternativas explicativas para entender, em termos de saúde urbana, questões postas. E uma destas questões é justamente o processo de adoecimento no âmbito do urbano relacionado ao mundo do trabalho na sociedade capitalista.

Não é objetivo nesta pesquisa conceituar o que é saúde urbana, nem mesmo buscar um conceito pronto e acabado e tomá-lo como ponto de partida na tentativa de enquadrar o real no conceito, mesmo porque se trata de um conceito em elaboração, como afirmam Caiaffa e Proietti (2005, p. 941):

Claramente, trata-se de conceito (e objeto) em construção. Podemos citar como referencial teórico-operacional a urbanização acentuada da população, associada a importantes iniquidades interurbanas. A

ocorrência dos eventos relacionados à saúde estaria associada a atributos dos indivíduos aninhados no “lugar urbano”, assim como a propriedades do agregado desses indivíduos (composição). A saúde urbana incorpora uma outra dimensão: o papel do ambiente físico e social do “lugar” (o contexto) em moldar a saúde das pessoas.

No entanto, partimos de um pressuposto determinado, o de que no processo de produção capitalista do espaço urbano produz-se também o risco do adoecimento da sociedade urbana. Na medida em que as cidades são cada vez mais dependentes economicamente das empresas e dos bancos, tendem a apresentar um nível acentuado de adoecimento da população que aí vive.

Conforme Santos (2003, p. 314):

A cidade está ameaçada de privatização, o que vai ser um grande problema nas questões de saúde pública. [...] No mundo em que a cidade, tendo crescido de tamanho, tem nas empresas filiadas aos grandes bancos a solução para as questões urbanas, na medida em que são cegos para a vida social e para as questões humanitárias, os problemas vão se avolumar.

Assim, o processo de produção da cidade de Minaçu é imanente o risco à saúde humana por se expor a população à contaminação do amianto. No espaço urbano de Minaçu-GO, a exposição tem produzido o adoecimento de trabalhadores e ex-trabalhadores da empresa SAMA Minerações Associadas e coloca em risco contínuo o conjunto da população da cidade, que convive diariamente com a única mina de amianto em atividade no Brasil e uma das três maiores do mundo. Além de doenças estritamente ocupacionais, relacionadas ao ambiente de trabalho específico que atingem trabalhadores e ex-trabalhadores, que lidam com o amianto, a exposição da população ao amianto, fora dos limites dos locais de trabalho, transforma o problema em questão de saúde pública.

E a população exposta não é somente a da cidade de Minaçu, pois, o amianto extraído e beneficiado nesta cidade alimenta uma enorme cadeia produtiva espalhada pelo território nacional, que vai desde as grandes empresas do setor até pequenas oficinas de automóveis nas periferias das grandes cidades que lidam com peças de freios – pastilhas e lonas de freio – que contêm amianto, além de uma imensa quantidade de trabalhadores da construção civil – pedreiros e auxiliares de pedreiros – que, cotidianamente, lidam com objetos como telhas e caixas d’água de fibrocimento. Diante deste quadro complexo torna-se impraticável o “uso controlado”

do amianto como, aliás, pesquisas têm demonstrado. A poeira de amianto pode sair de cerca de 3.000 produtos dos mais variados tipos os quais o contém.

5.1 As pesquisas médico-científicas e a constatação das doenças causadas pelo amianto.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 124 milhões de pessoas no mundo encontrem-se, em exposição direta ao amianto. Esta mesma instituição relata que a cada ano morrem 100.000 pessoas com doenças provocadas por este mineral. No Brasil apesar de inexistirem dados oficiais quanto ao número de pessoas expostas à fibra,

[...] estima-se que a população brasileira direta e ocupacionalmente exposta seja de 500.000 pessoas, das quais cerca de 20.000 são trabalhadores da indústria de exploração e transformação – mineração, cimento-amianto, materiais de fricção e outros. Há, entretanto, cerca de outros 300.000 trabalhadores envolvidos em manutenção e reparos de sistemas de freio no país, segundo estimativa do Sindipeças (Sindicato Nacional da Indústria de Autopeças), e uma parcela desconhecida, de trabalhadores informais, principalmente, envolvidos na indústria da construção civil, em atividades como instalação de coberturas, caixas d'água, reformas, demolições, instalações hidráulicas, etc., que estão completamente à margem de qualquer proteção social e das incipientes políticas públicas de saúde do trabalhador. (CASTRO; GIANNASI; NOVELLO, 2003, p. 904).

Iniciou-se a exploração industrial do mineral amianto no continente europeu na segunda metade do século XIX intensificando-se enormemente no correr do século XX. No Brasil, a exploração de amianto teria começado na mina de Pedra da Mesa, em Itaberaba – BA, em 1923, porém de produção inexpressiva. No final da década de 1930, descobriu-se a mina de São Felix do Amianto, em Poções – BA, explorada durante trinta anos. No início da década de 1960, em abril de 1962, descobre-se uma ocorrência de mineral amianto de grande potencial econômico no sopé da Serra de Cana Brava, no interior de Goiás, que deu à origem a cidade de Minaçu. Isso permitiu ao Brasil tornar-se autossuficiente na produção deste mineral. Desde então, esta cidade está no centro do debate quando o assunto é o amianto no Brasil.

Com a aceleração do seu uso industrial mundo afora, aumentaram também as inquietações científicas sobre a possível associação do asbesto a doenças causadas à saúde humana. As pesquisas científicas no campo da Medicina e da Saúde Pública não tardaram a constatar, desde aquele momento, que o manuseio do amianto implicava graves danos à saúde humana.

Desde o trabalho seminal de um médico inglês H. Montagne Murray em 1906, que revelou que a exposição à fibra de amianto provocava asbestose e mesotelioma, ficaram evidentes os perigos desta substância ao organismo humano. De acordo com Teixeira e Moreira (1956, p. 19) “tratava-se de um operário morto em 1900 no hospital Charing Cross em Londres, cuja autópsia evidenciou uma esclerose difusa [...] a vítima de 36 anos de idade havia trabalhado com amianto pelo espaço de 14 anos”. No entanto, segundo o médico e professor René Mendes (2001, p. 9) foi Cooke em 1924, o primeiro a “claramente estabelecer correlação entre ocupação, quadro clínico do paciente e achados de necropsia de doença grave que ele denominou em 1927 de fibrose pulmonar”.

Desde então, o aprofundamento das pesquisas científicas no ramo da medicina do trabalho levou a produção de relatórios relacionando amianto e doença. Em 1930, “Merewether e Price apresentam ao Parlamento Britânico detalhado relatório sobre os estudos epidemiológicos referentes às doenças causadas pelo asbesto” (MENDES, 2001, p. 9). Quatro anos depois, em 1934, “o médico Tomas Legge propôs a inclusão da asbestose na lista de doenças profissionais então vigentes”. (MENDES, 2001, p. 9). Um ano depois “em 1935, Gloyne, patologista britânico, descreveu o potencial carcinogênico do asbesto” (MENDES, 2001, p. 9). Em meados do século XX, mais precisamente no ano de 1949, “o médico britânico Merewether “em seu Relatório Anual da Chefia de Inspeção de Fábricas, relativo ao ano 1948, informava haver observado que cerca de 13% dos pacientes com asbestose haviam falecido por câncer de pulmão” (MENDES, 2001, p. 9).

Ainda conforme ressalta Mendes (2001, p. 9) “coube a Richard Doll, em 1955, estabelecer definitivamente a associação causal entre a exposição ocupacional ao asbesto e câncer de pulmão”. O trabalho de Richard Doll foi reconhecido como paradigma metodológico clássico em epidemiologia, como ressalta Mendes (2001, p. 10), pesquisadores da Faculdade de Medicina de Nova Iorque “ampliaram os estudos sobre esta associação, demonstrando de modo irrefutável, o excesso de

mortes por câncer de pulmão, em 17.800 trabalhadores de isolamento térmico: mais de 20% dos expostos veio a falecer de câncer de pulmão”.

No Brasil os primeiros relatos científicos de doenças causadas pela exposição ao amianto foram feitos pelos médicos Carlos Martins Teixeira e Manoel Moreira, em 1956. Este trabalho pioneiro foi publicado no Boletim n.º 98 do Departamento Nacional de Produção Mineral, subordinado à época, ao Ministério da Agricultura, intitulado *Higiene nas Minas: Asbestose. Trabalhadores da mina de Morro Velho, de exploração subterrânea, desde 1936, na cidade de Nova Lima - MG, então explorada pela BRASILIT, foram submetidos a exames de Raio X e “dos 7 casos selecionados, 6 apresentavam [...] certo grau de fibrose com predominância nas bases, local onde se inicia a doença”* (TEIXEIRA; MOREIRA, 1956, p. 60). Estes médicos pesquisadores são enfáticos: “somos de opinião que esta fibrose, principalmente a apresentada por um jovem de 20 anos de idade, foi provocada pela poeira do amianto” (TEIXEIRA; MOREIRA, 1956, p. 60).

Chama a atenção o fato de um boletim bem anterior, o Boletim n.º 45 do DNPM, lançado em 1940 sob o título *Amianto no Brasil* de autoria de Gabriel Mauro de Araújo Oliveira & Moacir Lisboa, em que eram apresentadas as variedades e características do amianto, as principais jazidas e ocorrências de amianto no Brasil, se quer fazem menção a qualquer tipo de doença provocada pelo mineral, fato que, naquele momento, como descrito acima, já era conhecido na literatura científica.

No Brasil, uma série de outros estudos e pesquisas associando o trabalho com amianto a doenças dos trabalhadores foi surgindo e tornavam cada vez mais evidentes as consequências nefastas da inalação da fibra para a saúde dos trabalhadores. Passados quase vinte anos da primeira publicação no Brasil que denunciava este fato, Nogueira et al. (1975) publicam *Asbestose no Brasil: um risco ignorado*, em que apresentam um paciente que trabalhou por 22 anos como operário da indústria de fibrocimento e foi diagnosticado com asbestose. Nogueira et al. (1975, p. 430) afirmam que:

[...] é obviamente impossível que casos semelhantes não existam no Brasil em trabalhadores expostos ao asbesto. Portanto, deve-se acreditar que numerosos outros casos, semelhantes ao presente, estejam sendo examinados e rotulados como portadores de outras patologias.

Em meados da década de 1980, precisamente no ano de 1986, o Comitê de Estudos do Amianto (CEA) realizou em Brasília o *Seminário Nacional Sobre Exposição Ocupacional ao Asbesto* no qual foram apresentados alguns trabalhos sobre o tema.

No estudo desenvolvido em três indústrias de cimento-amianto no Estado de São Paulo – produtoras de telhas, caixas d'água etc. –, a presença de asbestose em 5,8% dos trabalhadores da produção foi detectada mediante o estudo de 507 radiografias. Somando os casos suspeitos com os já reconhecidamente doentes, a prevalência foi estimada pelos autores em 10,1%. (MENDES, 2001, p.12).

Desde a primeira publicação no Brasil, em 1956, que denunciava os impactos nefastos do amianto à saúde dos trabalhadores, até 1986, foram verificados 70 casos de asbestose segundo o professor Diogo Pupo Nogueira. Para ele, um número muito reduzido, considerando que neste período cerca de 20 mil trabalhadores estiveram expostos ao pó de amianto. Segundo Mendes (2001, p.12),

Durante o 5º Congresso de Pneumologia e Tisiologia do Rio de Janeiro, realizado em 1995, foi apresentado estudo de trabalhadores da indústria naval do Estado do Rio de Janeiro. Teriam sido encontrados 15 casos de asbestose entre os trabalhadores expostos.

Ainda segundo o médico Mendes (2001, p. 12):

Especificamente, no Ambulatório de Pneumopatias Ocupacionais da Fundacentro, em São Paulo, entre 1984 e 1994, a asbestose foi diagnosticada em 16 pacientes, entre 394 diagnosticados com pneumopatias ocupacionais. [...] mencionam-se os dados coletados por Giannasi (1996), segundo a qual, a revisão da bibliografia brasileira mostrava 'menos de uma centena de casos de doenças atribuídas ao amianto no Brasil neste século. São 56 casos de asbestose, dois de câncer de pulmão e quatro de mesotelioma, que foram apresentados em congressos ou em publicações médicas.

Os resultados de pesquisas aqui apresentados, embora estas pesquisas sejam poucas, deixam claros os males causados pelo amianto. O próprio número reduzido de pesquisas mostra o estado do tema em questão, porque é extremamente difícil fazer pesquisa sobre este assunto no Brasil devido aos entraves que o empresariado do setor, o *lobby* político, as instituições, inclusive públicas e entidades não-governamentais tidas como de interesse público

envolvidas nas atividades de exploração e comercialização do amianto impõem. Um primeiro limite a destacar é a inexistência de uma plataforma de dados oficiais do governo brasileiro, do Ministério da Saúde ou de qualquer outro órgão, sobre o número de vítimas da inalação do pó de amianto. Não há dados oficiais.

Correlacionado a este, outro fator restritivo para as pesquisas e para o real conhecimento dos problemas nesta área é o fato de as empresas ocultarem laudos médicos sobre a saúde dos trabalhadores expostos ao amianto. Além disso, os médicos que têm feito laudos periciais sobre a saúde de trabalhadores da extração e do beneficiamento na mina de Cana Brava em Minaçu - GO – local da única mina de amianto em funcionamento na América Latina – formam uma junta médica contratada pela própria empresa mineradora. Fato que *de per si* gera dúvidas e desconfiança.

Provavelmente por estes motivos, no Brasil, ao longo de quase um século apenas 56 casos de doenças diretamente relacionadas ao manuseio do amianto foram constatados e divulgados no meio científico. É provável que este número seja bem maior. A SAMA Minerações Associadas, proprietária da mina de Minaçu, controlada pelo grupo Eternit e o grupo de empresas que utilizam o amianto no Brasil não informam ao Sistema Único de Saúde (SUS) as reais condições de saúde dos trabalhadores.

O império do amianto no Brasil, formado pelo conjunto de empresas do setor, contraria a Portaria nº. 1.851 de 09 de agosto de 2006 do Ministério da Saúde, que em seu Art. 2º, que determina

Art. 2º [...] que todas as empresas, que desenvolvem ou desenvolveram atividades descritas na ementa desta Portaria, encaminhem anualmente ao órgão responsável pela gestão do SUS, em nível municipal ou, na sua ausência, ao órgão regional, listagem de trabalhadores expostos e ex-expostos ao asbesto/amianto.

Se fosse cumprida esta Portaria do Ministério da Saúde, poder-se-ia ter um conhecimento mais próximo da real situação de saúde dos trabalhadores expostos e ex-expostos. Porém, rapidamente, as empresas do setor capitaneadas pela Eternit S/A., puseram sua competente tropa jurídica em ação, entraram com o Mandato de Segurança n.º 12.459 no Superior Tribunal de Justiça de Brasília que, em dezembro de 2006, acatou a ação e suspendeu liminarmente a obrigatoriedade das empresas

de cumprirem a determinação do Ministério da Saúde. A decisão do Tribunal de Justiça pautou-se pelo seguinte argumento:

[...] há que se admitir que a portaria acaba por negligenciar o equilíbrio do mercado nacional de fibrocimento, na medida em que os preceitos nela contidos constituem grave fator de inibição das atividades econômicas desenvolvidas pelas impetrantes, circunstância que poderá refletir negativamente sobre o setor da construção civil, com graves prejuízos para os consumidores. Ante o exposto, defiro a medida liminar pleiteada para o fim de suspender os efeitos da portaria impugnada até o julgamento final do writ²⁶.

Mecanismos decisórios como estes demonstram como o formalismo da justiça burguesa promove a injustiça. Os argumentos da decisão proveem unicamente do fundamento lógico do mercado, deixando de lado a questão da saúde humana. Mostra-se com isso que capital e Estado estão umbilicalmente ligados a favor dos negócios e contra a vida. À justiça do estado brasileiro não interessa esclarecer o número de trabalhadores contaminados pelo amianto no Brasil, que ainda não é conhecido, e, essa mesma justiça dificulta bastante a responsabilização das empresas pelas doenças provocadas pelo mineral. É mais escandaloso ainda pelo fato de que a própria lei que regulamenta a exploração e o comércio do amianto no Brasil, a Lei 9.055/95, determina em seu art. 5º. [...] que as empresas que manipulam/exploram o amianto:

[...] enviarão, anualmente, ao Sistema Único de Saúde e aos sindicatos representativos dos trabalhadores uma listagem dos seus empregados, com indicação de setor, função, cargo, data de nascimento, de admissão e de avaliação médica periódica, acompanhada do diagnóstico resultante²⁷.

Até mesmo o antigo Código de Mineração, aprovado pelos militares em 1969, indicava, mesmo que superficialmente, algumas obrigatoriedades do capital minerador em relação à saúde nos ambientes de trabalho. Consta no artigo 47 deste código que o titular da concessão era obrigado a promover a segurança e a salubridade das habitações do local e a responder por danos e prejuízos a terceiros que resultassem direta ou indiretamente da lavra. O parágrafo XI do mesmo artigo diz que é obrigatório ao titular da concessão “evitar a poluição do ar, ou da água,

²⁶ (IMBRALIT, 2006)

²⁷ (BRASIL, 1995)

que possa resultar dos trabalhos de mineração” (BRASIL, 1969, p.12). Qual seria então a intenção das empresas que exploram amianto de ocultarem os diagnósticos e exames de saúde de seus trabalhadores aos órgãos competentes do Estado? Se, como dizem, o amianto-crisotila não causa dano à saúde e está sob controle, qual é a justificativa plausível para não se enviar os dados ao Sistema Único de Saúde? O que estas empresas teriam a esconder?

A SAMA celebrou 3.500 acordos extrajudiciais indenizatórios com ex-trabalhadores da empresa na Vara do Trabalho em Porangatu-GO, onde correm os processos. Pergunta-se: este fato, por si só, não seria uma declaração de responsabilidade? O valor das indenizações segue os critérios estabelecidos numa tabela que escalona, em três níveis, o grau de enfermidade em que podem encontrar-se os trabalhadores. Aqueles que se encontram com *disfunção respiratória leve* recebem R\$ 5.000,00 reais de indenização; para os trabalhadores com *disfunção respiratória moderada* o valor é de R\$ 10.000,00 reais; e para os casos mais graves, com *disfunção respiratória acentuada* o valor acordado foi de R\$ 15.000,00 reais²⁸. A composição da junta médica responsável pelos exames e diagnósticos foi toda ela designada pela SAMA²⁹. A Eternit é categórica ao afirmar que a partir da década de 1980 não houve nenhum registro de casos de doença pulmonar por contaminação de amianto. Mas, reportagem do jornal O Globo mostra que isso não é verdade.

Foram 15 comunicações de acidente de trabalho emitidas (CATs) pela companhia *com reconhecimento da doença ocupacional de 15 ex-funcionários que começaram a trabalhar na fábrica de 1980 a 1990*. As comunicações foram enviadas ao Ministério Público do Trabalho, por força de um termo de ajustamento de conduta.³⁰

Nos processos a que se teve acesso durante a pesquisa da qual esta tese é resultado no relatório médico final, em que deveria constar um formulário com a avaliação da capacidade respiratória do trabalhador, que deveria estar preenchido pela junta médica, este formulário aparece em branco, ou seja, não preenchido. Não permitindo, desta forma, saber o diagnóstico final do trabalhador-paciente, nem o valor da indenização recebida.

²⁸ A fixação destes valores está definida nas cláusulas 21ª, 22ª, 23ª do Instrumento Particular de Transação, que é o acordo entre SAMA e os trabalhadores.

²⁹ Conforme cláusula 4ª do Instrumento Particular de Transação.

³⁰ (Jornal O GLOBO, 2012).

Os milhares de acordos extrajudiciais propostos pela mineradora SAMA podem ser vistos também como uma estratégia jurídica para tentar escapar de ações indenizatórias milionárias impetradas judicialmente por ex-trabalhadores. É o caso do Senhor Laurentino Ferreira Alves que trabalhou na SAMA extraíndo amianto entre julho de 1968 e fevereiro de 1977, que tomou conhecimento que estava com fibrose pulmonar em maio de 1991. Segundo consta nos autos da Ação Indenizatória, ao longo desse tempo, a SAMA não se preocupou com sua saúde, tampouco promoveu quaisquer tipos de atendimento preventivo acerca do trabalho desenvolvido por ele. O processo corre na justiça desde maio de 1998 e o valor da ação indenizatória é de quase um milhão de reais, precisamente, R\$ 960.000,00. Outras ações como esta estão correndo na justiça, o que justifica a proposição de acordos extrajudiciais.

Percebe-se então que a estatística real de casos de doenças causadas pelo amianto no Brasil ainda carece ser feita. Para Giannasi (2002, p. 10-11) o real número de diagnósticos de doenças causadas pelo amianto no Brasil é acobertado através de vários mecanismos de invisibilidade da doença. Entre estes mecanismos ela cita:

[...] falta de informação de boa qualidade e isenta de interesses, dirigida à população leiga, sobre os riscos do amianto e a existência de alternativas; 25% das mortes no país são atestadas de maneira genérica; população de baixa renda sem acesso a serviços de saúde especializados (somente 5% a 10% dos trabalhadores em países em desenvolvimento); os sintomas dos trabalhadores aparecem somente quando eles já não estão mais na ativa (longo período de latência das doenças) e inexistência de acompanhamento médico (followup/exames pós-demissionais previstos em lei) destes trabalhadores pós-exposição, demitidos ou aposentados; a impunidade na demissão de trabalhadores afetados por doenças profissionais que só descobrem estarem doentes quando buscam novas ocupações; médicos do serviço público de saúde (SUS) têm treinamento limitado em medicina do trabalho; formação generalista do médico não enfatizando as patologias relacionadas ao meio ambiente intra e extrafabril; placas pleurais não reconhecidas como patologia e somente como marca de exposição, tratadas como benignas, que são, em geral não notificadas e nem indenizadas; omissão médica na informação aos doentes e seus familiares sobre a etiologia das doenças, negando-lhes o direito ao conhecimento e reconhecimento oficial e os direitos à proteção social e indenização civil, contribuindo para a invisibilidade social e desresponsabilizando quem de direito.

No entanto, é desnecessário registrar números e mais números de doenças e mortes provocadas por esta substância para classificá-la como agente perigoso e danoso à saúde humana. É o que alerta o médico Eduardo Algranti em depoimento ao Grupo de Trabalho do Dossiê do Amianto Brasil. Diz ele que o

[...] amianto é o principal agente ocupacional estudado no mundo todo. E é o agente ocupacional que se relaciona individualmente com o maior número de mortes e casos de doenças no mundo inteiro. [...] E, individualmente, é o agente que mais casos de morte geraram até hoje, individualmente no mundo. (DOSSIÊ AMIANTO BRASIL, 2010, p. 97).

Posição referendada pelo documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), *Elimination of asbestos-related diseases*, publicado em 2006, que afirma ser o amianto “um dos mais importantes carcinógenos ocupacionais, causando cerca de metade das mortes por câncer ocupacional” (CARVALHO, 2009, p. 75). Informa também não haver níveis de tolerância seguros para a saúde humana, portanto, qualquer que seja a quantidade de fibras por metro cúbico em suspensão no ar poderá causar graves doenças ao aparelho respiratório.

5.2 O capital-amianto e o Estado: aliados na produção do silêncio das vítimas e na defesa do uso do amianto

O poder econômico das corporações e a conivência do Estado produzem o silêncio quando o assunto são os males provocados pelo mineral amianto à saúde dos que trabalham ou convivem diretamente com esta substância. Um exemplo desta relação entre o capital-amianto e o Estado é denunciado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) que impetrou ação judicial contra o Instituto Brasileiro do Crisotila (IBC), que se apresenta como uma Organização Social de Interesse Público, (OSCIP) e o grupo de empresas que formam o império do amianto no Brasil que sustentam financeiramente o IBC. A investigação do Ministério Público chegou à conclusão de que,

[...] todas as entidades organizadas na OSCIP Requerida, tem o escopo de burlar a legislação trabalhista, principalmente o ordenamento jurídico protetor da saúde dos trabalhadores, utilizando a OSCIP para manobras para embaraçar ações fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como levar matérias e discutir questões

perante o Excelso Supremo Tribunal Federal de *interesse exclusivamente econômico da atividade de exploração do amianto*, o que não se coaduna com o interesse público que deve defender, pelo espírito da Lei nº. 9.790/1999. (BRASIL, 2009, p. 5-6).

Para o Ministério Público, o Instituto Brasileiro do Crisotila não tem nada de organização social de interesse público. Quem sustenta financeiramente o IBC são as empresas do setor de fibrocimento. Consta na peça jurídica que, em 2009, a SAMA contribuiu com 40% do orçamento anual do IBC que é superior a cinco milhões de reais. Segundo a promotoria, na verdade a entidade “faz um trabalho de usurpação da atividade sindical, exercendo todas as prerrogativas dos sindicatos [...] é utilizada como braço sindical da atividade econômica do amianto” (BRASIL, 2009, p. 5-6). Que interesse público defende o Instituto Brasileiro do Crisotila? Ao verificar que na verdade a entidade defende os interesses econômicos das indústrias de fibrocimento, o Ministério Público do Trabalho propôs Ação Civil Pública pedindo a dissolução da sociedade, do Instituto Brasileiro do Crisotila.

Consta na peça jurídica que servidores públicos federais (ligados ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM), do Estado de Goiás (Secretaria de Geologia Mineração, Transformação Mineral – SGM/MME, Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás), e da Prefeitura de Minaçu são membros titulares do Conselho Superior do Instituto Brasileiro do Crisotila. Para o Ministério Público do Trabalho isso é totalmente irregular, na medida em que fere o *art. 117, inciso X da Lei 8.112/90* que impede o servidor público de “*participar de gerência ou administração de sociedade privada*”. Ainda mais quando se entende que o IBC defende os interesses do empresariado do amianto, portanto, não tem nada de interesse público e, sim, econômico e corporativo. Segundo o procurador Antônio Carlos Cavalcante Rodrigues, autor da Ação Civil Pública, isso “demonstra o grau de interferência que a atividade econômica pode ter nas esferas do governo” (BRASIL, 2009, p.13).

Outro fato possível de ocorrer nesta estreita relação capital x Estado, que consta nos autos da denúncia é:

A grande possibilidade de ocorrência de improbidade administrativa se verifica quando repisando os termos do despacho de fls. 445/449 do Inquérito Civil, o Município de Minaçu-GO aprova em legislação municipal autorizando o Prefeito Municipal a efetuar despesas no montante de R\$ 33.830,00 (trinta e três mil e oitocentos e trinta

reais), a partir de 2003 para com a OSCIP. O Estado de Goiás efetua importe de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por meio da Lei Estadual n.º 16.185/2007 (fls. 414 do IC n.º 561/2007). E a União Federal, por meio do CNPq repassa o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para a referida OSCIP para execução do Projeto Asbesto/Mineração II. (BRASIL, 2009, p. 15).

O projeto de pesquisa *Asbesto/Mineração: Morbidade e Mortalidade entre Trabalhadores Expostos ao Asbesto na Atividade de Mineração – 1940-1996* faz parte do projeto interinstitucional, desenvolvido pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina – UNIFESP/EPM, Universidade de São Paulo/Instituto do Coração – USP/INCOR. Neste projeto, Chou (2003) desenvolveu um estudo sobre a *Avaliação clínico-funcional de trabalhadores expostos ao asbestos na atividade de mineração*. Ela avaliou o quadro clínico-funcional de 3.772 trabalhadores e ex-trabalhadores da mina de Cana Brava, com idade média de 45 anos, e tempo médio de exposição ao asbesto de 7,3 anos. Segundo Chou (2003, p. 38), “47,2% tinham até 5 anos de exposição”. A partir do uso de métodos que envolvem complicados cálculos matemático-estatísticos, o estudo de avaliação clínico-funcional constatou que “30,54% dos trabalhadores avaliados apresentou sintomas respiratórios” (CHOU, 2003, p. 53).

Entretanto, as causas dos sintomas respiratórios que foram considerados na pesquisa – tosse, catarro, chiado, dispneia – aparecem vinculadas mais ao tabagismo do que ao amianto. Há que se ressaltar também, o longo tempo de latência de doenças provocadas pela exposição ao amianto – 25, 30 anos – comparado ao tempo médio de exposição de 7,3 anos da pesquisa em questão. As conclusões deste estudo parecem um tanto evasivas e pouco contundentes. Outro fato importantíssimo é que essa pesquisa foi financiada pela SAMA, o que coloca muitas dúvidas sobre a imparcialidade de seu resultado.

É com base nestas pesquisas que o IBC e o grupo de empresas do ramo de fibrocimento têm divulgado na mídia que os riscos de doenças causadas pelo amianto já teriam sido erradicados no Brasil. Como consta em informe publicitário publicado pelas revistas: *Veja*, n.º 37 de 17/09/08; *Isto é*, n.º 2028 de 17/09/08; *Época*, n.º 539 de 15/09/08. Eis as palavras do informe publicitário: “*Amianto brasileiro reage às pressões internacionais: na disputa de um mercado de 2,5 bilhões, o jogo pesado contra o amianto crisotila esconde que as doenças com o*

mineral já foram erradicadas”. Esta publicação provocou constrangimento e reação dos próprios coordenadores do referido projeto de pesquisa, os professores Ericson Bagatin, Luiz Eduardo Nery e Mário Terra Filho, que notificaram extrajudicialmente o Instituto Brasileiro do Crisotila pelo fato de não terem sido consultados pelo IBC quanto aos resultados da pesquisa:

[...] de modo que a mesma pudesse incluir tais informações quanto à eventual “erradicação” de doenças asbesto-relacionadas entre os trabalhadores e ex-trabalhadores expostos a este mineral [...] nem consta, igualmente, que os notificantes tenham proferido tal conclusão, constante no informe publicitário, fruto e decorrente do trabalho científico que realizaram, bem como desconhecem se a notificada pediu autorização para citar as referidas universidades. (BRASIL, 2009, p. 26).

Fica evidente que os próprios pesquisadores e responsáveis pela coordenação do projeto de pesquisa: *Asbesto/Mineração: Morbidade e Mortalidade entre Trabalhadores Expostos ao Asbesto na Atividade de Mineração – 1940-1996* tiveram atitude cautelosa ao não admitir que o amianto-crisotila é inofensivo à saúde humana. Seus estudos não chegaram a conclusões irrefutáveis acerca de que a exposição ao amianto não causou danos à saúde dos ex-trabalhadores da SAMA que foram clinicamente avaliados. A pesquisa foi alvo de crítica em matéria publicada pela Revista Época de 13 de dezembro de 2010. Consta na matéria que “a credibilidade do estudo vem sofrendo arranhões. A maior financiadora é a mesma empresa que controla a mina. A SAMA, do grupo Eternit, cedeu ao projeto R\$ 976 mil”.

Sobre a relação o capital-amianto e o Estado é pertinente apontar alguns outros elementos que a caracterizam. A participação da mineradora SAMA nos processos político-eleitorais – ainda que seja lícito –, portanto, na escolha de representantes dos poderes legislativo e executivo nas três esferas do poder (federal, estadual, municipal), ou seja, naqueles postos de comando do Estado, dão a tônica de como o capital-amianto age por dentro do Estado, instituindo um *lobby* pró-amianto ardiloso e habilidoso que procura a todo custo “travar” os vários projetos pró-banimento do amianto no Congresso Nacional.

O gráfico 2 apresenta o valor total de doações da SAMA para as campanhas eleitorais para prefeito e vereador dos anos de 2004, 2008, 2012. Observe-se que são valores nada desprezíveis. Na última eleição, a de 2012, as doações beiram a

um milhão de reais, quase o dobro do valor doado nas eleições de 2004. Candidatos a prefeito e a vereadores de diversos partidos têm sido agraciados pelas doações da empresa SAMA.

Gráfico 2 – Doações financeiras da SAMA Minerações Associadas nas eleições de 2004 - 2012

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2012)

O gráfico 3 apresenta alguns municípios que receberam doações financeiras da empresa SAMA Minerações Associadas nas eleições de 2004, 2008 e 2012.

Gráfico 3 – Municípios que mais receberam doações financeiras da SAMA entre as eleições de 2004 a 2012

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2012)

Em seu relatório anual de sustentabilidade do ano de 2010, a empresa SAMA faz questão de deixar claro que “por ser suprapartidária e não discriminar qualquer tipo de ideologia, a SAMA destinou contribuições financeiras, em 2008 e 2010, dentro do limite permitido para partidos políticos” (SAMA, 2010, p. 49). O gráfico 4 apresenta como ocorreu a divisão das doações financeiras da SAMA entre os partidos políticos que disputavam as eleições de 2010.

Gráfico 4 – Doações financeiras da SAMA para partidos políticos em Goiás nas eleições de 2010

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2010)

As eleições de 2010 elegeram presidente, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Ao se observar o gráfico 4, verifica-se que a SAMA pode até considerar-se suprapartidária, pois suas doações colaboraram para a campanha de vários partidos políticos. No entanto, ao se analisar o valor das doações, vê-se que o critério de doação do dinheiro para a campanha é o da força política que os partidos possuem em Goiás. Os partidos com maiores possibilidades de vencer as eleições são os que receberam mais dinheiro. Não é por acaso que PSDB, DEM, PMDB (forças políticas conservadoras e que agem em defesa do amianto) foram os maiores agraciados pela SAMA.

Conforme análise do gráfico 3, dos municípios que receberam doações financeiras da SAMA nas eleições do período de 2004 a 2012, todos os municípios nos quais a SAMA investiu dinheiro em campanhas eleitorais possuem ou já

possuíram empresas relacionadas ao amianto. Goiânia e Anápolis possuem fábricas de fibrocimento, enquanto que os dois municípios do Estado da Bahia, Poções e Bom Jesus da Serra, abrigaram durante trinta anos a mineradora, que iniciou aí suas atividades com o amianto no Brasil. Minaçu-GO é a cidade sede da empresa desde 1962, quando a empresa abandonou a exploração de amianto em Bom Jesus da Serra e mudou-se para Goiás. É o município que recebeu a maior quantia de recursos para as campanhas eleitorais, é o território por excelência da SAMA, que possui amplos poderes na cidade. É claro que boa parte desse poder advém do apoio irrestrito de todos os políticos da cidade à empresa. Não há uma só voz política, seja de direita ou de esquerda, que ouse manifestar-se pelo banimento do amianto, há, sim, um grande pacto entre as elites da cidade e a empresa SAMA, que, daí, esparrama-se na população em geral.

O discurso é sempre o mesmo: o desenvolvimento, o progresso e o emprego. Isto tem obscurecido enormemente a discussão sobre os efeitos que o amianto poderá causar aos trabalhadores e à população de Minaçu-GO que vive ao lado da mina. Esta relação do capital-amianto com o Estado tem cumprido um duplo papel: produz o silêncio sobre os danos à saúde provocados pelo amianto e o grito de defesa irrestrita ao chamado “uso controlado do amianto”. Um exemplo desta relação em defesa da continuidade da exploração do amianto em Minaçu pôde ser visto na manifestação pública “*Abraço coletivo à SAMA*”. A figura 3 reproduz um cartaz de propaganda da manifestação.

Figura 3 – Cartaz da campanha de mobilização da população de Minaçu (GO) para participação de manifestação a favor da continuidade do uso do amianto.

Fonte: Acervo pessoal

No dia 26 de março de 2012, o dia da manifestação a Prefeitura Municipal de Minaçu através do Decreto nº. 173/2012 instituiu feriado municipal para que seus funcionários pudessem participar da manifestação popular na cidade em defesa do “uso seguro” do amianto crisotila. O comércio da cidade parou. A principal avenida da cidade, a Avenida Maranhão, que possui um comércio variado, bastante expressivo e agitado baixou suas portas em plena segunda-feira (Fotografia 10).

O horror de tudo isto é a combinação de pobreza com ignorância, explicando o baixo nível de consciência dos trabalhadores e suas famílias. Mas o desenvolvimento desigual conta, conta muito em relação ao problema do amianto no mundo. Enquanto este logotipo mostra esse grau de miséria intelectual e política pelo lado dos trabalhadores em outros países o amianto está sendo abolido. Nestes países empresários desse ramo estão sendo caçados pelos movimentos em defesa da vida.

Fotografia 10 – Avenida Maranhão no dia 26 de março de 2012 às 12:30hs. Em dias “normais” o tráfego de pessoas e automóveis é intenso

Fonte: BARBOSA, F, de M. T. (2012).

No dia do “grande abraço coletivo à SAMA” em Minaçu, as escolas públicas não funcionaram, alunos e professores estavam mobilizados. As igrejas, católicas e evangélicas, que são muitas e congregam muitos fiéis, arregimentaram todos para participar da manifestação. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Minerais Não Metálicos de Minaçu, também. Até senhoras da “Terceira Idade” participaram, entre outros grupos. Foram distribuídas quatro mil camisetas com o *slogan* “*defendemos o amianto crisotila*”, água mineral era distribuída à população para amenizar a sede e o calor escaldante, em faixas coloridas podiam ser lidas frases de efeito em defesa incondicional do “uso seguro” do amianto crisotila.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros deram total apoio a manifestação. Carros de som embalavam o movimento com discursos inflamados, ônibus da Prefeitura Municipal ficaram à disposição do evento transportando as pessoas dos bairros mais distantes para o local da manifestação. Um helicóptero foi alugado para fazer imagens aéreas da multidão de pessoas que se aglomeravam nos arredores da empresa formando um cordão humano enorme que a circundava. *De mãos dadas, de frente para a mineradora mas de costas para a cidade*, todos levantaram os braços como que abraçando a SAMA, apoiando a continuidade do uso do amianto (Fotografias 11 e 12). O abraço simboliza afeição, carinho, zelo, porém neste caso, é um abraço de morte.

Fotografia 11 – Ponto inicial da concentração da população na portaria da SAMA. Um verdadeiro cordão humano se estendeu deste ponto inicial até abarcar toda a empresa

Fonte: BARBOSA, F. de M. T. (2012).

Fotografia 12 – Mostra o tamanho da manifestação pró-amianto iniciada em frente a SAMA.

Fonte: BARBOSA, F. de M. T. (2012)

Percebe-se o poder de mobilização e o controle social que a empresa possui entre a população local através desta manifestação promovida por ela com amplo apoio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), das igrejas católica e evangélica, ou seja da sociedade organizada. Segundo a Associação Amigo do Amianto de Goiás (AMIGO) organizadora do evento, o objetivo era produzir um material áudio visual que demonstrasse o apoio maciço da comunidade local à continuidade da mineração de amianto em Minaçu. Este material foi e está sendo utilizado para sensibilizar parlamentares contrários ao amianto e Ministros do Supremo Tribunal Federal que estão julgando ações relacionadas ao uso do amianto no Brasil.

Não deixa de ser significativo que o objetivo fosse produzir um material áudio visual. Afinal os teóricos da sociedade do espetáculo dizem, à exaustão, que o real é o que aparece e que inversamente, o que aparece é real. Nessa manifestação “espontânea e carinhosa” (o abraço) não aparecia a trama dos *lobbies*, o enriquecimento de poucos, as doenças pulmonares, a miséria das migrações para chegar até Minaçu, entre outros tantos fatos da exploração do amianto. O logotipo esmaga a história complexa do tempo do capital-amianto em Minaçu-GO, história escondida pela própria poeira do amianto.

Esta manifestação, aparentemente legítima expressa o poder de mando da SAMA na cidade, a capacidade do capital, com o apoio do Estado, de manipular as massas para a elaboração do consenso em torno de seus interesses imediatos. No entanto, ainda que o capital tenha esta capacidade manipulatória e de convencimento, a sua própria lógica, sistematicamente contraditória, levou ao rompimento da invisibilidade e do silêncio sobre os problemas de saúde causados pelo amianto. Quando os próprios trabalhadores passaram a tomar consciência do problema e as informações começaram a atingir a capilaridade do mundo do trabalho.

Outra estratégia “sutil” da empresa para contar com o consentimento social, para tornar positiva sua imagem junto à sociedade de Minaçu, são suas ações de assistência social: doações para instituições de caridade, de amparo às pessoas vulneráveis, idosos, crianças com deficiências, etc. Nos cultos religiosos, padres e pastores alimentam este consentimento social em suas pregações junto aos fiéis, que passam a reproduzir esses discursos aos quatro cantos da cidade. Estas *personas* tiveram um papel destacado na organização do “*abraço simbólico à*

SAMA”, na arregimentação dos seus fiéis para participarem do ato. Fazem parte da AMIGO. A fotografia 13 mostra cartaz colocado no estande da SAMA durante a exposição agropecuária de Minaçu-GO. Nele pode se observar que, em conformidade com o discurso recheado de eufemismos que passou a vigorar com a vigência do neoliberalismo, a expressão “assistência social”, por estar muito associada à miséria e à pobreza e ao assistencialismo/clientelismo e não à políticas sociais públicas de direito das pessoas, é substituída por “promoção social”, aliás, como se faz no Brasil todo como que querendo dizer que essas ações são capazes de promover justiça social.

Fotografia 13 – Presença da SAMA na assistência social em Minaçu (GO)

Fonte: BARBOSA, F. de M. T. (2013).

No entanto, trabalhadores e ex-trabalhadores expostos à fibra, negando-se a assistir passivamente ao avanço da doença e à morte lhes rondando põem-se em movimento de resistência e de luta contra o império do capital-amianto construído à custa de milhares de vidas de homens e mulheres mundo afora. Fazendo romper o silêncio, o movimento pró-banimento do amianto, com apoio de outros segmentos da sociedade civil, vem contribuir para dar visibilidade aos problemas provocados pelo uso do amianto no Brasil e no mundo. É o que será apresentado no próximo item.

5.3 Os movimentos sociais e a luta pelo banimento do amianto

Na recente história do modo de produção capitalista as noções de desenvolvimento e progresso têm sido postas como o caminho infalível que levaria a felicidade aos povos. Está oculta nas entranhas destas duas noções básicas do capitalismo a intensa e muitas vezes degradante exploração do trabalho pelo capital, que tem penalizado milhares de trabalhadores em todo o mundo. Mas, como não é possível esconder tudo o tempo todo de todos, surgem movimentos sociais para lutar contra essa situação. No caso do amianto, movimentos sociais contrários à extração, ao beneficiamento e a comercialização desta fibra, designada por eles de “*pó da morte*”, já estão agindo no mundo todo. Mas, a conscientização a respeito dos males do amianto não se fez apenas em decorrência direta da exploração econômica do trabalho pelo capital no chão da fábrica, plasmou-se gradativa e lentamente em meio a muito sofrimento, dor, doença e morte.

O amianto por si só não é maléfico à saúde humana. Enquanto ele é apenas um mineral incrustado na rocha ele não faz mal algum. Porém, quando esta substância é metamorfoseada em mercadoria e passa a ter valor de troca no mercado, para essa sua exploração a indústria expõe os trabalhadores aos riscos de inalação da fibra, que a torna danosa ao organismo humano. Essa metamorfose é obra do modo de produção capitalista; é no capitalismo que a exploração industrial do amianto se generaliza e abarca o mundo todo.

As reações contrárias ao uso do amianto começaram a tomar forma quando “diferentes grupos organizaram-se em torno da mobilização pela proibição desse agente cancerígeno, compostos por atores sociais, na sua maioria, vítimas do amianto, sindicalistas, ativistas sociais e personalidades públicas e acadêmicas” (WÜNSCH, 2004, p. 123). Na França, em 1996, criou-se a Associação Nacional de Defesa das Vítimas do Amianto (ANDEVA); na Itália, a Associação dos Expostos ao Amianto, no Japão foi criada a BANJAN em 1987; a ADS na Austrália, e a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto no Brasil, criada em 1995, são exemplos da mobilização da luta pelo banimento do amianto.

Segundo Giannasi (2002), estes movimentos sociais pró-banimento do amianto têm se constituído como *contra-poderes* importantes frente à poderosa e influente corporação da indústria do amianto que procura a todo custo manter o

monopólio sobre amplos mercados internos e externos. Sabe-se, que o Brasil é o maior produtor e consumidor de amianto da América Latina e o quinto maior produtor e consumidor de amianto do mundo, atrás de Rússia, Canadá, Cazaquistão e China. Este monopólio é a garantia de superlucros para a corporação.

Diante deste quadro, assim se caracteriza o conflito: de um lado, o grupo econômico de defesa da continuidade do uso do amianto, e, do outro, grupos sociais diversos reunidos a favor do fim do uso do amianto. Daí emergem duas teses: a tese do “uso controlado ou seguro” do amianto, defendida pelo empresariado do amianto; e a tese do banimento total, defendida, sobretudo pelas vítimas das doenças causadas pela exposição ao amianto. Diversas ações têm sido implementadas pelos movimentos contrários ao uso do amianto: “registra-se um sucessivo número de eventos, de proporção mundial, que contribuíram e, ao mesmo tempo, são produtos da mobilização anti-amianto que, de forma coletiva, buscam sua proibição no plano mundial” (WÜNSCH, 2004, p. 124).

Em 1993 foi realizada em Milão, na Itália, a *Conferência Bastamianto*, na qual delegados do mundo todo aprovaram o *Apelo de Milão*, um documento que afirma que:

- O amianto é perigoso em qualquer forma, independentemente da quantidade e em todas as etapas do processo produtivo: extração, transporte, transformação, utilização e eliminação.
- É conhecido há décadas como sendo uma substância cancerígena, seja inalado ou ingerido: não existem valores limites abaixo dos quais não haja riscos para a saúde.
- O amianto provoca graves doenças e será a causa de numerosas mortes ainda por muitos anos, por seus efeitos se manifestarem após um longo período de latência.
- Os cientistas, médicos, sindicalistas, ecologistas, associações e vítimas do amianto reunidos hoje em Milão, reivindicam à Comunidade Econômica Europeia (CEE) que promulgue uma diretiva que proíba o amianto em todos os seus usos, nos países da CEE, e ao governo destes países de acolherem estes elementos em suas legislações nacionais³¹.

As recomendações no *Apelo de Milão* demonstram a urgência em proibir qualquer tipo de manuseio de amianto. Os congressistas, entre eles ativistas, sindicalistas, associações de vítimas do amianto, médicos e cientistas atestam e

³¹ (ABREA, 2010)

reivindicam aos países da Comunidade Econômica Europeia (CEE), atual União Europeia, o fim do amianto.

Em 1994 a cidade de São Paulo foi sede do *Seminário Internacional do Amianto: Uso controlado ou Banimento?* Os delegados membros do seminário aprovaram declaração também contrária ao uso do mineral nos seguintes termos:

- Estamos convencidos de que a produção, a transformação e o uso de todos os tipos de amianto ou asbesto representam um grande perigo para a saúde dos trabalhadores e da população em geral;
- Respaldamos a nova dinâmica iniciada em São Paulo por diversas centrais sindicais, os partidos políticos presentes, ONG's de defesa do meio ambiente, cientistas e representantes das vítimas do amianto, que, superando as diversidades geográficas, linguísticas e políticas, buscam conseguir a curto prazo um mundo sem amianto;
- Denunciamos com indignação as multinacionais do amianto e seus métodos de intimidação e de desinformação que se mostram mais evidentes ainda com a mistificação do conceito do "Uso Controlado do Amianto"³²

Durante o *Seminário Internacional sobre o Amianto: uso controlado ou banimento?* Foi criada a Rede Mundial Ban Asbestos. Ela é composta por cidadãos do mundo todo que se dispõem a doar parte de seu tempo, voluntariamente e sem remuneração, em prol da defesa de um mundo sem amianto, por organizações não-governamentais e movimentos sociais das Américas, da Ásia e da Europa.

Em setembro de 2000, Osasco - SP foi o palco do *Congresso Mundial do Amianto*. As principais lideranças do mundo que lutam pelo banimento do mineral declaram a intenção de constituir e participar de uma nova entidade: a Rede (Network) Virtual do Congresso Global do Amianto. Como primeira tarefa, os seus membros lançaram a Declaração de Osasco, na qual são definidos dez objetivos, entre eles destacam-se:

- Apoiar e participar dos esforços globais de promover a solidariedade entre os ativistas anti-amianto, grupos e outras organizações;
- fazer campanhas para alcançar o banimento do amianto em nossos países e no exterior;
- assistir globalmente as vítimas dispersas do amianto em seus esforços de processar as empresas multinacionais do amianto; igual sofrimento e incapacidade merecem igual tratamento e indenização³³.

³² (ABREA, 2011a)

³³ (ABREA, 2011b)

No Parlamento Europeu, em 2001, foi realizado o *Seminário Europeu do Amianto*. Os delegados do seminário fazem recomendações aos governos europeus

[...] referentes às políticas de prevenção; ao direito das vítimas, à prioridade de novas pesquisas, etc. e concluem reconhecendo o papel-chave dos grupos organizados de vítimas do amianto pelas conquistas obtidas. Reafirmam que não há limite seguro [...] qualquer exposição ou contato com amianto pode causar doença fatal de pulmão. Terminam com o indicativo de pressionar os quatro países da Comunidade Europeia que não baniram o amianto, para fazê-lo imediatamente. (WÜNSCH, 2004, p. 129).

No mesmo ano, em 2001, ocorreu na capital brasileira, Brasília, o *Seminário Internacional: Impactos do Banimento do Amianto no Brasil*. Neste evento foi elaborado um documento: a Carta de Brasília, que propõe:

Garantir uma transição justa do banimento do amianto, considerando, dentre os vários pontos, ser uma substância comprovadamente cancerígena, sem limite seguro de exposição; a tendência mundial pela proibição é indicativa, para a saúde, da gravidade da exposição; a necessidade de garantir vigilância específica à saúde e pós exposição, dentre outros. (WÜNSCH, 2004, p. 129).

Em 2003 aconteceu a *Conferência Europeia Sobre Amianto* na cidade Dresden na Alemanha. Foram apresentadas as estimativas de mortes e doenças ocupacionais provocadas anualmente pelo amianto na Europa, e afirma-se que:

Os 27 países na Europa e outras regiões já viram a necessidade de banir a produção, o manuseio e o uso do amianto para a proteção à saúde dos trabalhadores e da população em geral. Todavia, 2 milhões de toneladas de amianto ainda são produzidas todo ano ao redor do mundo.

Propõe a implantação de estratégias em segurança e saúde ocupacional de 2002 a 2006, com as seguintes diretrizes: assegurar constante implementação da legislação e monitoramento abrangente, incluindo a inibição de importação de materiais contendo amianto de países fora da Europa. (WÜNSCH, 2004, p. 129).

Em setembro de 2005 na cidade de Bruxelas, capital da Bélgica, aconteceu outro evento de importância internacional sobre o amianto. A *Conferência Europeia do Amianto: política, saúde e direitos humanos*. A Declaração de Bruxelas considerou os anos de 2005 e 2006 como Anos do Amianto e determinou, através

de um plano de ação, medidas que os países da União Europeia deveriam tomar sobre o amianto. Dentre estas, destaca-se:

- Aplicação rigorosa da legislação comunitária e nacional relativa a saúde e a segurança em relação ao amianto;
- Introdução de orientações para medir a contaminação do solo por amianto; estabelecimento de um registro nacional de trabalhadores expostos ao amianto e de trabalhadores vítimas de doenças relacionadas ao amianto;
- A legislação comunitária deve proibir o amianto em qualquer parte do mundo, por empresas sediadas na UE; o incumprimento desta obrigação deve ser punido com sanções pecuniárias, cujos fundos seriam distribuídos entre as vítimas estrangeiras do amianto;
- A União Europeia deve promover um inquérito sobre as atividades atuais e passadas das multinacionais do amianto e empresas associadas³⁴.

Portanto, foi a partir da década de 1990 que, em diversos países do mundo, os movimentos sociais passaram a exigir o banimento de qualquer variedade de amianto, por entenderem que todos são maléficos à saúde e não há limite mínimo de segurança à exposição à poeira e que seu controle, em toda a cadeia produtiva, é praticamente impossível. Diante das pressões destes movimentos, os organismos internacionais têm manifestado apoio ao banimento do mineral.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), a Agência Internacional para Pesquisa do Câncer (IARC), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, em 2006, na 95ª reunião em Genebra na Suíça, adotou resolução sobre o amianto pedindo a eliminação de todas as suas variedades, entre outros organismos internacionais, consideram o amianto como substância cancerígena. Os movimentos sociais pró-banimento contribuíram sobremaneira para o endurecimento da legislação internacional sobre o amianto, o que levou um grande número de países mundo afora a proibirem o amianto em seus territórios. O quadro 2 apresenta os países em que o amianto foi proibido e quando.

³⁴ (ABREA, 2005).

Quadro 2 – Países em que há proibição do amianto e ano dessa proibição.

Europa (37 países)	Alemanha: 1993; Áustria: 1990; Bélgica: 1998; Bulgária: 2005; Croácia: 2006; Chipre: 2005; Dinamarca: 1986; Escócia; Eslováquia: 2005; Eslovênia: 1996; Espanha: 2002; Estônia: 2005; Finlândia: 1992; França: 1996; Grécia: 2005; Holanda: 1991; Hungria: 2005; Inglaterra: 1999; Irlanda: 2000; Irlanda do Norte: 2000; Islândia: 1983; Itália: 1992; Letônia: 2001; Lituânia: 2005; Luxemburgo: 2002; Liechtenstein; Malta: 2005; Mônaco: 1997; Noruega: 1984; País de Gales: 1999; Polônia: 1997; Portugal: 2005; República Checa: 2005; Romênia: 2005; Suécia: 1986; Suíça: 1989; Turquia.
Ásia (14 países)	Arábia Saudita: 1998; Bahrein: 1996; Brunei: 1994; Qatar: 2010; Cingapura: 1989; Coreia do Sul: 2007; Emirados Árabes: 2000; Israel; Japão: 2004; Jordânia: 2005; Kuwait: 1995; Mongólia; Omã: 2001; Taiwan: 2009.
África (8 países)	África do Sul: 2007; Argélia; Burkina Fasso 1998; Egito: 2005; Gabão; Moçambique; Ruanda; Seicheles.
América Latina (4 países)	Argentina: 2001; Chile: 2001; Honduras: 2004; Uruguai: 2002.
Oceania (3 países)	Austrália: 2003; Nova Caledônia: 2007; Nova Zelândia: 2002.

Fonte: ABREA (2012a).

São sessenta e seis os países que já proibiram formalmente o uso do amianto, o que sinaliza uma tendência mundial para o fim do uso do mineral. Relacionando-se as informações do quadro 2 com as ações dos movimentos proibimento do amianto, pode-se perceber que há uma correspondência entre a data do aparecimento destes movimentos e a proibição legal por esses países do uso do mineral, o que demonstra o resultado efetivo e prático que a luta destes movimentos, que gradativa e lentamente, têm obtido, a duras penas. São conquistas importantes e não somente nos países de capitalismo avançado, mas também em muitas nações da América Latina. Veja como está a geografia do banimento de amianto no mundo no mapa 4.

Mapa 5 – Exportação brasileira de fibras de crisotila por país, em toneladas (1995 a 2010). **Elaborado por:** SOUZA, J. C. de (2013)**Organizado por:** BARBOSA, F. de M. T. (2013)

Além dos países compradores do amianto brasileiro, mostrados no Mapa 5, existem outros países, de menor expressão, que também compõem esta reconfiguração geográfica do mercado de amianto no mundo. Angola, Bolívia, Colômbia, Equador, Filipinas, Gana, Malásia, Nigéria, Singapura, Sri Lanka, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue são os novos mercados de exportação do mineral extraído e beneficiado na mina de Cana Brava em Minaçu - GO pela SAMA Minerações Associadas. Reconhecidamente se trata de países que possuem pouca tradição na defesa dos direitos humanos e direito dos trabalhadores, portanto, o amianto produzido em Minaçu poderá gerar graves danos à saúde dos trabalhadores expostos ao mineral em seus respectivos países. A tese do “uso controlado do amianto” não se sustenta quando colocamos a questão nestes termos, pois, se torna impossível controlar rigorosamente toda a cadeia produtiva deste mineral desde sua

saída da unidade fabril (SAMA) que processa a fibra, ensaca, e despacha na carroceria dos caminhões para destinos diversificados.

O caso do Japão demonstra que a proibição do amianto neste país levou a uma drástica redução do seu uso a partir de 2002. No entanto, apenas recentemente, em 2004, o Japão instituiu legislação proibindo o uso do mineral em seu território, ainda assim, em 2010, quarenta toneladas de amianto foram adquiridas pelo Japão, de qualquer forma, os dados demonstram claramente a posição adotada pelo Japão: a da substituição da fibra de amianto por outros materiais. Tal fato explica a presença do Japão tanto no mapa 4 (que apresenta os países que possuem leis proibindo o uso do amianto) quanto no mapa 5 (que apresenta o mercado de exportação da fibra de amianto entre os anos de 1995 a 2010).

A Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) com sede em Osasco - SP é o braço nacional de um movimento mundial que luta pelo banimento do amianto. Foi criada em 1995, dois anos após o fechamento da Eternit em Osasco-SP, em 1993, “quando houve a fusão dos grupos Eternit e Brasilit na holding Eterbras, controlada pela multinacional francesa Saint-Gobain” (GIANNASI, 2002, p. 21). Um ex-operário da fábrica de Osasco descobriu que a doença que lhe atacava provinha da exposição ao amianto, mas somente depois de doente ele tomou conhecimento dos perigos que o amianto representa à saúde humana. Considerando que a empresa Eternit, estava instalada ali desde 1947, ou seja, por mais de meio século, era bastante provável que seu caso não fosse único, porque, neste tempo, trabalharam na Eternit de 6.000 a 8.000 pessoas³⁵. Posteriormente, também verificou-se, “na conversa com os ex-colegas, que muitos já tinham morrido de problemas de pulmão, câncer e outras doenças, que não tiveram seu nexo relacionado à exposição ao amianto³⁶”. Este foi o impulso inicial para a formação da ABREA.

Outros ex-trabalhadores, demitidos da empresa devido ao fechamento, passaram a buscar maiores informações sobre seu estado saúde, já que foram expostos ao amianto por longo do tempo. A FUNDACENTRO constatou que, de 12 trabalhadores avaliados como casos suspeitos, quatro deles sofriam de asbestose e sete foram acometidos por placas pleurais. Com resultados tão alarmantes, este

³⁵ ABREA, Boletim nº 5, 1999.

³⁶ ABREA, Boletim nº 5, 1999.

grupo inicial começou a reunir ex-companheiros de trabalho, muitos deles desempregados, muitos doentes e desassistidos e descobriram que muitos já haviam falecido, sem saber ao certo a causa da morte.

As reuniões se multiplicaram rapidamente e com numerosa participação: “em média 100 novos a cada encontro, num total de mais de 1.000 dos prováveis 8.000 trabalhadores da fábrica da Eternit de Osasco” (GIANNASI, 2002, p. 22). As constantes reuniões iam, pouco a pouco, fortalecendo os ânimos e intensificando laços de solidariedade entre as pessoas que sofriam de males em comum causados pelo amianto. A repercussão do caso chamou a atenção de trabalhadores de metalúrgicas que lidavam com amianto, como é o caso da Thermoid, que fabricava lona e pastilhas de freios para veículos automotivos. Unidos, os ex-operários da Eternit e os da metalúrgica Thermoid, fundaram em Osasco-SP, no dia 9 de dezembro de 1995, a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto – ABREA.

A ABREA estabeleceu como seus principais objetivos: 1) Aglutinar trabalhadores e os expostos ao amianto em geral; 2) Cadastrar os expostos e as vítimas do amianto; 3) Encaminhar os expostos para exames médicos; 4) Conscientizar a população em geral, trabalhadores e opinião pública, sobre os riscos do amianto; 5) Propor ações judiciais em favor de seus associados e das demais vítimas em geral; 6) Integrar-se a outros movimentos sociais e a ONGs pró-banimento nos níveis nacional e internacional; 7) Lutar pelo banimento do amianto.

Vinculada a entidades internacionais que lutam pelo banimento total do amianto, além de sua sede em Osasco-SP, a ABREA tem constituído algumas seções regionais pelo Brasil: 1) ABREA/São Caetano do Sul-SP; 2) ABREA/Vale do Paraíba-SP; 3) ABREA/Rio de Janeiro-RJ; 4) ABEA – Associação Baiana dos Expostos ao Amianto/Simões Filho-BA; 5) ABEA - Associação Baiana dos Expostos ao Amianto/Poções-BA; 6) APREA – Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto/São José dos Pinhais-PR; 7) AMEA - Associação Mineira dos Expostos ao Amianto/Contagem-MG; 8) AGEA - Associação Goiana dos Expostos ao Amianto/Minaçu-GO; 9) APEA - Associação Pernambucana dos Expostos ao Amianto/Recife-PE³⁷.

Segundo Giannasi (2002), grande parte dos membros e ativistas da ABREA estão em estágios avançados das doenças relacionadas ao amianto, o que lhes incapacita para qualquer atividade laboral. Dedicam, portanto, boa parte de seu

³⁷ (ABREA, 2011c).

tempo esclarecendo a população sobre os riscos do amianto, aconselhando o consumidor para o uso de produtos alternativos, sem amianto (*asbestos-free*), e visitando ex-companheiros das fábricas e familiares dos mortos, orientando-os sobre seus direitos e convidando-os a participarem da associação, criando assim a solidariedade entre iguais.

O empenho dos movimentos pró-banimento do amianto pelo mundo tem tentado sensibilizar chefes de Estados, autoridades e parlamentares da real necessidade do total banimento desta substância.

Em toda a luta pelo banimento do amianto no mundo e pela devida punição aos responsáveis, há um caso emblemático, o de Casale Monferrato na Itália. Em fevereiro de 2012, a justiça daquele país condenou em primeira instância dois ex-diretores da Eternit: Stephan Schmidheiny e o Barão belga Jean-Louis Marie Ghislain de Cartier de Marchienne à pena de 16 anos de prisão pela morte de quase três mil trabalhadores da fábrica da Eternit em Casale de Monferrato, que respiraram o pó do amianto, e por desastre ambiental doloso. Os advogados de defesa dos acusados recorreram da decisão judicial, no entanto, em novo julgamento, na Corte de Apelação de Turim, no dia 03 de junho de 2013, os acusados tiveram suas penas aumentadas.

A Corte de Apelação de Turim condenou a 18 anos de prisão por desastre doloso o empresário Stephan Schmidheiny, proprietário da empresa Eternit [...]. O tribunal também decidiu o pagamento de cerca de 30,9 milhões de euros para a cidade de Casale Monferrato e 20 milhões de euros para a região de Piemonte, local da fábrica mais importante da empresa, onde foi registrado o maior número de mortos [...]. Schmidheiny foi considerado culpado por “catástrofe sanitária e ambiental permanente” e por ter infringido as regras de segurança do trabalho. O outro réu além de Schmidheiny era o Barão belga Louis De Cartier, mas o tribunal decidiu retirar as acusações após seu falecimento, no dia 21 de maio aos 92 anos. “Essa sentença é um hino à vida, é um sonho que se torna realidade”, comentou o promotor Raffaele Guariniello [...]. segundo o Ministério Público, eles omitiram as informações sobre os danos causados pelo mineral, provocando a morte de milhares de pessoas na Itália e no Mundo³⁸.

O excepcional processo de investigação da justiça italiana contra quatro estabelecimentos da Eternit naquele país reuniu 220 mil páginas e acusou

³⁸ (UOL, 2013).

responsabilidade aos donos da Eternit pelas 2.969 vítimas do amianto, a grande maioria delas de Casale Monferrato. No Brasil, a ABREA tem impetrado ações na justiça brasileira e acompanha a criação de leis de banimento do amianto, como aponta Giannasi (2002, p. 26):

[...] mais de 300 ações judiciais de indenização propostas para as vítimas; acompanhamento e apoio aos diversos projetos de lei de banimento do amianto a nível federal, estadual e em diversos Municípios do Estado de São Paulo. Já estão aprovadas leis de proibição do uso do amianto nos Municípios de São Paulo, Osasco, Mogi Mirim, Bauru, São Caetano do Sul, Campinas e Ribeirão Preto, entre outros, e nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Entre outras ações e acontecimentos importantes no Brasil para o banimento do amianto, a Câmara dos Deputados através da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, produziu em 2010 um extenso documento de 682 páginas denominado “Dossiê Amianto Brasil”, no qual são analisadas as implicações do uso do amianto no Brasil. O documento concluiu pelo banimento do mineral. O destino do uso do amianto no Brasil chegou aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que estão julgando a matéria, fato já comentado noutras passagens do texto.

5.4 A força destrutiva do capital-amianto

Em uma bela passagem de *A ideologia alemã*, Marx (2007, p. 71) argumenta que a história mundial é criação da grande indústria. Segundo ele,

[...] na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada, e cada indivíduo para satisfazer suas necessidades, e na medida em que aniquilou nas diversas nações a identidade própria que até então lhe era natural. [...] No lugar de cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que brotaram como cogumelos. Por toda parte onde penetrou, ela [a grande indústria] destruiu o artesanato e, de modo geral, todos os estágios anteriores da indústria. (MARX, 2007, p. 71).

Nesta passagem, Marx demonstra a capacidade produtiva-destrutiva da lógica interna do capitalismo. Há uma dialética em processo no movimento do capital que não permite que as suas forças de produção não sejam, simultaneamente,

também forças de destruição. A instituição do mercado mundial pelo capitalismo contemporâneo é, certamente, a aniquilação dos mercados locais ou sua subordinação às novas necessidades que o grande capital cria e recria a cada momento.

O capital-amianto criou para si, de fato, uma cidade – a cidade de Minaçu-GO –, mas não sem destruir formas pretéritas de organização social da propriedade e seus sujeitos, como a da posse da terra de trabalho dos posseiros e o modo de vida dos índios da tribo avá-canoeiro (restam apenas cinco índios desta tribo que vivem em uma Reserva Indígena próxima a Minaçu) que viviam nestas terras. No dizer de Marx, (2007, p. 71-72, grifo meu) “tais forças produtivas alcançam com a propriedade privada um desenvolvimento exclusivamente unilateral, tornam-se, em sua maior parte, *forças destrutivas* [...]”.

Marx deixa claro que o fundamento destas forças produtivas que se tornam forças destrutivas é a propriedade capitalista dos meios de produção, que, para ele “[...] é a primeira negação da propriedade privada individual, baseado no trabalho próprio” (MARX, 2001, p. 876-877). São essas forças que dissociaram historicamente os homens da natureza: o homem torna-se sujeito e a natureza objeto. Essa separação e a destituição do trabalhador do seu meio direto de produção foram condições imperativas para a acumulação primitiva.

Conforme Marx (2001, p. 570) “na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho”. Esta irracionalidade do capital não permite que seja possível interromper o avanço das forças produtivas. Ou seja, a intensificação da produção e da produtividade do trabalho vem acompanhada da sua própria negação, que é a intensificação da destrutividade dos próprios trabalhadores e a devastação, sem precedentes, da natureza. Segundo Marx (2001, p. 571), “a produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. Esta lógica destrutiva acompanhou historicamente o processo de construção do império do amianto. Sobre a destruição e a devastação dos ambientes naturais pela atividade mineradora que cria enormes *feridas na terra*, e sobre a vida, por provocar doença e morte, de milhões de trabalhadores em todo mundo, o império do amianto se ergueu. Minaçu-GO é parte importante desta história.

É claro que a paisagem do Planeta sofre devido à ação de agentes naturais, inclusive o homem, inúmeras transformações, mas que a remodelagem da paisagem do planeta pela atividade humana passou a ser tão intensa e de efeitos negativos que coloca em risco toda a vida. A esse processo Harvey (2011, p. 151) denomina de *destruição criativa*:

Os campos são preparados para a agricultura; os pântanos, drenados; as cidades, estradas e pontes, construídas; as plantas e os animais são domesticados e criados; os habitats, transformados; as florestas, cortadas; as terras, irrigadas; os rios, represados; as paisagens, devastadas (servindo de alimentos para ovinos e caprinos); os climas alterados.

Esta história milenar de constante e intensa intervenção humana no ambiente natural produziu uma “segunda natureza”, neste sentido, pode-se dizer que há uma história social da natureza. No modo de produção capitalista, o nível dessa intervenção aumentou enormemente; intensificando-se a destruição criativa da terra, as forças produtivas tornam-se forças destrutivas. Para Harvey (2011, p. 152), “por mais que muitos agentes atuem na produção e reprodução da geografia da segunda natureza que nos cerca, os dois principais agentes sistêmicos do nosso tempo são o Estado e o Capital”. A atividade do capital minerador talvez seja uma das mais devastadoras do ambiente natural “Montanhas inteiras são cortadas ao meio à medida que minerais são extraídos, criando cicatrizes de pedreiras nas paisagens, com fluxos de resíduos em córregos, rios e oceanos” (HARVEY, 2011, p. 150). Buracos enormes são cavados pelas máquinas e, bem ao lado, caminhões depositam material sobrando, erguendo verdadeiras montanhas artificiais.

Verifica-se que a atuação da empresa SAMA desde seus primeiros anos no Brasil, tem contribuído flagrantemente como força destrutiva do capital e provocado grave degradação ambiental e social. Primeiramente, na Caatinga nordestina, na Bahia, e, posteriormente, desde a década de 1960 até os dias de hoje, no Cerrado Goiano.

Conforme verificou o *Dossiê Amianto Brasil*, ao longo de trinta anos de exploração de amianto pela SAMA em Bom Jesus da Serra na Bahia, os rejeitos de amianto eram largados a céu aberto, conforme conveniência do momento. Os buracos eram abertos e depois, também largados. A SAMA não recuperou a área degradada. Deixou um cenário de devastação ambiental e social. Apropriou-se dos

lucros e socializou os enormes prejuízos para a população do lugar. Segundo o *Dossiê*, estima-se que quase 200 hectares estejam devastados. Existem pedras de amianto jogadas para todo lado; em alguns trechos as pedras se amontoam, em outros se espalham, numa planície desértica, circundada por uma vegetação rala de Caatinga (Fotografia 14).

Fotografia 14 – Rejeitos espalhados de forma aleatória na caatinga baiana

Fonte: Dossiê Amianto Brasil, 2010.

A cava principal atingiu o lençol freático e acumula água da chuva formando um lago de 200 metros de profundidade, conforme fotografia 15. Não há qualquer impedimento que obstrua o acesso ao lago, não existem cercas para delimitar a área ou placas alertando sobre o perigo eminente. Segundo ainda o *Dossiê* os moradores da região usam o lago como área de lazer, adolescentes e jovens jogam futebol nas proximidades e depois se banham nas suas águas. Em época de seca, os caminhões-pipa se abastecem da água do lago da cava que é distribuída ao povo; as pessoas pescam e consomem peixes do lago da cava. Consta também no *Dossiê* que, ainda hoje, alguns moradores retiram rejeitos com amianto para construção de casas, muros e calçadas. Na sede do município, as pedras de amianto encontram-se em toda parte, nas obras da prefeitura, na pavimentação de ruas e praças e até nos muros das escolas.

Fotografia 15 – Lago formado na cava de amianto de Bom Jesus da Serra (BA)

Fonte: Dossiê Amianto Brasil, 2010.

Em 2008, o Instituto do Meio Ambiente da Bahia realizou análises da água do lago e concluiu que ela é imprópria para o consumo humano, pois a presença de magnésio e cloreto estava acima dos limites aceitos pela saúde. No entanto, a população não foi alertada dos riscos. Segundo o professor Avaldo de Oliveira Soares Filho, do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ouvido pela Comissão que elaborou o *Dossiê Amianto Brasil*, “o ponto crítico é saber a extensão do impacto no nível sistêmico e na população e não apenas nos trabalhadores que já foram afetados anteriormente³⁹”

Diante da situação devastadora, em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia entraram com uma Ação Civil Pública contra a empresa SAMA por ela ter provocado dano ambiental significativo e histórico na cidade de Bom Jesus da Serra - BA, com riscos graves e intoleráveis à saúde da população da cidade e região. No dia 2 de julho de 2009, conforme consta no *Dossiê*, a justiça federal de Vitória da Conquista-BA tomou uma decisão histórica: obrigou a SAMA a realizar estudos técnicos para a elaboração do Plano de Recuperação da Área Degradada e a tomar uma série de medidas para garantir a

³⁹ Dossiê Amianto Brasil (2010, p. 466).

segurança do local. A não execução da decisão judicial implicaria multa diária de 50 mil reais à SAMA.

Depois de ter explorado o amianto até a exaustão na mina de Bom Jesus da Serra, a SAMA deixou como legado a devastação ambiental, a doença e a morte de trabalhadores, provocadas pela inalação do pó do amianto. Após 30 anos de atividade mineradora naquele local, a empresa levantou suas tendas rumo a Goiás, para continuar o interminável ciclo de acumulação do capital. Não só máquinas e equipamentos foram transferidos da Bahia para Goiás, muitos trabalhadores também seguiram o movimento do capital-amianto para a “nova terra prometida”.

No começo, os métodos de extração de amianto em terras goianas não diferiram muito dos utilizados pela SAMA em Bom Jesus da Serra. O amianto é extraído a “*unha*”, com equipamentos rústicos. E assim como em Bom Jesus, há relatos de moradores antigos de Minaçu de que uma poeira branca de amianto pairava no ar da cidade. Para não cair no anacronismo, pouco a pouco a empresa SAMA passou a utilizar maquinaria moderna e tecnologia mais avançada nos processos de extração e beneficiamento do mineral amianto na nova mina. Contudo, como se sabe a preocupação fundamental de uma empresa ao empregar maquinaria moderna é a possibilidade de intensificação da produção, de aumentar a capacidade das forças produtivas e, com isso, aumentar a produtividade do trabalho. O emprego da maquinaria não é para aliviar o fardo pesado do trabalho, e, sim, para auferir *mais valor* adicionado ao capital adiantado.

Não se pode desconsiderar também que houve um avanço na legislação ambiental comparada a do tempo da SAMA em Bom Jesus da Serra - BA. Contudo, cabe perguntar se isso tem impedido ou minimizado a degradação e a destruição da natureza em Minaçu. Ao que parece, medidas paliativas – como multas por dano ambiental, por exemplo – não têm limitado a lógica destrutiva do capital. O processo de extração do mineral consiste, em primeiro lugar, na derrubada da vegetação, portanto destruição do Cerrado. Depois, a retirada do solo e a explosão das rochas, criam crateras enormes, verdadeiras feridas na terra, como pode ser observado na fotografia 16.

Fotografia 16 – Cavas A e B resultado da extração do amianto. Ao fundo, bancada de rejeitos de serpentinito.

Fonte: BARBOSA, F. de M. T. (2012).

Trata-se de interferência ambiental bastante agressiva que tem alterado profundamente a estética da paisagem urbana de Minaçu. Como se não bastasse é utilizada muita água na exploração do mineral – como já foi dito no texto. Todo o processo de extração e beneficiamento do amianto é realizado *a úmido*, o que consome enorme quantidade de água para umidificar as estradas que levam a rocha bruta das cavas para os britadores. Veja-se na tabela 8 o consumo de água da SAMA nos últimos quatro anos.

Tabela 8 – Consumo de água no processo de exploração de amianto pela SAMA – 2008-2011 (m³)

Fonte de retirada de água	2008	2009	2010	2011
Rios	969.732,00	957.545,28	742.714,74	649.248,05
Água subterrânea	160.000,00	180.000,00	684.821,43	602.344,50
Água da chuva armazenada no fundo da cava	240.000,00	270.000,00	100.000,00	442.000,00
Total de m³	1.369.732,00	1.407.545,28	1.527.536,17	1.693.592,55

Fonte: Relatórios de sustentabilidade 2010-2011 (SAMA, 2010-2011).

Os dados da tabela 8 demonstram, entre outras coisas, o processo de apropriação privada pelo capital-amianto de um bem natural de domínio público porque essencial a vida – água –, com autorização expressa do Estado. Basta

atender às exigências dos órgãos ambientais para adquirir a licença. Em 2011 foram quase 1.700.000 metros cúbicos de água, a maior parte dela retirada de rios que abastecem a cidade. Todo o processo é úmido para se tentar evitar a suspensão de poeira de amianto. Na produção e comercialização de amianto, pode-se dizer, portanto, que se comercializa também água, já que ela é um fator de produção.

A água é também apropriada pela indústria do amianto sob a forma de energia hidrelétrica, já que a atividade da indústria mineradora é uma das que mais consome energia. Quando a SAMA instalou-se em Minaçu-GO, utilizava como principal fonte de produção de energia elétrica geradores e motores movidos à óleo diesel, grandes poluidores do ar. No entanto, a ampliação do mercado para os produtos que contêm amianto, que exigiu o aumento da produção da fibra, fez crescer também a demanda por energia. Desde meados da década de 1980, a SAMA passou a utilizar energia elétrica externa, proveniente do sistema FURNAS/CELG no processo produtivo.

Consta em Pamplona (2003), que em 1983, a própria empresa financiou a instalação de uma linha de transmissão de 40 km entre Serra da Mesa e Minaçu, e também a construção da subestação CELG/SAMA, inaugurada em setembro de 1986. No final da década de 1980 iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa no Rio Tocantins, pela estatal Furnas Centrais Elétricas, que começou a operar em abril de 1998. O represamento formou um dos maiores lagos artificiais do mundo em volume de água, são 54,4 bilhões de metros cúbicos, numa área inundada de 1.784 km². A territorialização do capital barrageiro significou a desterritorialização de seis mil famílias de garimpeiros e camponeses que foram expropriados de seu meio e seu modo de vida tradicional para dar lugar ao lago. Processo clássico que historicamente tem se repetido no Brasil, basta observar o que ocorre em Belo Monte no Estado do Pará.

À jusante, construiu-se outra usina hidrelétrica: a usina de Cana Brava de propriedade do grupo belga Tractebel que formou um lago de 139 km² que banha o núcleo urbano de Minaçu e foi responsável pelo desalojamento de setecentas e cinquenta e seis famílias, entre camponeses e garimpeiros. A reação das famílias atingidas por estes empreendimentos foi a criação do Movimento Atingido por Barragem (MAB) no ano de 2000, para lutar pelos direitos que lhe foram usurpados pelo capital barrageiro. Uma das ações do MAB, em 2005, foi a ocupação da usina

de Cana Brava. A presença dos manifestantes forçou, inclusive, o desligamento temporário das turbinas interrompendo a geração de energia durante 27 minutos⁴⁰.

Harvey (2011), analisando os grupos de despossuídos e destituídos dos seus meios de trabalho e vida pelo capital, chama este processo de “acumulação por despossessão”. Segundo ele,

A lista dos destituídos e despossuídos é tão imponente como longa. Inclui todas as populações camponesas e indígenas expulsas da terra, privadas de acesso a seus recursos naturais e modos de vida por meios ilegais e legais [...] A conversão dos direitos de bem comum em direitos de propriedade privada da terra conclui o processo. *A terra se transforma em mercadoria.* (HARVEY, 2011, p. 197, grifo meu).

Neste caso, de construção de lagos por barramento para com essa água produzir energia elétrica, não somente a terra, mas também a água transforma-se em mercadoria, apropriada pelo capital-amianto sob duas formas: no processo de umidificação da planta fabril da SAMA e no consumo de energia hidrelétrica. O capital barrageiro e o capital-amianto se juntam em Minaçu, formando o grupo que é conhecido localmente como as “Três Grandes”: a SAMA Minerações Associadas, Furnas e Tractebel, as principais forças produtivas-destrutivas do capital da Região Norte do Estado de Goiás. Como bem observou Araújo (2003, p. 118):

A usina Serra da Mesa garante o suprimento de eletricidade para as indústrias eletrointensivas de níquel e de amianto, nas cidades de Niquelândia e Minaçu, respectivamente. Sabe-se que houve um reforço na confiabilidade do sistema após a operação da usina Cana Brava, e que há assim alguma garantia de que tais eletrointensivos podem ser ampliados, ou que possam ser instaladas outras indústrias ou mineradoras na região, com uma margem de segurança no abastecimento de energia.

Esta associação do capital barrageiro com o capital-amianto pode ser verificada na tabela 9, que expressa o consumo de energia pelos diferentes setores econômicos do município de Minaçu-GO..

⁴⁰ Entrevista com o Coordenador do MAB em Minaçu-GO Sr. Agenor, na sede do MAB no dia 16 de março de 2012.

Tabela 9 – Consumo de energia elétrica em Minaçu-GO: 2005-2011 (Mwh)

Classes de consumidores	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Comércio	3.287	4.107	4.351	4.684	5.518	5.966	5.776
Residência	10.166	10.579	10.992	11.411	11.790	12.947	13.306
Indústria	65.893	59.667	65.545	69.244	68.901	71.434	73.322
Rural	1.379	1.481	1.575	1.502	1.670	1.906	2.031
Consumo total	88.180	83.253	87.824	94.065	95.724	99.262	101.306

Fonte: SEPLAN (2012).

Os dados da tabela 9 revelam que, em 2011, somado o consumo de energia do setor comercial, das residências e das atividades desenvolvidas no campo, ele alcança 28% do total de consumo de energia em Minaçu. A atividade industrial é a principal consumidora de energia do Município, consumindo 72% do total, apesar do número de estabelecimentos industriais em Minaçu ter decrescido mais de 50% entre 2005 e 2011, de 77 para 31, respectivamente. A SAMA Minerações Associadas utilizou sozinha, em 2011, a quase totalidade da energia elétrica consumida pelas indústrias de Minaçu, foram 73.031 (Mwh)⁴¹ de um total de 73.322 (Mwh) consumidos por todos os estabelecimentos industriais do Município.

Conforme o discurso do “uso seguro” do amianto, a SAMA faz o reflorestamento sobre a montanha de rejeitos – fotografia 17 – da rocha depositária de amianto a fim de evitar o dispersamento da poeira de amianto sobre a sede do município, que coloca em risco toda a população. Mas, não há garantias de que isso surta efeito.

⁴¹ Relatório de Sustentabilidade (SAMA, 2011, p. 53). Foi realizada a conversão de unidade de medidas de GJ para Mwh.

Fotografia 17 – Montanha de rejeitos de serpentinito com camada superior ainda descoberta.

Fonte: BARBOSA, F. de M. T. (2011).

Nos seus relatórios de sustentabilidade, a SAMA, diz que semestralmente são realizadas medições da emissão de material particulado, procedimento que também faz parte do chamado “uso seguro ou controlado de amianto”. Estas medições têm o objetivo de determinar a quantidade de fibras de amianto em suspensão por centímetro cúbico de ar. O limite permitido pela legislação brasileira é de 2 fibras/cm³. No entanto, a SAMA veicula o discurso que trabalha abaixo deste limite, obedecendo ao estabelecido pelo Acordo Nacional para Uso Seguro do Crisotila, que é 0,1 fibras/cm³. No entanto, um ex-funcionário da SAMA, em depoimento que consta no *Dossiê Amianto Brasil*, denuncia que estes monitoramentos estariam sendo manipulados pela empresa:

As análises existem. Mas quando encontram um valor elevado (no número de partículas/cm³, é feita uma limpeza da área e então realizada uma nova medição. Portanto, a sujeira existe, a contaminação existe, mas vão para o papel somente os números obtidos depois da limpeza. E assim nunca aparecem os números que caracterizem a contaminação⁴²

A atuação das forças destrutivas do capital-amianto têm implicações ambientais e sociais extremamente degradantes, destroem a *natureza e o homem*.

⁴² Dossiê Amianto Brasil (2010, p. 547). Depoimento em sigilo ao GT em 14/11/2008.

Não há garantia nenhuma de que o destino da cidade de Minaçu não seja o mesmo de Bom Jesus da Serra, no estado da Bahia, de ficar com os prejuízos sociais e ambientais, seja pelo banimento do amianto no Brasil e consequentemente pelo fim da atividade mineradora da SAMA, seja pela continuação da exploração e pela posterior exaustão da mina.

Quanto às doenças provocadas pelo amianto em Minaçu, Fernanda Giannasi é enfática:

Em Minaçu, oficialmente, não há casos. O serviço médico da cidade está sob o controle da SAMA. E, enquanto não houver a intervenção, a presença do Estado, a presença do SUS, com profissionais capacitados que façam exames independentes da empresa, as doenças não vão aparecer. Sabem quando vão aparecer? Quando a empresa fechar. Aí aparece tudo que é doente. Aconteceu em São Caetano do Sul e Osasco⁴³.

As pessoas parecem não querer ou não poder abordar o assunto. Porém, durante a pesquisa quando foi aplicado um questionário a professores, alunos e funcionários administrativos da Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Minaçu, todos eles moradores da cidade, à pergunta se conheciam algum caso de doença causada pelo amianto em Minaçu, de quarenta e oito questionários aplicados, vinte e quatro, portanto, a metade, responderam que ou conheciam diretamente algum caso ou já tinham ouvido falar de algum doente, ou diziam que sim, porém nos anos iniciais da atividade mineradora. O que demonstra que, de fato, o problema existe, mas é mantido em silêncio pelos vários mecanismos de invisibilidade da doença. Que mecanismos de invisibilidade são esses? Muitos destes mecanismos são destacados pela ABREA:

Grande período de latência das doenças atribuídas ao amianto; falta de capacitação médica; alta rotatividade de trabalhadores nas plantas industriais; inexistência de trabalhos epidemiológicos de busca ativa de casos quer entre trabalhadores, quer entre populações não-ocupacionalmente expostas; não acesso da classe trabalhadora aos serviços médicos especializados em diagnóstico de cânceres; atribuição ao fumo em casos de câncer de pulmão, em função do sinergismo existente entre o mesmo e o amianto⁴⁴.

É evidente que a invisibilidade social das doenças provocadas pelo amianto têm implicações importantes para o não reconhecimento e a não responsabilização

⁴³ Dossiê Amianto Brasil (2010, p. 555). Depoimento de Fernanda Giannasi em 26/11/2008.

⁴⁴ (ABREA, 2012).

das empresas e também do governo. Mas, a existência real do problema não ficou restrita ao passado – e ainda que tivesse ficado, a bem da verdade, não se pode negá-lo. Em Minaçu uma nuvem branca de poeira de amianto pairava no ar, assentava-se sobre o telhado das casas, nas mesas e cadeiras no interior das casas. Há mais de 20 anos, o pó da mineradora invadia a casa de cada habitante do município. “A gente brincava na rua no meio da poeira da mina”, lembra o ex-vereador João Tolo⁴⁵. Por isso, é provável que uma quantidade significativa de pessoas tenha contraído algum tipo de doença relacionada à exposição ao amianto em Minaçu-GO.

É provável também que a verdade apareça somente quando a empresa baixar as portas, pois é absurdo o nível de controle social que a SAMA *sutilmente, veladamente*, exerce sobre a cidade, o que legitima a tese da *urbanização autoritária*. O poder quase absoluto exercido por empresas de grande porte sobre cidades que se tornam economicamente dependentes delas, como é o caso de Minaçu-GO, é assustador. Neste sentido o conceito de imperialismo continua vivo e pode ser instrumento teórico importante para a compreensão de realidades urbanas como a de Minaçu-GO uma cidade dominada pelo capital monopolista minerador da SAMA. Assim, concorda-se com Casanova (2005, p. 74) que afirma que, hoje, o conceito de imperialismo continua, mais do que nunca, sendo fundamental, pois ao “articular a história dos impérios com a história das empresas, o conceito de ‘imperialismo’ pôs a descoberto o poder crescente das empresas monopolistas e do capital financeiro”.

O próximo capítulo procura ouvir os sujeitos que sofreram e sofrem literalmente no corpo a ação prática da exploração e dominação do império do amianto em Minaçu. Através de algumas entrevistas com ex-trabalhadores da SAMA buscamos recompor o universo dramático do significado de se trabalhar e conviver diariamente com um agente patológico altamente perigoso e danoso à saúde humana – o amianto – sem que se queira, tivessem noção de que o simples ato biológico-natural de respirar, sinônimo próprio da vida, levaria tempos depois à doenças graves e a morte de ex-trabalhadores do amianto.

⁴⁵ (ÉPOCA, 2001)

CAPÍTULO 6

O TRABALHO E A VIDA

Percebemos que os ex-trabalhadores entrevistados se sabem, se veem como vítimas, mas se apequenam diante da empresa, que lhes aparece como o outro que sobrepuja porque tudo sabe e domina. A empresa contém e realiza a lógica do capital, por isso é assim. Mas isso lhes escapa cabalmente. Em teoria, pode-se dizer que os trabalhadores assumem um discurso equivalente ao discurso da *servidão voluntária* – o discurso da servidão voluntária ratifica aquilo que sobrepuja aquilo que vence. Estima o que é válido; o resto é resto. Causa tristeza tanto conformismo que resulta da dominação, do controle das ideias e vontades destes trabalhadores doentes em graus variados, como também da ignorância sobre suas próprias condições de trabalho e da impotência para reagir ou articular algum nível de organização. Ali a empresa dá as cartas. Ali, ao que parece, a empresa manda e comanda.

Dentre os trabalhadores, a consciência subjugada mistura inclusive algum reconhecimento, implícito na fala, relativo aos acompanhamentos médicos, que faz confundir a poluição por amianto com a poluição originada pelo cigarro. Só por ironia se pode entender alguma campanha contra o cigarro em meio a um trabalho de tal natureza. Estes atendimentos médicos, aliás, procedem de forma criteriosa em função das necessidades da empresa em detrimento às necessidades dos trabalhadores doentes.

O fato é que a doença segue sendo naturalizada, mas não pode ser assim, já se sabe que não é assim, porque a doença do amianto deriva do trabalho nas minas. O que se exige é situar as causas na própria exploração mineral e nas relações de trabalho nas quais se funda. Quanto a essa exploração em território nacional estamos na contramão da História como se verá adiante.

Por outro lado, a organização dos trabalhadores não forjou ao longo dos anos uma reação à altura dos problemas derivados. Tanto que a premência por tratamento empurra os trabalhadores para acordos que além de gerar soldos irrisórios, implicam em desligamento da empresa.

Quando inqueridos sobre o sindicato aparece um sindicato de trabalhadores cooptado pela empresa. O que leva a deduzir que a SAMA produziu amianto

produzindo doença. A doença como já mencionado, conhecida por asbestose, sendo que hoje, em Minaçu 150 trabalhadores já foram indenizados pela empresa, dos quais muitos já morreram. Hoje, a história continua, e a SAMA administra a doença e os doentes segundo a lógica de produzir o amianto, baseando-se no custo mínimo e deixando para trás certos aspectos do seu processo específico. Pois, a Vila operária, que serviu de moradia de trabalhadores, está em processo de desativação tomando aspecto de condomínio residencial fechado com status de classe média-alta para os padrões de Minaçu. Apresentamos, a seguir, na forma de tópicos os momentos que consideramos cruciais das falas dos ex-trabalhadores que foram entrevistados, e que vivenciaram e ainda vivenciam o drama de lidar com a triste realidade de suas próprias vidas marcadas pela forte presença do amianto, que têm causado sofrimento, dor e morte para muitas das famílias de Minaçu.

6.1 – Como os malefícios do amianto foi percebido pelos trabalhadores.

- A gente não tinha essa informação que o amianto, juntamente com o cigarro, ou ele sozinho poderia produzir um câncer no pulmão, a gente não tinha orientação. (Entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, trabalhou na SAMA entre 1976 a 1986, apresenta três nódulos calcificados nos pulmões).

- Meu pai era uma pessoa superinteligente, mas desconhecia o problema, confiava na SAMA. Tanto desconhecia que de pequena eu brincava com amianto muito, aquilo pra a gente puxar aqueles pelinhos era natural. Colônia de férias era na SAMA, ver a SAMA, todo mundo rindo, brincando, pegando na pedra, desfiando as fibras de amianto, trazia a pedra para casa como lembrança. (Entrevista com Lúcia de Souza e Silva e sua Irmã Claudia, filhas do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA entre 1982 e 1994, falecido por asbestose).

- Foi um período que agente não sabia o risco que estava correndo, e a SAMA não orientava, ela já tinha outras empresas, praticamente ela sabia tudo e não passou pra gente...fazia campanha para parar de fumar. (Entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, ex-trabalhador da SAMA entre 1976 e 1986, com três nódulos calcificados no pulmão)

- Eu passava a portaria da usina para dentro eu usava o equipamento, e não sei porque, eu infelizmente dei o probleminha do amianto. Porque não foi falta de eu usar o equipamento, é por causa que tem hora que a poluição era muito forte né, onde mesmo eu trabalhava no Silo de Minério Seco era uma das áreas mais poluídas da SAMA. (Entrevista com o Sr. Gerson Flauzino, aposentado da SAMA onde trabalhou por 21 anos desde 1976).

- Vixi, demais tinha muito pó, demais... ela [SAMA] dava a máscara só, a proteção que tinha era a máscara. (Entrevista com o Sr. Antônio flauzino Filho, ex-trabalhador da SAMA entre 1979 e 1987, irmão do Sr. Gerson Flauzino e também doente com asbestose e placas pleurais).

O primeiro ponto a destacar é o fato de que todos os trabalhadores entrevistados trabalharam na SAMA do final da década de 1970 em diante. Isto se torna relevante na medida em que o discurso corrente da empresa afirma que a partir dos anos de 1980, com a adoção dos “milagrosos” filtros de manga, os casos de trabalhadores doentes por contaminação de amianto seriam parte do passado. No entanto, o caso do Sr. Manoel joga por terra essa tese da SAMA, pois ele começou a trabalhar na empresa em 1982 e mesmo assim morreu com o pulmão cheio de fibras de amianto, constatando-se asbestose. Mesmo o Sr. Antônio Flauzino que trabalhou oito anos na empresa entre 1979 e 1987, sete deles foram trabalhados durante a década de 1980 e mesmo assim contraiu esta mesma fibrose pulmonar, a asbestose, além de placas pleurais.

É uma evidência cristalina em todos os depoimentos que a SAMA ocultava a verdade aos trabalhadores sobre os riscos que corriam ao manusearem um material agressivo à saúde quando inalado. Foi negado aos trabalhadores o direito à informação correta e verdadeira sobre os malefícios que esta substância lhes poderia causar, foram “envenenados” sem mesmo saber que se envenenavam a cada movimento pulmonar de aspirar o ar no ambiente de trabalho carregado de poeira de amianto. Tinha muito pó como disse o Sr. o Sr. Antônio Flauzino, de modo que aquela máscara de nada impediria que o amianto chegasse aos pulmões dos trabalhadores, que provocaria posteriormente sofrimento e dores terríveis, que aos poucos mina as forças do doente até leva-lo à morte. A máscara era mais uma enganação da empresa, no entanto, ao mascarar aqueles trabalhadores, a máscara revelava e denunciava que a SAMA tinha pleno conhecimento que o amianto mata.

Como diz o Sr. Ilton Batista Cascalho a “empresa sabia de tudo e não passou pra gente” preferia realizar campanhas contra o tabaco para convencer trabalhadores que fumavam a deixar este vício, pois poderia causar câncer de pulmão entre outros. Ao fazê-lo a empresa escamoteava deliberadamente sua preocupação com a saúde dos trabalhadores, relegando a um plano inferior os malefícios à saúde humana em decorrência do amianto. Pai nenhum permitiria que sua filha brincasse com substância tão nociva se imaginassem os riscos que correriam. Os trabalhadores da SAMA ignoravam completamente os riscos que o amianto significava ao ponto do Sr. Gerson Flauzino indagar-se: “eu não sei porque eu dei o probleminha do amianto” sendo que ele usava o equipamento de segurança, ou seja, a máscara, em seguida ele mesmo encontra a resposta: “a poluição era muito forte”. Percebe-se na fala de todos os entrevistados a mesma sensação de que foram enganados pela empresa.

Difícil acreditar que uma empresa de capital transnacional como a SAMA no findar do século XX, não possuísse plenamente todas as informações sobre os perigos das fibras de amianto para a saúde humana. Até porque, em 1978 o mandatário suíço da Eternit o Sr. Stephan Schimidheiny proprietário de várias fábricas e minas de extração de amianto pelo mundo, inclusive da Eternit do Brasil, anunciava “a decisão de renunciar em perspectiva, à fabricação de produtos que contêm amianto” (ROSSI, 2010, 96). É claro que tal decisão não pode ser vista como uma boa ação do magnata do amianto, “evidentemente devem ter chegado também nas escrivaninhas influentes, em Niederunen, os relatórios médicos e os textos jurídicos de meio mundo que explicam que o amianto mata” (ROSSI, 2010, p. 96). Os debates sobre o banimento do amianto na Europa remontam ao início da década de 1980. No ano de 1981 a Comunidade Econômica Europeia já discutia as diretivas para o banimento do amianto naquele continente e as pesquisas sobre o amianto já se encontravam em um nível bastante avançado como foi visto anteriormente neste trabalho.

Neste sentido, ao praticar a exploração de amianto na mina de Cana Brava em Minaçu-GO, a SAMA tinha ciência do que estava fazendo, dos riscos que esta atividade significava para os trabalhadores. Diante disso, discordamos da tese na qual o adoecimento e as mortes pela inalação das fibras de amianto são decorrentes de acidentes de trabalho. Isso, a nosso ver, não pode ser encarado como acidental, não há nada mais premeditado do que isso, o capital-amianto construiu uma cidade

para explorar as minas de amianto. Teve para isso que reunir os trabalhadores os quais serviram de base à acumulação, neste sentido, o adoecimento e as mortes destes trabalhadores devem ser encarado como crime social e ambiental, à maneira que o tribunal de justiça de Turim na Itália entendeu o caso de Casale de Monferrato. Porém, veja como pensa o Sr. Gerson Flauzino, quando indagado se ele guarda alguma mágoa da SAMA por conta da doença incurável instalada no seu pulmão.

- Não, não guardo não. Não guardo de maneira nenhuma, muita gente fala mas rapaz você foi prejudicado, eu digo mas acidente em todo lugar acontece. O sujeito trabalha na fazenda é arriscado uma chifrada de um gado, um tombo de um cavalo como morreu meu irmão lá em Minas. Todo lugar que a gente vai está arriscado acidente.

A ideia de que o adoecimento por amianto trata-se de um acidente precisa ser desmistificada, se trata de um fetiche elaborado pelo capital-amianto como tantos outros que existem para fazer crer que o adoecimento e a morte provocada pelo amianto é algo natural. O depoimento do Sr. Gerson explicitou justamente a naturalização de sua própria enfermidade designando-a como meramente acidental, como que se fosse impossível antever os problemas de saúde provocados pelo amianto. É assim que grande parte dos trabalhadores da indústria do amianto em Minaçu percebe os malefícios provocados pela exploração mineral, a morte como que fazendo parte da vida é inevitável em qualquer canto, seja qual for o trabalho que se pratica, se não fosse a asbestose poderia ser uma “chifrada do gado”. Tudo converge para um grau de aceitação e uma passividade que não permite, a ele mesmo, indignar-se diante do fato de ter adoecido quando trabalhava. A fala do Sr. Gerson Flauzino demonstra o grau de alienação que perpassa a consciência dos trabalhadores da mineração de amianto de Minaçu.

6.2 – Acordos e indenizações

O acordo proposto pela SAMA junto à 2ª Vara Civil da Comarca de Minaçu denominado de Instrumento Particular de Transação aos trabalhadores e ex-trabalhadores que apresentassem alguma patologia relacionada à contaminação por

amianto também é objeto de queixas por parte dos trabalhadores. O valor das indenizações é estabelecido considerando o grau de evolução da doença que poderia variar do grau 1 ao 3. Sendo que o trabalhador que apresentasse um quadro inicial da doença, portanto, de grau 1 recebia uma indenização no valor de cinco mil reais; se a doença encontrasse em nível intermediário o valor seria de dez mil reais, e se o quadro de saúde fosse grave o trabalhador receberia indenização no valor de quinze mil reais, como já dissemos neste trabalho. Sobre este assunto, os sujeitos entrevistados declaram o seguinte:

- um acordo que só faz mal pra você, só para o trabalhador e a empresa leva vantagem, isso é acordo? A juíza não se preocupa nem em ver se o acordo foi mantido, se realmente deu direito dele saber sobre a doença, se cuidaram realmente dele... Quem assina uma sentença de morte, sabendo que ia morrer? Que sindicato é esse que faz acordo contra o próprio funcionário, eles tinham que ser processados por essas mortes. (Entrevista com Lúcia de Souza e Silva e sua Irmã Claudia, filhas do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA entre 1982 e 1994, falecido por asbestose).

É preciso indagar sobre o fato de que o acordo foi proposto pela empresa; é incomum acordos entre capital x trabalho terem como ponto de partida o capital; quais interesses estão por detrás deste acordo?

Sabemos que são mais de três mil acordos extrajudiciais que a Sama estabeleceu com seus ex-trabalhadores. Já foi aqui sugerido que a empresa estaria se antecipando a uma possível avalanche de processos milionários que poderiam pô-la em situação financeira delicada. O acordo parece ter sido bom apenas para a empresa, o elo forte desta relação, na medida em que em acordos feitos individualmente e não de forma coletiva, a empresa se impõe com todo seu poder diante do trabalhador debilitado e doente. Assim, não lhe restou nenhuma alternativa senão aceitar as regras do acordo, todas elas elaboradas pela SAMA com a mediação do sindicato. Nas palavras da Sr^a. Lúcia Marques e Silva tratava-se de um acordo de morte.

Vejamos o que reza a cláusula 2^a do Instrumento Particular de Transação, que trata do Objeto do Acordo.

O presente INSTRUMENTO tem por objetivo proporcionar solução amigável para quaisquer pleitos ou reivindicações que já tenham sido

ou poderiam vir a ser formulados pelos EXAMINANDO, por força de qualquer dano, perda ou incapacidade física decorrentes de exposição potencial ou efetiva, eventual ou permanente, a poeira de amianto na unidade industrial da SAMA, com renúncia expressa e irrevogável, por parte do EXAMINANDO, a qualquer outro direito ou reivindicação direta ou indiretamente relacionado a qualquer dano, perda ou incapacidade física, estética ou moral causada por exposição potencial ou efetiva, eventual ou permanente, a poeira de amianto na unidade industrial da SAMA.

Este Instrumento Particular de Transação aprisiona de tal modo o trabalhador que o coloca na condição de abrir mão de todos os seus direitos, até mesmo do seu direito à reivindicação em troca de uma indenização miserável e a promessa da empresa comprometendo-se o acompanhamento médico-hospitalar do trabalhador doente. Em sua maioria são pessoas pobres e com baixa instrução escolar como o Sr. Gerson Flauzino que diz: “chamaram a gente para um acordo, eu fiz o acordo, porque esse problema do amianto não tem cura né, mas ao menos eles dão assistência né, tendo assistência a gente sente assim mais aliviado, mais animado”. Ele recebeu uma indenização de treze mil reais e um plano de assistência médica.

Quando indagado porque preferiu fazer o acordo à entrar com uma ação na justiça ele assim respondeu,

- Eu pensei que muitas vezes na mente, que o rico gasta com bons advogados e gasta muito, até que resolve pagar uma coisa para o pobre né, aí eu pensei foi isso, eu entro na justiça e fico aí sem tratamento, sem assistência e o dinheiro lá, eu nem sei quando esse dinheiro sai e talvez eu até já morri, então eu achei melhor fazer o acordo. (Entrevista com Gerson Flauzino, ex-trabalhador da SAMA no dia 02/08/2013).

Neste depoimento aparece claramente um embate desproporcional de classes em que o rico (a empresa) sobrepõe-se diante do pobre (trabalhador) utilizando-se dos mecanismos da justiça brasileira como a própria morosidade da justiça. Assim sendo, é preferível, segundo o Sr. Gerson estabelecer o acordo e garantir ao menos uma assistência básica ao tratamento da doença que não tem cura, pois, uma ação na justiça contra a empresa poderia demorar o tempo que lhe resta de vida. Então a SAMA construiu habilmente mecanismos poderosos de convencimento e ameaça que se impõe com toda sua força diante de um quadro de

trabalhadores fragilizados e desorganizados do ponto de vista da luta política por direitos.

O caso do Sr. Ilton Batista Cascalho e da sua esposa a Sr^a. Joana Filomeno dos Reis Cascalho, ambos com vários nódulos calcificados nos pulmões reclamam que a SAMA não oferece assistência médico-hospitalar a todos, em seu depoimento ele diz,

- Deram plano de saúde para pessoas que nem tem o problema que a gente tem, e pra gente não deram nada. Então eu pago particular, não temos assistência. (Entrevista com Sr. Ilton Cascalho, ex-trabalhador da SAMA, no dia 03/08/2013)

Percebe-se que a empresa SAMA trata de maneira bem diferente os ex-trabalhadores, agora doentes daqueles da ativa. Para uns ela oferece toda cobertura de assistência à saúde, enquanto outros estão ainda a esperar por exames mais detalhados, como é o caso do casal Cascalho que realizam o acompanhamento de sua saúde a partir do seu próprio bolso. Marido e esposa que trabalharam na SAMA estão com nódulos calcificados nos pulmões e a empresa não proporciona as condições materiais para acompanhar a evolução destes nódulos que estão aumentando de tamanho segundo exames feitos em Goiânia em 2013 custeados pelo plano de saúde pago pelo casal.

O Sr. Antônio Flauzino Filho quando perguntado sobre o acordo ele não titubeia em dizer,

- Fizemos e tudo mundo bancou o trouxa, se tivesse firmado tudo, a proposta deles era de indenizar e aposentar e dar o plano de saúde. O plano de saúde eles deu né, mas aposentar, e indenizar, eles só me indenizou com cinco mil reais já tem uns quinze anos. (Entrevista com o Sr. Antônio Flauzino Filho, ex-trabalhador da SAMA, no dia 02/08/2013)

O sentimento é o de que os trabalhadores foram mais uma vez iludidos pela SAMA, assim como foram enganados quando trabalhavam na empresa que omitiu informações sobre os riscos de se trabalhar com o amianto. O acordo aparece como mais um engodo, bom apenas para um dos lados, para a empresa, na medida em que todos os ex-trabalhadores entrevistados reclamam de um ou outro ponto do acordo e valor irrisório das indenizações. O fato da empresa negociar

individualmente com cada trabalhador e a justificativa de que o valor das indenizações estava atrelado ao parecer da junta médica que definia o estágio da doença, médicos estes, designados pela própria empresa, tudo isso com a anuência do sindicato, permitiu uma margem de manobra muito ampla para o capital, ao passo que fragmentava e minava ainda mais a possibilidade de uma ação coletiva dos trabalhadores.

No campo trabalhista e previdenciário, nota-se que a SAMA trata diferentemente trabalhadores da ativa e aposentados. Enquanto no primeiro caso a empresa parece disponibilizar hoje todas as condições para o desempenho seguro da atividade, no segundo (seus ex-empregados), ela oferece acordos extrajudiciais às eventuais vítimas do amianto que, embora provoque revolta em muitos, acabam sendo aceitos pela maioria.

6.3 – Os exames e a ocultação da verdade sobre a saúde dos ex-trabalhadores.

Vimos, anteriormente, que havia muita queixa dos trabalhadores em relação ao acordo firmando com a SAMA para efeito de indenização. Em relação ao monitoramento da saúde dos trabalhadores pela empresa através de exames realizados por clínicas e médicos indicados pela própria SAMA a fala dos sujeitos entrevistados revelam histórias dramáticas, contadas por eles de forma comovente. Tal é o caso relatado por Lúcia Marques e Silva e sua Irmã Claudia sobre as angustias e o sofrimento do seu pai, Manoel, falecido com asbestose, vejamos.

- O funcionário não tem acesso a nenhum dossiê médico, não pode ir lá na firma pegar nenhum exame dele. Como você tira um exame seu, e o próprio paciente não tem acesso ao dossiê médico dele [...] todos os exames feitos pela SAMA dizia que meu pai não tinha nada, meses depois vinha a cartinha da SAMA dizendo que ele não tinha nada e que ele estava ótimo, aquela cartinha de sempre. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, filha do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA, no dia 08/06/2013).

A empresa possui um amplo controle de todas as informações sobre o quadro de saúde dos trabalhadores da mineração, informação guardada a sete chaves como segredo de estado. O monopólio imperialista do capital-amianto não se

restringe ao fato de ser a SAMA proprietária da única mina de amianto do Brasil, mas também ao fato de possuir o monopólio, ser proprietária de grande parte das informações de doenças provocadas pelo amianto, sobretudo no setor de mineração. Pois ela está presente no território brasileiro desde a década de 1940, portanto, é provável que possua um amplo acervo de diagnósticos clínicos e exames de imagem, pareceres médicos, etc.

No entanto, a empresa parece não estar disposta a divulgar ou tornar pública estas informações, muito pelo contrário, pois para se prevenir a indústria do amianto amparou-se por meio de liminar judicial que a desobriga cumprir a Resolução nº. 1.851 do Ministério da Saúde – tema tratado anteriormente neste trabalho – a qual se cumprida fosse, obrigaria o conjunto das indústrias de amianto a apresentar ao Sistema Único de Saúde, ou as secretarias estaduais de saúde, informações sobre acidentes de trabalho envolvendo a contaminação dos trabalhadores por amianto. Isto permitiria obtermos um quadro mais próximo da realidade concreta e verdadeira sobre as doenças provocadas pelo amianto no Brasil. Entretanto, o que percebemos, é algo muito pior, pois, nem mesmo o próprio paciente tem o direito de acesso às informações dos seus próprios exames como declarou as Sras. Lúcia e Claudia sobre o ocorrido com seu pai.

Ao que parece a empresa envia apenas uma carta dizendo que vai tudo bem com o paciente. Desconfiada destas informações a família do Sr. Manoel procurou outros médicos, e segundo o depoimento de suas filhas Lúcia e Claudia foi quando tudo começou a ficar mais claro, segundo elas,

- Meu pai não sarava, resolveram trocar de cardiologista, que pediu uma bateria de exames, aí foi onde tudo começou a aparecer, foi o início da prova. Aí constatou que ele estava com nódulos nos pulmões. Aí meu pai foi atrás daquele primeiro exame, o Raio X feito pela SAMA e já estava o nódulo ali. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, filha do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA, no dia 08/06/2013).

De acordo com este depoimento a SAMA omitiu informações gravíssimas, pois, ao que parece, os médicos contratados pela empresa na melhor das hipóteses, não “observaram bem” os exames de imagem ao não constatarem os nódulos nos pulmões do Sr. Manoel, na pior, foram omissos, como é omissa a empresa. Não podemos considerar isto como acidente de trabalho, negar informações sobre a real

situação de saúde deste ex-trabalhador é um ato criminoso. Claudia e Lúcia completam dizendo que,

- Eles [SAMA] querem sempre alegar que a pessoa é fumante. Nós nunca negamos isso, mas mesmo ele sendo fumante ele teria o direito de saber o que ele tinha desde o começo, desde o princípio. A empresa negou o direito dele a vida. Porque ele confiava naquilo, ele achava que se a SAMA tá falando que ele tá bem, ela tá bem. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, filha do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA, no dia 08/06/2013).

O hábito de fumar é maléfico à saúde humana, podendo causar câncer no pulmão, na garganta, na boca, etc., disso ninguém duvida. No entanto, estabelecer analogias entre o ato de fumar e o trabalho com amianto incorre em equívocos extravagantes. Na sociedade burguesa, aos indivíduos desprovidos da propriedade dos meios de produção, resta-lhes, para reproduzir sua própria existência a venda de sua força de trabalho, sendo esta, a condição social para sua própria reprodução, portanto, não há alternativas, senão pôr-se à exploração diante do capital, e a depender de onde se está no mundo, as opções de trabalho podem ser mais ou menos penosas e/ou degradantes. Portanto, não é uma questão de escolha ou opção, como o é o ato de fumar ou não fumar; é uma questão de reprodução da própria vida.

É bastante provável que o Sr. Manoel tivesse plena consciência que a fumaça do cigarro que ele tragava provocava danos à sua saúde, todavia, não podemos dizer que o Sr. Manoel tinha plena consciência de que a poeira de amianto que ele respirava todos os dias na SAMA também poderia provocar doenças graves em seu pulmão. Ele não sabia, provavelmente, pelo fato de a empresa nunca ter dito isto a ele, e quando descobriu que estava doente a SAMA continuava insistindo que ele estava bem, conforme visto nos depoimentos de Claudia e Lúcia, suas filhas. Em outro momento da entrevista as duas dizem que,

- Quando ele fez a cirurgia eles pediram para que ele assinasse um termo para que o exame para saber se ele tinha asbestose fosse feito nos Estados Unidos, pensávamos que eles fariam um laudo melhor, não teria porque negar, então foi assinado e foi mandado. Mandaram e voltou dizendo que não tinha nada [...] quando o resultado saiu e que não era amianto tchau e benção. O médico

Milton Nascimento da SAMA garantiu no começo do tratamento que a SAMA cuidaria do meu pai até o fim, sendo ou não amianto. Por nossa conta refizemos os exames com o doutor Ubiratan do Incor, o laudo deu que a quantidade de amianto nos pulmões do meu pai estava bem acima do permitido. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, filha do Sr. Manoel Marques e Silva, ex-trabalhador da SAMA, no dia 08/06/2013).

As narrativas das filhas do Sr. Manoel eivadas de emoção era um misto de saudade do pai e indignação diante das omissões e das mentiras da empresa SAMA, que para elas “negou o direito do pai à vida”. A família toda acompanhando o drama e o sofrimento do Sr. Manoel, e a SAMA afirmando a partir de laudos médicos duvidosos que estava tudo bem com ele. Em nenhum momento, ao que parece, a empresa se convenceu que se tratava de doença causada pela inalação do pó de amianto.

A fala do Sr. Ilton Batista Cascalho também revela esse sentido da enganação, da mentira, do ocultamento. Vejamos como ele se reporta à SAMA quando arguido sobre os exames,

- Eu tenho meu plano particular, então eu continuo fazendo todo ano, e nunca é igual ao da SAMA com o meu particular e eu nunca tive um resultado da SAMA em mãos, nunca. Nunca vi uma tomografia, nunca vi nada, é só uma radiografia que a gente vê e passa para o médico e a gente não vê mais. (Entrevista com Sr. Ilton Cascalho, ex-trabalhador da SAMA, no dia 03/08/2013).

A história do Sr. Manoel se repete com o Sr. Ilton Cascalho e sua esposa. O não acesso aos exames, a diferença dos resultados dos exames realizados pela SAMA com aqueles feitos de forma isenta, pelo plano de saúde particular. A empresa posterga até o limite o reconhecimento de que seus ex-trabalhadores estão doentes na tentativa de se safar de responsabilidades, seja o mísero acordo, ou então, alguma sentença judicial de maior valor, ainda que a morosidade de justiça burguesa brasileira desanime boa parte dos trabalhadores a recorrerem a ela na ânsia de se fazer justiça.

- Só tem acesso ao resultado, só a carta falando que não existe problema algum e a gente faz particular e sempre está dando nódulo calcificado. Minha mulher também tem. (Entrevista com Sr. Ilton Cascalho, ex-trabalhador da SAMA, no dia 03/08/2013).

O receio do Sr. Ilton Cascalho é acontecer com ele o mesmo que aconteceu com o Sr. Manoel que apresentou primeiramente um nódulo e algum tempo depois morreu com asbestose. Estes nódulos aumentam de espessura de tempos em tempos, o que o Sr. Ilton e sua esposa reclamam é que a SAMA faça o acompanhamento de perto, ofereça assistência médico-hospitalar adequada que ele diz não que não têm. O reconhecimento da doença é o primeiro passo para o trabalhador ou fazer o acordo com a empresa ou então fazer valer seus direitos de outra maneira. É um drama conviver com isso, o desconforto para dormir, a falta de ar, dificuldade para respirar.

O tempo de latência do amianto nos pulmões pode variar bastante, vinte ou trinta anos, as vezes menos, sendo este um dos mecanismos que dificulta diagnósticos e atestados de óbitos mais precisos. O Sr. Gerson Flauzino trabalhou por mais de vinte anos na SAMA, e só depois de algum tempo após sua aposentadoria começou a perceber os sintomas da asbestose, como ele mesmo diz,

- Depois que eu aposentei e depois de ter passado um bom tempo, a SAMA chama a gente para fazer uns exames em Goiânia e eu fiz uma tomografia, passou uns 4 meses era para ir em São Paulo fazer uns exames, aí nos fomos, nesta época que eu fui foi muita gente, uns foram constatado outros não, aí passado um tempo veio o laudo dizendo que eu estava com asbestose. Passou um tempo comecei a sentir uma dor nas costas, para subir uma subida eu sinto muita cansa, para dormir eu tenho que ficar caçando posição, dormir mais de lado, tem dia que tenho que subir mais o travesseiro para poder melhorar a falta de ar. (Entrevista com Gerson Flauzino, ex-trabalhador da SAMA no dia 02/08/2013).

Com a voz embargada teve dificuldade para dizer o nome da doença que carrega nos pulmões, falou algumas vezes que “não tem cura”, uma verdadeira sentença de morte. As limitações físicas impostas lentamente pelo avanço da doença como vimos, causa dificuldade para subir uma ladeira e até mesmo o momento do descanso, a hora de dormir, se torna um drama, pois, o pulmão vai perdendo elasticidade e capacidade respiratória, não é a toa que a asbestose é popularmente conhecida como “pulmão de pedra”. Quando perguntado se ele teve acesso aos exames, ele diz que,

- Os exames ficam arquivados na empresa, em São Paulo, eu só recebi um laudo constando o nome dos médicos que fizeram o exame, eu não tenho exame não, o que eles manda a gente só pega o resultado que vai o laudo lá pra gente. (Entrevista com Gerson Flauzino, ex-trabalhador da SAMA no dia 02/08/2013).

Foi percebido nas entrevistas como a empresa SAMA se utiliza de subterfúgios, os mais diversos, para enganar e mentir para os ex-trabalhadores. Oculta dossiês, relatórios médicos, além de exames médicos dos próprios pacientes. Além disso, propõe acordos quase que unilateral que mais lhe beneficia, do que aos trabalhadores. Pois, como vimos o acordo serve como instrumento de aprisionamento dos trabalhadores que não vendo alternativa, acaba aceitando as normas do acordo, normas estas, elaboradas pela própria empresa com participação do sindicato. Diante disso, destacamos no item seguinte algumas declarações dos entrevistados sobre o que pensam do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Minerais Não-Metálicos de Minaçu, o qual deveria representá-los.

6.4 – Como os ex-trabalhadores percebem o sindicato.

O sindicato de trabalhadores são instituições que surgiram na história do capitalismo como forma de organização da luta política dos trabalhadores, a fim de defender seus interesses e direitos diante dos interesses do patrão. Em tese seria isto. No entanto, vejamos os depoimentos de alguns ex-trabalhadores da SAMA sobre o Sindicato que deveria, como tal, manter uma prática e um discurso em defesa dos trabalhadores.

- Se vai no sindicato, uma vez eu fui no sindicato, quando deu placa [o exame constatou placa pleural nos pulmões], eles me mandaram eu caçar meus direitos. O sindicato aqui é da firma né. (Entrevista com Sr. Antônio Flauzino Filho, em 02/08/2013).

O acordo – Instrumento Particular de Transação – prevê que caso o paciente apresentasse agravamento da doença constatada, ou seja, se o quadro da doença evolui para um nível superior de complexidade, passando, por exemplo, do primeiro nível para o nível intermediário, este trabalhador teria o direito de receber a indenização considerando a sua nova situação devido ao agravamento da doença.

No entanto, como pôde ser observado na entrevista, o ex-trabalhador ao reclamar junto ao sindicato um possível benefício na forma de nova indenização por parte da empresa, o sindicato ao invés de acolhê-lo, pondo-se à disposição de interceder junto à empresa para fazer valer um possível direito que o Sr. Antônio Flauzino julgava ter, o sindicato ao negar à defesa dos interesses do trabalhador, passou a ser visto por ele, como “sindicato da firma”, afirmação que se repete em outras entrevistas.

- O sindicato tá ali para que? Vê se o sindicato faz alguma palestra dizendo que o amianto faz mal, se você tem o sindicato, se você paga o sindicato e o sindicato é do trabalhador, qual a obrigação do sindicato? Esse sindicato é da empresa, ele não é do trabalhador. (Entrevista com Sra. Lúcia e Claudia, em 08/06/2013).

Percebe-se nesta entrevista a indignação de uma filha que perdeu o pai por doença causada pelo amianto. Ela acusa o sindicato de fazer “vista grossa” aos malefícios do amianto para a saúde dos trabalhadores da mineração, deixando bem clara a associação entre o sindicato e a SAMA. O sindicato é abertamente defensor da tese “uso controlado ou seguro do amianto”, tanto é assim que foi criada a Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto, a qual faz parte o Sindicato de Minaçu, e firmou na década no final da década de 1980 o chamado “*Acordo Nacional para o uso do Crisotila*”, segundo o qual, a supervisão dos ambientes de trabalho incluindo o monitoramento da qualidade do ar e a medição de material particulado em suspensão nas plantas fabris seria feita pelos próprios trabalhadores.

Esta tese alimentada pelo conjunto das indústrias que utilizam o amianto no Brasil é defendida também pela quase totalidade dos políticos de Goiás, e por boa parte dos trabalhadores do setor, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Minerais Não Metálicos de Minaçu, conformando assim, um imenso *lobby* político-econômico favorável à continuidade da exploração deste mineral no Brasil, sustentando-se no discurso de defesa do emprego, do desenvolvimento e do progresso, ícones da modernidade.

O fala do Sr. Ilton Batista Cascalho também evidencia a cooptação do Sindicato pela SAMA, quando este ex-trabalhador é perguntado como é a relação do Sindicato com a empresa e a relação do sindicato com o trabalhador ele diz assim,

- Com os funcionários é diferente. Com a empresa, acho que a empresa tem mais apoio com eles né, que dá mais apoio para eles. O sindicato parece que só tem para quem tá trabalhando, quem tá na ativa, os aposentados não tem nada do sindicato. (Entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, em 03/08/2013).

A percepção que se tem, é que o sindicato funciona como um braço da empresa, um extensor dela agindo em meio aos trabalhadores reproduzindo o discurso da empresa cotidianamente. Neste sentido, a instituição que em teoria deveria representar e defender os interesses dos trabalhadores, na verdade acaba por contribuir na perspectiva da cooptação das consciências, cada vez mais subjugadas ao capital. No discurso da SAMA os trabalhadores são chamados de “*colaboradores*”, uma concepção que procura harmonizar a relação capital x trabalho, *co-laborar* passa o sentido de *laborar juntos*, as contradições de classe desta relação se esvanece, se esfumam no ar, emergindo daí a falsa ideia de igualdade jurídico-formal aos moldes do liberalismo burguês.

O Sr. Ilton conta ainda que,

- Veio a Minaçu um promotor federal, fizemos uma reunião, provamos que tem mais de 150 pessoas com asbestose em Minaçu que já receberam inclusive essa indenização deles aí, e muitos já faleceram. Inclusive eu tenho parentes que estão em terceiro grau de asbestose, ele tem dois filhos que tão trabalhando lá que estão com o problema, um até já recebeu duas indenizações da SAMA. (Entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, em 03/08/2013).

Que papel teve o sindicato quando este promotor público federal esteve em Minaçu para reunir-se com os trabalhadores da mineração de amianto? Em nenhum momento o Sr. Ilton Cascalho disse algo sobre uma possível intervenção do sindicato neste episódio, o que leva a crer, provavelmente, que o sindicato estivesse alheio ao que estava ocorrendo. No entanto, para os trabalhadores, uma reunião como esta se fazia importante, pelo menos para elencar suas reivindicações junto ao Ministério Público Federal, questionar o valor irrisório das indenizações e solicitar a revisão do acordo, etc. A ausência do sindicato nestes momentos indica o distanciamento deste em relação aos trabalhadores. O que em parte, explicaria a percepção de parcela dos trabalhadores, de que o sindicato é da empresa e não deles.

Cento e cinquenta pessoas, segundo o Sr. Ilton, já teriam recebido a parca indenização paga pela SAMA, pessoas da mesma família, irmãos, pais, filhos, marido, esposa, enfim, todos condenados ao sofrimento que inevitavelmente leva à morte, na seqüência das noites mal dormidas, da procura da melhor posição na cama na tentativa de amenizar a fadiga da falta de ar nos pulmões; isto que o dinheiro não é capaz de aliviar, como relatou o Sr. Gerson Flauzino.

Enfim, para os ex-trabalhadores da SAMA que entrevistamos, o sindicato é visto sempre atrelado aos interesses não dos trabalhadores, sobretudo daqueles trabalhadores que já se aposentaram, mas ligado umbilicalmente à empresa. No afã de se posicionar pela manutenção dos empregos gerados pela atividade mineradora em Minaçu, o sindicato foi seduzido pelas artimanhas da SAMA, e, portanto, na obrigação de defender a perpetuação da exploração industrial do amianto para salvar os empregos. Salvando os empregos expõe o trabalhador ao risco da exposição do mineral. E em relação à SAMA, o que pensa os trabalhadores entrevistados.

6.5 – Como os ex-trabalhadores percebem a empresa.

Em Minaçu, o risco de se tomar uma posição crítica de confronto ao discurso hegemônico propalado pela empresa SAMA, instalado nos corações e nas mentes da população em geral, é muito grande. Quem ousou fazê-lo pagou um preço alto sofrendo todo tipo de humilhação e desmoralização, como foi o caso do advogado Júlio Cavalcante Fortes, que após algumas denúncias contra a SAMA passou a ser visto com desconfiança na cidade, chamado de “louco”, “sem juízo”, os clientes foram minguando até que se viu na condição de abandonar a cidade, pois não conseguia trabalho, causas a defender. Separou-se da esposa e foi para o estado do Acre. Mesmo as relações humanas mais íntimas – como neste caso – podem de algum modo ser afetadas pelo poder quase absoluto que a SAMA exerce sobre a cidade de Minaçu.

Outra história análoga a esta é a da professora Cláudia Marques e Silva, a filha do Sr. Manoel, que também é apontada nas ruas como “louca”, “sem razão”, como noticiou o jornal Folha de São Paulo em matéria publicada em julho de 2009,

Pelas ruas de Minaçu, a professora Lúcia Marques, 42, é conhecida como "a louca". Ela tenta, desde o ano passado, provar na Justiça que a morte do pai, ex-trabalhador da Sama, foi provocada pelo amianto e criar uma associação de apoio às vítimas do mineral. Casos como o de Lúcia são exceção na cidade, onde a maioria diz desconhecer quem tenha adoecido por causa do trabalho na mina⁴⁶.

Diante de uma realidade social esmagadoramente controlada pela empresa e com um nível de consciência crítica da sociedade incapaz construir força social para aguçar um debate sobre as reais condições de saúde dos trabalhadores e ex-trabalhadores da SAMA, as vozes isoladas que desafiam a empresa são "sutilmente" sufocadas, humilhadas e desmoralizadas. Por isso mesmo, o elogio à empresa ou o silêncio são as principais alternativas dos moradores de Minaçu, sobretudo daqueles que construíram suas vidas trabalhando na empresa, estes, mesmo doentes, ainda guardam um sentimento de gratidão a ela. Veja o depoimento do Sr. Gerson Flauzino quando perguntado sobre se ele guarda alguma mágoa da SAMA pelo fato de estar com asbestose,

- Não, não guardo não. Não guardo de maneira nenhuma, muita gente fala, mas rapaz você foi prejudicado, eu digo acidente acontece em qualquer lugar. Eu dependia demais da SAMA por causa da minha família muito doente, eu não tenho mágoa nenhuma, minha ex-esposa era muito doente, ela tinha problema de pressão e coração. (Entrevista com o Sr. Gerson Flauzino, em 03/08/2013).

Mesmo doente, aparentando palidez e dificuldade de respirar, ele, imediatamente responde à pergunta sem pestanejar, deixando claro o sentimento positivo que tem sobre a SAMA, apequena-se diante de um poder tão grande. Coloca-se numa situação de dependência tão ampla diante empresa, que não se vê como portador de direitos – como plano de assistência médica – mas como um recebedor de favores que a empresa presta. A compreensão de que os acidentes de trabalho têm a mesma natureza de outro acidente qualquer, reduz em demasia a responsabilidade da empresa com tais questões, fazendo com que os acidentes no trabalho apareçam como uma fatalidade natural. Continua o Sr. Gerson dizendo,

- Para mim é uma boa empresa, embora eu dei esse problema que é um problema grave que não tem cura, mas eu considero uma boa empresa. (Entrevista com o Sr. Gerson Flauzino, em 03/08/2013).

⁴⁶ (Jornal Folha de São Paulo, 2009)

O outro elemento a ser observado nesta fala do Sr. Gerson é o temor de perder o acompanhamento e o monitoramento médico da doença garantido no acordo feito com a SAMA, talvez, por isso suas as palavras são comedidas e elogiosas à empresa. Semelhante é a fala do Sr. Ilton Cascalho quando perguntado sobre o que ele acha da empresa SAMA, ele diz que,

- É uma boa empresa. Hoje ela trabalha dentro das normas de segurança. (Entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, em 03/08/2013).

Esta “boa empresa” não reconhece que os nódulos calcificados nos pulmões do Sr. Ilton e sua esposa Joana Cascalho estejam relacionados com a exposição ao asbesto, diferentemente do resultado de outro exame feito com outro médico que diagnosticou esta associação. Chama atenção a posição do sindicato diante de fatos como este,

Para o sindicato dos mineradores, *muitos ex-trabalhadores querem estar doentes* para receber, por meio de acordo extrajudicial, o plano de saúde e a indenização que são pagos quando diagnosticadas doenças relacionadas ao amianto⁴⁷. (grifo meu)

É uma posição clara de um sindicato conhecido popularmente, como “sindicato pelego”. Não é que os ex-trabalhadores queiram estar doentes, o fato é que eles estão doentes. O problema é que a SAMA não reconhece a doença e muito menos a sua responsabilidade pela doença no caso do casal Cascalho, e provavelmente, de muitos outros semelhantes a este. É inimaginável alguém “querer estar doente”, sobretudo, de uma doença incurável como a asbestose, câncer de pulmão, etc., para receber a miserável indenização paga pela SAMA. O depoimento de Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, contraria a visão do sindicato, segundo ela,

- A maioria dos trabalhadores antigos morre de medo de descobrirem que tem [a doença] né, eles não querem ter, essa indenização que dá aí, não dá pra nada, então é melhor não ter ou não descobrir. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e Claudia, em 08/06/2013).

O Sr. Antônio Flauzino Filho respondeu da seguinte maneira, o que ele acha da SAMA.

⁴⁷ (Jornal Folha de São Paulo, 2009)

- Não adianta nada, o trato dela ela não cumpriu com a gente, de indenizar, vive é tapeando a gente. (Entrevista com o Sr. Antônio Flauzino Filho, em 02/08/2013).

Nesta fala aparece a imagem de uma empresa que engana os trabalhadores, não cumprindo o acordo extrajudicial firmando com eles. Anos atrás, quando “nevava amianto em Minaçu”, a empresa omitia a verdade sobre os reais perigos do amianto para a saúde daqueles que manuseavam diretamente esta substância perigosa, e hoje continua a “tapear” os trabalhadores, sobretudo os antigos, com amplo apoio do sindicato. Se ela historicamente tem enganado e mentido para boa parte dos trabalhadores, por outro lado, a empresa possui um enorme poder de convencimento diante da sociedade de Minaçu.

A SAMA e o Sindicato dos Mineiros de Minaçu, juntamente com os setores organizados da sociedade – igrejas, comerciantes, entidades de classe, etc., – promoveram em Março de 2012 o “*Abraço Coletivo à SAMA*”. Mobilizaram uma multidão de pessoas ao redor da empresa para dizer que a cidade de Minaçu “não vive sem a SAMA”. Neste ato ficou demonstrada a enorme capacidade de sedução e convencimento que a empresa possui diante da população local. É provável que em meio aquela multidão de gente que abraçava a SAMA, muitos estivessem com doenças provocadas pelo amianto. Argüida sobre o que acharam deste evento, Lúcia e Claudia critica veementemente o papel que tiveram as igrejas nesta manifestação em apoio à continuidade do uso do amianto e à SAMA,

- o Padre está falando para o fiel da igreja, convocando ele para ir, sendo que aquela fibra mata, e o padre chamando os fieis para ir, qual o papel da igreja diante disso? Eu rompi com a igreja, porque também tem um papel social a igreja, ela sabe da verdade, se ela não quer ser contra, ela tem que, ela tem que ser a favor da vida, eu não estou pedindo para ela ser contra a SAMA, estou pedindo para ela ser a favor da vida. Se ela quer se meter na briga a favor de um *lobby* enorme eu respeito, mas colocar a vida das pessoas, as pessoas a favor da morte, a igreja não tem esse direito não, elas não tem, os padres não tem esse direito não. Até os pastores que também convocam e coloca as pessoas em risco. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e Claudia, em 08/06/2013).

Não só as igrejas, mas também as escolas públicas e privadas de Minaçu também estão submetidas à lógica perversa e dramática do capital-amianto que “tudo” controla e subjuga. Diretores e professores de escolas públicas e privadas

obrigaram crianças e adolescentes a participarem do abraço coletivo, o incentivo foi no alvo mais dramático para os estudantes, a nota. Abraçar a SAMA dá nota nas escolas de Minaçu, como relata Lúcia e Claudia.

- Minha filha estuda no SESI/SAMA, e ela teve que dar o abraço à SAMA com o avô morto para ganhar um ponto na matéria de geografia. Livre e espontânea pressão. (Entrevista com Lúcia Marques e Silva e sua irmã Claudia, em 08/06/2013).

Atitudes perversas como esta ainda nos provoca espanto e indignação, mesmo sabendo que esta é a lógica na qual se funda a sociedade capitalista, na dominação, na exploração, no consumo do homem e da natureza a fim de reproduzir diariamente a acumulação do capital. Esta sim é a finalidade desta sociedade, o restante é irrelevante e não importa. Não importa trabalhar a vida toda numa empresa e morrer por doença decorrente deste trabalho. A morte pelo trabalho não pode jamais ser compreendida como uma morte natural, um acidente, deve ser entendida como crime, e, portanto, passível de responsabilidades para quem o comete.

6.6 – O amianto na legislação brasileira e em outros países

As preocupações iniciais do estado brasileiro na elaboração de leis para regular o uso e manipulação do amianto tendo em vista suas implicações maléficas sobre a saúde dos trabalhadores expostos à fibra no ambiente de trabalho surge ao final da década de 1970. O Ministério do Trabalho, através da Portaria nº. 3214 de 08 de junho de 1978 aprova as Normas Regulamentadoras do capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis de Trabalho, referente à segurança e medicina do trabalho, instituindo no anexo 12 da NR-15 (Atividade e Operações Insalubres) um limite de tolerância de 4,0 fibras maiores que 5 micrometros por centímetro cúbico de ar para poeiras minerais que contenham amianto. Pela primeira vez na legislação brasileira se estabeleceu um limite máximo de tolerância de fibras de amianto em suspensão no ar. As empresas do setor estão instaladas em território nacional desde a década de 1940, vindas da Europa e somente quando o século XX já anunciava o fim é que o governo brasileiro propôs medidas tímidas de segurança nos ambientes de trabalho. Os relatos dos trabalhadores da mineração de amianto

na planta fabril de Cana Brava denunciavam a nuvem de amianto que pairava sobre eles, e também sobre a cidade de Minaçu desde o início da exploração da mina em 1967.

O limite de $4,0 \text{ f/cm}^3$ era ainda extremamente elevado se comparado com os definidos em outros países, no entanto, somente em 1991 através da Portaria nº. 1 do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, alterou a legislação anterior e instituiu o limite de tolerância à poeira de asbesto para $2,0 \text{ f/cm}^3$ de ar. Seguindo a recomendação de organismos internacionais como a Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho de 1986 que versa sobre a utilização “segura” do amianto, ratificada no Brasil pelo Decreto nº. 126, de 22 de maio de 1991. A OIT recomenda em um de seus artigos que: *Art. 3.1- A legislação nacional deverá prescrever as medidas que deverão ser adotadas para prevenir e controlar os riscos para a saúde devidos à exposição profissional ao asbesto e para proteger os trabalhadores contra tais riscos.*

A recomendação 162 da OIT é dúbia, pois ao mesmo tempo em que sinalizou para a substituição do amianto por outros materiais menos nocivos à saúde humana, abriu brechas como esta diante das pressões dos países produtores de amianto, sobretudo Canadá e Brasil, para instituição de normas legais nos países produtores, baseando-se na tese do chamado “uso controlado do amianto” para assegurar a exploração industrial do amianto crisotila no Brasil. O relato do doutor René Mendes em audiência pública sobre o amianto promovida pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e publicada no Dossiê Amianto Brasil, apresenta este raciocínio. Segundo ele,

“O que mais chama a atenção, na verdade, é que tanto a Resolução nº. 7 do CONAMA, de 1987, como a Portaria nº. 1 de 1991, expressavam a intenção brasileira de tomar a Convenção nº. 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da ‘utilização do asbesto em condições de segurança’, com sua correspondente Recomendação nº. 172, ambas de 1986, como escudo e paradigma para um posicionamento político e técnico que, na esteira de uma suposta proteção da saúde e segurança dos trabalhadores, preservasse o espaço da crisotila no Brasil. (DOSSIÊ AMIANTO BRASIL, 2010, p. 255).

Mesmo o novo limite de $2,0 \text{ f/cm}^3$ instituído pelas instituições do governo brasileiro está bem acima dos limites de tolerância à fibra adotado noutros países.

Nos Estados Unidos, onde a mineração de amianto foi proibida em 2002, e o uso do mineral é permitido com restrições, “o limite de tolerância para exposição ocupacional ao asbesto adotado naquele país é bastante inferior ao brasileiro: 0,1 fibra/cm³, para jornada de trabalho de oito horas” (CARVALHO, 2009, p. 85). Na Rússia, um dos principais produtores e exportadores de amianto do mundo, o limite é ainda inferior, “o país adota como limite de tolerância, o valor de 0,06 fibras/ml de ar”. (CARVALHO, 2009, p. 87). O Canadá, país reconhecidamente defensor aberto do não-banimento do amianto e da tese do “uso controlado e seguro do amianto”, no qual o *lobby* do amianto no Brasil se inspira, adota limites de tolerância à fibra de 1,0 f/cm³, metade do valor instituído no Brasil. Os limites de tolerância para o amianto estabelecidos no Brasil são os mesmos adotados em países como Zimbábue e Índia. Sobre este assunto o doutor René Mendes nos informa que,

A avaliação de risco (risk assessment) realizada pela OSHA, nos Estados Unidos, como parte do processo de revisão dos Limites Permitidos de Exposição (PEL) ocorridos em 1986 e em 1994, mostraram que a exposição a 2 fibras/cm³ de ar estava associada a um excesso de 64 mortes por mil trabalhadores expostos ao asbesto, ao longo de sua vida profissional. Reduzindo de 2 fibras/cm³ para 0,2 fibra/cm³ de ar, este risco cairia para um excesso de 6,7 mortes por mil trabalhadores. Mesmo com o limite de 0,1 fibra/cm³, permaneceria um excesso de 3,4 mortes por mil trabalhadores. (MENDES, 2001, p. 24).

Percebe-se que mesmo aos níveis mais baixos de exposição, o risco de morte por contaminação de fibras de amianto não desaparece totalmente, fato que tem levado a interrupção total do uso do amianto em vários países do mundo, enquanto o estado brasileiro tem tomado posição de manter a exploração industrial do mineral. O artigo 10º do Decreto nº. 2.350 de 15 outubro de 1997 que regulamentou a lei 9.055/95 atribui às instituições públicas ou privadas o papel de monitorar e controlar os níveis de exposição às fibras conforme os limites de tolerância estabelecidos no país,

Art. 10º – O monitoramento e controle dos riscos de exposição ao asbesto/amianto da variedade crisotila e às fibras naturais e artificiais, nos termos do art. 4º da Lei 9.055 de 1995, poderão ser executados por intermédio de instituições públicas ou privadas, credenciadas pelo Ministério do Trabalho.

Em 28 de setembro de 1998 a SAMA assinou um acordo, que foi denominado de: “Acordo de Progresso para Extração, Beneficiamento e Distribuição Segura do Amianto Crisotila, Firmado entre SAMA – Minerações de Amianto Ltda. e Comissão de Controle do Amianto”. Assinam este acordo: Rubens Rela Filho, diretor geral da SAMA, Walber Ernesto do Nascimento coordenador da comissão de controle do amianto, e Adilson da Conceição Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Mineração de Amianto de Minaçu. Provavelmente, com o intuito de criar uma entidade fiscalizadora que atendesse aos dispositivos do respectivo artigo 10º da lei, porém, que esta entidade estivesse sob seu controle. Vejamos, o que diz o Capítulo VI deste acordo, da “Comissão de Controle do Uso Controlado do Amianto”.

1. A comissão de Controle tem como objetivos fundamentais a fiscalização do cumprimento do presente Acordo promovendo a Segurança dos Empregados e a orientação destes quanto as Normas de Segurança, Saúde Ocupacional e Controle Ambiental previstas no mesmo.
2. Esta comissão será composta por 10 (dez) membros titulares sendo: a) 8 (oito) colaboradores eleitos em escrutínio secreto, pelos empregados das áreas de produção de amianto; b) 2 (dois) membros escolhidos dentre a Diretoria do Sindicato de Classe, comunicando a empresa para sua ciência.
3. O mandato terá duração de 3 (três) anos.
4. O processo de inscrição dos candidatos, eleição e apuração dos votos serão coordenados pelo Sindicato de Classe com acompanhamento do Empregador.
5. Os membros da Comissão de Controle serão submetidos a cursos de capacitação e reciclagem anualmente coordenados pela Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto, e Sindicato de Classe, com a participação da ABRA, sendo que os custos correrão por conta do Empregador.

Observa-se, então, que, quem monitoria a quantidade de poeira de amianto em suspensão na unidade fabril da SAMA são os próprios trabalhadores – a quem a SAMA chama de colaboradores – e o Sindicato de Classe. Não havendo, ao que parece, nenhum tipo de acompanhamento ou fiscalização por parte da sociedade civil organizada na geração destas informações, ainda que a lei determine que os resultados das medições sejam disponibilizados aos trabalhadores, aos seus representantes ou autoridades competentes. Tal fato implica em severas dúvidas

quanto à fidegnidade das informações prestadas pela comissão na medida em que, tanto os trabalhadores quanto o sindicato possuem abertamente uma postura de defesa intransigente da SAMA e à continuidade da exploração do amianto, o que é de certa forma, compreensível, pois é de onde vem o pão de cada dia. Mesmo assim, verificou-se nos relatório de sustentabilidade da SAMA que nos anos de 2008, 2009, e 2010 apresentaram níveis de concentração de fibras de amianto por cm^3 na ordem de ar de $0,1 \text{ f/cm}^3$ o que significa como apresentado pelo doutor René Mendes acima, expor os trabalhadores e a população em geral ao risco de contaminação por amianto.

Signatário da Convenção 162 da OIT, o Brasil, disciplinou a extração, industrialização, a comercialização e transporte, enfim a utilização do amianto e dos produtos que contenham a fibra, através da Lei 9.055 de 1 de julho de 1995. O artigo 2º da lei 9055/95 está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº. 4.066 proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMANTRA em 02 de abril de 2008, aguarda julgamento. Diz o artigo,

Art. 2º - O asbesto/amianto da variedade crisotila (asbesto branco), do grupo dos minerais das serpentinas, e as demais fibras, naturais e artificiais de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, serão extraídas, industrializadas, utilizadas e comercializadas em consonância com as disposições desta Lei.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, consideram-se fibras naturais e artificiais as comprovadamente nocivas à saúde humana.

Em 2002 o Ministério Público Federal, através da procuradora federal Eliana Péres Torelly de Carvalho impetrou ação pela inconstitucionalidade da lei 9.055 que, segundo ela, fere o artigo 196 da Constituição Federal, tal artigo diz que,

Art. 196 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Lei 9.055 parece situar-se na contramão da história, pois, no afã de garantir privilégios ao monopólio da indústria do amianto no Brasil para continuar a explorar o mineral, o estado brasileiro atropela direitos constitucionais básicos como o direito

à saúde, e, assenta-se na tese do “uso controlado ou seguro do amianto” e cria uma legislação permissiva ao uso do amianto crisotila. Portanto, trata-se uma legislação que já nasce velha e retrógrada, ao passo que nos países de economia desenvolvida, a tendência é cada vez mais a abolição de todas as variedades de amianto, ouvindo as vozes dos movimentos sociais que lutam pelo banimento do mineral e voz da comunidade científica internacional que comprovou dois pontos fundamentais: 1) Que toda variedade de amianto põe em risco a saúde humana; 2) Que não há limite mínimo de segurança. Conforme argumentou acima o doutor Rene Mendes.

A própria construção da Lei 9055 foi atropelada pelas manobras da “*bancada do amianto*” no Congresso Nacional, pois, na época o Projeto de Lei propunha o banimento total de qualquer variedade de amianto. Conforme consta no Dossiê Amianto Brasil,

Trata-se do PL 3.981/93, do deputado Eduardo Jorge, cuja ementa original dizia: “dispõe sobre a substituição progressiva da produção e comercialização de produtos que contenham asbesto/amianto e dá outras providências”. Em resumo, o projeto propõe: 1– Proíbe a extração e utilização de qualquer tipo de amianto do tipo anfibólio ou crisotila, ou produtos que contivessem tais fibras. 2 – Estabelece um prazo de 4 anos para o banimento total do amianto. 3 – Os institutos promoverão pesquisa de fibras que substituam o amianto. 4 – As empresas que utilizem amianto, durante o prazo de 4 anos, devem encaminhar lista dos seus empregados. 5 – O Sistema Único de Saúde fará o mapeamento e monitoramento dos expostos ao amianto.

Uma proposta desse tipo, evidentemente, provocou um alvoroço no grupo de empresários e trabalhadores pró-amianto. E, imediatamente, foi acionado o lobby do amianto para agir no Congresso Nacional, em parceria com os parlamentares simpáticos à causa. A estratégia era não apenas abortar a proposta do deputado Eduardo Jorge, mas aproveitá-la e transformar essa proposta negativa para os negócios do amianto na regulamentação para o amianto crisotila, algo que fazia falta para eles.

O deputado Eduardo Jorge deu entrada no Projeto em 06/07/93. A Mesa Diretora da Câmara achou por bem despachar o PL para quatro comissões: Defesa do consumidor, Seguridade Social e Família, Minas e Energia e Constituição e Justiça. Posteriormente (24/08/93) a Mesa indicou mais uma comissão, a do Trabalho. Como, regimentalmente, todo Projeto que é indicado para tramitar em mais de quatro comissões requer formação de Comissão especial para sua apreciação, foi isto que aconteceu. A Comissão especial criada para dar parecer ao PL 3.981/93 iniciou formalmente seus trabalhos em 15/09/93. No dia 14/12/93, o relator da Comissão, o médico deputado Antônio Faleiros (PSDB-GO), apresentou Substitutivo ao PL de Eduardo Jorge, mudando completamente o rumo do projeto original.

No dia 09/03/94 o Substitutivo foi aprovado pela Comissão Especial, com os votos contrários dos deputados Eduardo Jorge e Nilton Baiano. Eduardo Jorge ainda tentou levar a Plenário, mas seu recurso foi rejeitado. No dia 29/06/94, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o Substitutivo de Antônio Faleiros, encaminhando-o para o Senado. Em dezembro deste mesmo ano o PL voltou do Senado com uma emenda.

Para apreciar a emenda do Senado foi criada uma nova Comissão especial, que teve como presidente a deputada Lídia Quinan (PSDB-GO) e como relator o deputado Vilmar Rocha (PFL-GO). A Comissão tomou posse em 23/03/95. Um mês depois, isto é, em 25/04/95, o parecer do relator, favorável à emenda, foi aprovado.

O PL 3.981/95 foi a Plenário, e aprovado, em 04/05/95. No dia 01/06/95 ele foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e transformado na Lei 9.055/95. (DOSSIÊ AMIANTO BRASIL, 2010, p.244-245).

A famigerada classe política conservadora de Goiás teve participação fundamental na distorção do projeto de lei que poderia por fim ao uso do amianto no Brasil. A tramitação do projeto seguiu caminhos tortuosos pelas comissões do Congresso Nacional até ao ponto de ser virado pelo avesso, e de um projeto de lei que tinha como atributo banir o uso do amianto, passou a garantir sua continuidade, agora, com o respaldo da lei, um paradoxo total. Mais uma vez, fica evidente a atuação do capital-amianto no interior das estruturas institucionais de poder, na elaboração de normas legais que lhe beneficie e a relação íntima que possui com a classe política goiana. Este fato demonstra mais uma vez, os níveis de atuação do imperialismo agindo por dentro do Estado.

A promulgação desta lei demonstrou que a realidade social brasileira relativa à questão do banimento do amianto em comparação com outras nações capitalistas avançadas deu largos passos para trás. Contrariando a legislação nacional, algumas unidades da federação têm elaborado leis proibindo o uso do amianto em seu respectivo território, a reação a estas leis estaduais foi o que levou o assunto sobre o amianto à Suprema Corte do país para julgar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade das leis estaduais, é neste momento que o STF adentra no debate sobre o amianto no Brasil, tardiamente, nos primeiros anos do século XXI. Assunto que foi discutido no capítulo dois deste texto é retomado aqui.

6.7 – A discussão do amianto chega ao Supremo Tribunal Federal

Os ministros do Supremo Tribunal Federal têm demonstrado entendimentos jurídicos divergentes sobre o tema amianto. No geral o tom do debate na Corte indica que a discussão tem se pautado no formalismo da lei, ou seja, a quem compete legislar sobre a matéria, a União ou os entes federativos? Os estados ao criarem leis próprias banindo o amianto no interior dos seus limites político-administrativo, teriam extrapolado a sua competência jurídica e legislativa ferindo a lei federal 9.055/55 que regulamenta e permite o uso do amianto crisotila no território nacional? Tal imbróglio jurídico tem postergado, até agora uma posição colegiada do Supremo Tribunal Federal sobre o destino do amianto no Brasil, pois o caso real e concreto – os perigos do amianto à saúde – é deixado em segundo plano. A seguir apresentamos as Ações Diretas de Inconstitucionalidades no STF questionando as leis estaduais:

ADI 2396: Governador do estado de Goiás contra a Lei nº. 2.210, de 5 de janeiro de 2001, do estado de Mato Grosso do Sul, que “proíbe a comercialização de produtos à base de amianto/asbesto destinados à construção civil no âmbito de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências”.

ADI 2656: Governador do estado de Goiás contra a Lei nº. 10.813, de 24 de maio de 2001, do estado de São Paulo, que “dispõe sobre a proibição de importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e a instalação, no estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto”.

ADI 3355: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) contra a Lei nº. 4.341, de 27 de maio de 2004, do estado do Rio de Janeiro, que “dispõe sobre as obrigações das empresas de fibrocimento pelos danos causados à saúde dos trabalhadores, no âmbito do estado do Rio de Janeiro”.

ADI 3356: CNTI contra a lei nº. 12.589, de 26 de maio de 2004, do estado de Pernambuco, que “dispõe sobre a proibição do uso do amianto ou asbesto nas obras públicas e nas edificações no estado de Pernambuco, atendendo aos objetivos implicados na Lei nº. 9.055/95 de evitar o contato das pessoas com aquele material”.

ADI 3357: contra a Lei nº. 11.643, de 21 de junho de 2001, do estado do Rio Grande do Sul, que “dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto no Estado do Rio Grande do Sul e da outras providências”.

ADIs 3406 e 3470: ambas da CNTI, contra a Lei nº. 3.579, de 7 de junho de 2001, do estado do Rio de Janeiro, que “dispõe sobre a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham asbesto e dá outras providências”.

ADI 3937: CNTI contra a Lei nº. 12.684, de 26 de julho de 2007, do estado de São Paulo, que “proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros materiais que acidentalmente, tenham fibras de amianto em sua composição”.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidades nº. 2396 sob a relatoria da Ministra Ellen Gracie; e a de nº. 2656 relator Ministro Maurício Corrêa foram julgadas no Supremo Tribunal Federal no dia 08 de maio de 2003. O parecer da Ministra Ellen Gracie aponta que,

[...] não caber à Corte Suprema dar a última palavra a respeito das propriedades técnico-científicas do elemento em questão e dos riscos de sua utilização para a saúde da população, a Ministra circunscreveu a competência do Tribunal à verificação da ocorrência de contraste inadmissível entre a lei em exame e o parâmetro constitucional⁴⁸.

Em seguida a relatora conclui seu parecer argumentando que,

[...] verifica-se que ao determinar a proibição de fabricação, ingresso, comercialização e estocagem de amianto ou de produtos à base de amianto, destinados à construção civil, *o Estado de Mato Grosso do Sul excedeu a margem de competência concorrente* que lhe é assegurada para legislar sobre a produção e consumo (art. 24, V); proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI); e proteção e defesa da saúde (art. 24, XII). A Lei 9.055.95 dispôs extensamente sobre todos os aspectos que dizem respeito à produção e aproveitamento industrial, transporte e comercialização do amianto crisotila. A legislação impugnada foge, e muito, do que corresponde à legislação suplementar, da qual se espera que preencha vazios ou lacunas deixados pela legislação federal, não que venha a dispor em diametral objeção a esta⁴⁹.

Seguindo as considerações e justificativas do parecer da relatora Ministra Ellen Gracie, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da lei do estado de Mato Grosso do Sul que proibia o uso do amianto naquele estado. Nota-se, neste caso, que a força dos argumentos sustenta-se no aparato meramente

⁴⁸ (ADI 2396, p. 1)

⁴⁹ (ADI 2396, p. 1)

formal da norma jurídica, ou seja, a quem compete legislar sobre a matéria, se os Estados ou a União. No entendimento da ministra o estado de Mato Grosso do Sul lesou a competência jurídica da União, a quem é de incumbência a normatização geral. Em relação a ADI nº 2656 contrária à proibição do amianto no estado de São Paulo, sob a relatoria do Ministro Maurício Corrêa, a Suprema Corte adotou a mesma posição, declarando inconstitucional a Lei nº. 10.813 que proibia o uso do amianto naquele estado, também em maio de 2003. O parecer do Ministro relator sustenta que,

[...] o ato legislativo estadual afronta as regras constitucionais de competência legislativa, invadindo esfera de atuação privativa da União, já que, na forma dos incisos I e XII do artigo 22 da Carta de 1988, compete apenas à União legislar sobre direito, segurança e medicina do trabalho, jazidas, minas e outros recursos minerais, bem como disciplinar normas gerais sobre produção e consumo, proteção do meio ambiente e defesa da saúde (CF, artigo 24, V, VI e XII).

Por isso mesmo, a lei paulista, ao proibir a 'importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e a instalação, no Estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto' teria extrapolado sua competência constitucional, em dissonância com o pacto federativo de que cuidam os artigos 1º e 18º da Constituição Federal⁵⁰.

No entanto, “o caso está sob suspeição, afinal, no ano seguinte, já aposentado do STF, Maurício Corrêa foi contratado pelo Instituto Brasileiro do Crisotila para dar parecer favorável ao amianto” (DOSSIÊ AMIANTO BRASIL, 2010, p. 292). Em 2007, São Paulo cria uma nova lei proibindo o amianto, a Lei nº. 12.684, também questionada judicialmente como uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF.

A partir de 2008 há ligeiros sinais que indicam uma mudança no tratamento e na interpretação do STF sobre o uso do amianto no Brasil e suas implicações à saúde humana, outros valores foram adotados na verificação da matéria. Um exemplo disso pode ser visto na decisão do Tribunal que derrubou a liminar do relator Ministro Marco Aurélio Melo e os votos da Ministra Ellen Grace e do Ministro Menezes Direito que fazia valer a ADI 3937 da CNTI contra a lei paulista nº. 12.684 de 2007 que proíbe o uso do amianto em São Paulo. Tal decisão fez prevalecer a lei estadual, que se sobrepôs à lei federal 9.055/95, até que julgue decisão final.

⁵⁰ (ADI 2656, p. 4)

O Ministro Eros Grau mudou seu entendimento sobre a matéria, considerando as ponderações trazidas por vários ministros durante debate ocorrido anteriormente, relativo a ADI 3356, sob sua relatoria. O argumento fundamental do ministro foi o de que “a análise da matéria não se restringisse à perspectiva formal, por considerar inconstitucional a Lei 9.055/95, ao ferir o art. 196 da Constituição Federal⁵¹”. O referido artigo constitucional versa sobre o direito de todos à saúde e o dever do estado na sua garantia. Continua o Ministro Eros Grau,

Não vejo, Ministro Marco Aurélio, nessa lei estadual, absolutamente nenhuma violação do princípio da livre iniciativa. [...] E também parece-me que tem de ser examinada com muita prudência a questão da inconstitucionalidade formal.⁵²

De maneira semelhante o Ministro Joaquim Barbosa arguiu que é de “competência comum legislar sobre o direito à saúde, dessa forma, reconheceu o direito dos estados regulamentarem a matéria” (CARVALHO, 2009, p. 57). Considerou também que,

A distinção entre lei geral e lei específica é inaplicável ao caso das leis sobre o amianto. E isto por uma razão simples: em matéria de defesa da saúde, matéria em que os estados têm competência, não é razoável que a união exerça uma opção permissiva no lugar do estado, retirando-lhe a liberdade de atender, dentro de limites razoáveis, os interesses da comunidade⁵³.

Outros ministros tiveram posição semelhante à de Joaquim Barbosa, o que levou o Tribunal a posicionar-se pela constitucionalidade da Lei nº. 12.684/07 de São Paulo, derrubando a medida cautelar que garantia a inconstitucionalidade desta lei estadual. O Ministro Carlos Ayres Brito é enfático ao confrontar a lei paulista com a lei federal, no tratamento do tema entende da seguinte maneira,

[...] a norma estadual, no caso, cumpre muito mais a Constituição Federal nesse plano da proteção à saúde ou de evitar riscos à saúde humana, à saúde da população em geral, dos trabalhadores em particular e do meio ambiente. A legislação estadual está muito mais próxima dos desígnios constitucionais, e, portanto, realiza melhor esse sumo princípio da eficácia máxima da Constituição em matéria de direitos

⁵¹ (ADI 3937, p. 1)

⁵² (ADI 3937, p. 2)

⁵³ (ADI 3937, p. 19)

fundamentais, e muito mais próxima da OIT, também, do que a legislação federal⁵⁴.

Percebe-se nos argumentos dos ministros Eros Grau, Joaquim Barbosa, e Ayres Brito que outros valores passaram a interferir no julgamento sobre o amianto no Brasil. Estes novos elementos escapam à mera formalidade da lei e a competência jurídica de legislar sobre a matéria, e realmente penetram na discussão concreta na medida em que não deixam de considerar os riscos e as consequências à saúde humana e ao meio ambiente que a utilização de qualquer variedade de amianto representa. Em decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal indeferiu a liminar concedida pelo relator Marco Aurélio Melo que dava guarida à ADI 3937 da CNTI contra a Lei nº. 12.684/07 do estado de São Paulo. As demais Ações Diretas de Inconstitucionalidade até o momento (setembro de 2013) não foram julgadas.

Em 2012, após a realização de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal que contou com ampla participação da sociedade civil organizada, dos setores que defendem o “uso controlado do amianto” e daqueles que lutam pelo banimento total do mineral no Brasil, foram apreciadas e votadas pelos relatores a ADI 3937 e a ADI 3357. A primeira contestando a proibição do uso do amianto no estado de São Paulo; e a segunda questionando a Lei nº. 11.643, de 21 de junho de 2001, do estado do Rio Grande do Sul, que “dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto no Estado do Rio Grande do Sul e da outras providências”. O relator, Ministro Marco Aurélio Melo, manteve seu entendimento julgando procedente a ADI 3937 para afastar a lei paulista do cenário jurídico. O relator Ministro Ayres Brito que analisa a ADI do Rio Grande do Sul, também manteve seu posicionamento, e julgou improcedente a ADI 3357, aguardam-se os votos dos outros ministros da Suprema Corte, por isso mesmo, o julgamento encontra-se suspenso.

Diante do exposto, podemos concluir que este é o estado da arte em que se encontra a discussão sobre o amianto no Supremo Tribunal Federal. Ante a uma visão preponderantemente formalista (a discussão girando em torno de quem compete legislar sobre a matéria: União ou Estados) que impera na Suprema Corte do país, surgem novas interpretações divergente. Estas sobrepõem outros valores substanciais como a proteção à vida, à saúde, e ao meio ambiente, portanto, direitos

⁵⁴ (ADI 3937, p.5)

fundamentais garantidos pela Constituição Federal que permaneciam em segundo plano na discussão diante de um debate estéril e formal.

Em que pese à divergência jurídica do STF com a entrada em cena de novos enfoques, a cúpula da justiça brasileira tem garantido – mesmo que forma velada – os interesses monopolistas do capital-amianto. Pois continua a exploração industrial do mineral em território nacional, na medida em que se tem preservado a validade da lei geral, da União, a Lei nº. 9055/95 que ordena o uso do mineral no país. Outro elemento que colabora para postergar uma decisão conjunta do STF sobre o amianto no Brasil é a própria morosidade da Corte em julgar em definitivo as leis estaduais e suas respectivas Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Como vimos o STF ainda não tomou nenhuma decisão definitiva sobre o tema, os debates devem continuar ocorrendo a passos lentos até que em algum momento decidam sobre a continuidade ou o banimento do amianto no Brasil.

Sempre que a notícia de que o amianto será objeto de apreciação e julgamento no Supremo Tribunal Federal a cidade de Minaçu se agita. A sociedade se manifesta como foi o ato do abraço coletivo à SAMA, ou então lotam dezenas de ônibus que saem em comboio rumo à Brasília com faixas e cartazes em defesa do amianto crisotila. É em nome do emprego, da geração de renda, do desenvolvimento e progresso da cidade que se manifesta a população local; a SAMA se constituiu historicamente na portadora destes baluartes. Por isso mesmo, fazem-lhes acreditar que seria inadmissível o banimento do amianto no Brasil, pois esta decisão cairia como um raio na cidade de Minaçu como que significasse seu próprio “fim”. Este é o pensamento predominante na cidade.

O império do amianto se constitui numa complexa estrutura de poder que lança seus tentáculos e atua desde a escala mais imediata de realização da vida, na captura da consciência de cada indivíduo. Penetra nas instituições políticas locais, criando e fortalecendo as elites dirigentes do lugar, ávidas pelo micro poder que proporciona a cooptação de lideranças religiosas, sindicais, entidades representativas de classe, para dominar os meios de comunicação através de patrocínios e favores os mais diversos. Participa ativamente no financiamento de campanhas político-eleitorais para prefeitos, vereadores, mas também para governo de estado, para deputados e senadores, tomando-se sempre o cuidado de nunca assumir deliberadamente a defesa de um partido político, pois sob o princípio de agradar a todos, se mantém, dessa forma à margem das ideologias que são a

substancia dos partidos políticos. Nesse jogo, os interesses apesar de não serem os mesmos, confluem-se na elaboração do discurso que se propaga no meio social com o *status* de discurso “verdadeiro”. A classe política articulada aos interesses do império do amianto leva e defende as demandas do capital no interior das instituições públicas de poder, formando um imenso *lobby* político que atua em diferentes níveis das esferas decisórias do Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se compreender o imperialismo que se insinua para além dos níveis mais gerais de abstração. Para tanto, analisou-se a atuação do imperialismo a partir das práticas econômicas, políticas e sociais efetivadas, particularmente em Minaçu-GO, mas de modo geral no Brasil e no mundo, pela empresa SAMA Minerações Associadas, considerando-se a relação do capital-amianto com o Estado nos seus diferentes níveis: município, estado e à união. A descrição do processo de formação do império do amianto no mundo, começando pela história da família Schmidheiny que envereda, nos anos 1920, nos negócios do amianto, foi importante para se entender como, rapidamente, as primeiras anexações e fusões da indústria de fibrocimento formam um verdadeiro império.

É como parte intrínseca do movimento de expansão do imperialismo que ocorre a expansão do império do capital-amianto pelo mundo, sobretudo na América Latina, e especialmente, no Brasil. O imperialismo para garantir a produção e a reprodução do capital, promove em várias partes do mundo o modelo de “urbanização autoritária”. É nesse encadeamento que assim se constrói a cidade de Minaçu-GO para promover a exploração do amianto. O capital, hoje mais do que antes, elege os lugares aos quais deseja reverter em potência para sua acumulação e ali começa a agir. Foi o que ocorreu em Minaçu-GO, a cidade só surgiu em virtude das necessidades de acumulação e reprodução do capital-amianto, para o que contou com amplo apoio do Estado.

Assim, o capital construiu uma cidade para o capital. De início, um núcleo urbano literalmente criado pela SAMA, que dotou o espaço de equipamentos sociais mínimos para que a exploração do mineral pudesse começar, como uma Vila Operária, importante para a fixação do trabalho. Aos poucos a empresa mineradora repassa ao Estado as funções de criar as condições gerais de produção, pois, como diz Seabra (2003, p. 316), “a cidade capitalista é de domínio do capital privado, este que só encontra meios para reproduzir-se sob as bases de uma socialização das condições gerais de produção” e para esta socialização das condições gerais de produção, a ação Estado é imprescindível. Desde então, a relação entre o Estado-capital-amianto se fortalece cada vez mais, fato imanente ao capitalismo monopolista, portanto, característica comum do imperialismo.

Hoje, a cidade do capital-amianto está no “*olho do furacão*” ante a possibilidade de interrupção da exploração industrial do amianto no país, uma tendência mundial. O discurso ideológico reinante é o de que o banimento do amianto no Brasil afetaria Minaçu-GO a ponto de quase por “fim à cidade”, um discurso do terror, que é propagado pelos mais diversos meios sociais da cidade: igrejas, associações comerciais, poderes públicos, sindicatos de trabalhadores, que divulgam amplamente a ideia nas escolas, na universidade, na mídia impressa e no rádio. Enfim, o imaginário social está definitivamente contaminado por esse discurso que se converte em prática social, e também pelo inverso, pela prática social que elaborou o discurso.

Mas, seria realmente a morte da cidade ou a possibilidade de um novo começo? É preciso ter claro de que a verdadeira tragédia do desenvolvimento tem ocorrido desde o surgimento da cidade: a morte da natureza e a morte dos homens que literalmente deram sua vida à empresa. O que a SAMA faz quando dissemina o discurso que busca estreitar umbilicalmente os destinos da cidade ao destino da empresa, é ganhar a simpatia da população e a convencê-la a empenhar-se na luta pela defesa dos interesses comuns da cidade. Mas, no fundo, o que a empresa deseja é garantir a continuidade do monopólio da exploração da única mina de amianto em funcionamento no Brasil e na América Latina.

A exploração econômica deste mineral que já causou milhões de mortes de trabalhadores em todo o mundo e continua a causar, é venerada em Minaçu-GO pois se nutre do privilégio de ser a “salvação” econômica da cidade. Neste sentido, coloca-se o desafio de criar outros meios de vida e trabalho, outras formas de existência e reprodução da cidade sem amianto, para além da mineração de amianto. No entanto, os interesses políticos e pessoais das elites que mandam no lugar se fundem ao discurso da empresa, que em nome do emprego, renda, desenvolvimento e progresso gerado pela economia do amianto, perpetuam o que está posto.

Em meio a toda discussão sobre a possibilidade do banimento do amianto no Brasil a empresa SAMA segue fazendo fortunas e tem, inclusive, aumentado a produção do mineral a cada ano. Pois para ela as doenças do amianto é coisa de um passado remoto, distante, que a aplicação de técnicas modernas ao processo produtivo teria eliminado o risco de novos casos de doenças por inalação da fibra mineral. Ancorada na tese do “uso controlado do amianto” propalada aos quatro

ventos, a empresa segue reproduzindo e acumulando capital. Ao mesmo tempo em que acumula também as doenças e as mortes causadas pelo amianto no Brasil, e em Minaçu-GO. O risco de estacionar o debate somente no banimento do mineral é perder o foco sobre a responsabilização pelas doenças e pelas mortes das pessoas, além da responsabilização ambiental que causou anos a fio a mineração de amianto no Brasil, em particular nos municípios de Bom Jesus da Serra-BA e Minaçu-GO.

Com base em depoimento de moradores foi possível constatar como se combinam em Minaçu, a doença e o silêncio. Talvez Minaçu não devesse ser vista apenas como o lugar de maior extração de amianto da América Latina, exatamente porque essa extração está assentada num pacto de silêncio que envolve, de um lado a empresa, de outro, se pode dizer, a oligarquia local na qual sobressai o padre, os representantes da justiça, o Sindicato, os professores e até intelectuais do lugar.

Não existe em Minaçu alternativas de trabalho para o conjunto dos trabalhadores. Para esses homens vindos de longe, de diferentes rincões deste imenso país enfrentar a mineradora significaria perder o trabalho que traz o pão de cada dia. Mas por tudo que já foi relatado não se trata apenas de estratégias próprias desse fordismo periférico que opera pela estruturação de dominação política, promovendo ascendência da empresa sobre o conjunto da sociedade local. Pois, ao que parece, é usual reverenciar a empresa como parte da própria existência, pois nos encontros festivos, efemérides ou não, prevalece a intenção e sentido de comunhão da comunidade com a empresa.

O silêncio esconde a dor. A dor que submerge ao processo de colonização das consciências ao ponto de que diante da doença e da morte viceja o sentimento que acomoda o drama no entendimento de que morte, mesmo essa morte que resulta do consumo do trabalhador, seja própria da vida.

É então que os pobres homens vão deixando de serem homens de trabalho não sem antes lutarem por não descobrir em si mesmos as doenças derivadas da manipulação do amianto. Todos vivem e convivem com tragédias anunciadas, haja vista a elevada ocorrência de câncer entre a população de Minaçu.

A estrutura de dominação política extravasa Minaçu e chega à capital, Goiânia, envolvem serviços de saúde, médicos que sem nunca terem visto os pacientes emitem laudos atestando a sanidade dos trabalhadores da SAMA. A cidade empresa é dotada de grande homogeneidade quanto aos seus conteúdos

significativos, ou seja, aquela dimensão da existência dos sujeitos concernidos: os moradores. Essa força que homogeneíza compele os moradores a assumirem a condição de trabalhadores-citadinos e mesmo de cidadãos, num processo de alienação de si que beira o absoluto. Em suma, tudo ali é função da empresa, inclusive a escola.

Mas viu-se nos depoimentos que pelo momento os termos absolutos dessa alienação não se realizam porque há um substrato de consciência crítica que o sofrimento exige aflorar. O passo seguinte para os moradores é um pouco mais complexo, será o de compreender a essência da oposição entre riqueza e pobreza, que pode explicar a condição de uns e outros, ao redefinir os termos da práxis dos trabalhadores, autocompreendidos como membros de uma classe: a classe trabalhadora. Mas nada pode aplacar a oposição real entre a riqueza e a pobreza de uns e outros. Com a colonização da consciência a doença do amianto e o medo que ronda a vida dos habitantes, mas principalmente dos trabalhadores produz um efeito reverso que consiste no esforço por não descobrir a doença.

Entre outras coisas este trabalho também quis apresentar outra leitura da história da cidade de Minaçu-GO distinta daquela contada pelos memorialistas dos discursos oficiais que sempre venera de forma positiva o protagonismo exercido pela SAMA. Nossa interpretação buscou trazer à luz os fatos obscuros e não contados, as histórias de dor e sofrimento de ex-trabalhadores doentes por contaminação de amianto omitida no discurso oficial. Concomitante a isto, lembrar também que, mesmo consumidos pela doença, muitos destes trabalhadores continuam a idolatrar a empresa demonstrando, assim, o grau de subjugação alcançado pela SAMA, que abarca o corpo e a alma destes trabalhadores, fazendo-os crer que os acidentes de trabalho são naturais e acontecem em toda parte, uma naturalização consentida e admitida pelos próprios trabalhadores.

O objetivo desta pesquisa só foi atingido se tivermos conseguido estabelecer uma viva relação entre os níveis de atuação do imperialismo visto a partir das práticas econômicas, políticas e sociais da empresa SAMA agindo na cidade de Minaçu-GO e conformando um arranjo urbano que denominamos de “urbanização autoritária”, pois que é resultado da ação imperialista. Tentamos, com isso, evitar enxergar apenas o imperialismo de longe e procuramos tecer as relações mais íntimas entre os fenômenos gerais e abstratos com a vida concreta do lugar, que se realiza cotidianamente na cidade de Minaçu-GO.

A pesquisa revelou o que é solenemente velado na sociedade de Minaçu. Aquilo que de certa maneira todos sabem, mas se negam a acreditar, o que todo mundo já ouviu dizer, mas ninguém fala, preferem a ignorância do silêncio à realidade viva e crua diante dos olhos, a realidade de que existem pessoas doentes por contaminação de amianto em Minaçu. Que o amianto mata aqui ou em qualquer outro lugar. Pudemos perceber durante a pesquisa que é bastante difícil para os moradores de Minaçu admitir esta constatação, ou quando admitem a coloca como histórias do passado, numa tentativa desesperada de não querer enxergar esta mancha cruel impregnada na história da cidade.

Construir outros caminhos de sociedade erradicada de realidades urbanas e rurais adoecidas como as que temos vivido atualmente é o horizonte que sonhamos. Para isto, é fundamental implodir em suas bases a sociedade burguesa na qual vivemos e nos defrontamos, e inventar outro mundo em que o fundamento da vida não seja o lucro. Como fazer isto? É o desafio posto para as classes que não vivem do lucro.

REFERÊNCIAS

ABREA (1999). **Dura realidade e começo de uma luta.** Boletim nº 5, pp.1-2. Disponível em: <http://www.abrea.org.br/03fboletim.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2011.

ABREA (2005). **Amianto os custos humanos das voracidades das empresas.** Disponível em: <http://www.abrea.org.br/Parleuropeu2005.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2011.

ABREA (2010). **Apelo de Milão.** Disponível em: <http://www.abrea.org.br/21apmila.htm>. Acesso em 12 de maio de 2011.

ABREA (2011a). **Declaração de São Paulo.** Disponível em: <http://www.abrea.com.br/20declsp.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2011.

ABREA (2011b). **Declaração de Osasco-SP.** Disponível em: <http://www.abrea.com.br/18congressog.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.

ABREA (2011c). **Entidades que lutam contra o amianto no Brasil.** Disponível em: <http://www.abrea.org.br/abreagruposlocais.htm>. Acesso em 21 de junho de 2011.

ABREA (2012). **Entre as causas da invisibilidade social das doenças do amianto ou silêncio epidemiológico estão.** Disponível em: <http://www.abrea.org.br/22invisi.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2012.

ABREA (2012a). **Panorama mundial de proibição do amianto.** Disponível em: <http://www.abrea.com.br/07panorama.htm>. Acesso em 12 de julho de 2012.

ABREA (2012b). **Quadro de leis atualizado.** Disponível em: <http://www.abrea.com.br/QUADRO%20ATUAL%20banimento.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

ABREU, Maurício de Almeida. **Pensando a cidade no Brasil do passado.** In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Anuário Mineral Brasileiro. Brasília: DNPM, 1997-2012. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?...4544>. Acesso em: 10 janeiro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR – 14724:** 2011: informação e documentação: trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR – 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR – 6023: informação e documentação: referências: elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, Rubens M. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996-2003.** 2003. 174p. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Campinas, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Constituição, democracia e supremacia judicial: Direito e política no Brasil contemporâneo.** Revista da Faculdade de Direito da UERJ. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 21, jan/jun. 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1794/2297>. Acesso: 02 de setembro, 2013.

BERMAN, Daniel M. Magnata do amianto ou guru ambiental: os julgamentos de Stephan Schmidheiny. In: **Eternit e o grande julgamento do amianto.** (Org.) Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 2012.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana.** São Paulo: Cortez, 2004.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo, Estúdio Nobel, 1985.

BORON, Atílio. A questão do imperialismo. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 459-483.

BRASIL, (1969). **Código de Mineração: Lei e Regulamentação.** Departamento de Imprensa Nacional, 1969.

BRASIL (1995). **Lei nº. 9.055,** de 1 de Junho de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9055.htm. Acesso em: 10 de março de 2011.

BRASIL, (2009). Ministério Público do Trabalho. **Ação Civil Pública Com Pedido de Antecipação dos Efeitos de Tutela.** Goiânia, 2009. Disponível em: <http://www.abrea.org.br/MPTxIBC.pdf>. Acesso: 17 de julho de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2396.** Governador do Estado de Goiás e Governador do Estado do Mato Grosso do Sul e Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul. Relator: Min. Ellen Gracie. 08 de maio de 2003. Disponível em <www.stf.gov.br> Acesso em: 20 agosto de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2656.** Governador do Estado de Goiás e Governador do Estado de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Relator: Min. Maurício Corrêa. 08 de maio de 2003. Disponível em <www.stf.gov.br> Acesso em 20 agosto 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3937.** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e Governador do Estado de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Relator: Min. Marco Aurélio. Disponível em <www.stf.gov.br> Acesso em 20 agosto 2011.

CAIAFFA, Waleska Teixeira.;PROIETTI, Fernando Augusto. **Fórum: O que é Saúde Urbana?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21 (3), pp.940-941, mai-jun, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v21n3/29.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2011.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005.** 3ª ed. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

CARLOS, Ana F. A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **A condição espacial.** São Paulo, Contexto, 2011.

CARNEIRO, Glauco. **Jari, uma responsabilidade brasileira:** origens e nacionalização do controle do Projeto Jari, São Paulo, Lisa, 1988.

CARVALHO, Cláudio Viveiros de. **Amianto.** Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://db.camara.gov.br> >. Acesso em: 26 mar. 2011.

CARVALHO, Wanderlino Teixeira. de. **A política mineral goiana: 1960-1986.** 1988. 264p. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 1988.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. O imperialismo, hoje. **Revista Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, pp. 65-75. Janeiro, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 26 jun. 2012.

CASTRO, Hermano; GIANNASI, Fernanda; NOVELLO, Cyro. A luta pelo banimento do amianto nas Américas: uma questão de saúde pública. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, pp. 903-911. Novembro, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 23 mar. 2011.

CATAIA, Márcio A. A geopolítica das fronteiras internas na constituição do território: o caso da criação de novos municípios na região Centro-Oeste do Brasil durante o regime militar. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, n. 218 (22),. Agosto, 2006. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-22.htm>> Acesso em: 22 jan. 2010.

CHOU, Li Tsun Yin. **Avaliação clínico-funcional de trabalhadores expostos ao asbestos na atividade de mineração**. 2003. 70p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. Campinas, Papirus, 1998. (Série Ofício de Arte e Forma).

_____. De Vila Operária à cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, A. 3 nº. 4, pp. 83 – 98. Maio, 2001. Disponível em < http://www.anpur.org.br/publicacoes/Revistas/ANPUR_.pdf > Acesso em: 22 set. 2010.

Dal Co, F. **“De los parques a la región”**. In: Ciucci, G. et al., La ciudad americana de la Guerra Civil al New Deal. Barcelona: Gustavo Gili. 1975.

DOSSIÊ AMIANTO BRASIL - Relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados destinado à análise das implicações do uso do amianto no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/769516.pdf> >. Acesso em: 28 set. 2011.

ECONOINFO (2013). **Eternit: estrutura acionária e afins**. Disponível em: <http://www.econoinfo.com.br/governanca/estrutura-acionaria?ce=ETER>. Acesso em 28 de abril de 2013.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: Estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**, Ed. do autor, 1998.

FILHO, Osvaldo Barbosa F.; LINHARES, Willian Bretas. **CRISOTILA-amianto**. Sumário Mineral, 2009. v. 29, Julho, 2010. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBBancoArquivo=4359. Acesso: 24 de novembro de 2011.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FOSTER, John B. O redescobrimento do imperialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 431-448.

GARCÉS, Eugênio. Las ciudades del cobre: del campamento de montaña al hotel minero como variaciones de la company town. **Revista EURE**, Santiago, v. 29, n. 88, p. 131 – 148. Dezembro, 2003. Disponível em < <http://www.scielo.cl/scielo.php> > Acesso em: 27 jul. 2007.

GIANNASI, Fernanda. A construção de contra poderes no Brasil na luta contra o amianto: a globalização por baixo. São Paulo, Fev. 2002. Disponível em: <http://www.abrea.org.br/09bibliografia.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2012.

_____. **Cimento de amianto no Brasil**. In: Eternit e o grande julgamento do amianto. (Org.) Central Única dos Trabalhadores. São Paulo, 2012.

GOOGLE (2011). Disponível em: <http://www.Google.com/Google Earth>, 2011. Acesso: 24 de abril de 2011.

GONÇALVES, Carlos W. P.; AZEVEDO, Nilce M. de. A geografia do imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº. 59, pp. 23-41, outubro, 1982

GRANOU, André. **Capitalismo e modo de vida**. Porto: Afrontamento, 1975.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde urbana**: velho tema, novas questões. Revista Terra Livre, São Paulo, nº 17, 2001. pp. 155-170.

HARDT, Michael.; NEGRI, Antônio. **Império**. São Paulo, Record, 2002.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBORN, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IMBRALIT (2006). **Mandado de segurança nº 12.459 – STJ-DF**. Disponível em: http://www.imbralit.com.br/site/blocos/amianto/includes/mandado_de_seguranca_n_12459.pdf. Acesso: 29 de agosto de 2011.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (2009). **Números oficiais sobre doentes são ocultados**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha47/ult10115u590021.shtml>. Acesso: 24 de abril de 2012.

JORNAL O GLOBO (2012). **Empresa reconhece que há doentes após 1980**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio20/empresa-reconhece-que-ha-doentes-apos-1980-4953065#ixzz2WmWdfJNm>. Acesso: 20 de agosto de 2012.

JORNAL VALOR ECONÔMICO (2013). **Lucro da Eternit tem queda de 10% no quarto trimestre**. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3046580/lucro-da-eternit-tem-queda-de-10-no-quarto-trimestre>. Acesso: 23 de março de 2013.

LACAZ, C. S.; BARUZZI, R. G.; SIQUEIRA Jr., W. **Introdução à Geografia Médica do Brasil**. São Paulo: Edgard Blücher/Edusp, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **A (re)produção das relações sociais de produção**. Tradução de Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Iran Ferreira. **Recursos minerais: política e sociedade**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1989.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. 2, Tradução de Reginaldo Sant'anna – 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. 1, Tradução de Reginaldo Sant'anna – 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O 18 de Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENDES, René. Asbesto (amianto) e doença: revisão do conhecimento científico e fundamentação para uma urgente mudança da atual política brasileira sobre a questão. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 7 – 29. Jan./Fev., 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/csp/v17n1/4057.pdf>. > Acesso em: 11 ago. 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil:** opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

MÍDIA INDEPENDENTE (2009). **Júlio Cavalcante Fortes X Corrupção em Goiás.** Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2009/05/446123.shtml>. Acesso: 22 de agosto de 2011.

MINAMI, Issao. Vila de Paranapiacaba, outrora Alto da Serra, na Serra do Mar, em São Paulo, um patrimônio ambiental, tecnológico e arquitetônico: produto de uma “single-enterprise” ferroviária no Brasil. **Arquitextos 054**, ano 05, São Paulo, Novembro, 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp267.asp>> Acesso em: 13 set. 2010.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. ; COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho.** Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR, Brasília, pp. 420-430, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia:** Pequena história crítica. São Paulo, Annablume, 2007.

_____. **Território e história no Brasil**, São Paulo, Annablume, 2008.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro:** As matrizes clássicas originárias. vol. 1, São Paulo, Contexto, 2010.

NOGUEIRA, Diogo Dupo. et al. Asbestose no Brasil: um risco ignorado. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, pp. 427- 432, 1975.

OLIVEIRA, Márcio P. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e reprodução do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 10, n. 218 (51), Agosto, 2006. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> Acesso em: 10 ago. 2010.

OLIVEIRA, Gabriel Mauro de Araújo.; LISBOA, Moacir. **Amianto no Brasil.** Departamento Nacional de Produção Mineral, Boletim n.º 45, Rio de Janeiro, 1940.

ORTIZ, Maria C. M.; HUE, Renata S. **Minaçu e Recife:** histórias de habitações e seus habitantes. São Paulo: Projeto, 1987.

PASSARELLI, Silvia Helena. **Cem anos do Grande ABC (Sobre a vila de Paranapiacaba).** Coleção Memórias da Cidade. Santo André, Prefeitura, 1989.

PUCHE, Paco. **Um mundo sin amianto.** (2011). Disponível em: <<http://www.ecoportal.net/content/view/full/98861>> Acesso em: 12 de maio 2011.

_____. **Stephan Schmidheiny, magnata del amianto y fundador da AVINA, desmontado.** (2013). Disponível em: <http://www.ecoportal.net/temasespeciales>. Acesso em: 29 de agosto de 2013.

PAMPLONA, Renato Ivo. **O amianto crisotila e a SAMA 40 anos de história Minaçu-Goiás: da descoberta à tecnologia limpa – 1962-2002**. Minaçu: R.I Pamplona, 2003.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre.;BENADUCE, Gilda Maria Cabral. **Geografia da saúde e as concepções sobre o território**. São Caetano do Sul-SP. Rev. Gestão & Regionalidade, vol. 23, nº. 68, pp. 34-44, setembro, 2007. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/78. Acesso: 12 de maio de 2011.

PEREIRA, Uhênia Caetano. **Paisagem alterada: o homem como agente geomorfológico - mudança no relevo através da mineração em Minaçu (GO). Catalão-GO**. Rev. Espaço em Revista, vol. 15, nº 1, pp. 40-55, jan/jun-2013.

PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Manual de normas para elaboração de trabalhos científicos**. Uberlândia, 2013.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAÇU (2012). **Decreto 173/2012**. Disponível em: http://www.tigo.jus.br/bw/wp-content/uploads/2012/03/decreto_minacu.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo, Ática, 2011.

REVISTA ÉPOCA (2001), Disponível em: http://www.epoca.globo.com/edic/20010416/boxbrasil8_4a.htm. Acesso em 27 de abril de 2012.

REVISTA ÉPOCA (2008). **Amianto brasileiro reage às pressões internacionais**. Edição 2038, nº. 539, pp. 68-69, 15/09/2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EIT144-16091,00.html#Brasil>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

REVISTA ÉPOCA (2005). **Vida e Morte: Brasilit e Eternit travam guerra pesada para convencer governo e opinião pública sobre o futuro do mineral. Em jogo um mercado de 2 bi**. Disponível em: http://www.abrea.com.br/epoca_lobby_amianto.pdf. Acesso em: 15 de abril de 2012.

REVISTA ÉPOCA (2010). **A maldição do amianto: condenados pela fibra cancerígena, centenas de ex-trabalhadores da Eternit e Brasilit lutam por indenizações na justiça**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI144366-15223-2,00-A+MALDICA+DO+AMIANTO.html>. Acesso: 25 de novembro de 2011.

REVISTA ISTO É (2008). **Amianto brasileiro reage às pressões internacionais**. Edição 2028, pp. 62-63, 17/09/2008. Coluna: Informe Publicitário. Disponível em:

http://www.istoe.com.br/revista/indice-de-materias/160_AS+MENTIRAS+DA+ABIN#. Acesso: 12 de outubro de 2012.

REVISTA VEJA (2008). **Amianto brasileiro reage às pressões internacionais**. Edição 2078, ano 41, nº. 37, pp. 44-45, de 17/09/2008. Coluna: Informe Publicitário. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso: 22 de setembro de 2012.

RIBEIRO, Benjamim Adiron. **A vila serra do navio, comunidade urbana na selva amazônica**: um projeto do arquiteto Oswaldo A. Brake. São Paulo, PINI, 1992, 110p.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**: influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. vol. 2, Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.

ROSELLI, Maria. **La mentira del amianto**: fortunas e delitos. Málaga: Ediciones del Genal, 2010.

ROSSI, Giampiero. **A Lã de salamandra**: A verdadeira história da catástrofe do amianto em Casale Monferrato. São Paulo, Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

SAMA. **Relatório anual de sustentabilidade**: (2008-2011). SAMA S.A. – Minerações Associadas. Disponível em: <http://www.SAMA.com.br>. Acesso em: 13 de agosto de 2012.

SANTANA, Paula. **Saúde, território e sociedade**: contributo para uma geografia de saúde. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

SANTOS, Douglas. **Uma cartografia do imperialismo**. (2003). Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r20_r01.htm> Acesso em: 22 mar. 2011

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento**. Conferência magna proferida no I Seminário Nacional Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento, em 12 de julho de 2000. Ciência & saúde coletiva. vol. 8, n.1, pp. 309-314. (2003). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141381232003000100024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 de Janeiro de 2013.

SCLIAR, Cláudio. **Amianto**: mineral mágico ou maldito? Ecologia humana e disputa político-econômica. Belo Horizonte: Novatus, 2005.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. ; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. Contexto, São Paulo, 2003. pp.308-322.

SEPLAN (2012), **Perfil socioeconômico – Minaçu**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov/sepim>. Acesso: 29 de junho de 2012.

SINGER, Paul. **Apresentação**. In LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. pp. 7-42.

SORRE, Max. **Os fundamentos da geografia humana**. In: MEGALE, Januário Francisco. *Max Sorre*. Tradução: Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo, Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais; 46).

_____. *El hombre em la tierra*. Madrid: Labor, 1961.

Sumário Mineral Brasileiro. Brasília: DNPM, 2011, Vol. 31. Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=7366. Acesso em: 15 janeiro de 2013.

Sumário Mineral Brasileiro. Brasília: DNPM, 2012, Vol. 32. Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=7366. Acesso em: 15 janeiro de 2013.

TEIXEIRA, Carlos M.; MOREIRA, M. **Asbestose**: higiene nas minas. **Departamento Nacional de Produção Mineral**, Boletim n.º 98, Rio de Janeiro, 1956.

TURAZZI, Maria Inês de. **A euforia do progresso e a imposição da ordem**: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1989.

WOOD, Ellen M. Estado, democracia e globalização. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp.381-393.

WÜNSCH, Dolores S. **A construção da desproteção social no contexto histórico-contemporâneo do trabalhador exposto ao amianto**. 2004. 236p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

UOL (2009a). **Grupo Eternit é um dos maiores doadores à políticos em Goiás**. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/treinamento/2009/07/10/poder_politico.pdf. Acesso: 31 de outubro de 2011.

UOL (2009b), **Sob pressão, amianto prospera em Minaçu**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com/foha/treinamento/novoemfolha47/ult10115u589896.shtml>. Acesso: 21 de abril de 2011.

UOL (2013). **Itália: Tribunal condena dono da Eternit a 18 anos de prisão**. Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas->

noticias/internacional/2013/06/03/italia-tribunal-condena-dono-da-eternit-a-18-anos-de-prisao.htm. Acesso: 04 de junho de 2013.

APENDICES

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *Stricto Sensu* EM GEOGRAFIA
HUMANA/Doutorado**

**Tese de Doutorado - IMPERIALISMO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A
INDÚSTRIA DO AMIANTO E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE MINAÇU – GO**

APÊNDICE A – Transcrição da entrevista realizada com Lúcia de Souza e Silva e sua irmã Cláudia, filhas do Sr. Manoel de Souza e Silva (ex-trabalhador da SAMA falecido por câncer provocado pelo amianto)

Data da entrevista: 08/06/2013 – casa da Lúcia, vila de furnas, avenida real grandeza, nº 30, Minaçu-GO.

Doutorando: Fábio de Macedo Tristão Barbosa

FÁBIO: QUANDO CHEGARAM A MINAÇU?

- Chegamos a Minaçu em 1983, vindas de São Paulo.
- Meu pai chegou em 1982 para trabalhar na SAMA, e nos chegamos um tempinho depois em 1983.
- Meu pai trabalhou na SAMA de 1982 a 1994 (12 anos), depois daquela data que eles falam que não houve mais doentes, mas na verdade ele começou em 1982.

FÁBIO: QUE FUNÇÃO ELE EXERCIA NA EMPRESA?

- Ele era mecânico de máquinas pesadas – perfuratriz – furando rocha.

FÁBIO: QUANDO É QUE SEU PAI COMEÇOU A APRESENTAR PROBLEMAS DE SAÚDE CAUSADOS PELO AMIANTO?

- Em 2006 ele descobriu que tinha a doença, ele começou a sentir um pouco de falta de ar e dor nas costas. Ele achava que era coluna. Ele era aposentado por tempo de serviço, mas continuava trabalhando noutras empresas.
- Ele resolveu pedir um tempo na firma para fazer alguns exames para ver o que era. Ele foi na médica da SAMA, ele acreditava muito na SAMA, principalmente por a pesquisa ser de São Paulo –Unicamp/Usp , ele achava que tava sendo monitorado realmente.
- O que eles dão de indenização não dá pra nada, com certeza o trabalhador prefere ter a saúde. E ele acreditava nas pesquisas e sempre fazia os exames da SAMA todos os anos. Neste ano (2006) ele sentiu uma forte dor nas costas, dor no peito, e achava que estava com pneumonia, e ele foi a Goiânia consultar com uma médica da SAMA para fazer uma série de exames.

- A médica foi extremamente estúpida dizendo que não podia dar um laudo de pneumonia. Fez os exames e mostrou para um outro médico que constatou a pneumonia, passou os remédios e meu pai deu uma pequena melhorada. Meu pai pegou os exames e guardou, todos os exames feitos pela SAMA ele sempre guardou assinado pelo Bagatin, terra, dizendo que ele não tinha nada. Guardou o Raio-X da pneumonia dele, meses depois veio a cartinha da SAMA dizendo que ele não tinha nada e que ele estava ótimo, aquela cartinha de sempre.
- O funcionário não tem acesso a nenhum dossiê médico, não pode ir lá na firma pegar nenhum exame dele. Como você tira um exame seu e o próprio paciente não tem acesso ao dossiê médico dele.
- Meu pai não sarava, resolveram trocar de cardiologista, que pediu uma bateria de exames, aí foi onde tudo começou a aparecer, foi o início de toda prova. Aí constatou que ele estava com um nódulo nos pulmões. Aí meu pai foi atrás daquele primeiro exame, o raio x da pneumonia feito pela SAMA... Já estava o nódulo ali... Foi aí que começamos a questionar o exame da SAMA né. Como, meu pai tá bem e tá acontecendo isso?
- Entrei em contato com o Dr. Milton nascimento da SAMA questionando que eles deram um laudo assim e meu pai estava doente?

FÁBIO: DESDE ESTA DESCOBERTA COMO FOI O TRATAMENTO DA EMPRESA DIANTE DO PROBLEMA?

- A empresa continuava dizendo que ele estava ótimo... Foi quando uma amiga de trabalho minha que é esposa de um dos chefes lá da SAMA pediu que eu fizesse uma carta relatando tudo que estava acontecendo, eu fiz essa carta e o marido dela entregou para a chefia, ao ver a carta e tudo que eu relatei aqui, eles resolveram me chamar para conversar sobre o assunto.
- Aí que começou a nossa conversa, mas eu não tive acesso a nenhum exame do meu pai. Quem teve é somente os médicos que eles indicavam, pagos por eles, eles podem ter acesso. Aí a gente começou a pesquisar sobre o amianto, éramos até defensoras da SAMA até então...como todos criados, a SAMA sempre foi um paraíso até para adolescentes vindos de São Paulo... Meu pai fez um exame chamado Petscan e descobriu que estava no rim dele também, e agora onde mais tá.
- Doutora Li, que atende os pacientes lá de São Paulo.
- Eles querem sempre alegar que a pessoa é fumante. Nós nunca negamos isso, mas mesmo ele sendo fumante ele teria o direito de saber o que ele tinha desde o

começo, desde o princípio. A empresa negou o direito dele a vida né. Porque ele confiava naquilo, ele achava que se a SAMA tá falando que ele tá bem, ele tá bem.

FÁBIO: ELE CHEGOU A FAZER AQUELE ACORDO?

- Todos os funcionários assinaram um papel, que não tem a primeira parte, nenhum funcionário tem a primeira parte, ou você assinava ou ia embora, não se falava em problema de amianto, não se falava em doença... O sindicato tá ali pra que? Vê se o sindicato faz alguma palestra dizendo que o amianto faz mal, se você tem o sindicato, se voce paga o sindicato e o sindicato é do trabalhador, qual é a obrigação do sindicato?

- Um acordo que faz mal só pra você, só para o trabalhador e a empresa leva vantagem, isso é acordo? E uma coisa junto com o sindicato... a ter o direito de fazer o exame que vai ser escondido...a juíza não se preocupa nem em ver se o acordo foi mantido, se realmente deu o direito dele saber sobre a doença, se cuidaram realmente dele.

- Há omissão da justiça, do sindicato, que é do trabalhador [ou] da empresa, esse sindicato é da empresa, ele não é do trabalhador.

- Quem assina uma sentença de morte, sabendo que ia morrer? Meu pai era uma pessoa superinteligente, mas desconhecia o problema, confiava na SAMA.

- Tanto desconhecia que de pequena eu brincava com amianto muito, aquilo pra gente puxar aqueles pelinhos era natural... Colônia de férias era dentro da SAMA, ver a SAMA, todo mundo rindo, brincando, pegando na pedra, desfiando as fibras de amianto, trazia a pedra pra casa como lembrança...

- Nevava na SAMA, eles escreviam no chão no pó branco.

FÁBIO: NEVAVA! COMO ASSIM?

- Era poeira de amianto, todas as casas tinha o chão branquinho, era vermelho né, mas quando amanhecia era tudo branco, desde telhado, chão, carros, mas era normal aquilo.

Os exames eram realizados anualmente, todo ano o trabalhador ia para Goiânia fazer os exames, a SAMA mandava a carta dizendo o dia do exame, os trabalhadores iam até Goiânia. Mas os médicos que laudavam eles nunca viram paciente, o Dr. Terra, o Dr. Bagatin, eles nunca viram os pacientes

FÁBIO: VOCÊS CONHECEM OUTROS CASOS AQUI EM MINAÇU DE DOENTES POR AMIANTO?

- Joana cascalho e Ilton Cascalho estão com a doença, marido e mulher os dois trabalharam na SAMA, os dois não tem o laudo da SAMA que diz que tem a doença. Na época do deputado (Edson Duarte PV-BA) ele veio escondido, ele fez um trabalho enorme e foi muita a gente, nos tivemos que fazer seções quase que secretas, fomos para o hotel kadore e ali foi chegando gente, chegamos a pegar endereço, telefone, tinha um até de dentro da SAMA que fazia parte do CIPA. Ele tinha fotos das poluições de tudo que acontecia lá dentro, mas era foto que ele mostrava os cantos cheios de amianto, sabe era uma proteção dele porque ele sabia que ali ele estava sendo contaminado.

- Getúlio marido da Carmem morreu com uma morte fulminante por causa do amianto, não deixaram tirar pulmão, não deixaram tirar nenhuma prova que tinha morrido por causa do amianto... Segundo a esposa a SAMA negou até oxigênio para o marido que estava morrendo no hospital.

- Fomos, eu (Lúcia), minha mãe e meu pai para São Paulo tudo pago por eles (SAMA) hospital, exames, especialistas, tudo de primeira linha... Dr. Eduardo que também era médico da empresa que disse que não era o primeiro caso e deu muita esperança de vida a meu pai, mas nos vimos que era tudo enrolação.

- Meu pai morria de medo da SAMA matar ele, vou para mesa de cirurgia e eles me matam lá, queima de arquivo. Ele só aceitou fazer a cirurgia com a presença de uma prima que era pediatra, porém médica que eles aceitaram que eles entrassem na sala de cirurgia.

- Quando ele fez a cirurgia eles pediram par que ele assinasse um termo para que o exame para saber se ele tinha asbestose fosse feito nos estados unidos...pensávamos que eles fariam um laudo melhor, não teria porque negar, então foi assinado e foi mandado. Mandaram e voltou dizendo que não tinha nada, graças a deus então não tinha nada, então vamos partir para o rim, foi lá tirou um pedaço do rim viu que era câncer mesmo, mas seu pai tem sobrevida chance de 80%. 20 dias depois de primeira cirurgia ele fez a segundo os médicos do Sírío Libanês (hospital) que atenderam meu pai, era equipe de primeira linha

- Chegou a parte da quimioterapia, para acabar com o tratamento dele, e a gente pensou assim, o pior já passou, e Goiânia é de acesso melhor... A recuperação dele seria melhor, foi nosso primeiro engano, por que... Os médicos em Goiânia estão muito aquém nesta questão foi o primeiro erro da gente...

- Mas a SAMA só deu alguns meses de auxílio até sair o resultado, quando o resultado saiu e que não era amianto tchau e benção... O médico Milton Nascimento

da SAMA garantiu no começo do tratamento que a SAMA cuidaria do meu pai até o fim, sendo ou não amianto.

- Por nossa conta refizemos os exames, com o doutor Ubiratan do Incor, o laudo deu que a quantidade de amianto nos pulmões do meu pai estava bem acima do permitido.

FÁBIO: COMO VOCÊS PASSARAM A SEREM VISTAS PELA SOCIEDADE DE MINAÇU?

- Meu pai ficou sabendo que ia haver o primeiro encontro sobre amianto no Brasil (depois de 2005) e meu pai disse filha vai, e foi a primeira vez que encontramos com pessoas de outros lugares, outros estados como da Bahia, Minas, Rio de Janeiro...quando temos o inimigo temos estudar contra ele... A gente começou a investigar tudo...

- Eu não trocava milhões pela vida de meu pai (emoção), mas a SAMA não deu essa chance pra gente, isso é uma coisa que doeu nele e na gente, e ele começou por a gente nesta luta... Ele dizia: eu estou aqui me tratando e o restante?

- A gente queria a verdade, a verdade que não foi dita pelo sindicato, a verdade que a SAMA omitiu quantos anos, e a gente queria também que o pessoal tivesse direito a verdade, mas foi um engano ninguém quer ouvir a verdade.

- AGEA começa em Minaçu com a vinda da Fernanda Giannasi. O Antônio Carlos que abriu a AGEA, ele era presidente da AGEA. Mas logo depois foi cooptado pela empresa SAMA, é a favor da SAMA. O filho estava trabalhando na SAMA... eu não o condeno, ele tava aqui passando fome e a SAMA prometeu emprego pra ele, a justiça não faz nada.

- Eu tive que sair da Agea, porque estava sob proteção a testemunha.

- Sempre fica esta ladainha a SAMA vai fechar, e a SAMA vai lá e injeta dinheiro nos políticos, e a cidade toda em pânico. Essa jogada né, de dinheiro e políticos, dinheiro e políticos.

FÁBIO: O QUE VCS ACHARAM DO ABRAÇO COLETIVO À SAMA?

- Minha filha estuda no Sesi/SAMA e ela teve que dar o abraço a SAMA com o avô morto para ganhar um ponto na matéria de geografia, livre espontânea pressão.

- O pai da mulher do Raimundo vereador com asbestose... Muitas famílias são gratas porque fizeram a vida e associam a morte como parte da vida e não com o amianto.
- A SAMA tinha realmente que por em ação o papel lindo que ela fala que faz, é isso que eu queria, porque eu concordo que as mineradoras fazem mal. Quem é que faz a medição de poluição do amianto, você vai falar que sua casa tá suja?
- Que sindicato que é esse que faz acordo contra o próprio funcionário, eles tinham que ser processados por essas mortes, mas quem se levanta contra a SAMA é humilhado quer acabar com a cidade, você é louca como você viu no jornal, então assim, você acaba sendo massacrado. É aquela lá, é aquela Lúcia.
- Eles chamam a gente pra viajar, no dia do amianto, os professores vão, os funcionários vão, então assim eles batem de frente... a secretária de comunicação do município deu um show em frente ao estande da SAMA ela pôs eu para correr mesmo. É perseguição mesmo.
- Como que vai fechar aquilo que dá a vida para a cidade economicamente... É assim que a cidade vê, tem aí os depoimentos dos comerciantes e tudo... É uma cidade que tem um número grande de pessoas formadas, geógrafos, e ninguém fala nada sobre amianto, como isso pode acontecer?
- Aqueles rejeitos que são jogados ali naquelas montanhas têm rejeito, eles pararam o vento para não jogar amianto na população? Quem mora ali, penso eu acho que é pior ainda... Alguém é monitorado, a cidade, eles não tão vendo a SAMA cada vez mais rica, detonando uma cidade e não tão nem aí para as vidas humanas... Gente vocês tem que por na cabeça que vocês têm direitos, depois que estiverem doentes, sem dinheiro, porque uma doença dessa gasta muito, meu pai teve que vender uma casa em São Paulo com plano de saúde Unimed... Não é barato, tem a diferença que morre rápido quando não se tem dinheiro mas é muito sofrimento.
- Não quero ver fechar, eu quero ver atuante, no direito das pessoas ter acesso aos documentos, ter noção da verdade de que aquilo lá faz mal sim, de que o que eles pregam eles não cumprem.
- Se fecharem eles são indenizados, quando eles fizeram o contrato de extração, se o Brasil resolver fechar o Brasil tem que indenizar ainda pagar pra eles, e ficar com o estrago, o ambiental e o social.
- Quando vai mudar a cabeça, professores, geógrafos não falam nada, o próprio sindicato ao invés de ser do trabalhador é da empresa...
- A igreja, eu denunciei um padre daqui, ele não esquece meu nome, ele me cumprimenta e tudo, lá em Goiânia, falei assim, o padre tá falando para o fiel da igreja, convocando ele pra ir sendo que aquela fibra mata e o padre chamando os fieis pra ir, qual o papel da igreja diante disso? E rompi com a igreja, porque também

tem um papel social a igreja, ela sabe da verdade, se ela não quer ser contra ela tem que ser a favor da vida, eu não tô pedindo para ela ser contra a SAMA não, tô pedindo para ela ser a favor da vida, se ela quer se meter na briga dela a favor de um *lobby* enorme eu respeito, mas colocar a vida das pessoas, as pessoas a favor da morte, a igreja não tem esse direito não, elas não tem, os padres não tem esse direito não. Até os pastores que também convocam e colocar as pessoas em risco representando uma empresa do qual eles não ganham nada e nem sabem da verdade.

- A verdade só tá na bíblia? Usar o coração deles para uma coisa que mata, sendo enganados, sendo fantoches não mão deles, eles são autoridades, são líderes sociais, eles têm força também. E eles tão fazendo o que, que papel é o deles, o religioso, e eles tão fazendo o que, então eu vou esperar de quem uma mudança?

- A justiça, você vê uma pedra bonita na frente do fórum daqui. Eu só acreditaria numa justiça melhorzinha se fosse fora daqui.

FÁBIO: O QUE O LEREIA (Deputado Federal do PSDB de Goiás) TE FALOU UM DIA DOIS DIAS DEPOIS DA MORTE DO SEU PAI NUMA RÁDIO DAQUI?

- Há, ele disse que sentia muito, mas que sabia que uma empresa que mexe com esse material iria vitimar algumas pessoas, mas que isso acontece mesmo e que ele sentia muito.

- Chega lá no sindicato e procura os numero de quantas pessoas morreram, eles não tem os laudos, a Unicamp. Na verdade virou circo, é um circo armado com os fantoches de Minaçu que se deixam serem fantoches.

- Uma enfermeira amiga minha, diz que não pode ser normal a quantidade de casos de câncer em Minaçu se comparado com outras cidades, ela acha muito grande a quantidade de pessoas com câncer em geral perante outras cidades, nenhum médico pesquisa, fala nada, isso não pode ser normal... Mas o povo continua querendo esconder né.

- Se você perguntar aí na rua que mal faz o amianto? faz nada, faz telha, caixa d'água, ninguém fala nada. Que mal que faz o amianto? Só tem uma louca aí que diz umas besteiras.

- A maioria dos trabalhadores antigos morre de medo de descobrirem que tem né, eles não querem ter, essa indenização que dá aí, não dá pra nada, então é melhor não ter ou não descobrir.

- Então assim, a justiça de deveria estar do lado do trabalhador é muito omissa gente, é uma batalha muito desumana, muito desigual, um lobby muito grande para ser ignorado, ignorado pelo ministro Carlos Lupi na época, ignorado pelos governadores, ignorado pela procuradoria, ignorado pelos nossos juízes, ignorado pelos nossos prefeitos e vereadores, por que tanta ignorância sabendo que não é assim? É dinheiro, é só dinheiro que manda nessa cidade? Ele é tão forte assim para manter as pessoas ignorantes... Eu me sinto assim, é um desgosto de ser professora num lugar em que as pessoas se acham cultas, intelectuais, e não se faz nenhuma discussão perante isso.

APÊNDICE B – Transcrição da entrevista com o Sr. Gerson Flauzino trabalhador aposentado da SAMA doente com asbestose.

Data da entrevista: 02/08/2013 – em sua residência, Av. Ceará esq. com Rua 23, centro, Minaçu-GO.

Doutorando: Fábio de Macedo Tristão Barbosa

[Fábio] Qual o Nome completo do Sr.?

- Gerson Flauzino

[Fábio] O Sr. veio quando para Minaçu?

- Eu sou de Minas Gerais, da cidade de Tiros e cheguei em Minaçu em 1976.

[Fábio] Por quanto tempo o Sr. trabalhou na Sama?

- Eu trabalhei na Sama por 21 anos 5 meses e 10 dias.

- Eu passava a portaria da usina pra dentro eu usava o equipamento, e não sei porque, eu infelizmente dei o probleminha do amianto. Porque não foi falta de eu usar o equipamento, é por causa que tem hora que a poluição era muito forte né,

onde mesmo eu trabalhava no Silo de Minério Seco era uma das áreas mais poluídas da Sama.

[Fábio] Como que era esse ambiente (silo de minério seco)?

- Dava pra ver o pó no ar mesmo, agora essa área hoje depois que eu saí eu nunca mais voltei nesta área, mas, segundo a informação que eu tenho é que lá não trabalha ninguém mais, é tudo operado de lá da usina, é tudo automático.

[Fábio] O Sr. trabalhou lá quanto tempo?

- Eu trabalhei na SAMA 21 anos 5 meses e 10 dias, trabalhei uns 5 ou 6 anos de servente, pedreiro, e na Sama mesmo foi uns 16, 17 anos.

[Fábio] A partir de quando a Sama começou a tomar medidas para retirar o excesso de amianto em suspensão desse local?

- Assim quando eu entrei o meu primeiro serviço foi fazer as bases para colocar os filtros, porque tinha uns filtros na usina mas era muito fraco, até foi uma empresa que veio fazer esse serviço que chamava AEROVENTO um negócio assim que veio de São Paulo para colocar esses filtros, eles falavam “rapaz isso aqui faz mal, esse pó aqui isso é perigoso, aí tinha um (não entendi o nome da pessoa) segurança da sama ele tinha até aí uma associação dos aposentados, ele alertava a gente “Ô isso aqui é perigoso vocês tomam cuidado” ele o Felix, toma cuidado que isso aqui é perigoso. A gente trabalhava com cuidado mas as vezes....aí montou os filtros na base dos anos 1980 para cá aí já melhorou muito. Na usina a gente via muito pó lá dentro, aí agora depois que eles botou esses filtro melhorou muito, muito. Hoje tem colega meu que trabalha lá se usar o equipamento certinho eu acho que não tem perigo mais não porque hoje a gente vê lá o minério mais úmido o caminhão nas pistas molhando tudo né, mudou muito.

[Fábio] Quando é que o Sr. começou a perceber que estava com algum problema de saúde em decorrência do amianto?

- Depois que eu aposentei e depois assim de ter passado um bom tempo. Porque eu até falo a realidade eu não estava sentindo, todo ano a Sama chama a gente para fazer os exames, aí eu fiz os exames eles mandaram a gente pra Goiânia e eu fiz uma tomografia, passou uns 4 meses depois que eu fiz essa tomografia aí o Manoel que trabalhava no Departamento de ???? é para você ir para São Paulo fazer uns exames, aí nós fomos, nesta época que eu fui foi muita gente, uns foram constatado

outros não foi, isso há uns 5 anos atrás, aí passado um tempo veio o laudo lá dizendo que eu estava com asbesto, asbestose.

[Fábio] O Sr. sentia alguma coisa, dores?

- Passou um tempo eu comecei a sentir uma dor nas costas. Agora até poucos dias vieram um pessoal da USP parece. Aí eles procuraram eu disse que assim para subir uma subida eu sinto muita cansa, para dormir também eu tenho que ficar caçando posição, dormir mais de lado, tem dia que eu tenho que subir mais o travesseiro, pra poder melhorar a falta de ar. Eu tenho uma filha que mora em Tocantins e passou aqui para visitar uns parentes em Uberaba, em Carmo do Rio Verde, aí chegou eu tava passando mal, tava com dor nas costas, aí eu não vou não, ir pra casa dos outros, vamos deixar mais pra frente.

- Numa época eles (Sama) chamaram a gente para um acordo né, eu fiz o acordo. Eu pensei assim, se eu tiver doente ou posso até receber uma indenização mas podia ser rápido ou podia demorar muito tempo né, aí eu achei melhor assinar o acordo, porque esse problema do amianto não tem cura né, não tem cura, mas, ao menos eles dão assistência né, que as vezes você tá com um problema você, mas aquele problema não tem cura, mas você tá num médico, tendo assistência, a gente sente assim parece mais aliviado, mais animado.

[Fábio] O Sr. recebeu alguma indenização da empresa?

- Ah, a indenização foi muito pouca, porque lá foi constatado no módulo 1, 2, 3 né, o meu foi no módulo 1, então era R\$ 13.000,00 e me deu plano de saúde. Era para me ir no mês de abril para Goiânia e eu disse não eu tô bem vamos deixar para setembro, aí eu vou, uai aí eles dizia que sabia que o sr. tá bem é o médico não é o sr. não.

- Assim qualquer dia que eu quiser ir para Goiânia, é só eles ligar para a assistente social deles lá, a Fatinha (Fátima que trabalha né, ela marca e manda para a Sama que entra em contato com a gente para pegar sua passagem e do seu acompanhante... eles tem um escritório lá em Goiânia que dá todo o suporte tudo que precisar lá eles resolve pra gente, tem hotel, motorista tudo.

[Fábio] Então desde quando descobriu a doença, a Sama vem garantindo assistência?

- Dá, ela da toda assistência, mesmo quando eu trabalhava, dizia ó sua esposa passou mal e foi de avião pra Goiânia, toma sua passagem e vai. Sobre esse suporte, isso aí ela é correta.

[Fábio] Como o Sr. enxerga a empresa hoje?

- Eu para mim é uma boa empresa, embora eu dei esse problema que é um problema grave que não tem cura, mas eu considero uma boa empresa.

[Fábio] O Sr. conhece mais colegas do sr. que trabalhou na empresa e que têm algum problema de saúde?

- Tem, eu tenho na família mesmo um irmão que tem o mesmo problema, trabalhou na mesma época (1979-1987) ele trabalhou 8 anos, ele era muito descuidado ele fumava né.

[Fábio] O Sr. já fumou?

- Não eu nunca fumei. Tem bastante gente que deu esse problema, mas um muda pra um lado, outro muda pro outro esparrama né.

[Fábio] o Sr. chegou a fazer parte da Associação dos Aposentados da Sama?

- Uai tinha essa associação, eu entrei nessa associação, até vinha descontando lá um pouquinho na minha conta e aí parou de vim, aí eu nem preoquei se essa associação ainda existe.

[Fábio] Como o Sr. esta se sentindo hoje?

- Estou me sentindo bem, já teve colega da gente que tava bom aí, e que de repente, morreu aí rapidamente, porque segundo os médicos fala pra gente isso aí vai tampando o pulmão, as vezes a pessoa tá aí forte, gordo, vermelho, mas o pulmão não recebe oxigênio, a pessoa tá aí forte mas não tem como respirar e a pessoa morre por causa disso.

[Fábio] Que idade o Sr. tem hoje?

- Tenho 67 anos.

[Fábio] Tem quantos anos que o Sr. aposentou?

- Eu aposentei em março de 1999, 12 anos.

[Fábio] O Sr. guarda mágoa da empresa por conta da doença?

- Não, não guardo não. Não guardo de maneira nenhuma, muita gente fala mas rapaz você foi prejudicado, eu digo mas acidente em todo lugar acontece. O sujeito trabalha na fazenda é arriscado uma chifrada de um gado, um tombo de um cavalo como morreu meu irmão lá em Minas. Todo lugar que a gente vai tá arriscado acidente. E eu dependia demais da Sama por causa da minha família muito doente, eu não tenho mágoa nenhuma, minha ex-esposa era muito doente, ela tinha problema de pressão e coração.

[Fábio] O Sr. preferiu fazer o acordo do que entrar na justiça contra a Sama?

- Eu achei melhor, eu pensei isso, que muita vezes na mente que o rico gasta com bons advogados e gasta muito até que resolve a pagar uma coisa pro pobre né, aí eu pensei foi isso, eu entro na justiça e fico aí sem tratamento, sem assistência e o dinheiro lá eu nem sei quando esse dinheiro sai e talvez eu até já morri, então eu achei melhor fazer o acordo. Muitas gente fez o acordo, tem gente que não fez a Sama ainda chama pra fazer um exame, porque todo ano ela chama a gente para fazer o exame, mesmo depois que foi constatado a gente faz ainda.

[Fábio] E antes da doença vocês faziam estes exames?

- Fazia, mesmo antes da doença. Aonde a Sama souber que tem um ex-funcionário dela ela manda buscar, a pessoa não faz o exame se não quiser?

[Fábio] Onde são feitos estes exames?

- O pessoal de São Paulo vem aqui, e mandam para Goiânia. Aí lá em Goiânia faz a tomografia, se for constatado suspeita de qualquer coisa aí eles mandam para São Paulo.

[Fábio] Vocês tem acesso a estes prontuários?

- Os exames ficam arquivados na empresa, em São Paulo eu só recebi um laudo constando o nome dos médicos que fez o exame, eu não tenho exame não, o que eles manda a gente você só pega o resultado que vai o laudo lá pra gente.

[Fábio] O Sr. tem mais alguma coisa que o sr. queira falar?

- Eu dependia muito da empresa né, eu não tenho nada assim contra a empresa, até quando tem esse movimento aí é pra fechar, fechar...

[Fábio] O que o Sr. acha disso?

- Eu acho que hoje se as firma que trabalha com o amianto se eles trabalhar com a segurança que a Sama trabalha hoje, acho que é uma injustiça fechar. Porque a Sama investiu muito em segurança, hoje a gente vai lá é limpinho, enquanto na minha época trabalhava lá 10 pessoas num local hoje só tem 1 trabalhando, aquele negócio de ensacar minério manual acabou a maquina ensaca tudo sozinha, lá não tem ninguém para mexer com o pó, a máquina já faz o serviço tudo sozinha, costura e joga na prancha pra lá, só o operador pegar e guardar. Hoje manualmente a pessoa quase não mexe com amianto mais.

- Se querem acabar com o amianto porque não acabam com o cigarro e a pinga que mata mais que o amianto, não é verdade? Nego bebe pinga aí passa o carro em cima de meia dúzia de gente, enquanto o amianto mata aí uns 50 quanto num morre de acidente por causa da pinga?

APÊNDICE C – Transcrição da entrevista com o Sr. Antônio Flauzino Filho ex-trabalhador da Sama, irmão do Sr. Gerson Flauzino, e também doente de asbestose e placa pleural.

Data da entrevista: 02/08/13 em sua residência na Avenida Ceará esq. com Rua 14, centro, Minaçu-GO.

Doutorando: Fábio de Macedo Tristão Barbosa

[Fábio] Qual o nome completo do sr.?

- Antônio Flauzino Filho

[Fábio] Qual a sua idade?

- 72 anos

[Fábio] o Sr. veio de onde?

- Moro aqui mas sou de Minas, de Tiros.

[Fábio] o Sr. veio direto para trabalhar na empresa?

- Não, trabalhei na roça, depois fui para empresa.

[Fábio] Quando o Sr. entrou na Sama?

- Entrei em 1979, e trabalhei até 1987. 8 anos.

[Fábio] Qual era a função do Sr. na empresa?

- Trabalhava no ensacamento.

[Fábio] De que forma era feito o ensacamento?

- Era na máquina, vestia o saco lá nas máquinas e ligava lá, enchia e desligava, costurava e jogava na correia.

[Fábio] Como que era esse ambiente de trabalho dava para ver pó em suspensão?

- Vixi demais tinha muito pó, demais.

[Fábio] Vocês respiravam esse pó?

- Usava máscara, mas aquela máscara né...

[Fábio] Quando é que o Sr. começou a sentir problema de saúde, doença de pulmão?

- Há uns 20 anos. Não dormia quase, sentia muita dor de cabeça, aí eu pedi conta né foi eu que pedi pra sair. Não tava dando bem lá e peguei e saí.

[Fábio] o Sr. saiu, passou um tempo e começou a sentir problemas de saúde?

- A gente não sabia né, depois que fiz o exames aí que descobriu né, que mais é o fôlego, falta de fôlego, dor nas pernas, pois é, eu tenho asbestose e a placa, (placa pleural) o papel (exame) da placa desapareceu sumiu, só tenho o papel da asbestose. Mas eu tenho asbestose e a placa nos pulmões.

[Fábio] Quem fez os exames?

- Primeiro eu fiz aqui na Sama, em São Paulo eu já fui cinco vezes, eles cobrem as despesas todinhas, mas o que eles não dão são os remédios. O remédio aqui, se a gente interna aqui eles dão remédio, dá tudo sabe, mas se for fazer consulta fora é você que tem que comprar.

- Vai fazer dois meses que eu operei da bexiga que tava cheia de areia e pedra, mas que não é do amianto e operei da próstata também vai fazer dois meses agora no dia 10 de agosto.

[Fábio] De tempos em tempos o sr. tem que fazer o acompanhamento dos exames?

- Tem que fazer, de vez em quando eles vem aqui, no sindicato aqui, mas tem que ir em São Saulo, já fui 5 vezes.

[Fábio] O sr. chegou a fazer aquele acordo com a empresa?

- Fizemos e todo mundo bancou o trocha, se tivesse firmado tudo, a proposta deles era de indenizar e aposentar e dar o plano de saúde. O plano de saúde eles deu né, mas aposentar, e indenizar eles só me indenizou com 5 mil já tem uns 15 anos mais ou menos.

- Se vai no sindicato, uma vez eu fui no sindicato, quando deu placa (placa pleural) eu fui lá no sindicato, eles mandou eu caçar meu direitos, o sindicato aqui é da firma né.

[Fábio] Então o sr. só recebeu essa indenização e o plano de saúde?

- É o plano de saúde.

[Fábio] E quando o sr. trabalhava lá a empresa falava do risco de trabalhar com esse mineral?

- Ela dava a máscara só, a proteção que tinha era a máscara.

[Fábio] Tem colegas do Sr. que tem problema de saúde aqui em Minaçu por causa do amianto?

- Há tem, aí tem é muitos mesmos.

[Fábio] ninguém fala nada sobre isso aqui né?

- Fala nada, aqui eles faz é protege, aqui eles faz é acoita, o povo aqui tudo apoia, faz é apoiar a Sama, medo de fechar, quando vai fechar é muitos ônibus cheio de gente aí para não deixar fechar.

[Fábio] O que o Sr. acha da Sama?

- Num adianta nada, o trato dela ela não cumpriu com a gente né, de indenizar, vive é tapiando a gente.

- Um dos que era do sindicato aqui que ajudava a gente era o Felix e eles tiraram ele daí, tá lá pra Bahia pra lá, uma vez ele me deu um cheque pra comprar um remédio, eu não tinha o dinheiro pra comprar e ele me deu o cheque pra comprar o remédio. Esses outros aí, o Dr. Eduardo aí que é o chefe aí é o mais covarde não ajuda ninguém o Dr. Eduardo, ele é da firma. Ele trabalha na enfermaria lá dentro da Sama, trabalha no Municipal também particular e tem uma clínica particular.

[Fábio] O sindicato não faz nada?

- Nada, nada, o sindicato é da firma.

[Fábio] Formaram uma associação dos aposentados?

- Sei que eles pegam o dinheiro dos aposentados, da associação dos doentes, aquele moreno, esse negócio lá dessa reunião eles pegam um dinheiro lá dos aposentados, eu esqueci o nome dele, o Gerson sabe.

[Fábio] O Sr. quer falar mais alguma coisa?

- Aqui quando nós vai pra São Paulo o ônibus vai cheio de gente pra São Paulo. Goiânia lá no Rodo Hotel é cheio de gente diara, toda semana, pode ir lá toda semana que lá que é o ponto dos doentes (risos)

[Fábio] A Sama mantém um escritório em Goiânia para atender vocês?

- Tem, tem uma mulher lá que toma conta do escritório lá, a Fatinha, ajuda a gente demais e tem o motorista lá da firma lá que leva, pega a gente lá no hotel e leva e traz e dá o maior apoio.

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista com o Sr. Ilton Batista Cascalho, ex-trabalhador da SAMA, com nódulos calcificados nos pulmões.

Data da entrevista: 03/08/13 em sua residência, Rua Funil, 45 – Vila de Furnas, Minaçu-GO.

Doutorando: Fábio de Macedo Tristão Barbosa

[Fábio] O Sr. é de Minaçu? ou veio de outro lugar ?

- Eu sou lá de Itapuranga-GO, cheguei aqui em Minaçu em 1976, vim para trabalhar diretamente na empresa Sama, vim para trabalhar uns tempos e resolvi continuar mais tempo.

[Fábio] Que ocupação o Sr. exercia dentro da empresa?

- Entrei de servente, passei a operador de painel, atendente, foi ajudante elétrico e saí como eletricista. Trabalhei de 1976 a 1986 (10 anos). Então eu fui um dos caras que teve mais contato com o amianto, na época que nós chegamos aqui parecia os Estados Unidos, neve, na rua chegava o por amianto aí na rua para tampar os barros, os primeiros prefeitos não sabia do risco que era né, então a gente não sabia o risco que estava correndo em ter contato direto com o amianto, antigamente não tinha ensacamento automático, pneumático que fala né, então era tudo manual, a usina 1 era tudo praticamente manual. O minério era extraído lá e trazido para usina

2 para beneficiar, secagem, empacotamento tudo manual, então correu muito perigo na época. Foi um período que nós não sabíamos o risco que tava correndo e nem a Sama orientava, ela já tinha outras empresas, praticamente ela sabia tudo mas não passou pra gente e tinha segurança no trabalho, campanha para parar de fumar na época que eu deixei o cigarro.

[Fábio] Essa informação que o amianto poderia ser um risco a saúde a empresa passou?

- Não, não, a gente não tinha essa informação não que o amianto, juntamente com o cigarro, ou ele sozinho poderia produzir um câncer no pulmão a gente não tinha orientação. Hoje faz as pesquisa, tem aí a Unicamp que trabalha com a Sama aí, a gente vem fazendo exame todo ano, eu passei a trabalhar em FURNAS, eu tenho meu plano particular, então eu continuo fazendo todo ano, e nunca é igual ao da Sama com o meu particular e eu nunca tive um resultado da Sama em mãos nunca. Nunca vi uma tomografia nunca vi nada só a radiografia que a gente vê e passa para o médico e a gente não vê mais.

[Fábio] Então vocês não tem acesso a estes exames?

- Só tem acesso ao resultado, só a carta falando que não existe problema algum e a gente faz particular e sempre ta dando nódulo calcificado, vou mostrar pra você ali, eu tenho nódulo calcificado na tomografia computadorizada. Minha mulher tem.

[Fábio] A esposa do Sr. trabalhou na empresa também?

- Ela trabalhou 9 anos. O nome dela é Joana Filomena dos Reis Cascalho. Trabalhou em Vila de Furnas (ele queria dizer Vila Operária da Sama), ela trabalhou na área industrial, ela era zeladora andava aquilo ali tudo né, não tinha área especificada não, ela andava a área toda.

[Fábio] Ela apresenta problema de saúde também?

- Ela trabalhou lá dentro da vila como empregada doméstica quando chegou né, trabalhou uns 4 ou 5 anos dentro da vila. Quando começou tinha muito serviço nas residências.

[Fábio] A Sama chegou a fazer exames de vocês?

- Todo ano faz, as vezes falha, falhou aí 3, 4 ano sem fazer, quando faz os resultados são sempre os mesmos.

[Fábio] Que resultado é esse?

- Eu tenho um nódulo calcificado, tenho 3 nódulos, sempre tá constando estes nódulos, mas não fala o risco que tá correndo, não fala o desenvolvimento deles, não fala espessura nem nada. Aí a gente faz particular e tem a espessura e estão aumentando, então quer dizer este nódulo pode causar algum câncer, tem que ter um acompanhamento mais profundo e eles não oferecem esta condição. Fizemos um acordo na época pelo sindicato e esse acordo vem rolando aí e nunca tivemos uma reunião para falar sobre isso. Fizemos o acordo e eles nunca reunião com a gente, a gente cobra do sindicato e ele fala que não que ali é definitivo e não pode ser definitivo. Tem que ver que está acontecendo, e nunca tem resultado nenhum.

- A doença evolui, como eles podem pegar desde o início uma doença e dar uma indenização, a doença evolui e fica naquilo. Eu perguntei isso ao diretor do sindicato ele não me respondeu, falou que não na medida que apareceu doente o cara tá doente, não é assim.

[Fábio] Como é a relação do Sindicato com a empresa e a relação do Sindicato com o trabalhadores?

- Com os funcionários é diferente, com a empresa, acho que é a empresa que tem mais apoio com eles né, que dá mais apoio para eles, e o funcionário não tem que dá apoio ao sindicato principalmente esses funcionários que não tá trabalhando mais, não tá gerando renda. O sindicara parece que só pra quem tá trabalhando, quem tá na ativa, os aposentado não nada do sindicato. Não tem aquela assistência que tem daqueles que tá na ativa.

[Fábio] O Sr. aposentou pela Sama?

- Eu contei o tempo da Sama, eles me deram um laudo lá, pela perícia do INSS ele contou 75% - chama-se SB-75. O da elétrica é SB-40,

e o SB da Sama é 75, então quer dizer que o amianto é mais perigoso que a eletricidade, o risco é maior.

- Posso mostrar pra você fotografar os laudos nossos que tá aí recente, fizemos agora esse ano.

[Fábio] Por enquanto o Sr. ainda não tem doença como: asbestose, mesotelioma, etc?

- Tenho os nódulos calcificados, se tem os nódulos nós nunca fomos convidados para fazer um exame mais profundo, se tem o nódulo deveria ir para São Paulo para fazer exames, eles nunca convidou a gente para ir em São Paulo, nem eu nem a mulher.
- Deram plano de saúde para pessoas que nem tem o problema que a gente tem, e pra gente não deram nada. Então eu pago particular, não temos assistência.
- Inclusive trouxe um promotor federal que teve aqui fizemos reunião, provamos que tem mais de 150 pessoas com asbestose em Minaçu que já receberam inclusive essa indenização deles aí, e muitos já faleceram, e não tem acordo. Então essa é a ironia que a gente tem contra essa administração nova da Sama.
- Se ele verem uma filmagem de antigamente e uma filmagem hoje eles não tem coragem de deixa os filhos deles entra lá dentro. Naquela época eles não deixaria porque sabe que o amianto é muito perigoso.

[Fábio] O Sr. tem uma relação desta pessoas doentes em Minaçu?

- São vários, se for reunião os ex-funcionários aqui são vários. Inclusive eu tenho parentes que estão em terceiro grau da asbestose, ele tem dois filhos que tão trabalhando lá que estão com problema, um até já recebeu duas indenizações da Sama.

[Fábio] Como é o nome dele?

- Modesto Pereira da Silva e Hermano Pereira Lima.

E tem mais tem Cândido Fernandes, o amianto é prejudicial, não adianta pensar que o amianto é uma coisa qualquer, com o tempo vai aparecer qualquer coisa senão a Sama não estaria aí dando estes exames para todo ano aí né de graça porque uma tomografia é cara né.

[Fábio] O que o Sr. acha da empresa?

Ela é uma boa empresa, hoje, ela trabalha dentro das normas de segurança, trabalha com segurança praticamente 99%, antigamente era 1% só de segurança era o contrário.

[Fábio] O Sr. acha então que o problema do amianto está relacionado com esse tempo antigo, esse passado. O Sr. acha que hoje ainda tem perigo?

Hoje não tem, hoje, praticamente quase não tem problema porque hoje é muito bem trabalhado o ar é estudado dentro da usina. Antigamente fazia a medição mas a gente nem sabia para onde ia esse resultado, quando descobriram que tava aparecendo gente doente aí já foi tarde, aí já complicou, já tinha muita gente doente, e a gente tá imbuído nesse meio né, tá enrolado nesse meio dá época aí de 1976 a 1986 porque antigamente não existia os filtros.

[Fábio] Quando é que foi colocado os filtros?

Em 1985 que inaugurou os filtros de manga. Dessa época pra trás tinha uns filtros que não funcionavam, a poluição era praticamente 100%.

Até a Vila, muita gente que trabalhou na vila sofreu problema por causa da poluição. Os moradores da vila teve problema.

Era igual os Estados Unidos era neve caindo dia e noite. Era muito perigoso.

Eu tenho jornal, foto tirada da Sama na época, caindo em forma de neve, então hoje ele tomou um certo cuidado, mas mesmo assim quem trabalhou naquela época corre risco.

[Fábio] Quantos funcionários tinham na época que o Sr. trabalhou?

Na época tinha muitos funcionários, não é igual hoje não que o ensacamento é tudo automático né. Na época era umas 1.200 pessoas. O quadro da Sama era grande, tinha linha de montagem, de manutenção, tinha tudo. Obra civil.

Hoje a Sama tem somente a área industrial, nem a Vila ela não quer mais nada com Vila.

[Fábio] O Sr. chegou a morar na vila?

Cheguei a morar, morei no bloco 24 casa B, morei vários anos. Alojamento era oferecido por eles.

E quando saímos não tivemos orientação nenhuma sobre o risco que nós corremos. Esse é o problema.

- Você tem que ter muito cuidado com esse pessoal da Sama viu, senão eles vão te perseguir aqui. A Lúcia eles perseguiram a Lúcia mas não teve jeito não, ela é durona, ela tá com eles lá no Supremo. Tem que ficar esperto.

Daqui em diante filmei os exames e laudos médicos do Sr. Hilton Cascalho e da sua esposa. Os exames particulares de imagem (06/12/2012) dele nos quais consta os nódulos calcificados, a espessura que eles fizeram em um laboratório em Goiânia, e também laudo do exame respiratório feito no primeiro semestre de 2013 também em Goiânia. E também o laudo da Sama que diz estar tudo bem. A carta que a Sama manda avisar para o ex-funcionário na qual consta as assinaturas dos médicos que compõem a junta médica que emitem os laudos dos ex-trabalhadores e aposentados da Sama com suspeita de contaminação por amianto.

Anexos

ANEXO A – A judicialização da questão do amianto no Brasil: leis federais, estaduais e municipais

Leis Federais	Leis Estaduais	Leis Municipais	Ementa	Posição
Lei 9.055/95	-	-	Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham.	Em vigor
Decreto n.º 2.350	-	-	Regulamentou a Lei 9.055.	Em vigor
Portaria n.º 1.851 Ministério da Saúde Agosto/2006	-	-	Determina que as empresas informem ao governo os trabalhadores expostos e ex-postos ao asbesto/amianto nas atividades de extração, industrialização, utilização, manipulação, comercialização, transporte e destinação final de resíduos.	Mandato de Segurança n.º 12.459 do Superior Tribunal de Justiça do DF impede que a portaria do Ministério da Saúde vigore.
Resolução CONAMA n.º 348 Agosto/2004	-	-	Inclui o amianto na classe de resíduos perigosos.	Em vigor
-	Mato Grosso do Sul Lei 2.210/01	-	Proíbe a comercialização de produtos a base de amianto/asbesto destinados à construção civil em Mato Grosso do Sul.	Revogada por decisão do STF (ADI 2396) de 8/5/03).
-	São Paulo Lei 10.813/01	-	Dispõe sobre a proibição de importação, extração, beneficiamento, comercialização, fabricação e a instalação, no Estado de São Paulo, de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto.	Sancionada pelo governador Geraldo Alckmin em 25/05/01. Concede o prazo até 1º de janeiro de 2005, para as empresas substituírem a utilização do amianto, em seus produtos. Revogada por força de decisão do STF (ADI 2656) de 8/5/2003.
-	Rio de Janeiro Lei 3.579/01	-	Dispõe sobre a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham asbesto e dá outras providências.	Em vigor a partir de 07/06/01. Determinando 2 anos por material de fricção e 4 anos por material cimento amianto. ADI 3470 de 2005 proposta pela CNTI.
-	Rio Grande do Sul Lei 11.643/01	-	Dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Sancionada em 21/06/2001. Estabelecimentos industriais prazo de 3 anos e os estabelecimentos comerciais 4 anos para adequarem-se as disposições constantes na lei. ADI 3357 de 2004 proposta pela CNTI.
-	Pernambuco Lei 12.589/04 em 26/5/2004 sob n. PE 12589/04(DOE-PE de 27.5.2004)	-	Dispõe sobre a proibição da fabricação, comércio e o uso de materiais, elementos construtivos e equipamentos constituídos por amianto/asbesto em qualquer atividade, especialmente na construção civil.	Sancionada pelo governador Jarbas de Andrade Vasconcelos em 26/5/2004 ADI 3356 de 2004 proposta pela CNTI.
-	Rio de Janeiro Lei 4.341/04	-	Dispõe sobre as obrigações das empresas de fibrocimento pelos danos causados à saúde dos trabalhadores no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.	Sancionada pela governadora Rosinha Garotinho em 27/5/2004. <u>ADIN 3355 de 2004 proposta pela CNTI.</u>
-	Mato Grosso	-	Dispõe sobre a proibição da produção, comercialização e estocagem do amianto em Mato Grosso.	Aprovada em abril de 2005 e vetada pelo governador Blairo Maggi e veto mantido pela Assembleia Legislativa.
-	Pará PL 93/05	-	Dispõe sobre proibição da fabricação, estabelece restrições ao uso e comercialização e define	Aprovada pela Assembleia Legislativa e vetada pela governadora Ana Júlia Carepa em 31/1/2007, publicado no

			prazos para banimento de materiais produzidos com qualquer forma de asbesto ou amianto no Pará.	DOE de 8 de dezembro de 2006.
-	Rio de Janeiro Decreto 40.647/2007	-	Dispõe sobre a vedação aos órgãos da administração direta e indireta de utilização de qualquer tipo de asbesto.	Em vigor a partir de 08/03/07. Republicada no Diário Oficial de 12/3/2007.
-	São Paulo Lei 12.684/2007	-	Proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição no Estado de São Paulo.	Aprovada pela Assembleia Legislativa, sancionada pelo governador José Serra em 26/7/2007. ADI 3937 de 2007 proposta pela CNTI. O STF em 4/6/2008 confirma a lei derrubando liminar que a impedia de vigorar.
-	Espírito Santo PL 236/2008	-	Proíbe o uso, no Estado do Espírito Santo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.	Governador Paulo Hartung <u>vetou</u> o PL 236/2008.
		Rio de Janeiro 2.712/97	Os produtos de cimento amianto comercializados no Município do Rio de Janeiro deverão estampar através de carimbo ou adesivo, em tamanho que torne perfeitamente visível a seguinte frase: Este produto pode causar danos à saúde.	Em vigor
		Rio de Janeiro 2.762/97	Proíbe a utilização de telhas de cimento amianto em prédios municipais do Rio de Janeiro.	Em vigor
		São Paulo 13.113/01	Dispõe sobre a proibição do uso de materiais, elementos construtivos e equipamentos da construção civil constituídos de amianto do Município de São Paulo.	Regulamentada pelo Decreto 41788 de 13/3/2002 . Em vigor. <u>ADP 109 proposta por CNTI. Liminar negada em 15/4/2009 pelo relator.</u>
		Mogi Mirim 3.316/00	Proíbe os órgãos da administração direta e indireta de adquirir e utilizar doravante, em suas edificações e dependências, materiais produzidos com qualquer forma de asbesto/amianto no Município de Mogi Mirim.	Em vigor desde 1/3/2000
		Osasco 90/00	Proíbe no Município de Osasco o uso de materiais produzidos com qualquer tipo de asbesto/amianto nas construções públicas ou privadas e dá outras providências. Estabelece a semana de 28 de abril para campanha anual de esclarecimento sobre os riscos do amianto.	Regulamentada pelo Decreto 8983/01.
		São Caetano do Sul 3.898/00	Proíbe os Municípios ou empresas de capital privado de utilizar em suas dependências materiais produzidos com qualquer tipo de asbesto/amianto, no Município de São Caetano do Sul.	Em vigor desde 01/02/2008.
		Bauru 4.667/01	Proíbe, no Município de Bauru, o uso de materiais produzidos com qualquer tipo de asbesto ou amianto.	Sancionada em 04/05/01.
		Ribeirão Preto 9.264/01	Dispõe sobre a proibição do uso de materiais, elementos construtivos e equipamentos da construção civil	Em vigor desde 20/6/2001.

			constituídos de amianto, no Município de Ribeirão Preto.	
		Barretos 3.425/01	Dispõe sobre a proibição do uso de materiais, elementos construtivos e equipamentos da construção civil constituídos de amianto no Município de Barretos.	Sancionada em 26/04/01. Em vigor desde 21/10/01.
		Jundiaí 332/01		Sancionada em 26/6/2001.
		Amparo 2.671/01		Sancionada em 22/6/2001.
		Campinas 10.874/01		Sancionada em 10/7/2001.
		Taboão da Serra 1.368/01		Sancionada em 29/5/2001.
		Santa Bárbara d'Oeste 2.738/03		Sancionada em 6/5/2000.
		Recife		Sancionada em 19/11/2002.
		Guarulhos 5.693/01		Sancionada em 5/7/2001.
		Natal	Dispõe sobre a proibição da comercialização de produtos à base de amianto no Município de Natal.	Aprovada em 2001 aguardando sanção da Prefeita.
		Pouso Alegre 5337/01	Proíbe a comercialização do amianto na cidade de Pouso Alegre e dá prazo para a adequação comercial de vendas de telhas e caixas d'água. Em 18/5/2009, aprovada por unanimidade emenda que proíbe a produção com amianto na cidade.	Aprovada por unanimidade e sancionada pelo prefeito.
		Andradas 1.350/01	Veda a utilização de produtos produzidos com qualquer tipo de asbesto ou amianto nas construções públicas e privadas do Município de Andradas e dá outras providências.	
		Guararapes 176	Proíbe o uso de telhas, caixas d'água e outros equipamentos de amianto nas construções e dá outras providências no Município de Guararapes.	
		Jaú 417/01	Ficam proibidos o uso, a comercialização e o depósito de substâncias asbesto/amianto, e de qualquer produto constituído com esses compostos minerais.	
		Jaboatão dos Guararapes 176/03	Proíbe o uso de telhas, caixas d'água e outros equipamentos de amianto nas construções e dá outras providências, no Município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.	
		Pirajuí 1.757/01	Proíbe no Município de Pirajuí, o uso de materiais produzidos com qualquer tipo de asbestos ou amianto.	
		São José do Rio Preto 8.485/01	Proíbe utilização na construção civil de materiais constituídos por amianto no Município de São José do Rio Preto.	
		Santo André 8.234	Dispõe sobre a proibição, no Município de Santo André, da utilização de materiais,	

			elementos construtivos e equipamentos de construção civil que possuam amianto em sua composição.	
		Avaré <u>1.123/2008</u>	Dispõe sobre a fabricação, estabelece restrições ao uso e à comercialização e define prazos para banimento de materiais produzidos com qualquer forma de asbesto/ amianto ou de outros minerais ou materiais que os contenham em sua composição.	

Fonte: ABREA (2012b)